



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

JOÃO FIGUEIREDO

**MENSAGEM
AO**



**CONGRESSO
NACIONAL**

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1981

BRASÍLIA
1981

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 — DESEMPENHO DOS SETORES PRIORITÁRIOS

- 1.1 — ESTRATÉGIA DO III PND
- 1.2 — AGRICULTURA
- 1.3 — ENERGIA
- 1.4 — COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

2 — POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

- 2.1 — POLÍTICA FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS
- 2.2 — POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA
- 2.3 — OUTRAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

3 — DESEMPENHO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

- 3.1 — SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS
- 3.2 — EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 3.3 — TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICA SOCIAL

4 — DESEMPENHO SETORIAL E REGIONAL

- 4.1 — INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO
- 4.2 — TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
- 4.3 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL

5 — TÓPICOS ESPECIAIS

- 5.1 — ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
- 5.2 — DESBUROCRATIZAÇÃO
- 5.3 — POLÍTICA EXTERNA
- 5.4 — JUSTIÇA E POLÍTICA INTERNA
- 5.5 — FORÇAS ARMADAS

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dever constitucional, sempre grato ao Poder Executivo, é, sem dúvida, o de submeter ao Congresso Nacional, cada ano, Mensagem Presidencial em que se resenham as atividades desenvolvidas no período anterior, em todos os setores da vida do País, estimando-lhes sumariamente os resultados efetivamente alcançados e ressaltando os fatores conjunturais que mais de perto os condicionaram.

Certo, o ano de 1980 foi um ano difícil — em nada catastrófico porém, graças a Deus —, significando longo e penoso reajustamento a novas condições, muito mais exigentes e duras, do ambiente internacional — sobretudo no quadro econômico-financeiro — e ao desequilíbrio interno, bastante agravado, entre crescentes aspirações dos cidadãos e comunidades a que a abertura política, se não estimulando, garantiu conscientização maior e expressão mais definida, e, de outro lado, as disponibilidades, cada vez mais exíguas, de recursos de toda ordem que lhes assegurassem o justo atendimento. Justo em si mesmo, reconheçamo-lo desde logo; como justas, aquelas aspirações, por mais que extravasassem largamente dos limites do possível.

Não deixaria de ser dominante e crítico o campo econômico, na ingente luta em busca de razoável compatibilidade entre suas maiores variáveis, quer na balança comercial e no estratégico balanço de pagamentos, quer na contenção de fortes e persistentes impulsos inflacionários, de um lado, e das ameaças de recessão e desemprego, do outro. Surpreendentemente, mantivemos elevadíssimos os índices de crescimento econômico e as taxas de expansão das exportações, inclusive na pauta dos manu-

faturados. Boas safras, menos, notadamente, quanto ao feijão, ajudaram-nos bastante. E consolidaram-se — assim o esperamos — as condições essenciais a uma perspectiva menos pessimista para o ano em curso, a despeito mesmo da rigidez e rigorismo maiores que já se proclamam nos círculos financeiros internacionais e aqui se glosam com o seu quê de estranha irresponsabilidade.

Restrições decorrentes da severa conjuntura econômico-financeira estrangularam as mais generosas iniciativas do Governo no campo social, ainda tão carente de tudo, entre nós, vendo-se os responsáveis, nos diversos escalões da administração, mais uma vez tolhidos, à míngua de recursos, na implementação de providências de alta significação ética e prática, algumas delas até mesmo de caráter urgente.

No campo internacional, o Brasil ampliou e alcançou maior densidade em seu relacionamento com todos os países, dos mais diversos quadrantes, tanto bilateral como multilateralmente, nas várias organizações regionais e mundiais, prosseguindo, dentro dos mesmos padrões do pragmatismo responsável herdado do Governo Geisel, na consecução de seus tradicionais objetivos políticos e econômicos, a cada passo reafirmados. Esforço especial foi dedicado à área sul-americana e ao continente africano.

O ano político não teve posição sobrelevante, uma vez que se caracterizou como simples etapa indispensável e, aliás, trabalhosa e lenta da estruturação político-partidária dentro das normas e calendários estabelecidos na legislação básica e pela justiça eleitoral; e, por outro lado, como reforço de complementação à abertura política a que a Lei de Anistia, regulamentada ainda em 1979, já dera o esperado coroamento. De lastimar-se, apenas, que a prática da negociação política, essencial à vida democrática, não tenha evidenciado maiores e definitivos progressos.

A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1980

Estimativas preliminares da Fundação IBGE indicam que o crescimento econômico do Brasil, em 1980, se situou em torno de 8%, contrariando expectativas pessimistas, não obstante as dificuldades derivadas das pressões inflacionárias e dos desequilíbrios externos.

A produção agropecuária elevou-se em 7,2%, resultante do acréscimo de 9,3% em produtos de lavoura e cerca de 2,8% em produção animal e seus derivados. Assim, em que pese às perdas verificadas em decorrência da seca do Nordeste, bem como de algumas culturas no Centro-Sul (feijão, principalmente), foi possível inverter a tendência desfavorável do desempenho da agricultura no período 1978/79, o que confere êxito ao atingimento de uma das principais prioridades econômicas do Governo. Com esse resultado o produto real da agricultura, em 1980, foi 9,2% superior ao de 1977, ano em que foram obtidos os melhores resultados desde 1971.

A produção industrial, apesar da desaceleração do ritmo de crescimento observada entre março e maio, mostrou rápida reativação a partir de junho, apresentando ao final de 1980 uma taxa de crescimento de 7,9%, superior à observada em 1979 (6,9%).

É de notar a recuperação da indústria de construção civil, importante fonte de novos empregos urbanos, que evidenciou aumento de 7,6%, em comparação com os 3,8% de 1979. A indústria de transformação cresceu 7,6%, a de serviços de utilidade pública (energia elétrica, principalmente) 10,5% e a extrativa mineral 12,6%, notadamente em consequência do aumento da produção de minérios para exportação, carvão e petróleo.

Esse crescimento industrial apoiou-se em grande parte na produção de bens de consumo, com destaque para os duráveis, com uma taxa de crescimento de 10,7%, induzindo, por seu turno, o crescimento da produção de matérias-primas e equipamentos industriais.

Na origem desse bom desempenho do setor industrial encontra-se a aceleração do crescimento do consumo da população ao longo de 1980, que segundo alguns indicadores preliminares se teria elevado em 9%. Para tanto, contribuíram certamente os aumentos do poder de compra da maior parte da população assalariada, em decorrência da nova lei salarial implantada em novembro de 1979.

Ademais, a aceleração do crescimento industrial levou à reativação da demanda de mão-de-obra. O emprego na indústria de transformação cresceu acima de 3,5%, em relação a 1979. Já no tocante ao nível de emprego global, os indicadores mostram que, no interior dos Estados, o crescimento da força de trabalho ocupada foi bem superior ao verificado nas Regiões Metropolitanas. Tal fato parece refletir claramente os primeiros ganhos no nosso esforço de desconcentração industrial.

Contrastando com o desempenho da economia brasileira, o desempenho econômico dos países industrializados refletiu visível alastramento, ao longo de 1980, da recessão iniciada nos Estados Unidos. Se considerarmos os países da Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos, a taxa global de crescimento do Produto Nacional Bruto foi praticamente nula em 1980, contra cerca de 3,3% em 1979. A taxa média de inflação, contudo, elevou-se de 9% em 1979 para 12% em 1980.

Não obstante o pouco dinamismo do comércio mundial, foi possível ao Brasil, em 1980, lograr crescimento expressivo de seu comércio exterior, porquanto as exportações atingiram a meta fixada de US\$ 20 bilhões, com crescimento de quase 32% sobre o nível alcançado em 1979. Os produtos manufaturados continuaram a liderar o crescimento (39% no período) registrando-se, ainda, melhoria expressiva no desempenho dos produtos básicos em comparação com anos anteriores. Digno de nota, nesse aspecto, é o fato de que, ao contrário dos últimos anos, tal crescimento se deveu preponderantemente a aumentos nas quantidades exportadas, tendo os preços apresentado incrementos inferiores às taxas de inflação mundial. Esses aumentos, por seu turno, só se tornaram possíveis em função do êxito obtido na expansão da produção agropecuária e mineral.

Mesmo com o desproporcional crescimento dos preços internacionais do petróleo, o desempenho excepcional das exportações, em 1980, evitou que o déficit comercial se ampliasse em relação ao verificado em 1979 (US\$ 2,8 bilhões). Esse resultado pode ser considerado excelente quando se verifica que os países da Comunidade Européia tiveram seu déficit comercial elevado de US\$ 26,9 bilhões, em 1979; para US\$ 59,7 bilhões, em 1980.

O aumento abrupto das importações brasileiras deveu-se quase exclusivamente às elevações de preços (cerca de 30%, em média), sendo de assinalar a variação negativa em quantidade (-2%, aproximadamente), resultante principalmente da redução de 13,1% no volume das importações de petróleo, cujos preços se elevaram em média 72%, em 1980. Os aumentos quantitativos das demais importações foram modestos (2,4%), mormente se levarmos em conta o crescimento da produção industrial no período. Conseqüentemente, o déficit em conta corrente situou-se em US\$ 12,2 bilhões, registrando-se déficit global do balanço de pagamentos de US\$ 3,5 bilhões.

Os resultados do setor externo, em 1980, vale salientar, estiveram em sintonia com a execução da política monetária. As-

sim, os depósitos em moeda estrangeira junto ao Banco Central e a redução de nossas reservas internacionais em US\$ 2,77 bilhões se constituíram nas mais importantes fontes de recursos (não-monetários) com que contaram as Autoridades Monetárias para financiar suas aplicações, contribuindo, conseqüentemente, para o controle dos meios de pagamento.

Esses fatores, aliados ao superávit de Caixa do Tesouro e à limitação da expansão do crédito estabelecida para o sistema bancário permitiram um crescimento anual da Base Monetária de apenas 53,8%, bem próximo, portanto, da meta de 50% fixada no Orçamento Monetário de 1980. Em conseqüência, a expansão dos Meios de Pagamento ficou em 70,6%, taxa bem inferior à da inflação verificada durante o ano.

É importante ressaltar que a contenção monetária foi obtida dentro de uma estratégia gradualista, sem crises de liquidez, objetivando primordialmente o arrefecimento das pressões inflacionárias. Assim, os resultados obtidos na execução da política monetária abrem perspectivas otimistas quanto à contenção do processo inflacionário em 1981, visto que o ritmo de elevação do índice de preços tem geralmente acompanhado o da oferta de moeda, com defasagem de 6 a 8 meses.

No âmbito da política antiinflacionária, cumpre também assinalar que o Orçamento da União em 1980 foi bem mais abrangente que os dos anos anteriores, incluindo gastos de subsídios e encargos da dívida. Em realidade, esse procedimento se inseriu no objetivo mais amplo de disciplinamento das ações do Governo Federal, tanto ao nível do Orçamento da União como ao do Orçamento Monetário e das Empresas Estatais, de conformidade com a meta de unicidade orçamentária estabelecida no III Plano Nacional de Desenvolvimento.

Nesse contexto, procurou-se a contenção do dispêndio governamental o que, aliado ao aumento da receita, teve efeitos duplamente positivos: de um lado, refreou a participação do Governo na atividade econômica, propiciando conseqüentemente maior espaço à iniciativa privada; de outro, possibilitou a transferência para o Orçamento Monetário de um volume de recursos orçamentários de Cr\$ 313 bilhões para pagamentos de compromissos do Tesouro junto às Autoridades Monetárias.

A inflação em 1980, medida pelo Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) alcançou 110,2%. No entanto, a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor foi de 95,3%, tendo os principais índices de custo de vida apresen-

tado variações anuais inferiores a 90% (São Paulo 84,7% e Rio 86,3%). A diferença entre os índices — Índice Geral de Preços e Índice de Preços ao Consumidor — deveu-se à persistência de aumentos mais acentuados nos preços por atacado, causados em grande parte pelas elevações do preço do petróleo e demais produtos importados, além das pressões dos preços de alguns produtos agrícolas.

A política salarial, contudo, amorteceu sensivelmente os efeitos danosos da inflação sobre os assalariados. As regras estabelecidas na Lei Salarial, ao conferir reajustes semestrais, com acréscimo, para as faixas de menores rendimentos, inseriram-se na manifesta prioridade governamental às políticas de bem-estar social, em que pese ao agravamento da realimentação inflacionária. Assim, os salários inferiores a três salários mínimos beneficiaram-se de reajuste anual superior a 107% (incluindo aumento de produtividade de 3%). Para os trabalhadores que percebem entre 3 e 10 salários mínimos, o reajuste anual acumulado chegou a atingir 100%. Essas variações foram superiores aos aumentos dos índices de custo de vida, inclusive do INPC, o que evidenciou claramente ganhos de renda real para mais de 90% da força de trabalho do País.

As apurações parciais de variações de salários médios efetivamente pagos no setor industrial indicam também ganhos reais significativos. Enquanto o salário médio nominal no 2.º semestre de 1980 apresentou uma elevação de 97% em relação ao salário médio pago no 2.º semestre de 1979, o INPC conheceu, no mesmo período, uma elevação média anual de 90%. Essa elevação mais acentuada dos salários de mercado refletiu sem dúvida a atuação da lei salarial ao possibilitar maior liberdade de negociação entre empregados e empregadores.

DESEMPENHO DA ÁREA SOCIAL

A nova política salarial, contemplando mais intensamente os assalariados de menor renda, objetivou, como medida efetiva no quadro de redistribuição da renda, proporcionar a essas classes recursos semestrais 10% acima do INPC, cujo valor já se situa de 6 a 8% acima do antigo parâmetro da política salarial, tal como se descreve no texto setorial relativo a salários.

O salário mínimo também vem sendo corrigido na base de 110% do INPC, semestralmente. Como efeito prático dessa no-

va orientação, as greves caíram de mais de 400 em 1979 para 32 em 1980, com reflexos positivos na paz social e nos resultados econômicos das empresas.

Além disso, foi disciplinada a liberdade salarial das empresas estatais, o que reduziu o excessivo distanciamento entre a cúpula e a base dessas empresas.

Por outro lado, importa muito salientar que, num ano difícil de transição econômica e social, não houve redução de emprego — evidência de que melhor salário não é motivo para dispensas em massa. Dados do Ministério do Trabalho induzem, inclusive, à conclusão de não haver aumentado, em 1980, a rotatividade no emprego.

Cuidou-se ademais, no quadro das políticas trabalhistas, da formação de mão-de-obra urbana e rural, de um acordo internacional para desenvolvimento da mão-de-obra, e de apoio ao artesanato, dando-se-lhes a atenção que decorre de seu caráter de promoção social e melhoria da renda familiar.

Na área da Educação, destacam-se os programas de base, desde o apoio à população rural até à educação profissionalizante de nível médio, com vistas a facultar a promoção social do alunado mais carente. Mediante tais providências, espera-se real melhoria na distribuição da renda, como decorrência da maior aptidão dos beneficiários.

Com tais objetivos, foram aplicados Cr\$ 1,4 bilhão de cruzeiros na área rural e Cr\$ 0,5 bilhão na urbana.

Por outro lado, em apoio aos alunos da periferia urbana e de centros socialmente críticos, a campanha de alimentação escolar atendeu a quase 14 milhões de estudantes, em 109.584 escolas distribuídas por 3.513 municípios. Foram treinados 19.000 monitores de alimentação. Esse conjunto de apoio social investiu Cr\$ 3,2 bilhões.

Ainda na área social ocorreu, em 1980, a alfabetização de 600 mil alunos em 3.974 municípios, além de ações de apoio à educação integrada, saúde e outras atividades.

Ao ensino superior, com auxílio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, foram concedidos Cr\$ 2,3 bilhões para conclusão de «campi» e de 138 hospitais universitários, os quais passaram a atender aos beneficiários da previdência social.

O Ministério da Saúde dedicou-se, em comum com o Ministério da Previdência e Assistência Social, a preparar documento preliminar destinado a definir o Prev-Saúde (Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde), ora em estudo para possível implantação em meados de 1981.

Atento aos problemas de medicina preventiva, compatíveis com a sua competência original, o Ministério da Saúde organizou diversas campanhas de vacinação, destacando-se aquela contra a poliomielite, que conseguiu, em duas etapas, imunizar cerca de 90% da população até 6 anos de idade.

Também foi dada ênfase à produção de vacinas, com tecnologia brasileira; para as endemias de maior incidência, como sarampo, poliomielite, febre amarela e meningite meningocócica. Estão sendo criados um moluscicida capaz de exterminar o caramujo da esquistossomose e vários antígenos para diagnósticos de hepatite, leptospirose, enterobacteriáceas, rubéola, doença de Chagas e toxoplasmose. Alguns desses produtos já atingem escala de produção industrial de uso confiável.

O Ministério da Previdência e Assistência Social concedeu, em 1980, 3,8 milhões de benefícios novos (via Instituto Nacional de Previdência Social — INPS), favorecendo 8 milhões de beneficiários. O INPS despendeu 437 bilhões com essas prestações, enquanto o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) desembolsou 138 bilhões em assistência médica. A Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) aplicou cerca de 3,3 bilhões em seus programas principais. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) assistiu a 800.000 menores, em convênio com 1.200 entidades privadas, gastando no conjunto dos seus programas Cr\$ 2,73 bilhões. A Central de Medicamentos (CEME) executou o suprimento de vacinas e medicamentos no valor total de Cr\$ 4,43 bilhões. Desse total, 70% foram aplicados pelo Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), diretamente em suas unidades próprias ou mediante convênios diversos com as Secretarias Estaduais de Saúde, Forças Armadas e programas do Ministério da Saúde.

POLÍTICA EXTERNA

Em conjuntura mundial marcada pelo aprofundamento de uma crise global, quer no plano político, quer no econômico, a política externa do Governo manteve seu compromisso inabalável com a Paz e com o Desenvolvimento. No ano que passou, intensificamos nossos esforços no sentido do descontraimento das tensões internacionais, da criação ou renovação dos vínculos de confiança entre os Estados e do atendimento às aspirações dos povos por independência, bem-estar e justiça.

O Brasil voltou-se tanto para o mundo industrializado, quanto para os países em desenvolvimento. Em sua movimentação diplomática, o País objetiva um relacionamento horizontal, de contornos francos e democráticos. Não aceitamos subordinações nem hegemonias, pois nossa meta é a abertura equitativa do processo decisório internacional a todas as nações. Buscamos compreender e ser compreendidos, na certeza de que o diálogo internacional deve ter por base a aceitação leal das especificidades de cada país: suas dificuldades, interesses e propósitos.

E temos reiteradamente assinalado que, com as nações vizinhas da América Latina e África, o Brasil leva a cabo uma política de igualdade, genuinamente descontraída e contrária a quaisquer tipos de prepotência, hegemonia ou intervencionismo.

Na verdade, articula-se, em nossos dias, uma nova e dinâmica realidade latino-americana. Os problemas políticos e econômicos de nossa região são tratados dentro da ótica da mudança; a estagnação é rapidamente substituída por atitudes inovadoras, tanto bilaterais como multilaterais, e pela decisão comum de nossos países de reforçarem os laços que nos ligam, não apenas para melhor enfrentarmos as variações adversas da conjuntura internacional, mas também para atendermos às aspirações de nossos povos por uma convivência densa, diversificada e fraterna. A América Latina apresenta-se ao mundo com uma face renovada e com a disposição de falar por si mesma em defesa de seus valores e anseios próprios.

É decisão política de meu Governo trabalhar pela unidade e integração latino-americanas, sem preconceitos, com base em nossa própria vivência democrática e num devotamento já comprovado à causa do desenvolvimento justo e equilibrado. Necessariamente, ação e possibilidades concentram-se de preferência na América do Sul.

Através de visitas oficiais à Argentina, Chile e Paraguai, países em que fui recebido de forma calorosa, o que muito me tocou, procurei traduzir essa política em realidades concretas. Da mesma forma, tive a honra e satisfação de receber em nosso País os mais altos mandatários da Argentina e do México, para conversações marcadas pela amizade e compreensão recíprocas. No correr do ano tive ocasião de trocar mensagens sobre temas de interesse comum com outros Chefes de Estado latino-americanos.

Além dos contactos presidenciais a que me referi, também intensificamos o intercâmbio político e econômico por meio de numerosas visitas recíprocas de nível ministerial e nível técnico.

Com os países do Grupo Andino, mantivemos, na cidade de Lima, frutífero encontro a nível de chanceleres. Participamos decisivamente dos trabalhos de criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que substitui, como instrumento regional de integração, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), buscamos uma participação construtiva, sempre voltada para o encaminhamento pacífico das controvérsias, para a observância do princípio da não-ingerência nos assuntos dos Estados e para a obtenção de um melhor nível de desenvolvimento dos nossos povos.

A entrada em vigor, em agosto de 1980, do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) constitui evento marcante na vida latino-americana, tanto pelo exemplo da viabilidade do esforço comum, quanto pelas oportunidades de cooperação efetiva que abriu para os países amazônicos, e que devem resultar em benefício de toda a América Latina. Já em outubro último, em terra brasileira (Belém do Pará), reuniram-se pela primeira vez, em acontecimento histórico, a cuja conclusão presidi, os Chanceleres dos países amazônicos, adotando-se a «Declaração de Belém», que delinea parâmetros para a cooperação entre esses países com vistas ao aproveitamento e progresso da região amazônica.

Tais contactos do Brasil com essas nações irmãs são, na verdade, conseqüência natural do nosso modo de ser latino-americano, de nossa própria identidade nacional. A atitude brasileira, devo assinalar, encontra plena correspondência e, por isso mesmo, será mantida e aprofundada. O diálogo aberto dentro de nossa região favorece a todos e é condição para a defesa harmônica de nossos interesses comuns de Paz e Desenvolvimento.

Avançaram as relações entre o Brasil e os países africanos. Em variados casos, foi superada a fase exploratória, de estabelecimento de contactos com vistas ao melhor conhecimento mútuo. Entramos, agora, numa etapa de construção, de troca de experiências e de cooperação. E abre-se, de fato, um quadro sólido de perspectivas de maior e melhor intercâmbio. Cabe-nos, pois, dentro de nossas possibilidades ainda limitadas, a importante tarefa de dar caráter operacional às múltiplas oportunidades de expansão do convívio afro-brasileiro.

O Brasil acolheu com especial satisfação a conclusão do prolongado e turbulento processo de independência do Zimbábue, com a instalação de um verdadeiro regime de maioria.

Continuaremos a favorecer, por outro lado, a autodeterminação e independência da Namíbia, objetivos que esperamos possam ser, sem demora, alcançados de forma justa e pacífica. A persistência das práticas odiosas de aparteidismo no sul do continente africano merece a repulsa e condenação universais. O Brasil insiste na eliminação dessas práticas racistas, confiando em que venha a prevalecer uma situação de justiça naquela parte da África.

As visitas que nos fizemos os Presidentes da Guiné e da Guiné-Bissau, assim como a viagem do Chanceler brasileiro a países africanos, juntamente com o grande número de missões intercambiadas com esses países, demonstram a intensidade das relações do Brasil com a África e, sem dúvida, consolidaram a fluidez e a confiança que caracterizam essas relações. Participamos, ainda, de forma ativa e com representação de alto nível, da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Meridional, realizada, em novembro, em Maputo.

Dando expressão concreta à efetivação da presença brasileira na África, foram instaladas, em 1980, Embaixadas em Dar-Es-Salaam e Lomé.

No plano político, reiteramos a posição brasileira de princípio quanto à questão do Oriente Médio. Somos a favor da desocupação dos territórios árabes tomados pela força. Consideramos que todos os países da região têm o direito de existir dentro de fronteiras internacionalmente negociadas e reconhecidas. Defendemos os direitos do povo palestino à autodeterminação, à criação de um Estado soberano e ao retorno a seus lares. Reconhecemos que a Organização da Libertação da Palestina (OLP) representa o povo palestino e deve participar do processo que venha a deliberar sobre o destino da Palestina.

Num cenário petrolífero internacional turvado por situação de instabilidade de preços e até de abastecimento, que a eclosão do conflito Irã-Iraque agravou, o Brasil, graças a seu relacionamento com os países produtores de petróleo, assegurou o fluxo de importações da matéria-prima. Nesse particular, são relevantes os aumentos dos fornecimentos provenientes do México e da Venezuela, num gesto expressivo de solidariedade e de adensamento da cooperação latino-americana. Com os países exportadores de petróleo de todos os quadrantes, temos explorado e desenvolvido significativos projetos de cooperação em variados campos, com o propósito de criar relações mais equilibradas que se reflitam adequadamente em nosso balanço de pagamentos.

Côm os países industrializados ocidentais e o Japão, nosso relacionamento evolui de forma intensa, cordial e franca. Por motivos de toda a ordem, o Brasil continua a atribuir particular atenção à vertente ocidental de sua política externa. Vemos no Ocidente uma comunidade de nações dedicadas à liberdade e em condições de acomodar tanto nações ricas, quanto pobres. O pluralismo e o respeito pelo direito dos povos e dos indivíduos estão no próprio cerne do sistema de valores ocidentais.

Reconhecemos como de importância crucial para nosso processo de desenvolvimento a intensificação e o adensamento da convivência com esses países, em bases maduras que incorporem um diálogo permanente e desinibido, de parte a parte.

Muito nos preocupam, entre outros, os graves problemas do protecionismo em todas as suas formas (econômico, financeiro, tecnológico), da instabilidade monetária, da inflação e seus reflexos negativos, precisamente nas economias mais vulneráveis dos países em desenvolvimento. Nunca deixamos de reconhecer e de afirmar que somos os principais responsáveis por nosso próprio desenvolvimento, mas também não podemos deixar de reiterar a necessidade de que nossos árduos esforços não sejam dificultados ou anulados por problemas e medidas de ordem externa.

É particularmente preocupante o estágio em que se encontram as negociações internacionais entre os países do Norte industrializado e os países em desenvolvimento do Sul. Esse conjunto de negociações, que abrange as principais questões de interesse global em matéria econômica e de desenvolvimento e já se prolonga por mais de duas décadas, não alcançou, ainda, reais progressos. Abrigamos a esperança de que nossos principais parceiros industrializados venham a dar sua contribuição para superar esse estado de coisas, de modo que as negociações Norte-Sul, quer no âmbito das Nações Unidas, quer fora dele, possam cumprir os seus propósitos.

Além de numerosas visitas de alto nível trocadas com esses países, desejo também salientar a assinatura, em 1980, do Acordo de Cooperação com a Comunidade Européia.

As relações do Brasil com os países socialistas do Leste europeu ganharam intensidade expressiva em variadas áreas de atividade nos campos econômico e comercial.

Também com a China, nossas relações continuam a receber impulso, sendo orientação minha acelerar essa tendência.

Buscamos nestes últimos doze meses, em suma, uma convivência ampla e intensa, com o propósito maior de estabelecer um clima de entendimento e de cooperação mútua. Praticamos uma diplomacia densa e complexa, apesar de nossas limitações naturais. Deixamos patentes os verdadeiros propósitos brasileiros de que o convívio entre as nações se conduza de modo que se abrandem as tensões e desapareçam progressivamente os escandalosos desníveis de riqueza entre as nações.

A ação diplomática de meu Governo está, assim, indissolivelmente ligada aos propósitos de Paz e Desenvolvimento. Projetamos a imagem de uma Nação determinada, realista e confiável, que contribui positivamente para o estabelecimento de uma ordem internacional justa, equitativa e democrática. De minha parte, reitero que o Executivo continuará em seu empenho de mobilização no sentido de, no plano externo, aproveitar plenamente as oportunidades que surgirem para o nosso desenvolvimento, a fim de que o povo brasileiro tenha melhores condições de desfrutar nível de vida mais digno, num quadro harmonioso de justiça e liberdade.

Tenho a certeza de que, da mesma forma que em outras tarefas, contarei sempre com o elevado e fundamental apoio do Congresso Nacional.

POLÍTICA INTERNA

A reestruturação partidária, com base no princípio constitucional do pluralismo, só recentemente reinstituído, prosseguiu durante 1980 com as dificuldades naturais em País de tão ampla base física, além de outras decorrentes do próprio bipartidarismo mal definido que há muitos anos vigorava entre nós, mantido pela couraça de uma rígida fidelidade partidária.

Era natural, portanto, que, praticamente liquidada esta, no período de transição permitido pelas delongas da implantação de novos partidos, desde suas bases municipais como mandava a lei, surgissem e perdurassem pruridos de independência e autonomia individual ou de pequenos grupos, tumultuando o panorama político, já de si pouco definido. A transmigração de um partido para outro, enquanto permitida, continuará a impedir a consistência do quadro partidário, indispensável à vida político-democrática. E isto com reflexos maiores, insanáveis, no funcionamento das Casas do Congresso Nacional.

Daí, segundo nos parece, convir que se acelere o registro dos partidos, com a promoção de esforço conjunto, suprapartidário, para o restabelecimento da prática responsável e consciente da fidelidade partidária, tal como a exige, em qualquer caso, o funcionamento produtivo da vida democrática.

Não subsiste esta, nem sobreviverá jamais, sem diálogo e sem negociação entre correntes divergentes. E ambos — diálogo e negociação — só poderão durar ou realizar-se utilmente com um mínimo de disciplina e comando dentro de cada corrente partidária.

Mais provável será, sempre, faltando essa condição essencial, a degeneração da verdadeira prática democrática em lamentáveis episódios de simples, frontal e desnuda contestação em que só restará o apelo primário aos extravasamentos demagógicos que arrancam violentos aplausos ou inadmissíveis apupos às galerias de extremistas marginais, adredemente convocados para espetáculos tão deprimentes.

E não se diga, honestamente, que tais exemplos não ocorreram entre nós...

O Poder Executivo a mim confiado está, como sempre esteve, aberto à conciliação e à prática democrática da negociação, especialmente no campo da elaboração legislativa.

Dentro dessa orientação, buscamos, tal como o Governo Geisel no lamentável episódio da reforma do Poder Judiciário, chegar a entendimento com as várias correntes oposicionistas na elaboração de um Estatuto dos Estrangeiros que atendesse, da maneira mais ampla possível, às várias proposições, e na aprovação de Emendas sobre a prorrogação dos mandatos municipais e ampliação das chamadas prerrogativas do Poder Legislativo. Havia interesse maior de meu Governo não apenas em atender a certos requisitos, bem justificáveis, de controle mais efetivo da entrada e permanência de estrangeiros no País, de solução para o evidente impasse no calendário eleitoral ou de amplitude maior para o processo já desencadeado, com aplauso geral, da abertura política. Mas também em promover, «pari passu», ambiente salutar de negociação política em bases democráticas, através da qual se reduzissem exigências de parte a parte, algo fosse cedido pelas diferentes correntes de opinião e se compatibilizassem posições inicialmente inconciliáveis, em favor de um resultado final que não fosse apenas aceitável para cada qual, mas traduzisse o máximo possível de consenso. Essa praxis democrática, honestamente implantada no dia-a-dia, casuística-

mente embora ou como quer que venha a ser qualificada, é e será, a nossô ver, base essencial à consolidação da abertura democrática iniciada, em hora singular e meridiana, pelo Presidente Ernesto Geisel em seu benemérito Governo.

Saberemos corresponder a isso? Só o futuro o dirá.

Entrementes, afirmo-lhes, Senhores Congressistas, que continuarei pelejando para que tal aconteça, reiterando o propósito firme e cristalino de negociar com as várias correntes da Oposição para o ajuste de opiniões e a elaboração de textos legais que representem o que de melhor, no momento, Legislativo e Executivo possam oferecer à Nação, com vistas a assegurar a felicidade geral de todos os brasileiros em todos os rincões desta Pátria imensa a que tudo devemos nós, efêmeros detentores de um poder de decisão que só nos foi confiado para promovermos conscienciosamente o bem comum.

E tanto mais importa fazê-lo quanto ingressamos agora em ano legislativo durante o qual será necessário ajustar e complementar a legislação eleitoral vigente, com vistas ao pleito do ano vindouro.

Brasília, 1.º de março de 1981.

JOÃO FIGUEIREDO



1 -- DESEMPENHO DOS SETORES PRIORITÁRIOS



1.1 — ESTRATÉGIA DO III PND

A sociedade brasileira defronta-se, desde meados de 1979, com os problemas inerentes ao agravamento da crise de petróleo. É essa, em essência, a causa do ressurgimento do desequilíbrio externo, além de figurar como o principal fator de reaceleração inflacionária.

De fato, as elevações do preço do combustível verificadas a partir de maio de 1979 globalizaram aumento superior a 180%, ao final de 1980. Medida em valores absolutos, essa segunda crise do petróleo trouxe um impacto negativo sobre a economia brasileira bem maior que o verificado em 1973/74. Enquanto naquele período o preço do barril se elevou em US\$ 8, entre 1979/80 o aumento foi da ordem de US\$ 19.

As importações de petróleo, que se situavam em US\$ 4,2 bilhões em 1978 (30,7% das importações totais), saltaram para US\$ 6,4 bilhões em 1979 (42% do total). Em consequência, o saldo deficitário em transações correntes, que evidenciava um comportamento declinante entre 1974 e 1977, elevou-se em 1979 e 1980 (US\$ 10 bilhões e US\$ 12,2 bilhões, respectivamente). Como consequência, a dívida externa bruta se elevou de US\$ 43,5 bilhões em 1978 para US\$ 49,9 bilhões em 1979 e US\$ 54,2 bilhões em 1980, apesar do excelente desempenho das exportações.

Concomitantemente, o início de 1979 é marcado por novo recrudescimento do processo inflacionário. A taxa anual de elevação de preços, após oscilar entre 30 e 40% ao ano, até 1978, supera 70% em 1979 e fica em torno de 100% em 1980.

Além dos repetidos aumentos dos custos de importações (o índice de relações de troca do País caiu de 100 em 1978 para 90 em 1979 e 67 em 1980), houve ainda outros fatores responsáveis pela reaceleração inflacionária.

Simultaneamente com o agravamento desses desequilíbrios macroeconômicos, cujas causas originais são eminentemente externas, enfrenta a sociedade brasileira a necessidade imperiosa de reduzir seus desequilíbrios sociais internos, em especial os derivados da chamada

pobreza absoluta, e de melhorar o perfil da distribuição de renda. É fora de dúvida que essa necessidade se encontra intimamente associada ao processo de abertura política e aperfeiçoamento democrático, esforço supremo do atual Governo.

A verificação desses aspectos predominantes da realidade econômica e social do País, das limitações severas ao crescimento, da inadiável prioridade aos setores social e energético, conduziu à necessidade de uma estratégia econômica clara, onde foram definidas as prioridades e os objetivos da política econômica, as limitações ao desempenho da economia e a forma de superá-las.

Nesse sentido é fundamental considerar que a economia brasileira dispõe de excepcional dotação de recursos naturais e fatores de produção, cuja escassez, no cenário mundial, se torna cada dia mais evidente. De fato, o Brasil oferece excelentes oportunidades de investimentos na utilização de seus recursos naturais — terras, recursos hídricos, florestais e minerais — com resultados importantes não só para seus habitantes mas também para toda a humanidade.

É igualmente expressivo verificar que a história econômica recente do Brasil evidencia claramente as potencialidades e a capacidade do País para superar obstáculos e queimar etapas. Entre 1939 e 1973, o Brasil saltou do 15º lugar entre as maiores economias do mundo para o 8º, permanecendo nele até 1980. A transformação de uma economia essencialmente agrícola dos anos 40 para o País industrializado dos anos 80 foi possível graças ao esforço de sua população e ao apoio deliberado às políticas econômicas dos Governos que se sucederam ao longo das últimas três décadas.

Essas premissas conduziram a três fatos importantes sobre os quais se appia a estratégia econômica do Governo.

Primeiro, o Brasil não se defronta com uma crise energética e sim com uma crise de petróleo. Com efeito, somos um país rico em fontes energéticas — imensos recursos para geração de hidroeletricidade, abundante disponibilidade de terras e luz solar para produção de biomassas, substanciais reservas de carvão e urânio e gigantescos depósitos de xisto.

Segundo, o Brasil dispõe de capacidade de exportação muito superior àquela utilizada até o presente. Além das possibilidades de expansão das exportações de matérias-primas tradicionalmente destinadas aos mercados externos, descobertas recentes colocam o País em posição de tornar-se exportador de minerais atualmente importados. No setor agrícola, a abertura de novas fronteiras poderá transformar o Brasil num dos maiores exportadores de grãos do mundo. Vale mencionar ainda a tendência observada por mais de uma década nas exportações de produtos manufaturados, o que atesta a extrema agilidade do setor industrial em resposta aos estímulos concedidos às exportações.

Terceiro, a concepção da estratégia para a política econômica repousa na capacidade institucional da sociedade brasileira de gerenciar redirecionamentos ágeis e eficazes de sua economia. Realmente, considerar «milagres econômicos» o surto acelerado de desenvolvimento industrial e de expansão das exportações no período 1968/73 e o crescimento da agricultura em 1980 é subestimar a capacidade do Governo de detectar as oportunidades abertas à economia brasileira pelos diferentes cenários da economia internacional e de orientar os setores público e privado para um engajamento imediato em novas prioridades.

Essas características da economia brasileira e o próprio ambiente sócio-político do País certamente desaconselham a adoção de políticas recessivas que implicam reduções indiscriminadas das taxas de crescimento em todos os setores da economia. Afinal, eventuais melhorias em termos de redução da inflação e do déficit do balanço de pagamentos seriam alcançadas à custa do tempo perdido em adaptar a economia à crise do petróleo. O remédio amargo, tido por alguns como a única salvação, poderia simplesmente agir contra os sintomas da enfermidade e protelar a cura definitiva para um futuro incerto.

A taxa média de crescimento vislumbrada para os próximos anos resultará fundamentalmente da execução dos grandes programas e projetos em setores prioritários. Por outras palavras, a taxa de crescimento deve ser máxima, porém sujeita à restrição de que a economia alcance nos próximos anos expressiva substituição do petróleo e crescimento das exportações e da produção agrícola, de modo a ingressar na segunda metade da década com uma situação de equilíbrio no balanço de pagamentos, com taxa de inflação no nível do início dos anos 70 e com melhoria substancial do perfil de distribuição da renda.

Constitui essa, precisamente, a essência da estratégia econômica do III Plano Nacional de Desenvolvimento. Dela resulta prioridade expressa a programas e projetos ligados aos setores energético, agrícola, de exportação e social, dos quais deverão resultar crescimento econômico com adequada geração de empregos e redução das limitações mais graves ao desempenho da economia.

A recomposição do crescimento da economia em favor desses setores implica igualmente recomposição dos investimentos. O financiamento das inversões sofrerá alteração. Tendo em vista a redução do ingresso de poupança externa, por força da gradual eliminação do déficit corrente, há que contar com elevação continuada da poupança interna e conseqüente redução da taxa de crescimento do consumo. Em face, entretanto, da desejada redistribuição de renda subjacente à prioridade social do Governo, a redução do ritmo de crescimento do consumo global deverá ser feita preponderantemente nas faixas de renda mais elevada, que podem oferecer contribuição mais palpável ao aumento da poupança interna.

Serão sempre privilegiados os investimentos de rápida maturação. É o caso típico de inversões no setor agrícola. Em relação às aplicações de capital com períodos mais longos de maturação, serão consideradas pelo Governo apenas aquelas realizadas em setores prioritários, notadamente visando à exportação ou à substituição de energia importada.

No que concerne às inversões do Governo, sofrerão limitações severas as destinadas a setores não prioritários, em face da necessidade de redução do dispêndio global dos órgãos da administração pública e das empresas estatais.

De forma geral, essa recomposição prevista para os investimentos deverá acarretar redução marginal nas relações capital/produto e capital/mão-de-obra. Caminha-se, assim, no sentido da utilização mais racional de nossos fatores relativamente mais abundantes — trabalho e recursos naturais — a fim de obter-se maior produtividade do capital disponível.

1.2 — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

A destacada prioridade conferida à agricultura justifica-se pela elevada dependência de toda a estratégia econômica ao desempenho desse setor. Com efeito, cabe à agricultura contribuir de forma decisiva para atender, simultaneamente, aos objetivos de redução da inflação, mediante o aumento da oferta de produtos destinados ao abastecimento interno, de reequilíbrio da conta comercial do balanço de pagamentos, através de exportações crescentes de produtos agropecuários, e de substituição da energia importada, visto apoiar-se na produção de cana-de-açúcar o principal programa neste último sentido: o Proálcool.

Além desses objetivos, não se pode deixar de assinalar a importância do crescimento agrícola na atenuação de tensões sociais, como as originárias das migrações campo-cidade em consequência da oferta de emprego insuficiente no setor primário da economia. Espera-se, em consequência do necessário e projetado crescimento do setor (algo entre 7 e 8% ao longo do período 1980/85), obter aumento significativo da população empregada, assim como dos seus níveis de renda.

Todos esses aspectos mostram a importância de assegurar aumentos contínuos de produção, utilizando-se para tanto os instrumentos de política econômica disponíveis. Nesse sentido, tem o Governo privilegiado instrumentos de ação rápida e eficiente, como o crédito e a política de preços mínimos, sem descuidar, contudo, de medidas de âmbito estrutural ou de prazos mais longos de maturação, até pelas implicações sociais que normalmente possuem, como, por exemplo, a legalização de propriedades rurais de pequenos produtores.

Apresenta-se a seguir um retrospecto das principais medidas de política econômica adotadas no biênio 1979/80, com vistas ao estímulo da produção agrícola. Os resultados obtidos em 1980 são adiante analisados, com destaques para os principais produtos destinados ao abastecimento interno, à exportação e ao programa energético. À luz desses resultados, segue, em conclusão, uma apreciação resumida da contribuição efetiva da agricultura para a atenuação das pressões inflacionárias, o aumento das exportações e a substituição de energia importada.

1.2.1 — *Medidas de Política Econômica em Favor da Agricultura*

Entre as diferentes medidas adotadas para o setor agrícola, deve-se ressaltar, de início, a desvinculação do cálculo de preços mínimos da fixação dos valores básicos de custeio.

Essa medida deu maior flexibilidade às Autoridades Governamentais na elaboração de suas políticas de preços e crédito para o setor agrícola, permitindo com isso a fixação de preços mínimos atrativos de forma independente da liberação de crédito para custeio das lavouras.

Com relação aos Valores Básicos de Custeio, que significam os custos variáveis desembolsáveis pelo produtor, é importante notar que, a despeito de sua desvinculação dos preços mínimos, nem por isso implicaram redução do montante de recursos alocados ao custeio agrícola. Ao contrário, a medida que essa modalidade de crédito passou a ser considerada «conta-aberta» no Orçamento Monetário, todos os produtores que recorreram à rede bancária a fim de obter financiamentos para custeio de suas atividades tiveram suas propostas de crédito prontamente acolhidas.

Outra medida de grande alcance foi tornar obrigatório para todos os produtores que se utilizam do Crédito Rural o PROAGRO— Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Com isso o Governo buscou favorecer principalmente os miniprodutores e pequenos produtores, que não aderiam ao PROAGRO por desconhecimento do seu mecanismo ou por temor com relação ao percentual de contribuição. Ao usar o crédito rural, o produtor automaticamente tem garantia contra frustrações de safra.

O PROAGRO, além de representar um seguro para os casos de frustrações de safra por problemas climáticos ou de pragas, possibilita ao produtor ficar com uma parte da colheita, no caso de perda parcial, para o sustento da família.

Não se pode deixar de mencionar também a redução da burocracia para a obtenção de crédito, que juntamente com a ampliação do número de postos avançados do Banco do Brasil possibilitou, principalmente aos miniprodutores e pequenos produtores, amplo recurso ao crédito rural para financiamento de suas atividades.

Igualmente importante foi a oportuna fixação de preços mínimos. Houve acentuada elevação nos níveis dos preços mínimos, em termos reais, para a maioria das lavouras na safra 1979/80.

Para o ano agrícola 1980/81, em curso, manteve-se a fixação de preços mínimos remuneradores. Esse procedimento implica efetivo redirecionamento das políticas até então traçadas, buscando-se através do mecanismo de preços os estímulos mais tangíveis ao setor.

De fato, como mostram os quadros a seguir, com exceção do amendoim, a grande maioria dos principais produtos agrícolas recebeu aumentos significativos de preços mínimos em termos reais. Vale ressaltar a elevação do preço do feijão, milho e mandioca, respectivamente 40,5%, 22,5% e 17,6% acima da inflação.

Para o ano agrícola 1979/80, o montante de crédito para custeio apresentou a significativa evolução de 87,5%. No período 1980/81 estima-se crescimento em torno de 117%.

Outras medidas, com efeito mais defasado, não podem ser esquecidas.

Na área de pesquisa e desenvolvimento de insumos e técnicas que permitem elevar a produtividade agropecuária, as atenções estão voltadas prioritariamente para o desenvolvimento de sementes melhoradas, notadamente nas lavouras de alimentos básicos. Destacam-se também, ainda nessa linha de atuação, a cargo da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o desenvolvimento de novas técnicas de manejo mais eficiente e econômico de adubos e defensivos químicos, além do desenvolvimento de sementes e culturas adaptadas aos solos de cerrados.

Finalmente, visando a encaminhar soluções mais amplas para os problemas de armazenagem, foi instituída uma central para acompanhamento da colheita em todo o País, com especial atenção para os trabalhos desenvolvidos nas zonas de fronteira agrícola, a fim de prevenir ao máximo as perdas de produção pós-colheita. Em 1980 foram investidos mais de Cr\$ 400 milhões com a distribuição de armazéns de emergência em diversos Estados.

Convém ainda destacar as medidas específicas voltadas para as culturas de café, cana-de-açúcar e borracha natural, por sua importância na exportação e na substituição de importações.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÍNIMOS MÉDIOS REAIS LÍQUIDOS

(Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul)

	69/70	70/71	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81
Algodão em caroço	3,59	3,65	4,43	4,39	7,11	6,82	6,87	8,04	7,49	7,13	6,53	7,36
Amendoim em casca	3,20	3,39	3,70	4,36	5,11	6,76	6,80	6,50	5,72	5,71	6,80	5,04
Arroz em casca	6,62	6,09	6,84	8,20	8,46	11,08	10,74	10,31	9,72	9,62	10,36	11,16
Feijão branco, cor. raj.	11,49	12,07	12,97	14,95	19,48	19,49	19,69	22,72	20,64	19,51	19,87	27,91
Feijão preto comum	11,49	15,58	14,70	13,88	18,25	19,02	18,51	22,16	20,64	19,51	19,87	27,91
Juta/malva (prod.)	0,26	0,28	0,32	0,39	0,38	0,42	0,48	0,45	0,42	0,40	0,37	0,47
Mamona	7,97	7,60	7,16	10,52	11,75	9,68	10,98	10,93	11,21	11,10	12,31	13,65
Mandioca (raiz)	14,25	14,29	21,79	30,77	26,81	23,34	24,20	25,79	25,13	23,26	23,73	27,91
Mandioca	5,54	6,31	7,75	8,20	8,20	11,67	11,34	9,90	8,39	7,93	10,23	10,23
Milho	3,51	3,64	3,70	4,66	6,65	7,00	7,26	6,56	5,83	5,71	6,00	7,35

Fonte: GFP

Elaboração: CAE/Ministério da Agricultura

Deflator: Coluna 2 do ICP — Mês de outubro — Início de Safra — 1965/67 = 100

QUADRO 2

VARIACÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS MÍNIMOS MÉDIOS REAIS LÍQUIDOS

(Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul)

	71/70	72/71	73/72	74/73	75/74	76/75	77/76	78/77	79/78	80/79	81/80
Algodão em caroço	1,67	21,36	-0,91	61,95	-4,08	0,73	17,03	-6,85	-4,81	-8,42	12,71
Amendoim em casca	5,93	9,14	17,83	17,20	32,28	0,59	-4,42	-12,00	-0,18	19,08	-25,89
Arroz em casca	-8,01	2,31	19,88	3,17	30,96	-3,07	-4,01	-5,73	-1,03	7,69	7,72
Feijão branco, cor. raj.	5,05	7,46	15,27	30,30	0,05	1,03	15,39	-9,15	-5,47	1,85	40,46
Feijão preto comum	35,60	-5,65	-5,58	31,48	4,22	-2,68	19,72	-6,86	-5,47	1,85	40,46
Juta/maiva (prod.)	7,69	14,29	21,88	-2,56	10,53	14,29	-6,25	-6,67	-4,76	-7,50	27,02
Mamona	-4,64	-5,79	46,93	11,69	-17,62	13,43	-0,46	2,56	-0,98	10,90	10,88
Mandioca (raiz)	0,28	52,48	41,21	-12,87	-12,94	3,68	6,57	-2,56	-7,44	2,02	17,61
Mandioca	13,90	22,82	5,81	0,0	42,32	-2,83	-12,70	-15,25	-5,48	29,00	0,00
Milho	3,70	1,65	25,95	42,70	5,26	3,71	-9,64	-11,13	-2,06	5,08	22,50

Fonte: CFP

Elaboração: CAE/Ministério da Agricultura

Deflator: Coluna 2 do IGP — Mês de outubro — Início da safra — 1965/67 = 100

A política adotada para o setor cafeeiro visou a proporcionar meios capazes de assegurar justa remuneração ao produtor, pela fixação de preços de garantia escalonados e de financiamentos, facilidades de créditos e assistência técnica permanente.

Assim, através do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, foram concedidos créditos especiais destinados a novas lavouras, à aquisição de equipamentos e instalações a nível de propriedade, ao financiamento da construção de estradas vicinais e à eletrificação rural em áreas de menor desenvolvimento. Os recursos aplicados na consecução destes programas montaram a cerca de Cr\$ 3.965 milhões.

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), através do seu Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), intensificou o desenvolvimento de pesquisa para obter maior produtividade da cana-de-açúcar, não só com vistas à produção de açúcar, mas principalmente como respaldo ao PROÁLCOOL.

O IAA está empenhado na abertura de áreas pioneiras para a introdução do plantio da cana-de-açúcar. Serão ocupados espaços potencialmente aptos para o cultivo da cana, tidos como ociosos ou improdutivos do ponto de vista econômico, existentes em grandes extensões do País. Como apoio a essas medidas estão sendo instaladas Estações Experimentais. Três já entraram em funcionamento e foram programadas mais de 12 unidades. O IAA definiu, ainda, uma estratégia para a elaboração dos Projetos de Irrigação e Drenagem para a Cultura de Cana-de-Açúcar no Norte-Fluminense.

Tem-se buscado, também, reestimar o setor através do estabelecimento de preços remuneradores para a cana, o açúcar e o álcool.

A Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), através de seus Programas de Incentivos à Produção da Borracha Natural, superou, com o PROBOR I, a principal meta de formação de 18 mil hectares de seringais, com o financiamento de cerca de 27 mil hectares, dos quais 17 mil já efetivamente implantados.

No âmbito do PROBOR II, destaca-se a meta de formação de 120 mil hectares de seringais de cultivo, tendo sido elaborados projetos com cerca de 90 mil hectares, localizados, principalmente, na região norte do País, dos quais 10.400 já implantados. Acresce destacar ainda o trabalho executado no preparo de terras, formação de viveiros, produção de mudas e estabelecimento de infra-estrutura técnica-operacional. No seu segundo ano de vigência, o excelente desempenho do Programa deveu-se ao interesse de pequenos produtores e empresários em investir no plantio de seringais.

Os bons resultados obtidos com os Programas em execução e a necessidade de acelerar a auto-suficiência do País em borracha natural induziram à implementação do PROBOR III, a ser executado no período 1981/85, cuja meta é a formação de 500 mil hectares de seringais de cultivo.

1.2.2. — *Efeitos da Política Econômica: Aumentos de Produção e Área Plantada*

As políticas adotadas para o ano agrícola 1979/80 permitiram ao setor retomar o ritmo de crescimento, bastante prejudicado pelas frustrações do período 1978/79 em virtude de problemas climáticos.

Com efeito, a produção agropecuária apresentou em 1980 uma expansão estimada de 7,2%, contra variação negativa em 1978 e de apenas 3,2%, em 1979. Esse crescimento é resultado de uma expansão de 9,3% das lavouras e 2,8% da produção animal e de derivados.

Na apreciação dos resultados observa-se que a produção total de grãos atingiu o volume recorde de 50 milhões de toneladas. Destacam-se os resultados alcançados com os principais produtos de abastecimento do mercado interno, tanto em termos de área colhida quanto de produção. Com efeito, a área colhida do arroz expandiu-se em 14% e sua produção em 28%, acusando a maior taxa de expansão da produção na década.

Quanto ao milho, apesar de pequena expansão em área (2%), sua produção atingiu o nível recorde de 20 milhões de toneladas, o que representou acréscimo também recorde de 25,4%.

O feijão, apesar dos estímulos de preços e crédito concedidos pelo Governo, foi prejudicado por condições climáticas desfavoráveis, que impediram a obtenção de resultados do aumento de 11% da área de plantio. A produção ficou 6,6% abaixo da alcançada em 1979.

Com relação aos produtos de exportação, a soja e a laranja foram líderes em termos de expansão da produção. Os resultados da lavoura de soja foram excepcionais, atingindo volume recorde de produção estimada em 15 milhões de toneladas, ou seja, crescimento de 52% em relação à safra precedente (1979).

A laranja também alcançou a maior produção da história, com aproximadamente 55 bilhões de frutos e expansão de 10,5% em relação à safra anterior.

A safra de café em 1980 foi de 2,1 milhões de toneladas, inferior em 17,6% à de 1979, decréscimo decorrente das geadas ocorridas em junho de 1979 no interior de São Paulo e no Sul de Minas Gerais.

A produção de cana-de-açúcar atingiu 148,3 milhões de toneladas, superior em 6,5% à de 1979.

À luz desses fatos, convém assinalar o efeito estimulante na formação de expectativas quanto ao desempenho setorial em 1981.

A ratificação para a safra de 1981 das políticas adotadas em 1979 e 1980, aliada à implementação de outras medidas, tanto pelo Ministério da Agricultura como por outros órgãos, permite antever para a safra de 1980/81 resultados satisfatórios.

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

BRASIL

(1.000 ha.)

PRODUTO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Algodão	4.299	4.374	4.644	4.379	3.825	3.876	3.409	4.103	3.955	3.643	3.764
Amendoim	670	726	759	506	374	345	371	229	253	288	312
Arroz	4.979	4.764	4.821	4.795	4.665	5.306	6.656	5.958	5.595	5.446	6.211
Batata-Inglesa	214	208	202	189	192	191	200	195	210	204	180
Cacau	444	448	430	416	515	451	407	412	443	462	470
Café (em coco)	2.403	2.390	2.266	2.080	2.155	2.217	1.121	1.887	2.084	2.323	2.327
Cana-de-Açúcar	1.725	1.728	1.803	1.959	2.057	1.969	2.093	2.270	2.391	2.519	2.695
Feijão	3.485	3.936	3.941	3.815	4.289	4.146	4.059	4.542	4.613	4.214	4.679
Fumo	245	241	251	234	241	254	280	309	328	323	317
Laranja	202	212	237	449	350	403	414	422	454	549	574
Mandioca	2.025	2.071	2.053	2.104	2.006	2.041	2.094	2.170	2.141	2.107	2.074
Milho	9.858	10.550	10.539	9.908	10.672	10.855	11.118	11.787	11.103	11.314	11.551
Soja	1.319	1.716	2.191	3.615	5.143	5.824	6.417	7.070	7.778	8.311	8.754
Tomate	45	49	47	43	53	47	47	51	55	57	50
Trigo	1.895	2.269	2.320	1.839	2.471	2.932	3.540	3.141	2.801	3.831	3.119
Mamona	381	361	377	496	641	399	267	251	348	376	444
TOTAL	34.189	36.043	36.881	36.827	39.649	41.256	42.493	44.797	44.552	45.967	47.521

Fonte: FIBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

Dados referentes a set/80

QUADRO 4
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
BRASIL

PRODUTO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Algodão	1.955	2.271	2.511	2.256	1.917	1.748	1.262	1.903	1.571	1.636	1.708
Amendoim	928	945	956	590	453	442	510	324	325	462	483
Arroz	7.553	6.593	7.825	7.167	6.764	7.781	9.757	8.935	7.242	7.589	9.742
Batata-Inglesa	1.583	1.580	1.589	1.337	1.672	1.655	1.898	1.896	2.015	2.149	1.916
Cacau	197	219	221	196	165	282	232	250	284	305	228
Café (em coco)	1.510	3.103	2.991	1.745	3.231	2.545	752	1.915	2.451	2.589	2.133
Cana-de-Açúcar	79.753	80.380	85.106	91.877	95.624	91.525	103.173	120.171	129.223	138.325	147.954
Feijão	2.211	2.688	2.676	2.229	2.238	2.282	1.840	2.282	2.188	2.187	2.042
Fumo	244	244	263	234	296	286	299	360	409	423	412
Laranja (1)	15.497	16.284	18.946	24.646	29.595	31.566	35.841	35.822	39.091	49.408	54.639
Mandioca	29.464	30.229	29.829	26.559	24.798	26.118	25.443	25.844	25.358	24.935	24.712
Milho	14.216	14.130	14.891	14.109	16.273	16.839	17.751	19.246	13.533	16.309	20.457
Soja	1.509	2.077	3.223	5.012	7.877	9.893	11.227	12.513	9.535	9.959	15.128
Tomate	764	820	892	809	1.144	1.050	1.167	1.292	1.452	1.500	1.609
Trigo	1.844	2.011	983	2.031	2.859	1.788	3.216	2.066	2.677	2.924	2.941
Mamona	349	362	385	449	573	354	217	222	317	327	281

Fonte: FIBGE

Elaboração: CAE/MA
Dados referentes a set/80
1.000.000 frutos

1.2.3 — *Abastecimento*

Na análise das condições gerais de abastecimento, é interessante destacar três grandes grupos, quais sejam: grãos, hortigranjeiros e produtos de origem animal.

I — Grãos

Apesar do nível recorde de produção persistiram problemas de abastecimento, resultantes principalmente dos baixos estoques disponíveis. Após duas sucessivas frustrações de safra, não foi possível normalizar a situação apenas com a produção colhida em 1980. No entanto, o esforço no sentido de manter a produção agrícola em contínua ascensão, ao lado de condições de clima favoráveis, permite antever já em 1981 a normalização do abastecimento em geral.

O arroz e o milho foram exemplos típicos nesse sentido. Apesar das excelentes safras apresentadas, ainda assim foi necessário recorrer ao produto externo. As importações de arroz, que atingiram 250 mil toneladas, foram destinadas basicamente à formação de estoques reguladores.

As importações de milho, no montante de 1,5 milhão de toneladas, foram necessárias principalmente para compensar a frustração da safra nordestina, perdida em função da seca. Contudo, é importante registrar o extraordinário crescimento da demanda, provocado pelo incremento da produção avícola e suína.

Os transtornos com o abastecimento do feijão deveram-se basicamente a variáveis climáticas, que ocasionaram sucessivas frustrações nos últimos anos. Apesar dos esforços do Governo, a situação tornou-se particularmente grave na medida em que, sendo o feijão um produto não comercializado no mercado internacional, afiguram-se grandes as dificuldades de importação. Os dados disponíveis revelam que as importações do produto não atingiram sequer 30 mil toneladas em 1980, razão pela qual se registrou queda nos níveis absolutos da oferta total. O Governo, consciente da importância do produto na dieta da população brasileira, não tem medido esforços no sentido de estimular seu plantio, inclusive em bases mais técnicas, de modo a induzir melhor desempenho da cultura.

Situação inversa ocorreu com o abastecimento de soja e seus derivados. As condições extremamente favoráveis no mercado internacional levaram o Governo a estabelecer controle de exportação, de modo a evitar a evasão excessiva do produto e os conseqüentes problemas de abastecimento. Apenas 10% da produção total de grãos foi efetivamente liberada para o mercado externo, o que representou um volume exportável de 1,5 milhão de toneladas.

Quanto ao farelo e ao óleo de soja, a política do Governo tem sido também no sentido de garantir o abastecimento, através do estabelecimento de cotas ou de contingenciamento. Para o farelo, estabeleceu-se inicialmente que para cada tonelada exportada teria de ser necessariamente destinada outra para o mercado interno. Esse contingenciamento foi alterado no mês de outubro, quando se estabeleceu uma relação de 1,3 tonelada para o mercado externo versus 1 tonelada para consumo interno. Ocorre em relação ao farelo que cerca de 70% da produção se destina ao mercado internacional, constituindo esse o mais importante item em termos de exportação do complexo soja.

Em relação ao óleo, o contingenciamento estabelecerá 2 toneladas para consumo interno contra 1 tonelada exportada. Privilegiando mais o abastecimento interno, a relação passou a ser de 4,5 toneladas no mercado interno para cada tonelada destinada à exportação. Dessa forma, em que pese a ter o preço da soja no mercado internacional sofrido sensível elevação, ante a quebra da safra americana aliada ao embargo à URSS, o Governo conseguiu garantir o suprimento interno do produto. O excepcional aumento de produção permitiu, ainda assim, um excedente exportável de US\$ 2 bilhões.

Finalmente, com relação ao trigo, cumpre destacar que, apesar dos prejuízos causados pelas geadas, a safra 1979/80 se situou em torno de 2,7 milhões de toneladas, para uma área plantada de aproximadamente 3,2 milhões de hectares.

Em 1980, os gastos com subsídios ao consumo de trigo alcançaram cerca de Cr\$ 70 bilhões, o que acarretou excesso de dispêndio em relação à previsão orçamentária. Assim, na medida em que for possível recompor os estoques de arroz, milho e feijão, que permitirão às populações menos favorecidas constituir suas dietas com menor consumo de trigo, procurar-se-á promover a retirada gradual desse subsídio, de modo a evitar os seus efeitos monetários expansionistas.

Tais resultados indicam ainda a necessidade do aumento da produtividade da cultura, através do emprego de melhores tecnologias. Com efeito, além de ser, hoje, mais barato produzir trigo internamente do que importá-lo, razões de ordem social justificam a manutenção dessa cultura típica de inverno conjugada com a da colza e cevada para absorver a mão-de-obra disponível.

Espera-se cultivar 50 mil hectares de trigo nas regiões do cerrado em 1981, áreas até há pouco tempo consideradas impróprias para o plantio. Poderão ser cultivados ali, nos próximos 5 anos, cerca de 300 a 500 mil hectares.

II — Hortigranjeiros

O acréscimo da quantidade consumida destes produtos pela população brasileira traduz notável mudança de hábitos alimentares, paralelamente às demais mudanças produzidas pelo acréscimo econômico. Estudos realizados apontam expressivos aumentos no consumo médio «per capita» desses produtos nos últimos anos.

Em resposta a esses acréscimos na demanda, aprimorou-se o sistema de distribuição de tais produtos. Além do conjunto de centrais de abastecimento implantado em diversas cidades, a comercialização de hortigranjeiros foi beneficiada também pelos mercados do produtor, implantados nas regiões produtoras, e que prestam serviços como comercialização (produtos e insumos), informação de mercado, crédito, transporte, embalagens e assistência técnica.

No entanto, apesar de todo o apoio à distribuição de hortigranjeiros, o abastecimento ainda apresenta algumas irregularidades. De fato, dada a natureza dos produtos, observam-se variações estacionais, tanto de preços quanto de quantidades. Há meses de deficiências agudas, em que os produtos não alcançam os mercados consumidores, levando, em algumas ocasiões, à necessidade de importações.

Felizmente, em 1980, apenas a batata inglesa apresentou problemas mais graves de abastecimento, em face da quebra da produção provocada pelas geadas ocorridas no final do inverno. Em consequência, houve a necessidade de importação de 30.000 toneladas.

Quanto ao alho e às maçãs, produtos tradicionalmente importados, os dados apresentados evidenciam os esforços do Governo no sentido de estimular ao máximo o aumento da produção, com vistas a reduzir os níveis de importação, meta parcialmente alcançada.

III — Pecuária

A oferta de carne bovina vinha se reduzindo desde 1978. Mas com a política de estímulo ao setor têm-se indicações claras de reconstituição do rebanho bovino, donde a inferência de que em 1981 a oferta de carne bovina deverá aumentar consideravelmente, com repercussões favoráveis na estabilização dos preços.

Por outro lado, cumpre ressaltar que a redução havida na oferta de carne bovina a partir de 1979 foi compensada pelo aumento vigoroso da produção de suínos e aves.

Observa-se que em 1980 o crescimento da oferta total de carne se expandiu em cerca de 6%, tendo a suinocultura e avicultura aumentado 12% e 26% respectivamente, em relação ao período equivalente de 1979.

Ressalte-se ainda com relação à avicultura que, a par de sua contribuição para a normalização do abastecimento de carnes, foi possível exportar cerca de US\$ 150 milhões.

Adicionalmente, cumpre destacar os excedentes de oferta que vêm caracterizando a suinocultura, agravada pela menor aceitação da carne de porco por parte dos consumidores. Esse fato tem mobilizado os órgãos competentes do Governo no sentido de reabrir o mais rapidamente possível as exportações, paralisadas desde 1978.

Conclui-se, portanto, que em 1980 não houve problemas de abastecimento de carnes em geral, em que pese à ligeira redução na oferta de carne bovina. Para 1981 pode-se prever quadro ainda mais favorável, na medida em que a bovinocultura deverá apresentar melhores resultados em consequência da retenção de matrizes nos anos anteriores.

No âmbito da pecuária bovina de leite, procurou-se atuar em três linhas básicas: preços, abastecimento e estocagem.

No âmbito dos preços foram concedidos reajustes de forma a suplantarem as taxas elevadas de incremento dos custos de produção.

Quanto ao abastecimento, iniciou-se o ano de 1980 com níveis de estoques de produtos lácteos bastante inferiores aos desejáveis. Problemas climáticos durante a safra impediram a formação de estoques, principalmente de leite em pó, comprometendo severamente o abastecimento. Os recursos alocados para a transferência dos excedentes de produção não foram utilizados. Neste contexto, não restou ao Governo senão recorrer à importação de leite em pó. Essa medida permitiu oferecer às populações consumidoras um produto de boa qualidade a preços sensivelmente inferiores aos correntes, dada a diferença de preços entre o produto importado e o nacional. Contudo, a importação não implicou desestímulo à produção interna, já que o volume importado não suplantou o déficit no mercado.

Em conjugação com a política de reajuste de preços adotada, já foram definidos recursos da ordem de Cr\$ 11,85 bilhões para financiamento da estocagem de produtos lácteos ao longo da presente safra. As perspectivas são alvissareiras, e tendo em vista o novo preço aprovado em janeiro espera-se elevada formação de estoques.

1.2.4 — *Contribuição da Agricultura aos Programas Prioritários de Energia*

Dadas as condições peculiares do Brasil no que tange à substituição dos derivados do petróleo por fontes de energia renováveis não convencionais, abre-se enorme horizonte para o encaminhamento de medidas, principalmente a médio e longo prazo, com vistas à alteração da estrutura do balanço energético nacional necessária à redução da dependência de fontes importadas de energia.

Pesquisas realizadas sobre novas fontes de energia apontam insistentemente a biomassa como a mais viável do ponto de vista tecnológico, com implicações de ordem econômica e social extremamente favoráveis.

Nesse sentido, o grande desafio consiste em conceber programas de curto, médio e longo prazo que possibilitem à agricultura fornecer a matéria-prima indispensável para o cumprimento das metas do Proálcool, a partir da cana-de-açúcar, mandioca, sorgo ou madeira.

É óbvio que a expansão da área plantada de cana-de-açúcar tenderá a concentrar-se inicialmente nas regiões tradicionais, e em zonas de expansão com condições edafoclimáticas favoráveis, tornando-se necessários cuidados adicionais para compatibilizar o incremento da área plantada desse produto com a produção de alimentos.

O Ministério da Agricultura vem tomando desde já providências no sentido de evitar conflitos dessa natureza. Para tanto, trabalha em conjunto com as Secretarias de Agricultura de todos os Estados na elaboração do zoneamento agrícola.

Por outro lado, mesmo admitindo-se a ampliação da área plantada e da produtividade da cana-de-açúcar, para o atingimento da meta prevista de 10,7 bilhões de litros em 1985 deve-se procurar a diversificação das fontes de matéria-prima para a produção de álcool, com base num zoneamento de produção que permita incentivar a adoção de soluções complementares. Nesse sentido, a mandioca e o sorgo sacarino se apresentam como culturas complementares às de cana-de-açúcar na produção de álcool, com viabilidade técnica e econômica comprovada.

Em se tratando da alteração do perfil da matriz energética, do lado da oferta e da demanda, deve-se atentar para o fato de que a substituição do óleo diesel é o nosso principal desafio. As pesquisas realizadas até o momento demonstram que dentro da imensa gama de formas tecnicamente viáveis de substituição de diesel por óleos vegetais, pelo menos quatro oleaginosas estão compreendidas nas faixas de custo de produção competitivas com o preço atual do óleo diesel. Isto sem considerar produtos como a soja e o amendoim, que poderiam também ser utilizados. Da mesma forma a colza, o girassol, e as palmáceas em geral, a médio prazo, com ênfase no dendê e no coco, poderiam gerar um programa de mistura de óleos vegetais em proporções de até 30 por cento. Para o atingimento desse objetivo há um programa de fomento, pesquisa e desenvolvimento voltado para uma meta de produção da ordem de 2,33 bilhões de litros de óleos vegetais em 1985, equivalente a 10% da demanda de óleo combustível prevista para o mesmo ano.

Além dos programas de fomento deverão ser realizados estudos comparativos sobre a utilização energética desses produtos diante do seu valor protéico como alimento e das possibilidades do mercado internacional.

A substituição da terceira grande componente da demanda de petróleo, representada pelo óleo combustível, é mais flagrante e imediata. A meta estabelecida visa a substituir, em termos energéticos, o equivalente a 14 milhões de toneladas de óleo combustível em 1985, ou seja, 53% da demanda prevista para aquele período. Desse total, o carvão vegetal deverá contribuir com 41%, ficando o restante a cargo basicamente do carvão mineral, conforme descrito no capítulo seguinte.

Em se tratando do aproveitamento energético das florestas, deve-se mencionar a possibilidade de produção de álcool de madeira, a iniciar-se a partir da entrada em operação da unidade industrial de demonstração da COALBRA — Coque e Álcool da Madeira S/A, prevista para fins de 1982. Em consequência procurar-se-á implantar uma reserva florestal exclusivamente voltada para a produção do álcool. Tal programação inicia-se em pequena escala, com a finalidade de suprir de insumos 3 unidades experimentais que deverão estar implantadas, o mais tardar, em 1985. Assim, prevê-se um reflorestamento adicional de 25.000 hectares em 1981, 50.000 hectares em 1982 e 75.000 hectares em 1983, destinados a suprir tão-somente essas unidades industriais. Uma vez comprovada a viabilidade técnica e econômica da produção de etanol a partir da madeira e difundida a tecnologia para a sua obtenção, cogitar-se-á de um programa mais amplo de reflorestamento, de forma a complementar a produção de álcool da cana-de-açúcar.

1.2.5 — *Contribuição da Agricultura à Contenção da Inflação*

Em 1980, a despeito da exaustão dos estoques estratégicos de produtos alimentícios, o setor agrícola contribuiu efetivamente para o combate à inflação.

Verificou-se em 1980 que com a entrada e comercialização da safra agrícola, a partir de agosto, o crescimento do índice de preço referente à alimentação se manteve sistematicamente abaixo do aumento do índice geral de preços.

Não obstante essa contribuição da agricultura no processo de combate à inflação, cumpre enfatizar que o setor vem sendo extremamente penalizado pelos aumentos de custos advindos principalmente dos insumos importados, cujos preços acompanham a inflação mundial.

A evolução dos índices de preços comparativamente aos preços recebidos pela agricultura, em 1980, indica relações de trocas sistematicamente desfavoráveis ao setor, o que se explica, uma vez mais, pela conjuntura adversa do mercado internacional, caracterizado pela elevação dos preços dos insumos em geral.

Desagregando a análise dessa relação de preços a nível de seus dois componentes, verifica-se que o índice de preços pagos pelo produtor agrícola apresentou crescimento bastante pronunciado no ano de 1980, razão pela qual as relações de troca se mostram desfavoráveis à agricultura. Entre os componentes que integram o índice de preços pagos, é importante registrar os insumos importados em geral, e os fertilizantes em particular, como os que mais pressionaram os custos.

1.2.6 *Contribuição da Agricultura ao Balanço de Pagamentos*

A expansão acelerada da produção agropecuária, além de eliminar, tão rapidamente quanto possível, a escassez de alimentos, encerra também a possibilidade de gerar excedentes exportáveis. Mais do que isso, a agricultura representa o setor com o menor coeficiente de importação, adquirindo no exterior praticamente apenas fertilizantes e combustível. Em 1980, 48% do total das divisas com exportações foram provenientes da agricultura.

A despeito dos insucessos das safras agrícolas de 1978 e 1979, em 1980 foi possível ampliar as exportações agropecuárias e reduzir as importações. O total exportado pela agricultura atingiu US\$ 9 bilhões, o que significou um aumento de cerca de 22%.

Do lado das importações, os números também foram favoráveis, em que pese à meta de reduzir ainda mais o dispêndio de divisas em torno de US\$1,9 bilhão, caindo em 1980 para US\$1,6 bilhão. Diante desse quadro é oportuno ressaltar que, não obstante as pressões de custos, a capacidade de competição do setor não foi abalada.

Finalmente, convém registrar que a maxidesvalorização do cruzeiro, ocorrida no final de 1979, se de um lado pressionou o setor via aumento de custos dos insumos importados, de outro contribuiu largamente para o excelente resultado das exportações.

Até mesmo o imposto de exportação, que incidiu de início sobre os produtos agropecuários para evitar queda de suas cotações no mercado externo, foi sendo reduzido paulatinamente à medida que tanto o setor produtor quanto o Governo julgaram conveniente sua retirada.

1.2.7 — *Contribuição da Agricultura à Melhoria da Distribuição de Renda e da Qualidade de Vida do Homem do Campo*

Em continuidade às medidas adotadas para estímulo à produção agrícola, o Governo procurou voltar seu apoio principalmente para o pequeno lavrador, responsável por 70% da produção dos alimentos. Nesse sentido, elevaram-se de 10% para 25% as aplicações dos bancos em crédito rural especialmente para atender aos pequenos produtores. Para financiamento exclusivo a miniprodutores reservou-se um décimo das referidas aplicações.

Outra medida de grande alcance diz respeito à alteração da fórmula para classificação dos produtores, criando-se a categoria de mini-produtor. O produtor, que antes era classificado pelo montante de suas dívidas, passou a tê-lo pelo valor da produção. Essa medida permitiu isolar melhor miniprodutores e pequenos produtores, para efeito de desenvolvimento de políticas de apoio específicas, o que evitou ainda a injustiça da penalização dos pequenos e médios produtores com a perda de algumas vantagens fiscais ou creditícias justamente no momento em que maior é o seu prejuízo, ao serem reclassificados como grandes produtores, em virtude das dívidas maiores.

As ações voltadas para a política fundiária, a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), têm como meta a distribuição de 100 mil títulos de propriedade anualmente, a partir de 1980, mais que o triplo da média registrada até 1979. O desenvolvimento de projetos de colonização para assentamento de colonos é outra ação que vem merecendo atenção prioritária do Governo, principalmente no que diz respeito ao engajamento de capitais privados nacionais. Atualmente, o INCRA opera nas áreas de tensão social, onde realiza desapropriações por interesse social em articulação estreita com o Grupo Executivo do Araguaia — Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo-Amazonas (GEBAM).

Ainda com relação à política fundiária, o Governo, através da reformulação do Imposto Territorial Rural, visa a desestimular a especulação com terras aptas ao cultivo, além de utilizá-lo como instrumento distribuidor de renda.

Nesse sentido, as Prefeituras Municipais figuram entre os principais beneficiários da arrecadação do ITR. Com os novos critérios adotados, os acréscimos de arrecadação terão intensidade maior nos municípios mais carentes, principalmente aqueles localizados em regiões pioneiras. Assim, o novo ITR deverá contribuir sensivelmente para que boa parte dos municípios brasileiros e principalmente os municípios carentes de maiores recursos tenham sua receita ampliada, revertendo essa nova fonte em benefício de suas comunidades.

Além disso, com o esperado aumento substancial da produção e dos índices de produtividade, áreas que até hoje se encontram ociosas serão efetivamente ocupadas e cultivadas por seus proprietários.

O Ministério da Agricultura, numa tentativa de ampliar sua atuação e com vistas a implementar a política sócio-econômica no meio rural, procurou mobilizar, além do INCRA, outros órgãos e empresas com o objetivo de superar certos fatores desfavoráveis à promoção do homem do campo.

Atualmente, os técnicos da EMATER concentram seu trabalho no apoio aos pequenos produtores. Essa empresa também está intensificando a assistência técnica aos pequenos proprietários interessados em elevar sua capacidade de produção e produtividade por meio da utilização da tração animal.

Finalmente, o apoio às atividades agropecuárias desenvolvidas através do sistema cooperativista tem merecido também as atenções do Ministério da Agricultura. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), sem condições de competir com grandes organizações bancárias, vem saindo de uma fase de modestas realizações graças a medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para ampliar suas fontes de recursos, além da tomada de empréstimos externos.

1.3 — Energia

A política energética brasileira é peça fundamental para a correção, a médio prazo, do desequilíbrio externo, na medida em que propicie alteração profunda de nossa estrutura interna de produção. Essa mudança se consubstancia na utilização efetiva de um vasto potencial de recursos naturais, cuja viabilidade econômica é consequência direta da elevação dos preços do petróleo. Assim, serão envidados todos os esforços no sentido de reduzir, até 1985, de 1,7 milhão de barris/dia para um milhão, através dos seguintes programas, o consumo de petróleo projetado para aquele ano:

I — Programa de Conservação de Energia	—200 mil b/d
II — PROÁLCOOL	—170 mil b/d
III — PROCARVÃO (Mineral)	—170 mil b/d
IV — Programa do Carvão Vegetal	—120 mil b/d
V — Programa do Xisto	— 25 mil b/d
VI — Outros Programas de Substituição	— 15 mil b/d

Dessa forma, o consumo global previsto para 1985 ficará na dependência efetiva de 1 bilhão de barris/dia, a serem supridos pela produção interna de 400 mil barris/dia e importações de 600 mil barris/dia, valor este bem inferior ao prevalecente em 1980.

Sem prejuízo da intensificação da produção interna de substitutivos, adota-se a curto prazo uma política de contenção do consumo de derivados de petróleo mediante a aplicação do mecanismo de preços, medida que vem surtindo efeitos positivos no sentido de induzir à economia de energia importada.

O consumo nacional de derivados do petróleo registrou no decorrer de 1980 redução de 0,7%, em que pese ao crescimento acelerado da atividade econômica.

O setor energético — responsável por 90,4% do consumo nacional aparente de derivados de petróleo — apresentou redução de 0,6% de consumo, com ênfase na gasolina Tipo «A», que acusou decréscimo de 14%. Deve ser ressaltado que esse resultado satisfatório foi obtido concomitantemente com a expansão da frota de veículos e da economia como um todo.

Com relação à intensificação de programas energéticos substitutivos, a ação do Governo concentrou-se no setor secundário da economia, abrangendo aproximadamente 2.600 indústrias, sobretudo do setor cimenteiro, cerâmico, de celulose e papel, e metalúrgico, além de aproximadamente 20 outras áreas industriais consumidoras de óleo combustível ou diesel, responsáveis por 92,8% do consumo nacional de energéticos fósseis do setor, provenientes do petróleo, e 88,8% do consumo global de óleo combustível. Para tanto foram ratificados diversos protocolos, visando a reduzir o consumo de óleo combustível e financiar a aquisição de equipamentos consumidores de energia alternativa — lenha, carvão, eletricidade, etc. — que proporcionarão, ao final de 1985, uma economia de 270.000 t/ano de óleos combustíveis, de 296.000 m³ de óleo diesel e de 547.000 m³ de gás de nafta. Foi para tanto estimado um dispêndio de Cr\$ 4.943 milhões em 1980 cobertos com créditos de entidades governamentais, dos quais 90% foram liberados para os 183 projetos aprovados.

Apresenta-se, a seguir, uma síntese dos protocolos assinados no período 1979/80, assim como os resultados alcançados até 1980:

I — Setor cimenteiro

O protocolo de redução de consumo de óleo combustível no setor, assinado em 1979 pelo Governo e pela indústria cimenteira, previa que na 1ª fase, com término em dezembro de 1980, se alcançaria a meta de redução de 30% do consumo nas indústrias localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

Os levantamentos realizados indicam que, na região Sul, para um universo de 6 fábricas e uma moageira, o índice de redução alcançado foi de 33%. Na região Sudeste, para um total de 27 fábricas e 3 moageiras, o índice verificado por amostragem foi de 15%, não se conseguindo, portanto, atingir a meta prevista, em decorrência, principalmente, das dificuldades no abastecimento de carvão mineral, em termos de quantidade e de qualidade.

Assim, as razões apresentadas pelo setor estão sendo consideradas nos estudos, ora em andamento, com o objetivo de reavaliar as metas e propor as retificações que se fizeram necessárias.

II — Setor siderúrgico

O Protocolo de Economia e Substituição de Óleo Combustível na Siderurgia, assinado em fins de 1979, cuja meta principal é a substi-

tuição total, até 1984, do óleo combustível utilizado como fonte de calor, teve resultados expressivos, que chegaram em algumas empresas a superar as metas previstas.

O esforço do setor em reduzir seu consumo específico vem sendo empreendido desde 1974, quando o índice correspondia a 141,5 kg/t. Em 1979, esse índice já era de 83,9 Kg/t e, em 1980, decresceu para 65 Kg/t.

A redução do consumo global de óleo combustível nos dois últimos anos representou uma economia de 2,4 milhões de barris de óleo. O consumo de óleo combustível para aquecimento, previsto no protocolo para 1980 ao nível de 983 mil toneladas, ficou 20% abaixo da previsão, graças às medidas adotadas.

As ações concentraram-se, até agora, na racionalização do consumo e nas melhorias técnicas realizadas com recursos próprios das empresas. As medidas para o prosseguimento do programa, na sua 2ª e 3ª fase, devem concentrar-se na obtenção de recursos para investimentos em equipamentos que substituam o uso do óleo combustível e na garantia de suprimento de fontes alternativas.

III — Setor de papel e celulose

A indústria de papel e celulose, responsável por significativa utilização de óleo combustível, firmou protocolo de racionalização e substituição daquele produto, tendo sido prevista para a 1ª fase, a encerrar-se em fins de 1982, a economia de 20% do consumo através da racionalização e da adaptação de equipamentos para utilização de energia elétrica.

Na 2ª fase, que se estenderá até dezembro de 1985, está prevista redução de consumo de até 87% graças à utilização de resíduos florestais, complementados por madeira oriunda de reflorestamento e ainda pelo carvão mineral em unidades fabris nas regiões Sul e Sudeste.

1.3.1 — Aumento da Produção Interna de Petróleo

I — Atividade Exploratória

As aplicações da PETROBRÁS em 1980 alcançaram Cr\$ 30,7 bilhões, o que superou, em termos reais, em 32,1% os investimentos correspondentes realizados em 1979. Ao concentrar na exploração de 32% de seus recursos em 1980, a Companhia realizou esforço adicional no sentido de abreviar a definição do potencial petrolífero do País, podendo a avaliação do trabalho desenvolvido ser também efetuada pelo cotejo de alguns indicadores característicos da atividade.

Das 156 equipes-meses de sismografia programadas para o ano, empregaram-se até setembro 117, superando amplamente as 45 utilizadas em idêntico período de 1979. Dos 64 mil Km de linhas sísmicas programados para 1980, efetivaram-se 53 mil, substancialmente acima dos 35 mil km levantados em 1979. Previa-se o emprego de 393 sondas-meses em 1980, mas foram utilizadas 434 contra 252 em 1979. Perfuraram-se 418 mil metros dos 495 mil previstos para o ano.

Outro importante aspecto a ser ressaltado é a utilização, em 1980, de 70 sondas pela PETROBRÁS, fato que coloca o País em posição de destaque no tocante ao emprego desses equipamentos.

Como resultado da aplicação intensiva de recursos técnicos e financeiros, registraram-se novas ocorrências de petróleo. As mais expressivas situam-se na Bacia de Campos, onde 3 poços pioneiros foram avaliados como produtores de óleo, especialmente o 1—RJS—110, que abre perspectiva considerável para a descoberta de novo reservatório, tendo apresentado no teste vazão de 645 m³/dia. Seguem-se, em importância, o 1—RJS—135, com vazão de 287 m³/dia, e o 1—RJS—116, com 175 m³/dia. Em terra, destacou-se a ocorrência de gás na área de Juruá, no Amazonas, através do pioneiro 1—SOJ—1—AM, que apresentou, nos diversos intervalos testados, vazões de 59 mil m³/dia a 241 m³/dia. As demais ocorrências em terra foram registradas pelos pioneiros 1—FSJ—1—RN, no Rio Grande do Norte, e 1—MDU—2—BA, na Bahia, ambos produtores de óleo.

Paralelamente ao esforço exploratório direto que vem sendo desenvolvido pela PETROBRÁS, foram mobilizados recursos externos sob forma de contratos de serviço com cláusula de risco.

De 1976 até 1980 foram efetuados cinco licitações internacionais, estando a 4ª e a 5ª em andamento. Os 63 contratos assinados envolvem área de 414,5 mil Km², com o compromisso mínimo obrigatório de US\$360,4 milhões e perfuração de 40 poços pioneiros. De fevereiro de 1977 até dezembro de 1980 foram levantados 65,1 mil Km de linhas sísmicas e perfurados 36 poços pioneiros, resultando em 4 descobertas, todas na Bacia de Santos, as quais, embora subcomerciais, aumentam as esperanças petrolíferas na área. Os investimentos realizados pelas contratantes atingem US\$ 368,4 milhões.

A maior parte das bacias sedimentares brasileiras (83%) está aberta aos contratos de risco, já celebrados em relação a 10% da área.

Embora até o presente os resultados obtidos pelas contratantes não tenham sido satisfatórios, os trabalhos desenvolvidos por essas Companhias estão contribuindo para acelerar a definição do potencial geológico brasileiro.

II — Produção e Reservas de Petróleo.

Tendo por objetivo reduzir, no mais curto prazo possível, as compras de petróleo do País, foram intensificadas as atividades de de-

envolvimento da produção dos novos poços, descobertos especialmente na Bacia de Campos. Os investimentos realizados em 1980 alcançaram Cr\$ 42,1 bilhões, situando-se 36% acima do total aplicado nessa atividade em 1979, em termos reais. No conjunto, as atividades exploratórias e de desenvolvimento da produção responderam por cerca de 76% dos investimentos diretos da PETROBRÁS, em 1980.

Esse esforço no sentido de aumentar substancialmente a produção interna de petróleo tem-se desenvolvido em várias frentes de trabalho, destacando-se os programas destinados à instalação de Sistemas de Produção Antecipada nos novos campos descobertos — especialmente na Bacia de Campos, em face da sua comprovada potencialidade, que permitiu à PETROBRÁS projetar oito desses sistemas com entrada em regime operacional no biênio 80/81 — e as operações de estimulação dos reservatórios mais antigos, especialmente na Bahia.

Os resultados em 1980 atestam a decidida forma de atuação da Companhia ao ser registrado, no dia 5 de junho, novo recorde na produção nacional de petróleo: 208 mil barris/dia. O comportamento ascendente da produção verificado até agosto e interrompido pelo acidente ocorrido em setembro no campo de Garoupa, que produzia 39 mil barris diários, será restabelecido logo no início de 1981.

Apesar do acidente, a produção nacional de petróleo alcançou, em 1980, 10,6 milhões de m³ (10,7% superior à de 1979); a de LGN atingiu 324 mil m³ (1,2% acima da de 1979); e a de gás natural alcançou 2,2 milhões 10³m³ (16,2% acima da de 1979).

As reservas de petróleo avaliadas em 31/12/80 alcançaram um volume de 212,8 milhões de metros cúbicos (incluídos 3,3 milhões de metros cúbicos de líquido de gás natural), situando-se 5,9% acima das registradas em 31/12/79.

III — Refinação

A programação dos investimentos do parque refinador da PETROBRÁS, elaborada com vistas à sua adaptação à estrutura prevista da demanda de derivados do País, à crescente utilização de tipos de petróleo mais baratos e à plena continuidade do abastecimento nacional, é permanentemente reavaliada, presente a imperiosa necessidade de se maximizar a adequação dos recursos disponíveis.

Em abril foi iniciada a operação da Refinaria de São José dos Campos, em São Paulo, com capacidade para processar 30 mil m³ diários de petróleo, proporcionando maior flexibilidade operacional ao parque refinador e podendo processar petróleos importados de mais baixo custo.

As obras de ampliação das refinarias Gabriel Passos, em Minas Gerais, e Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, destinaram-se

respectivamente a eliminar transferências rodoferroviárias de derivados provenientes de outras refinarias e às necessidades do Pólo Petroquímico do Sul.

Na Refinaria de Paulínia, prossegue o Programa de adaptação da estrutura de refino à demanda regional.

Relativamente aos programas destinados a minimizar a utilização de óleo combustível para geração de energia nas refinarias, obteve-se uma redução do consumo desse derivado de 92 mil toneladas em 1980. A continuação de tais trabalhos deverá proporcionar redução de mais 83 mil toneladas em 1981.

A carga processada pelas refinarias da Companhia alcançou 63 milhões de m³, em 1980, situando-se praticamente no mesmo nível de 1979.

1.3.2 — *Proálcool*

Iniciado em fins de 1975, o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) constitui hoje a etapa mais avançada da estratégia governamental para o setor energético, representando, também, o maior esforço desenvolvido mundialmente no campo do aproveitamento da biomassa.

A produção de álcool que, experimentou significativo crescimento nos últimos anos, evoluiu de 664 milhões de litros, na safra 1976/77 para 3,4 bilhões na safra 1979/80, com previsão de 3,9 bilhões na safra 1980/81, em andamento.

O sistema de mistura de álcool anidro à gasolina, implantado na quase totalidade dos Estados da Federação, proporcionou, em 1980, a substituição de 17% do consumo de gasolina do País, atingindo uma frota superior a 7 milhões de veículos.

O ano de 1980 foi decisivo para a consolidação do PROÁLCOOL, em face da introdução do álcool hidratado no mercado, em escala comercial, como combustível exclusivo para veículos produzidos ou convertidos. Marcante etapa de integração dos segmentos de produção e consumo, possibilitou a consolidação do Programa junto à opinião pública.

Por outro lado, as medidas de agilização do PROÁLCOOL adotadas pelo Governo e o firme engajamento do setor privado nacional no Programa permitiram o atingimento, no exercício de 1980, do nível mais elevado de enquadramento de novos projetos de implantação ou ampliação de destilarias, em número de 115. São ao todo, desde o início, 336 projetos que, quando totalmente implantados, proporcionarão ao País uma capacidade adicional de produção de 6,8 bilhões de litros/safra. Acrescida à capacidade preexistente do PROÁLCOOL, ela representa um potencial de produção de 7,7 bilhões de litros de álcool, por safra, correspondendo a cerca de 72% da meta de 10,7 bilhões prevista para 1985.

No que concerne à distribuição, verificou-se, em 1980, salto gigantesco desde a instalação em dezembro de 1979: dos 16 postos de revenda pioneira, em sete capitais, chegou-se a 3.587 unidades distribuidoras em fins de 1980, o que possibilitou cobertura no máximo a cada 100 Km nos eixos rodoviários principais e postos de revenda de álcool hidratado em todos os Estados da União, salvo o Acre e os Territórios.

A capacidade de tancagem instalada para álcool é de aproximadamente 500.000 m³, com previsão de acréscimo de 50% para 1981, ou seja, 750.000 m³, se computados apenas os projetos já aprovados.

O consumo de álcool hidratado, que dos 16.261 m³ em dezembro de 1979 saltou para 482.159 m³ ao final de 1980, foi decorrente do acréscimo da frota de veículos movidos a álcool (312.528 unidades, sendo 270.717 carros novos e 41.811 adaptados).

As ações levadas a efeito em 1980, com vistas ao apoio tecnológico do PROÁLCOOL, compreenderam basicamente a coordenação e financiamento de projetos de pesquisa, incluídos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia.

Durante o ano foram financiados 80 projetos, representando recursos da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão. Tais projetos visaram ao desenvolvimento de matérias-primas alternativas à cana-de-açúcar, com ênfase para a mandioca e o sorgo sacarino, zoneamento ecológico de culturas energéticas e assistência técnica e transferência de tecnologia ao agricultor. Foram financiados, também, projetos na área de transformação, notadamente para a introdução de processos que possibilitem ganhos de produtividade na produção de álcool a partir de diversas matérias-primas, em diferentes escalas. Foi objeto de preocupação constante o repasse de tecnologias novas ao setor produtivo, o que vem sendo conseguido através da participação de indústrias de equipamentos no desenvolvimento de tecnologia. Inclui-se ainda no Programa a coordenação do uso de álcool, principalmente do álcool carburante.

Foram, também, homologados 15 tipos de motores para fabricação em série de veículos a álcool, sendo 14 para automóveis e utilitários e 1 para motocicletas; e 1 motor estacionário.

Quanto ao apoio financeiro, o Conselho Nacional do Alcool aprovou um conjunto de medidas para a aplicação de recursos do PROÁLCOOL em projetos de irrigação, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico como agente financeiro. Esses recursos serão aplicados, prioritariamente, nas mesmas condições do PROÁLCOOL Rural, nas regiões do Norte Fluminense, Jaíba, e áreas do Nordeste, compreendendo financiamentos a Governos Estaduais e entidades públicas e privadas, para implantação de sistemas secundários de irrigação.

Igualmente, serão concedidos financiamentos a projetos de infraestrutura de apoio a destilarias em áreas pioneiras, com prioridade para a construção de estradas vicinais e sistemas de eletrificação, nas mesmas condições praticadas pelo BNDE para os projetos de infraestrutura, ou seja, correção monetária plena mais juros de 8% a. a.

Cabe destacar, nesse sentido, a assinatura de protocolo entre o MIC, o MINTER e o Governo do Estado de Minas Gerais, para conclusão da infra-estrutura básica do sistema de irrigação do Distrito Agroindustrial do Jaíba, cuja implementação viabilizará um pólo alcooleiro com capacidade de produção de 540 milhões de litros/safra, em sua configuração final. A participação do MIC representa a concessão de financiamento através do BNDE de Cr\$ 700 milhões ao Governo do Estado de Minas Gerais, com recursos do PROÁLCOOL, além de financiamentos diretos do BNDE (Cr\$ 300 milhões) à CODEVASF.

1.3.3 — Programa do Carvão

I — No campo da pesquisa

Em 7 de maio de 1980, a Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia e a CPRM assinaram convênio voltado para a execução, com recursos do Programa de Mobilização Energética, de projetos de desenvolvimento de unidades de mineração de carvão, bem como de prospecção de carvão mineral e combustíveis sólidos, em áreas em que a CPRM detém direitos minerários. Tais trabalhos, que já vinham sendo desenvolvidos pela CPRM, representam a contribuição da empresa ao programa governamental de substituição de derivados de petróleo.

A programação de pesquisas próprias da CPRM na busca do carvão foi desenvolvida, em sua quase totalidade, na região Sul do Brasil, nas jazidas da Grande Candiota, Iruí-Butiá, Torres-Gravataí, no Rio Grande do Sul; Araranguá, em Santa Catarina, e Noroeste de Figueira (Projeto Sapopema), no Paraná.

Os trabalhos realizados em 1980, dentro do programa do Convênio, exigiram a aplicação de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 915 milhões. Em 1980 foram executados 91.000 metros de sondagem, numa campanha em que, além da CPRM, se utilizaram os serviços de 8 empresas privadas especializadas.

Na grande Candiota, os trabalhos desenvolvidos em 1980 permitiram a ampliação da reserva nos blocos Hulha Negra e Seival, atualmente calculada em 827 milhões de toneladas.

No projeto Iruí-Butiá, os trabalhos realizados permitiram chegar a reservas de 533 e 804 milhões de toneladas nos blocos Leão e Iruí, respectivamente. Prossegue a pesquisa nos blocos denominados Leão-Norte e Iruí-Butiá.

Em síntese, são as seguintes as reservas já avaliadas:

Bloco	Reservas			TOTAL
	Medidas	Indicadas	Inferidas	
Seival	84.180	188.810	96.090	369.080
Hulha Negra	91.574	137.361	228.936	457.872
Iruí	70.570	259.239	202.877	532.686
Leão	161.080	394.340	248.190	803.610
TOTAL	407.404	979.750	776.093	2.163.248

Ainda no Rio Grande do Sul, prosseguem os trabalhos do Projeto Torres-Gravataí. Já se estimam reservas da ordem de 800 milhões e 1,1 bilhão de toneladas nos blocos Chico Lomã e Santa Terezinha, respectivamente.

Em Santa Catarina, no Projeto Araranguá, foram realizadas sondagens com vistas a detalhar reservas já anteriormente cubadas, nos valores de 54 e 173 milhões de toneladas, nos blocos Morro dos Conventos e Arroio do Silva, respectivamente.

No Paraná, os trabalhos do Projeto Sapopema permitiram estimar reservas de 22 milhões de toneladas na referida área.

A CPRM está, também, executando para o DNPM 12 projetos de pesquisa de combustíveis fósseis sólidos, iniciados em junho de 1980, em áreas distribuídas praticamente por todo o País. Nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, foram executados 43.000 metros de sondagens para a pesquisa de detalhe e de semidetalhe de jazidas de carvão já conhecidas. Nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, a pesquisa visa principalmente à turfa e ao linhito.

Durante o ano de 1980, a CPRM resolveu dar ênfase à pesquisa de turfa. Assim, na região sudeste foi iniciado o Projeto Turfa no Espírito Santo. Os trabalhos resumiram-se em fotointerpretação e mapeamento geológico de, respectivamente, 100% e 75% da área.

Na região nordeste do Brasil foi iniciada a execução do Projeto Rio Tinto, que consta de pesquisa de turfa em áreas dos Estados de Pernambuco e Paraíba, nas várzeas dos rios Tinto, Goiana e Igaracu. Os trabalhos desenvolvidos correspondem ao mapeamento geológico da totalidade das áreas e à execução de furos de trado.

No corrente ano, a CPRM iniciou a cessão de jazidas de carvão de sua propriedade às Companhias de mineração do país interessadas na lavra desse insumo energético. Assim, foram celebrados termos de

acordo ou promessa de compra e venda relativos a quatro unidades de mineração, estando em andamento negociações referentes a outras quatro.

II — No campo da produção e prospecção

O desenvolvimento deste programa pode ser avaliado com base nos seguintes índices físicos de produção:

Mapeamento geológico — 68.219 Km²

Fotointerpretação — 133.213 Km²

Sondagem — 26.611 metros

Número de furos concluídos — 240

Sobressai entre esses índices a produção de sondagem alcançada em 1980 pelo Programa de Prospecção de Carvão, Linhito e Turfa, comparável e, até mesmo, muitas vezes superior ao das produções anuais alcançadas por outros projetos para carvão já desenvolvidos na década de 70.

Assim, a produção alcançada no ano de 1980 foi 314% superior à obtida em 1979, ao passo que a média mensal de sondagem foi 755% superior à de 1979 e 117% superior à de 1973, quando o DNPM alcançou a produção máxima de sondagem em prospecção para carvão.

1.3.4 — *Xisto e fontes não convencionais*

Em relação ao xisto, o Brasil possui a 2ª maior reserva mundial desse minério. Atualmente, o empreendimento consiste na construção, em duas etapas, de uma usina industrial para aproveitamento das reservas do Irati, com capacidade de produção diária de 50 mil barris, estando autorizada a implantação da 1ª etapa, com produção de 25 mil barris diários até 1985.

Em relação ao uso dos óleos vegetais como substitutos do óleo diesel, as pesquisas realizadas até o momento demonstram que dentro da imensa gama de espécies tecnicamente passíveis de substituição, pelo menos quatro oleaginosas estão dentro de faixas de custo de produção competitivas com o preço atual do óleo diesel. Isto sem considerar produtos como a soja e o amendoim, que poderiam ser também orientados para utilização energética, se bem que com o devido cuidado para não prejudicar suas alternativas comerciais (como produtos exportáveis e como insumos industriais). No capítulo anterior, referente à Agricultura, já foram apreciados os demais programas de substituição de petróleo, em especial o óleo combustível, por matérias-primas agrícolas.

Em outras áreas, o Governo se empenha em estimular as pesquisas e o desenvolvimento, podendo ser destacados os seguintes projetos que correspondem a convênios já firmados:

I — Energia Eólica

- levantamento do potencial eólico;
- desenvolvimento de aerogeradores SAVONIUS;
- desenvolvimento de inversores estáticos de potência de 40 a 80 Kva;
- instalação de Usinas Piloto em Fernando de Noronha e Galinhos, para experimentação prática de equipamentos técnicos;
- montagem de aerogeradores tipo DARRIEUS para geração de energia elétrica e formação de banco de testes para equipamentos eólicos, visando ao mercado industrial;
- ensaios e instalação de geradores eólicos de 30 e 5KW para geração de eletricidade.

II — Biogás

- instalação e divulgação de biodigestores no meio rural;
- criação do Núcleo de Apoio ao Programa Biogás, para preparação de recursos humanos nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas;
- pesquisas e desenvolvimento de digestores anaeróbicos, em convênio com o Estado de Pernambuco.

III — Energia Solar

- levantamento e pesquisas com equipamentos coletores de energia solar, nas Universidades e centros de pesquisas do País.

1.3.5 — Energia Elétrica

As restrições aplicadas ao programa geral de investimentos do País, em 1980, afetaram significativamente o Setor de Energia Elétrica, fazendo com que muitas das usinas em construção, complementação ou ampliação tivessem seus cronogramas dilatados. Tais restrições, no entanto, não interferiram na compatibilização entre o consumo de energia elétrica e a respectiva produção, já que ambas acusaram crescimento de 11,5% (inferior, portanto, à média de 12,3% observada entre 1970/79).

A capacidade geradora instalada, que apresentou, ao final de 1980, um acréscimo de 14,1%, passou de 28,4 milhões de KW no final de 1979 para 32,4 milhões de KW, e deve alcançar nos próximos cinco

anos 48,6 milhões de KW, dos quais apenas 11,2% oriundos de usinas termelétricas. Serão instalados 4,9 milhões de KW em 1981; 946 mil KW em 1982; 2,7 milhões de KW em 1983; 3,4 milhões de KW em 1984 e 4,2 milhões de KW em 1985.

Atualmente, o setor tem em construção, complementação ou ampliação usinas com capacidade total de 31,7 milhões de KW, dos quais 27,3 milhões de KW de origem hidrelétrica, destacando-se Itaipu — construída em conjunto com o Paraguai — com 12,6 milhões de KW e Tucuruí com 3,3 milhões de KW. Entre as termiças destacam-se as usinas nucleares de Angra I (626 mil KW), Angra II e III (1,2 milhão de KW cada uma).

Além disso, estão em estudo ou em fase de projeto usinas com capacidade de 13,9 milhões de KW que deverão ser instaladas até 1990, entre as quais Xingó (2,5 milhões de KW), Ilha Grande (1,4 milhão de KW), Machadinho, Salto Caixas, Segredo e São Félix (cada uma destas últimas com capacidade de gerar 1 milhão de KW).

Com vistas ao fortalecimento do setor primário da economia, intensificou-se o programa de financiamento a obras de eletrificação rural a serem executadas pelas concessionárias de energia elétrica. Mediante aplicação de recursos próprios em financiamentos que cobrem até 80% do valor dos projetos, em condições privilegiadas de prazo e custos, a ELETROBRÁS promoveu, até o final de 1980, a eletrificação de cerca de 120 mil propriedades rurais, com a construção de mais de 64 mil quilômetros de linhas, em 1.585 municípios de 23 Estados e Territórios.

I — *Itaipu Binacional*

No exercício de 1980 prosseguiram, em ritmo intenso, as atividades da entidade binacional brasileiro-paraguaia, tendo em mira a implantação do projeto energético da central hidrelétrica de Itaipu, com base sobretudo nas disposições do Tratado de 1973 e atos governamentais complementares.

Tais atividades, associadas às que estão em curso desde 1975, objetivaram contribuir para a consecução de duas metas principais estreitamente interdependentes, no horizonte dos próximos três anos, cuja concretização é de importância capital para colocar extraordinária fonte de energia à disposição do mercado consumidor de energia elétrica do Brasil e do Paraguai:

— O fechamento do Rio Paraná, em Itaipu, a ocorrer no 3º Trimestre de 1982, e, conseqüentemente, a formação do reservatório.

— A colocação em funcionamento, em 1983, das três primeiras unidades geradoras, das dezoito de 700.000 KW previstas para entrar

em operação, progressivamente, até 1988, quando a central hidrelétrica de Itaipu disporá de 12,6 milhões de KW de capacidade instalada, podendo produzir cerca de 75 bilhões de Kh/ano, dado que representa mais de 60% do consumo de energia do Brasil, no ano de 1980.

Os resultados obtidos na construção da usina até o final de 1980, com o seu cronograma de execução absolutamente em dia, permitem considerar que aquelas metas, embora tidas como ambiciosas, são técnica e administrativamente realizáveis. Essa conclusão se fortalece quando se tem presente que o empreendimento energético em questão é prioritário na programação governamental dos dois países associados pelo tratado de Itaipu.

Nesse quadro, merecem registro as seguintes realizações marcantes no ano de 1980, que concretizam mais uma etapa na implantação do projeto da central hidrelétrica de Itaipu:

— Lançamento de cerca de 2.920 mil metros cúbicos de concreto; se a esse volume for adicionada a concretagem realizada até dezembro de 1979, verifica-se que já foram lançados cerca de 6,6 milhões de metros cúbicos de concreto, ou seja, mais de 60% do volume a realizar para ultimar, até dezembro de 1982, todas as partes componentes de concreto, necessárias ao fechamento do rio Paraná.

— Ultimação, praticamente, da colocação das encomendas de todos os itens de equipamentos elétricos e mecânicos permanentes da central hidrelétrica, cujos contratos representam neste setor de aplicação investimentos diretos equivalentes a US\$ 1.535 milhões. Nesse quadro, vale ressaltar o expressivo índice de nacionalização na fabricação de tais equipamentos, cuja média se situa entre 80 e 85%, o que permitiu a colocação, no parque industrial brasileiro, de encomendas de valor superior a Cr\$ 65 milhões com os inevitáveis reflexos positivos no campo sócio-econômico do País.

— Prosseguimento da fabricação dos equipamentos permanentes relativos a contratos firmados em exercícios anteriores, tendo-se verificado, no exercício de 1980, a entrega, no canteiro de obras, de numerosos itens prontos para a fase de montagem na usina.

— Início, em ritmo intenso, da montagem, na central, de itens do equipamento da estrutura de desvio e de partes componentes das três primeiras turbinas.

— Intensificação das atividades de mobilização e preparação do pessoal de operação e manutenção da usina.

— Desenvolvimento, com êxito, para as partes envolvidas, das atividades com vistas à efetivação das desapropriações das glebas que hoje se desdobram no futuro reservatório de Itaipu; nesse sentido, a administração da entidade binacional, com a cooperação de órgãos

governamentais, orientou-se pelo superior propósito de atender aos direitos e justos interesses dos atuais ocupantes das diversas glebas, tanto quanto ao aspecto da indenização como no concernente ao apoio para recolocá-los em novas áreas agrícolas do País.

Para levar a efeito toda essa gama de atividades no exercício de 1980, foi aplicado, em investimentos diretos, o equivalente a US\$ 1.018 milhões. Adicionando-se a esse valor o montante já realizado nesta categoria de investimentos até dezembro de 1979 (equivalente a US\$ 2.662 milhões), num total correspondente a US\$ 3.680 milhões até o final de 1980, verifica-se que a Itaipu já realizou, em investimentos diretos, cerca de 50% do total geral a despender até a conclusão final do projeto, ou, em outros termos, cerca de 60% dos investimentos diretos necessários para levar a cabo as atividades que, a rigor, concretizarão a implantação do projeto de Itaipu, quais sejam o fechamento do rio Paraná em 1982 e a colocação em funcionamento das três primeiras unidades geradoras em 1983.

1.3.6 — Energia Nuclear

Durante o ano de 1980, os trabalhos na área de prospecção e pesquisa foram orientados no sentido de aumentar o grau de precisão das reservas de urânio conhecidas, o que possibilitou elevá-las em 10%, de 215.300 para 236.300 toneladas.

Com respeito à construção de Centrais Nucleares, o ano de 1980 caracterizou-se pelo prosseguimento da montagem da usina Angra I, estando previsto o carregamento do núcleo para março de 1981 e a operação comercial no decorrer do 2º semestre do mesmo ano. Quanto a Angra II, a CNEN aprovou os planos apresentados para reforço de suas estacas e os trabalhos foram iniciados, ao mesmo tempo que se decidiu, em outubro de 1980, instalar Angra III, tendo sua construção sido iniciada. Ainda no âmbito do acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, ficou prevista a construção das usinas IV e V, que deverão localizar-se em Peruíbe, no litoral do Estado de São Paulo.

Com referência à mineração e beneficiamento do Urânio, o Complexo Industrial de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, que deverá produzir no segundo semestre de 1981 — em caráter experimental — 150 toneladas de U_3O_8 , representa a primeira instalação industrial brasileira de produção de concentrado de Urânio na esfera do Programa Nuclear Brasileiro. Outros complexos também estão sendo implantados, a exemplo da jazida de Figueira (com reserva de 8.000 toneladas de U_3O_8), Itatiaia (a maior jazida de Urânio identificada, cuja capacidade representa 50% de nossas reservas atuais) e a de Lagoa Real na Bahia (reservas de 48.000 toneladas de Urânio concentrado), o que colocará o País, até o final da década, em posição privilegiada quanto ao abastecimento desse minério.

No tocante à conversão, enriquecimento, reprocessamento e produção de elementos combustíveis, a NUCLEBRÁS está empenhada em implantar no Complexo Industrial de Resende as usinas indispensáveis a essas atividades, devendo várias obras estar terminadas ainda no primeiro semestre de 1981.

Em relação à área de componentes pesados, a cargo da NUCLEP, cuja fábrica foi inaugurada em maio de 1980, iniciou-se imediatamente a sua produção para a primeira das usinas nucleares, o que permitiu à Indústria Nacional (a NUCLEBRÁS detém 75% de seu capital) alcançar nova dimensão através do fornecimento de bens que até então eram encontráveis apenas no exterior.

A continuidade dessas construções assegurará a nossa capacidade em matéria de projetos de engenharia e de construção de centrais, conforme previsto no Programa Nuclear Brasileiro, e garantirá a independência e o domínio nessa área de tecnologia de ponta.

1.4 — COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Os atuais desequilíbrios do balanço de pagamentos e a necessidade de superá-los constituem a mais grave limitação ao desempenho da economia brasileira, visto acarretar a dependência a variáveis e condicionantes fora do nosso controle estrito. De fato, a sucessão de déficits em conta corrente e a necessidade de financiá-los a cada ano implicam não apenas custos crescentes decorrentes do endividamento que se acumula, como alto grau de incerteza quanto às condições de acesso a recursos financeiros do mercado internacional. Em que pese ao fato de ter sido o País até agora bem sucedido na captação dos recursos necessários, urge reduzir e eliminar, tão rápido quanto possível, a causa original do desequilíbrio em conta corrente. Para atingir esse objetivo, torna-se necessário transformar os recentes déficits comerciais em saldos crescentes através do aumento das exportações a taxas sensivelmente superiores às do crescimento das importações.

Essa a razão da elevada prioridade à expansão das exportações na Estratégia Econômica do III Plano Nacional do Desenvolvimento, ao mesmo nível de importância conferida aos setores energético, agrícola e social.

Esse objetivo afigura-se perfeitamente realizável, como já o demonstram os resultados obtidos em 1980. Exigirá, contudo, esforço cada vez maior do trabalho brasileiro, complementado por maior austeridade na expansão do consumo interno.

O Brasil exporta atualmente menos de 10% de seu Produto Nacional Bruto, proporção bastante inferior à da maior parte dos países industrializados. É possível portanto, manter ainda por vários anos o crescimento das exportações a ritmo bem superior ao da produção.

No tocante à exportação de produtos primários, o País desfruta de inequívoca vantagem comparativa, em decorrência principalmente da abundância de terras. A utilização mais intensiva das terras, aliada aos aumentos da produtividade agrícola, pode propiciar excedentes exportáveis de grande magnitude. O mercado internacional de produtos agropecuários afigura-se favorável, pouco afetado pelas crises econômicas.

Quanto aos produtos manufaturados, espera-se aumento crescente da participação brasileira nos mercados internacionais, dadas a posição relativa ainda reduzida de nossos produtos nesses mercados, a proporção relativamente pequena da produção industrial exportada e a existência de capacidade produtiva acionável na indústria de transformação.

Para garantir a consecução desses objetivos delineou-se uma política de fortalecimento do comércio exterior, cujo marco inicial foi o conjunto de medidas estabelecidas em dezembro de 1979 e reforçadas ao longo de 1980. O objetivo, plenamente atingido, como se mostrará adiante, foi atingir o valor de US\$ 20 bilhões de exportações; ou seja, crescimento superior a 30% em relação ao valor exportado em 1979, já 20% acima da receita obtida em 1978.

1.4.1 — *A Economia Mundial e a Política Econômica de Apoio às Exportações*

1.4.1.1. — *A Economia Mundial*

Durante o ano de 1980, a economia mundial defrontou-se com o segundo choque do petróleo, cujos preços duplicaram a partir de meados de 1979 até o primeiro trimestre de 1980. A relativa estabilidade que se seguiu foi posteriormente quebrada pelo conflito Irã-Iraque, terminando o ano com os preços na faixa de US\$ 32 a US\$ 37 por barril de 159 litros.

A elevação de preços desde logo provocou sensível aumento do superávit dos países da OPEP, estimado em 120 bilhões de dólares em meados de 1980. Essa nova situação de desequilíbrio global tende a se refletir, como em 1974/75, sobre o volume do comércio internacional. Recorde-se, a respeito, que sob os efeitos do primeiro choque do petróleo o comércio internacional foi drasticamente afetado, e mesmo após a relativa recuperação de 1976/78 suas taxas de crescimento jamais voltaram ao nível anterior a 1974.

Nesse segundo choque, ainda entre os países não produtores de petróleo com tradição de balança comercial habitualmente equilibrada ou superavitária registraram-se vultosas reduções de saldos comerciais, ou mesmo déficits.

Em face disso, suas ações dirigiram-se à contração drástica da oferta de moeda e a políticas fiscais restritivas, visando à elevação das taxas de juros e paralela retenção ou captação de recursos financeiros que lhes permitissem financiar seus déficits em conta corrente, com simultâneo efeito antiinflacionário.

As conseqüências foram evidentemente contracionistas ou, em certos casos, recessivas. As taxas de crescimento nos Estados Unidos e Europa Ocidental mantiveram-se bastante modestas ao longo do ano, quando não negativas. Em diversas economias industrializadas, importantes parceiros comerciais do Brasil, aumentou o desemprego.

Esse segundo choque do petróleo, no que toca aos aspectos financeiros, mostrou-se particularmente grave.

Nos países membros da OECDE, os déficits em transações correntes calculam-se em US\$ 38 bilhões em 1979, e em US\$ 80 bilhões em 1980. Esses números são comparáveis a déficits de US\$ 28 bilhões e superávits de US\$ 4 bilhões, em 1974 e 1975, gerando, portanto, procura de recursos para financiamento a níveis expressivamente maiores agora do que em 1974/75.

As economias em desenvolvimento, mal refeitas do choque de 1974/75, acumulam hoje dívida crescente e já superior a US\$ 360 bilhões.

Essas circunstâncias tornaram bem mais difícil a reciclagem de recursos pelo sistema financeiro internacional, do que resultou um comportamento bastante irregular do mercado e das taxas de juros por ele praticadas.

As taxas elevaram-se rapidamente no primeiro trimestre, baixando posteriormente, para reiniciar nova escalada a partir de julho. Nos últimos meses do ano, já retornavam ao pico do primeiro trimestre, com a LIBOR (taxa interbancária de Londres, que se aplica a grande parte da dívida brasileira) equivalente a 17%.

O ano de 1980 transcorreu assim em quadro de incerteza, o que dificultou sobremaneira a atuação das políticas econômicas internas de cada país, especialmente das nações em desenvolvimento.

1.4.1.2 — A Política de Apoio às Exportações

As atividades de comércio exterior iniciaram-se em 1980 sob forte efeito das medidas de estímulo adotadas em 7 de dezembro de 1979, entre as quais merecem menção:

- I — retirada dos subsídios à exportação de produtos industrializados;
- II — eliminação do depósito compulsório sobre certas importações;

- III — desvalorização cambial compensatória, da ordem de 30%, em conjugação com I) e II);
- IV — reativação, cautelar e temporária, do imposto de exportação para uma lista de produtos estratégicos quanto ao abastecimento interno, como bens de consumo final, ou importantes como insumos de produtos acabados exportáveis;
- V — reexame dos instrumentos reguladores do movimento de capitais externos, no sentido de reacelerar o fluxo de empréstimos em moeda estrangeira pela eliminação da retenção no Banco Central de 50% desses empréstimos e pela reposição, ao nível de 95%, do benefício pecuniário, sobre o imposto de renda em relação às despesas de juros e comissões, benefício esse auferido pelo tomador de recursos externos.

Tal conjunto de medidas exerceu grande influência na seqüência da política cambial ao longo de 1980. Foi necessário compatibilizar a política de desvalorizações cambiais com as metas estabelecidas para as políticas monetária e creditícia, que implicaram a prefixação da correção monetária. Tornou-se imperiosa, em consequência, a fixação do limite para a correção cambial, complementando o conjunto de instrumentos destinados a atenuar os efeitos expansivos sobre a taxa de inflação em relação a 1979, produzidos pelos choques externos e internos. Com essa prefixação pretendeu-se ademais reduzir as incertezas no que concerne à captação de recursos externos.

Subjacente ao objetivo principal de prefixação da correção monetária estava o caráter transitório da medida, evidenciado pela posterior elevação da taxa anual acumulada para 51%.

Nesse contexto, em 1980 foram realizados vinte e dois reajustes do cruzeiro em relação ao dólar, com prazos variáveis de vigência, numa desvalorização acumulada de 54% ao ano.

Ao final do ano, já pôde o Governo optar pelo retorno integral ao sistema de minidesvalorizações vigente anteriormente, ou seja, desvalorizações visando à manutenção permanente da paridade do poder de compra da moeda nacional. Para tanto retornou-se à regra de desvalorização a taxas aproximadamente equivalentes à diferença entre a inflação interna — medida agora pelas variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — e a inflação média dos principais países parceiros comerciais do Brasil.

As razões dessas alterações advieram da dinâmica cambiante do processo inflacionário a ritmo muito superior ao desejado, por força principalmente de fatores externos à economia.

É oportuno ressaltar nesse aspecto que a manutenção da prefixação em 1980 não acarretou prejuízo à maior parte dos exportadores, visto que a desvalorização acumulada, a partir de dezembro de 1979, resultou em taxa superior a 96%, o que combinado com inflação externa superior a 10% gerou variação efetiva de quase 115%, superando portanto largamente os aumentos de custos verificados em 1980. Isso não significa negar a ocorrência eventual de perda de rentabilidade, ao final do ano, para alguns setores anteriormente mais beneficiados com a concessão dos créditos fiscais eliminados em dezembro de 1979. Porém, mesmo nesses casos pode ter havido ganhos médios em relação à situação vigente em 1979, já que o percentual de 30% de desvalorização superou qualquer taxa de crédito fiscal vigente até então.

Por outro lado, foram consideravelmente reforçados os aportes de recursos para o financiamento das exportações.

O Conselho Monetário Nacional aprovou importantes medidas nesse sentido, com destaque para as alterações introduzidas na sistemática operacional do redesconto às empresas comerciais exportadoras, com vistas a emprestar-lhe maior automaticidade e a ampliar o crédito à produção de manufaturados destinados à exportação, que poderá atingir até 50% do valor FOB exportado no ano anterior para as empresas habilitadas junto à CACEX.

Além disso, foram tomadas outras importantes medidas, tais como:

- I — financiamentos, no montante de Cr\$ 96,3 bilhões, contra Cr\$ 40,4 bilhões em todo o ano de 1979, através do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX);
- II — empréstimos da ordem de Cr\$ 63,6 bilhões, contra Cr\$ 36,5 bilhões durante todo o ano anterior, pela sistemática da Resolução nº 602, do Banco Central do Brasil;
- III — consolidação dos instrumentos da política de comércio exterior, abrindo caminho para importante simplificação e descentralização dos procedimentos administrativos na exportação, com destaque para a criação da Declaração de Exportação, documento emitido pelo próprio exportador e sob sua inteira responsabilidade;
- IV — redução, de 46 para 7, do número de bens primários sujeitos à imposição do imposto de exportação.

A reorientação da política cambial no sentido de variações mais próximas das taxas da inflação interna, medida pelas variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, certamente ajudará a manter

a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Por outro lado, a redução prevista no ritmo de crescimento do consumo, a resultar das políticas fiscal e monetária já delineadas, em conjunto com a continuidade da expansão de produtos básicos, notadamente agrícolas, deverá estimular as exportações e ampliar a participação nacional no comércio mundial.

1.4.2 — Exportações

O efeito da política de comércio exterior sobre o desempenho das exportações em 1980 foi, em face das circunstâncias expostas, extremamente favorável. Não só do ponto de vista do crescimento global como de sua composição, com a recuperação das vendas externas de produtos básicos. A meta fixada ao início do ano para a receita de exportações US\$ 20 bilhões — foi afinal superada, em que pese as dificuldades vividas pela economia mundial. Assim foi que o valor total das exportações atingiu US\$ 20.132 milhões, superando em 32% o de 1979. Esse crescimento representou mais do dobro da taxa média de crescimento no quinquênio 1975/79 (15%), ultrapassando a da década de 70 (21%).

Na composição da pauta de exportações releva notar a recuperação dos produtos básicos, cuja taxa média de crescimento anual se havia reduzido de 13,8% no decênio 1970/79 para 6,8% no segundo quinquênio do período (1975/79).

Em 1980, contudo, essas exportações cresceram 29,1%, em comparação a 1979, recuperando-se do desempenho menos favorável de anos anteriores. Especialmente no biênio 1978/79, as exportações de produtos básicos, notadamente agropecuários, foram bastante prejudicadas por más safras e taxas cambiais efetivas inferiores às dos produtos industrializados, estes fortemente subsidiados. Como ressaltado na seção anterior, a reforma cambial de dezembro de 1979 beneficiou particularmente esse conjunto de produtos.

Predominaram nas exportações de produtos básicos o café, o minério de ferro, o farelo e grão de soja e o açúcar demerara, cujas exportações alcançaram o total de US\$ 6.510 milhões, 37,2% a mais que em 1979.

No que se refere à comercialização externa de café, a política desenvolvida pelo IBC, em 1980, visou prioritariamente à reconquista do lugar historicamente ocupado pelo Brasil na oferta mundial. Dessa forma, o café brasileiro voltou a ter presença expressiva nos principais mercados consumidores, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde sua participação se elevou de 15,6%, em 1979, para 22,8% em 1980.

As exportações em 1980 totalizaram 15 milhões de sacas, gerando receita da ordem de US\$ 2,77 bilhões (acréscimo de 26% e 20% respectivamente, em relação a 1979).

No âmbito da Organização Internacional do Café, o Brasil defendeu firmemente a necessidade de preservação da cooperação entre nações produtoras e consumidoras. Assim, em outubro de 1980, após intensas negociações, foi aprovado entre os membros da OIC acordado em que a cota brasileira de exportação aos países-membros foi fixada em 14,5 milhões de sacas, representando 25% do total das cotas da Organização.

Com relação ao açúcar, os preços favoráveis no mercado internacional permitiram que o incremento no volume exportado, da ordem de 47,6%, representasse acréscimo de 257,3%, em divisas, correspondente a uma receita de US\$ 1,3 bilhão.

As exportações de soja e seus produtos foram condicionadas pelo comportamento do mercado interno, cujo abastecimento tinha sido precário em 1979. Assim, ante a necessidade de recompor estoques internos e evitar que a escassez elevasse os preços de forma acentuada, a comercialização externa da oleaginosa, do farelo e do óleo foi rigorosamente controlada.

Mesmo sob essa restrição, as referidas exportações cresceram de forma destacada em 1980, tendo atingido US\$ 1.639 milhões até novembro, 30% superiores às de igual período de 1979.

Adicionalmente, o suprimento doméstico de farelo viabilizou rentabilidade à avicultura, cujas exportações de carne de frango ultrapassaram US\$ 176 milhões, crescendo 146% no período considerado.

O mercado de cacau e seus produtos sofreu o impacto de produção abundante, com preços que caíram abaixo de US\$ 1/libra-peso. As tentativas de ordenamento da oferta no âmbito internacional foram bastante prejudicadas, no correr do ano, pela ação vendedora de países produtores. Com isto, as cotações internacionais chegaram a baixar mais de 20% para a amêndoa e 17% para o «liquor».

A receita cambial foi afetada por essa queda de preços e também pela redução das quantidades exportadas. Foram exportados, US\$ 694 milhões, 26% menos do que em 1979. As perspectivas do mercado, para futuro próximo, são de estabilidade, aos níveis baixos atuais, acrescidos apenas dos custos de estocagem.

As exportações de minério de ferro situaram-se abaixo do programado devido à desaceleração verificada no segundo trimestre, como resultado dos problemas que afligiram a indústria siderúrgica em diversos grandes parceiros comerciais do Brasil. Mesmo assim, foram exportados mais de US\$ 1.557 milhões, com um crescimento, em comparação a 1979, de 21%.

Vale observar que, à exceção do açúcar, os aumentos de quantidades exportadas dos principais produtos básicos foram sensivelmente maiores que as variações de preços (em dólares FOB), o que constituiu indicação clara dos benefícios da política cambial.

Os produtos industrializados participaram com reais de 56% das exportações totais, com crescimento de 133,4% em 1979. Esse crescimento decompõe-se em 11,6% para semimanufaturados e 44,9% para manufaturados.

Vale destacar, no conjunto das exportações de itens industrializados, os bens de capital e material de transporte. Foram exportados US\$ 945,1 milhões de máquinas, caldeiras e instrumentos mecânicos, e mais de US\$ 1.500 milhões de material de transporte. Essas cifras representam crescimento, respectivamente, de 32,4 e 37,9% sobre jan/nov de 1979.

Também importante é o crescimento de 33% em itens não especificados, o que indica a continuidade da diversificação da pauta.

A indústria têxtil exportou, em fios, tecidos, malharia, vestuário e outras matérias cerca de US\$ 916 milhões, 12% a mais do que em 1979.

É de ressaltar, igualmente, o desempenho muito satisfatório de produtos siderúrgicos. As exportações de chapas de ferro, aço e aço-liga, por exemplo, foram superiores em 80% às de 1979.

Finalmente, cabe destacar o papel da Comissão de Concessão para Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (BEFIEEX), que dobrou o número de programas aprovados no período de 1972/79, contando, em 1980, com cerca de 100 empreendimentos que exportaram aproximadamente US\$ 2 bilhões, ou seja, 21% do total de produtos manufaturados colocados no exterior. Os Programas Especiais responderão por compromissos superiores a US\$ 22 bilhões, num prazo médio de 7,5 anos, enquanto os projetos da Comissão de Incentivos à Exportação (CIEEX) atingem compromissos superiores a US\$ 2 bilhões, distribuídos por 5 anos.

1.4.3 — Importações

Apesar do desempenho destacado das exportações, superior à meta fixada, manteve-se o desequilíbrio da conta comercial, em consequência do crescimento das importações em nível acima das previsões. Estas somaram US\$ 22.960 milhões, em números aproximados, com crescimento de 27% em comparação com 1979.

O resultado foi indubitavelmente influenciado pelos preços do petróleo. Vale notar, contudo, ter sido ainda possível minorar os efeitos dessa elevação de preço, não só pelas medidas de contenção de consumo de combustíveis, como, igualmente, pelo controle das demais importações.

Particularmente após julho fizeram-se sentir os efeitos da incidência do IOF sobre as operações de câmbio no caso de importações não prioritárias, provocando o início da reversão das taxas de crescimento das importações, quando medidas em períodos anuais (Tabela 1).

Foi especialmente relevante a firmeza da contenção do crescimento quantitativo das importações, principalmente a partir de maio. Assim, as variações das quantidades importadas de produtos «não-petróleo» demonstram crescimento de apenas 8% em 1980, em comparação com o ano anterior.

1.4.4 — *Balanço de Pagamentos*

Na balança de serviços, as rendas de capital continuaram oneradas pela elevação das taxas de juros internacionais. O dispêndio global, até dezembro, terá sido de US\$ 5.870 milhões.

Estimativas preliminares para essa e as demais contas de serviços indicaram para 1980 déficit em transações correntes de US\$ 12.178 milhões.

Não obstante seu vulto, o financiamento do déficit foi realizado a contento. O balanço de capitais financeiros mostrou ingresso líquido de US\$ 9.362 milhões, incluindo investimentos líquidos de US\$ 1.202 milhões, empréstimos de US\$ 10.045 milhões e financiamentos de US\$ 2.402 milhões.

Assim, as estimativas preliminares para o balanço de pagamentos de 1980, mostradas na Tabela 2 a seguir, indicam um déficit global de US\$ 3.499 milhões, com um volume de reservas, ao final do ano, de US\$ 6.911 milhões e conseqüente perda de US\$ 2.777 milhões ao longo do ano.

Essa perda, embora superior ao programado para 1980, constituiu-se em fator dos mais influentes na contenção da base monetária.

TABELA 1
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
— Acumuladas de 12 Meses —

ANO	MÊS	VALOR US\$ 1.000.00	ANO	MÊS	VALOR US\$ 1.000.00	% 80/79
1979	JAN	13.930	1980	JAN	18.677	34,1
	FEV	14.000		FEV	19.363	38,3
	MAR	14.210		MAR	19.989	40,7
	ABR	14.367		ABR	20.732	44,3
	MAI	14.767		MAI	21.189	43,5
	JUN	14.910		JUN	21.769	46,0
	JUL	15.200		JUL	22.062	45,1
	AGO	15.782		AGO	22.131	40,2
	SET	16.212		SET	22.784	40,5
	OUT	16.997		OUT	22.916	34,8
	NOV	17.468		NOV	23.047	31,9
	DEZ	18.084		DEZ	22.960	26,7

TABELA 2
BALANÇO DE PAGAMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	US\$ Milhões	
	1979	1980
1. BALANÇA COMERCIAL (FOB)	-2.839,5	-2.828,0
Exportações	15.244,4	20.132,0
Importações	18.083,9	22.960,0
2. SERVIÇOS (LÍQUIDO)	-7.199,2	-9.500,0
Juros	-4.185,5	-5.870,0
Outros ⁽¹⁾	-3.013,7	-3.630,0
3. TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS (LÍQUIDO)	18,1	150,0
4. TRANSAÇÕES CORRENTES (1 + 2 + 3)	-10.020,6	-12.178,0
5. CAPITAIS	6.935,9	9.362,4
Investimentos brasileiros no exterior	-194,2	-348,0
Investimentos estrangeiros no Brasil ⁽¹⁾	1.685,1	1.550,0
Empréstimos a médio e longo prazos	9.639,3	10.045,0
Financiamentos de Organismos Internacionais, Agências Governamentais e suppliers credits	2.266,9	2.402,0
Amortizações a médio e longo prazos	-6.540,2	-7.000,0
Empréstimos e financiamentos brasileiros ao exterior (líquido)	-607,9	567,8
Capitais a curto prazo e outros capitais (líquidos)	686,9	2.145,6
6. ERROS E OMISSÕES	-130,2	-683,3
7. SUPERÁVIT (+) ou déficit (-)	-3.214,9	-3.498,9

Notas: ⁽¹⁾ Exclusive reinvestimentos

Dados preliminares.

Fonte: Banco Central do Brasil

2 — AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS



2 — *As Políticas Macroeconômicas*

O traçado das políticas macroeconômicas do Governo, em 1980, teve por finalidade criar condições à gradativa eliminação, ao longo dos próximos anos, das atuais limitações mais graves ao desempenho da economia brasileira: inflação e *déficit* em conta corrente do Balanço de Pagamentos. Os resultados obtidos em 1980 com a atuação dos principais instrumentos dessas políticas foram em geral satisfatórios.

Contudo, o agravamento das condições desfavoráveis, mormente as de origem externa, dilatou o interregno normalmente existente entre os resultados das políticas monetária e fiscal e seus efeitos esperados sobre a redução do ritmo da inflação. Em consequência, torna-se imprescindível prosseguir com as políticas de estabilização, o que deverá assegurar para 1981 o cumprimento das metas anteriormente previstas para 1980, embora permaneça a incerteza quanto às variáveis de origem externa.



2.1 — POLÍTICA FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS

2.1.1 — *Política Fiscal*

O objetivo da política fiscal, assim como das demais políticas macroeconômicas, é conciliar o atendimento das prioridades à agricultura, energia, exportação e setores sociais com a necessidade de redução da inflação. Para tanto, voltam-se os esforços no sentido da redução do déficit da União, que constitui uma das causas originais do processo inflacionário recente.

O orçamento da União vinha, desde 1973, apresentando superávits contábeis. Parcelas consideráveis de despesas com subsídios diretos ao abastecimento, bem como ao crédito e encargos da Dívida Pública Interna Federal, eram cobertas com expansão monetária, acarretando, assim, elevadas emissões primárias de moeda e conseqüentemente altas taxas de inflação.

Com o intuito de disciplinar as ações do Governo Federal, a nível de Orçamento da União e Orçamento Monetário, o III PND estabeleceu como um de seus objetivos a Unicidade Orçamentária, isto é, um Orçamento da União que inclua todas as receitas e despesas tipicamente orçamentárias.

Seguindo essa orientação, o Orçamento da União para o exercício de 1980 foi bem mais abrangente que o dos anos anteriores. Assim, enquanto em 1979 apenas Cr\$ 37 bilhões referentes a subsídios e encargos da Dívida foram cobertos com recursos orçamentários, esse valor subiu para Cr\$ 313 bilhões em 1980. Em percentagem da despesa total do Tesouro, tais quantias representaram 7,3% e 25,7%, respectivamente, em 1979 e 1980 (Quadro 1).

QUADRO 1

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TESOUREO NACIONAL
1979/1980

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ milhões		em %	
	1979	1980 ^(*)	1979	1980
RECEITA TOTAL (A)	509.843	1.219.512	100,0	100,0
Receita Tributária	445.100	957.820	87,3	78,5
Cota Contrib. s/exportação	—	38.917	—	3,2
Outras Receitas	64.743	222.775	12,7	18,3
DESPESA EFETIVA TOTAL (B)	507.547	1.217.382	100,0	100,0
Cotas, Fundos e Vinculações	470.800	904.569	92,8	74,3
Gastos com subsídios	36.747	312.813	7,2	25,7
Ao abastecimento	6.764	200.825	1,3	16,5
Demais subsídios	25.242	76.874	5,0	6,3
Encargos da Dívida	4.741	35.114	0,9	2,9
RESULTADO EXEC. ORÇ. (A — B)	2.296	2.130	—	—

Fontes: Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil e Ministério da Fazenda/SPO.

Nota: (*) Dados preliminares.

Outro avanço institucional foi a desvinculação progressiva de fundos públicos. De fato, parcela muito elevada da receita do Tesouro estava vinculada a órgãos, fundos ou despesas. A rigidez do sistema de vinculações vinha colocando sérias restrições à programação dos orçamentos tanto a nível federal quanto a nível estadual e municipal. Assim, estabeleceu o III PND que as vinculações de receita seriam reduzidas substancialmente de modo a dotar o orçamento de maior flexibilidade.

Nesse sentido, duas medidas importantes foram tomadas. A primeira, em dezembro de 1979, reduziu gradualmente, até a sua eliminação em 1983, as transferências de receita a órgãos, fundos ou despesas, exceto aquelas destinadas aos Estados, Distrito Federal, Municípios, PIN, Proterra e FUNDAF. Aproximadamente 37,5% da receita do Tesouro estava vinculada em 1979; para 1980, essa percentagem caiu a 30,9%. Outra medida que contribuiu para a queda dessa participação foi a criação da reserva especial constituída de 15% das receitas vinculadas.

A segunda medida, tomada em dezembro de 1980, proporcionou aos Estados e Municípios maior liberdade na programação de seus gastos, ao mesmo tempo que reforçou o sistema federativo no Brasil. Essa

medida eliminou a compulsoriedade de os Estados e Municípios aplicarem parte dos recursos provenientes das transferências federais em despesas de capital.

Observou-se, por outro lado, que a Dívida Pública Interna Federal vinha crescendo a taxas superiores às desejáveis, sobretudo quando a razão de seu crescimento — financiamento de déficits do Tesouro — já não existia. Esse crescimento decorreu de três fatos básicos: a inclusão no giro da Dívida, após a Lei Complementar nº 12, de 1971, dos respectivos encargos; o surgimento das operações triangulares em que as emissões de títulos eram utilizadas para captar recursos de uma entidade pública e, em seguida, repassá-los a uma terceira entidade; e a inclusão de despesas estranhas no giro da Dívida, como por exemplo gastos referentes aos subsídios do trigo em determinados anos. Visando a sanar essas distorções, o III PND estabeleceu, como regra geral, que o saldo da Dívida poderia crescer, em termos reais, para cobrir déficits no Orçamento da União ou para permitir acumulação de reservas internacionais pelo Banco Central.

Em 1980, Cr\$ 35 bilhões referentes a encargos da Dívida foram cobertos com recursos orçamentários, contra apenas Cr\$ 5 bilhões em 1979. Estabeleceu-se por outro lado, um controle mais rígido das emissões de títulos para cobertura de gastos específicos. Desse modo, o saldo em circulação de ORTN e LTN passou de Cr\$ 521 bilhões em dezembro de 1979 para Cr\$ 848 bilhões em dezembro de 1980, evidenciando um crescimento nominal de 63% no período.

Com vistas a enquadrar a ação das empresas estatais dentro de suas prioridades, o III PND estabeleceu que:

- I — os programas de investimentos das estatais devem compatibilizar-se com o Plano Nacional de Desenvolvimento;
- II — os projetos em andamento devem ser concluídos e os investimentos conservados em nível de inteira compatibilidade com o controle da inflação e do balanço de pagamentos;
- III — o uso de recursos próprios deve ser intensificado, reduzindo a dependência em relação aos recursos de terceiros e transferências do Tesouro;
- IV — para a fixação de tarifas devem ser estabelecidos critérios com vistas a assegurar, de um lado, condições necessárias à solidez financeira das empresas e, de outro, adequação às prioridades de combate à inflação e demais objetivos da política econômica;

- V — Os atuais mecanismos de orientação das empresas governamentais devem ser mantidos e aperfeiçoados, assim como o controle de suas importações, a fim de reduzir o déficit da balança comercial e estimular o setor privado nacional.

Para coordenar e disciplinar a ação das empresas estatais de acordo com a orientação acima, foi criada a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) em outubro de 1979. A partir de então, o orçamento anual de gastos dessas entidades passou ao controle e aprovação da SEST. Atenção especial foi dada ao controle das importações e das operações de crédito externas.

O governo decidiu utilizar o sistema tributário nacional de modo mais eficiente, com vistas a melhorar a arrecadação, estimular a atividade agrícola e as exportações, influenciar a demanda agregada e melhorar a distribuição pessoal, setorial e regional da renda e da riqueza. Para atender a esses três objetivos básicos — o financeiro, o econômico e o social — o Ministério da Fazenda propôs, para o período de 1980/85, implementar medidas que possibilitem:

- I — ampliar o campo de incidência do imposto sobre os ganhos de capital, inclusive o lucro imobiliário, sem prejuízo da manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivos à poupança;
- II — utilizar conjuntamente o imposto de renda e o imposto sobre a propriedade territorial rural, de modo a estimular a melhor utilização da propriedade fundiária e obter maior produtividade agrícola;
- III — atualizar a legislação do imposto sobre produtos industrializados; redefinir a seletividade do imposto, estabelecendo novos critérios de essencialidade; aperfeiçoar o sistema de não-cumulatividade; e aprimorar o sistema de desoneração de carga tributária nos produtos exportados;
- IV — modificar a sistemática das contribuições parafiscais, principalmente a da cobrança de encargos sociais, de modo a favorecer a utilização de mão-de-obra;
- V — alterar as normas relativas aos Fundos de Participação e aos impostos únicos, visando à desvinculação dos recursos e automatização da sua transferência, em atenção à autonomia dos Estados e Municípios;

- VI — consolidar a legislação tributária, reformular o regime de penalidades, simplificar as formalidades administrativas relacionadas com a cobrança de tributos e, principalmente, aperfeiçoar os mecanismos de concessão de incentivos, tornando-os tão automáticos quanto possível, de forma a reduzir o poder discricionário da administração.

Nesse sentido, foram tomadas as seguintes medidas em 1980:

- I — Instituiu-se o Empréstimo Compulsório, visando a absorver temporariamente o poder aquisitivo de pessoas de renda mais elevada. Com isso, o Governo pode mobilizar recursos adicionais, não inflacionários, para financiar programas prioritários da área social e econômica.
- II — O IOF foi reestruturado. As suas alíquotas aumentaram, com ampliação de sua área de incidência, abrangendo as operações de importação e transações com valores mobiliários. Essa medida acarretou, de imediato, o encarecimento das importações e dos financiamentos internos.
- III — O Imposto de Renda sofreu algumas modificações, visando basicamente a torná-lo mais equitativo e estimular o pequeno produtor rural, a saber:
- a) elevação, para o exercício de 1981, dos limites de isenção em 100% ou mais para efeito de retenção na fonte e para efeito de obrigatoriedade de apresentar declaração, enquanto as demais faixas foram ajustadas em apenas 55%, medida que provoca, de imediato, uma redistribuição de renda a favor dos contribuintes de renda mais baixa;
 - b) elevação do limite de receita bruta total proveniente da atividade rural para efeito de obrigatoriedade da apresentação de declaração de rendimentos, no exercício de 1981, por parte das pessoas físicas (o limite passou de Cr\$ 500 mil, ano-base de 1979, para Cr\$ 1.627 mil, ano-base de 1980).
- IV — O Imposto Territorial Rural foi reformulado, de modo a tributar mais pesadamente as propriedades improdutivas. Assim, ao mesmo tempo que se pretende beneficiar o pequeno agricultor, a medida objetiva o uso mais eficiente do solo e, conseqüentemente, maior volume de produção e maior produtividade agrícola.

- V — As alíquotas do IPI para um grande número de produtos de consumo popular foram reduzidas a zero, visando a favorecer as classes de baixa renda.
- VI — As alíquotas do IULC foram reduzidas com o intuito de atenuar o efeito da elevação dos preços internacionais de petróleo sobre os preços internos.
- VII — As alíquotas do Imposto de Importação para mais de dois mil itens sofreram elevação em média de 40% em março de 1980. Essa medida, associada ao IOF, visou a conter as importações e atenuar os desequilíbrios no balanço de pagamentos.
- VIII — O Imposto de Exportação, que deveria vigorar em 1980 com incidência nas exportações de soja e outros produtos agrícolas, foi suspenso para quase todos os casos. Associada aos estímulos fiscais do IPI para exportação de manufaturados, essa providência buscou expandir o comércio exterior e reequilibrar o balanço de pagamentos.
- IX — As alíquotas do ICM foram reestruturadas de modo a aumentar a autonomia dos Estados e privilegiar aquelas Regiões menos favorecidas em termos de receita. Assim, as alíquotas do imposto foram elevadas de um ponto de percentagem nas operações internas de todas as Regiões e reduzidas de um ponto de percentagem nas operações interestaduais referentes às saídas de mercadorias das Regiões Sul e Sudeste com destino às demais Regiões.
- X — Finalmente, no tocante à simplificação do sistema tributário, foram implementadas as seguintes medidas:
- a) as pequenas empresas, enquadradas como isentas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, foram desobrigadas de realizar escrituração contábil e fiscal e de corrigir o ativo permanente e o patrimônio líquido;
 - b) as pequenas e médias empresas tiveram elevados seus limites de receita bruta para efeitos de isenção do Imposto de Renda;
 - c) as empresas de pequeno porte, que dêem saída a produtos industrializados ou com a alíquota zero, foram desobrigadas de manter escrituração contábil e fiscal e de dar cumprimento às obrigações acessórias relativas ao IPI;

- d) cerca de 97 milhões de documentos, que anualmente circulavam pelas repartições da Secretaria da Receita Federal, foram eliminados, graças à simplificação da prova de quitação de tributos e outros encargos, aliada à facilidade de escrituração, por meio de fichas ou listagens, da correta aplicação de incentivos na importação de bens, assim como à dispensa de uma série de exigências legais, nos pedidos de reconhecimento de isenção.

Quase todas as medidas de política tributária propostas para o período de 1980/85 já foram, pelo menos em parte, implementadas em 1980. Outras se encontram em fase de estudos, devendo ser sugeridas oportunamente.

2.1.2 — *A Execução Financeira do Tesouro Nacional no Exercício de 1980*

A execução financeira do Tesouro Nacional — ou seja, a execução orçamentária e as operações financeiras — apresentou resultados altamente satisfatórios no exercício de 1980. Os superávits acumulados durante o exercício permitiram que se transferisse ao Orçamento Monetário, para a regularização de responsabilidades do Tesouro junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central, um volume de recursos orçamentários quase três vezes superior às estimativas originais. Conseqüentemente, obteve-se um orçamento fiscal mais abrangente, contribuindo, assim, para maior eficácia da política monetária.

Embora os dados de dezembro ainda sejam preliminares, o exercício financeiro de 1980 encerrou-se em equilíbrio, tanto na execução orçamentária quanto nas operações financeiras. Observa-se, pelas informações do Quadro 2, que o superávit de caixa do Tesouro foi de Cr\$ 2 bilhões e as operações financeiras — isto é, as operações de crédito junto ao público e outras — forneceram recursos no montante de Cr\$ 5 bilhões. Desse modo, os recursos líquidos do Tesouro atingiram a cifra de Cr\$ 7 bilhões.

Comparando esses resultados com os verificados no exercício de 1979, conclui-se que o resultado global da execução financeira do Tesouro foi bem mais satisfatório em 1980. Isto porque os recursos líquidos do Tesouro junto às autoridades Monetárias e junto à CEF acusaram incremento de Cr\$ 7 bilhões em 1980, contra uma redução de quase Cr\$ 73 bilhões em 1979.

Esse crescimento da receita pode ser explicado tanto pelo comportamento autônomo dos próprios tributos como por alterações de suas estruturas. Entretanto, os tributos que acusaram taxas de variação mais elevadas foram aqueles cujas alíquotas sofreram as modificações mais significativas no período, como ocorreu com o IOF, o Imposto de Importação e o IULC.

QUADRO 2

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
— Fluxos acumulados no período janeiro/dezembro —

— Cr\$ milhões —

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980(*)
Resultado da Execução Orçamentária	2.296	2.130
Operações de Crédito junto ao Público	-61.735	6.069
Outras Operações	-13.255	-770
Recursos Líquidos do Tesouro	-72.694	7.429
Junto às Autoridades Monetárias	-74.011	5.492
Banco Central	-74.173	-103.941
Banco do Brasil	162	109.433
Junto à CEF	1.317	1.937

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (*) Dados Preliminares.

A arrecadação efetiva do IOF, ao atingir o montante de Cr\$ 103 bilhões em 1980, suplantou em Cr\$ 76 bilhões as estimativas orçamentárias, com um crescimento real de 104,4%. Essa foi a maior taxa de crescimento verificada entre todos os componentes da receita no período considerado.

O Imposto de Importação também apresentou bom desempenho, em decorrência da elevação de algumas alíquotas e da maxidesvalorização do cruzeiro efetuada em dezembro de 1979. A sua arrecadação efetiva foi de quase Cr\$ 88 bilhões, contra uma previsão orçamentária de Cr\$ 48 bilhões. Relativamente ao exercício anterior, houve um incremento real de 27,9% na arrecadação desse tributo em 1980.

Por outro lado, o IULC foi o imposto a revelar o pior desempenho. A sua arrecadação efetiva, da ordem de Cr\$ 51 bilhões, ficou bastante aquém dos Cr\$ 70 bilhões estimados originalmente; e, relativamente à arrecadação de 1979, houve um decréscimo real de 44,5%. Esse comportamento decorreu da redução de 25% em suas alíquotas, a partir de 1º de janeiro de 1980, bem como da alteração na sistemática de correção de sua base de cálculo, que passou a ser feita a intervalos não inferiores a doze meses.

O excesso de arrecadação permitiu que a despesa efetiva suplantasse as estimativas orçamentárias em quase 39%, ao atingir a cifra de Cr\$ 2.217 bilhões em 1980. Desse total, 59% se destinaram às cotas de despesa; 23% à distribuição da receita vinculada; 8% aos fundos de participação e os restantes 10% ao item *diversos*.

Pode-se afirmar que o efeito das medidas tomadas em fins de 1979 com o intuito de reduzir as vinculações de receita já se fizeram sentir na execução orçamentária de 1980. A maior flexibilidade na alo-

cação dos recursos permitiu que, nos últimos meses do exercício, montantes consideráveis de receita orçamentária fossem transferidos às Autoridades Monetárias para cobertura de gastos referentes a subsídios e encargos da Dívida Pública. Assim, enquanto a Lei Orçamentária previu apenas Cr\$ 87 bilhões para a cobertura desses gastos, efetivamente Cr\$ 313 bilhões foram cobertos com recursos orçamentários.

Concluindo, pode-se dizer que a execução financeira do Tesouro Nacional, em 1980, apresentou resultados satisfatórios. O excedente de arrecadação na execução orçamentária e o superávit nas operações financeiras contribuíram para a maior eficácia da política monetária, ao evitar a necessidade de financiamento de gastos fiscais através de emissão primária de moeda.

2.2 — POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA

A política monetária foi conduzida em 1980 de modo a conter a expansão da oferta de moeda em nível compatível com a estratégia anti-inflacionária do Governo. O objetivo em mira foi conciliar a redução do ritmo de crescimento do produto real, sem prejuízo do atendimento das prioridades conferidas aos setores agropecuário, exportador e energético.

Nesse sentido, em consonância com as metas descritas, o Orçamento Monetário foi elaborado com base numa projeção de crescimento dos meios de pagamento em 50% e na limitação em 45,0% da expansão dos empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado, bem como das demais instituições oficiais.

A programação da distribuição desse crédito por setores da atividade econômica evidencia a ênfase dada pelo Governo Federal às áreas prioritárias. Assim, foi programado para o setor exportador, com vistas ao equilíbrio da balança comercial, um incremento de Cr\$ 97,4 bilhões, enquanto ao setor rural foi destinado um acréscimo previsto de Cr\$ 288,6 bilhões, destacando-se o Proálcool com crescimento programado de Cr\$ 34,5 bilhões.

A fim de viabilizar essas metas foram adotadas medidas, algumas a nível operacional, destinadas a aumentar a eficiência dos instrumentos de política monetária, e outras de caráter estrutural, visando a eliminar distorções na ação das Autoridades Monetárias.

No primeiro caso, as principais medidas foram:

- limitação em 45% do crescimento do crédito em 1980, excetuados os empréstimos realizados com repasses e refinanciamentos oficiais, os baseados na captação de recursos externos, os destinados a favorecer a Amazônia e o Nordeste, a cargo dos respectivos bancos federais regionais, e as aplicações de natureza social da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional da Habitação;

- unificação, no Banco Central, das contas de reservas bancárias, possibilitando um maior controle da liquidez do sistema;
- alteração na sistemática de ajuste dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais, com vistas a expressar com maior fidelidade as reservas exigíveis;
- elevação dos custos dos empréstimos de liquidez para os bancos comerciais, a fim de evitar que o sistema bancário viesse a expandir suas operações ativas com base nesses recursos, ao mesmo tempo que se procurou estabelecer a necessária e adequada compatibilização com a evolução das taxas no mercado aberto;
- aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia de títulos públicos federais, o que possibilitou a agilização dos negócios no mercado aberto e alargou as garantias de legitimidade das transações, com simultânea dispensa da troca física de papéis.

As medidas de carácter estrutural objetivaram sobretudo reduzir os subsídios ao crédito e incluir no Orçamento da União encargos referentes ao serviço da dívida pública interna e à cobertura de dispêndios com subsídios ainda indispensáveis na área do consumo, bem como dotações para programas como os de preços mínimos e de estoques reguladores, antes realizados exclusivamente através do Orçamento Monetário.

Dado que a taxa de inflação se situou em nível bem mais elevado do que o implícito, nas metas para o crescimento da oferta de moeda e de crédito, e não obstante a intensa utilização dos instrumentos de política monetária, a expansão da oferta de moeda e dos empréstimos das Autoridades Monetárias não pôde ser contida nos níveis inicialmente estabelecidos.

Durante o ano, diversos fatores exigiram fluxos adicionais de recursos, os quais, dada a magnitude de seus portes, não puderam ser integralmente cobertos através dos canais não-monetários, pressionando a emissão de papel-moeda em volume superior ao programado.

As «Contas em Aberto», que envolvem os setores prioritários na Estratégia Econômica, constituíram-se no principal foco de pressão adicional sobre as aplicações do Banco do Brasil em 1980. Assim, a conta de custeio agrícola revelou um aumento de aplicações no valor de Cr\$ 138.700 milhões, não apenas em função da grande ênfase dada ao setor durante todo o exercício, como também em razão dos amplos reajustes — da ordem de 100% — concedidos aos valores Básicos de Custeio, que, a partir de setembro, quando tradicionalmente se inicia o ápice do custeio agrícola, passaram a exercer pressões expansionistas ainda mais acentuadas sobre a base monetária. Em vista do desempe-

nho das exportações dos programas de substituição de fontes energéticas, às aplicações do FINEX e do PROÁLCOOL apresentaram expansão de Cr\$ 56.153 milhões e de Cr\$ 19.927 milhões, respectivamente, enquanto os créditos com recursos externos e os empréstimos ao café também mostraram crescimento significativo da ordem de Cr\$ 47.501 milhões e Cr\$ 34.201 milhões, respectivamente.

Além desses, outro principal fator de expansão da oferta de moeda foi o gasto realizado com a defasagem de repasse dos aumentos de custos ao consumidor de derivados do petróleo, para atenuar a pressão inflacionária abrupta decorrente das condições do mercado internacional da matéria-prima. O diferencial entre os preços de aquisição do barril de petróleo no mercado externo e o valor da comercialização interna de seus derivados obrigou a adiantamentos do Banco do Brasil ao Conselho Nacional de Petróleo, traduzidos por fluxo de recursos no montante de Cr\$ 133 bilhões.

O impacto expansionista dessas operações foi parcialmente contrabalançado pela perda de US\$ 2,8 bilhões nas reservas internacionais e pelo rigoroso controle das operações das Autoridades Monetárias. De fato, além da redução nos repasses do Banco Central às instituições financeiras, os empréstimos do Banco do Brasil foram objeto de acompanhamento diário, de modo a manter o compromisso do Governo de financiar sem limitações o custeio agrícola e as exportações, mediante compensação dos excessos em outras contas daquele Banco e nos repasses do Banco Central.

Todo esse esforço foi complementado por substancial melhoria no nível de intervenção do Banco Central no mercado financeiro, através das operações de "open market". Assim, ao final de 1980, o fluxo acumulado das operações com títulos públicos federais alcançou a cifra de Cr\$ 5,9 bilhões, com impacto monetário contracionista.

Entre as fontes de recursos não monetários com que contaram as Autoridades Monetárias e que contribuíram para reduzir a expansão da base monetária, destacaram-se:

- I — A expansão dos depósitos compulsórios em moedas estrangeiras e outras, oriundos, principalmente, de recursos captados no exterior no montante de Cr\$ 251,2 bilhões.
- II — O incremento dos recursos de fundos e programas administrados pelo Banco Central, que se traduziu por um impacto contracionista em valor igual a Cr\$ 103,3 bilhões.
- III — A redução no saldo das operações cambiais, registrando uma queda de Cr\$ 176,3 bilhões, em consequência, principalmente, das sucessivas perdas de reservas internacionais das Autoridades Monetárias.

Como decorrência das políticas adotadas, iniciou-se a partir do 2º semestre nítida tendência ao declínio da expansão da base monetária e dos meios de pagamento. A evolução da base monetária, medida pelas variações em período de doze meses, após expansão máxima em junho, mostrou-se progressivamente declinante, ou seja: 82,2% em junho, 77,6% em julho, 74% em agosto, 70,6% em setembro e 53,8% em dezembro.

A expansão dos meios de pagamentos atingiu 70,6% em dezembro, muito inferior, portanto, à taxa de inflação de 110,2% (medida pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — IGP-DI), embora tenha superado a expansão prevista na programação monetária (50%).

Assim, a liquidez do sistema econômico, medida pela relação entre as variações percentuais nos meios de pagamento e no Índice Geral de Preços, apresentou-se declinante a partir de maio de 1980.

Tais resultados infundem confiança na reversão do processo inflacionário a partir de meados de 1981, já que a experiência mostra uma defasagem superior a seis meses entre a ação da política monetária e o seu impacto sobre o nível geral de preços.

Ao final do ano, foram estabelecidas novas e importantes medidas que deverão facilitar a condução da política monetária em 1981, principalmente ao tornar mais flexível a administração das taxas de juros. Entre outras, merecem destaque:

- I — A aprovação, pela primeira vez, do Orçamento Monetário em dezembro, o que evidencia a preocupação do Governo em deixar claramente definidas, com a necessária antecedência, as diretrizes da política monetária e creditícia a serem seguidas em 1981.
- II — A liberação das taxas de juros.
- III — O estabelecimento de novos limites de adiantamento e de taxas de juros para os empréstimos rurais, agroindustriais e de exportação, de sorte a torná-los mais compatíveis com os novos níveis de inflação e atenuar as pressões inflacionárias decorrentes do crédito subsidiado. Foi, porém, preservado o tratamento favorecido ao miniprodutor e pequeno produtor rural, possibilitando-lhes a obtenção de crédito para cobertura integral das despesas de custeio ou de investimento a realizar.
- IV — A ampliação dos benefícios representados pelo diferencial de taxas de encargos financeiros nos programas especiais em favor do Nordeste e da Amazônia,

passando-se a cobrar juros de 12% a.a. contra 45% dos programas especiais para as demais regiões do País. O Projeto Sertanejo teve sua taxa de juros fixada em 5% ao ano.

- V — A elevação de 15% para 20% sobre os depósitos líquidos, do limite mínimo obrigatório que as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural deverão canalizar para as aplicações em crédito rural, com o objetivo de aumentar o aporte de recursos ao setor primário.
- VI — A elevação, de 15% para 25%, da alíquota do IOF, incidente sobre as operações relativas às importações de bens e serviços, fixando-se em 15% o gravame a ser aplicado no âmbito da Zona Franca de Manaus.

2.2.1. — O Atendimento às Prioridades do Governo

I — Crédito à agricultura

A atuação da política de crédito rural orientou-se, fundamentalmente, para elevar a produção de alimentos e para expandir as áreas destinadas à geração de energia a partir de fontes renováveis. Nesse sentido, afora a execução das medidas adotadas ao final de 1979, voltadas para a desburocratização dos processos e a melhoria do acesso ao crédito, especialmente aos miniagricultores e pequenos agricultores, foram adotadas, em 1980, as seguintes providências principais:

- manutenção do conceito de «conta em aberto» no Orçamento Monetário, para as Operações de custeio agrícola e comercialização de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos;
- ampliação da política de preços mínimos, através da participação de todo o sistema nacional de crédito rural (anteriormente, apenas o Banco do Brasil estava autorizado a realizar os financiamentos ao abrigo dessa política);
- dotação, no Orçamento Monetário, de recursos para o crédito rural, envolvendo expansão maior do que a atribuída ao conjunto das operações das Autoridades Monetárias.

Além dessas, as aplicações conduzidas dentro da política de preços mínimos foram outro importante instrumento de apoio financeiro ao produtor, inclusive pela implementação dos Postos Volantes de Compra, sistema instituído pela Comissão de Financiamento da Produção com o objetivo de viabilizar compras nas regiões carentes de infra-estrutura de armazenagem e transporte, localizadas sobretudo em áreas de expansão da fronteira agrícola.

As operações realizadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural alcançaram o saldo de Cr\$ 784 bilhões, dos quais Cr\$ 618,1 bilhões (78,8%) através do Banco do Brasil.

As operações de custeio agrícola no Banco do Brasil indicam, para dezembro, saldo de Cr\$ 258,4 bilhões, com incremento de 115,9%. Esse comportamento resultou da prioridade concedida à realização desses financiamentos destinados ao plantio, tratos culturais e colheita — e mostra, cabalmente, o apoio oficial ao desenvolvimento da agricultura, já que se prevê, para o crédito do Banco do Brasil ao comércio e à indústria, uma expansão de apenas 45%.

II — Crédito às Exportações

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para as de manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação — FINEX registrou ao final de 1980 o saldo de montante de Cr\$ 96,3 bilhões, evoluindo 138,2% sobre 1979. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram o saldo de Cr\$ 66,4 bilhões, com crescimento de 72,9% no ano.

III — Crédito ao Programa Energético

No financiamento do Programa Energético, destacam-se as aplicações realizadas no Programa Nacional do Alcool, cujo saldo atingiu Cr\$ 46,3 bilhões, registrando crescimento de 179% no período.

O apoio creditício emprestado ao Programa foi fundamental para que este, em pouco mais de quatro anos de execução, mais do que duplicasse o número de unidades produtoras.

IV — Crédito a Programas Sociais

A Caixa Econômica Federal, cujas aplicações de caráter social não ficaram limitadas ao teto estabelecido para o crescimento do crédito, dinamizou também suas operações nessa área, principalmente através de financiamentos habitacionais e de aplicações do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS).

Nos programas de habitação e hipotecas, a CEF financiou em 1980 a construção de 178.000 unidades habitacionais, (87% das quais destinadas à população de baixa renda), com crescimento superior a 250% sobre as unidades financiadas em todo ano de 1979.

As aplicações do FAS nas áreas de Educação e Cultura, Saúde e Previdência e Assistência Social correspondem a cerca de 95% dos Cr\$ 15,7 bilhões de recursos liberados pela CEF desde a implantação do Fundo.

Nesse período, o FAS propiciou a construção de 16.633 salas de aula (que proporcionaram 1.487.626 novas matrículas), 27.931 leitos hospitalares, 3.949 enfermarias e 9.215 metros de esgotos. Além disso, beneficiou 82 entidades sindicais na edificação de 68.410,7 m².

V — Outros Atendimentos

a) Crédito ao Desenvolvimento Regional

A irregularidade na ocorrência de chuvas na região Nordeste, caracterizada por enchentes em fevereiro e súbita suspensão generalizada das precipitações em março, com a configuração de prolongada estiagem, tornou crítica a situação em inúmeros municípios da região, principalmente porque a cessação das chuvas, coincidindo com a fase de maturação de lavouras, provocou a frustração das safras.

Mais uma vez o Governo Federal mobilizou-se em ação conjunta com os Governos Estaduais e Municipais na execução de Programa de Emergência, para o qual foram destinados, na área do crédito, recursos de Cr\$ 12,6 bilhões.

Com vistas a soluções a médio e longo prazo, a ação do Governo no combate sistemático às repercussões das secas no Nordeste também vem sendo implementada, na área do crédito, através dos seguintes Programas: POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Aproveitamento de Recursos Hídricos e Proterra, para os quais, em 1980, foi programada a aplicação de Cr\$ 13 bilhões, somente através do Banco do Brasil, a maior parte em favor de pequenos e médios mutuários.

Por outro lado, a fim de impedir a evasão de recursos das regiões Norte e Nordeste para centros mais adiantados, o Conselho-Monetário Nacional determinou às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural a aplicação do percentual de 15% das posições líquidas dos depósitos captados nas áreas da SUDENE/SUDAM em operações de crédito rural efetivadas nas referidas regiões.

b) Crédito à Pequena e Média Empresa.

Apesar da menor expansão dos empréstimos ao comércio e à indústria, ditada pela necessidade de conferir maior apoio à agricultura, às exportações e ao programa energético, procurou-se evitar que essa mudança na estrutura do crédito afetasse mais fortemente a pequena e média empresa.

A CEF iniciou o atendimento à microempresa nacional através do FAMICRO, beneficiando mais de 12.000 interessados.

Por sua vez, o Banco do Brasil dinamizou o sistema de apoio integrado às pequenas e médias empresas industriais (que visa a conjugar a concessão do crédito à assistência técnico-gerencial), dotando suas agências de operadores habilitados para o diagnóstico e avaliação

do desempenho das empresas, de modo a elevar sua produtividade e poder de competição no mercado. Como reflexo dessas medidas, os créditos concedidos às pequenas e médias empresas industriais tiveram ampliada em 20% a sua participação nos empréstimos do Banco do Brasil.

2.3 — OUTRAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

2.3.1 — *Política de Mercado de Capitais*

O Governo Federal, durante o ano de 1980, adotou uma série de medidas destinadas à consolidação e ao fortalecimento do mercado de capitais, visando a aumentar sua participação efetiva no desenvolvimento econômico do País, em consonância com as prioridades gerais de apoio à empresa nacional e estímulo à maior captação de recursos domesticamente.

Assim é que as bolsas de valores tiveram disciplinados os mercados futuro e de opções, de modo a permitir funcionamento ordenado desses importantes instrumentos de captação de recursos. Do mesmo modo, vem sendo incentivada de forma vigorosa a participação dos Investidores Institucionais no mercado de valores mobiliários, o que já se reflete no crescimento acentuado das carteiras de aplicações das Seguradoras e Fundações de Seguridade Social, com inegáveis benefícios ao processo de capitalização da empresa nacional.

Durante o ano de 1980, a conjugação dessa política de fortalecimento do mercado de capitais com medidas de natureza conjuntural, cujos efeitos convergiam para o estímulo às aplicações em papéis de renda variável, propiciou o direcionamento de volume apreciável de recursos — que se podem estimar em Cr\$ 60 bilhões — para a capitalização da empresa privada nacional, dentro dos objetivos propostos no III PND.

É auspicioso assinalar que o lançamento de debêntures também despertou grande interesse, bastando notar que até novembro o valor registrado já superava em 836,2% o montante alcançado em todo o ano de 1979.

2.3.2 — *Política de Seguros*

As atividades securitárias caracterizaram-se pelo permanente alargamento do seu campo de atuação, por força das próprias necessidades ditadas pelo desenvolvimento econômico-social do País.

As operações internas de seguros geraram em 1980 volume equivalente a Cr\$ 115 bilhões de receitas, enquanto as previsões técnicas e o patrimônio líquido acumulado pelas sociedades seguradoras atingi-

ram cifra em torno de Cr\$ 105 bilhões, correspondente a pouco mais de 90% daquela receita. Esse valor, com as aplicações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) em ORTNs (Cr\$ 23 bilhões), espelha o alto grau de solidez do mercado securitário brasileiro.

Por outro lado, as operações realizadas com o setor externo, inclusive a colocação de seguros de importação, de responsabilidade de empresas nacionais, vêm contribuindo para a melhoria do Balanço de Pagamentos, na medida em que eliminaram os tradicionais déficits que se registravam na conta de seguros das transações externas. O fluxo de negócios tornou-se bilateral, como conseqüência do dinamismo do empresariado brasileiro. Já se pode estimar em US\$ 70 milhões o superávit alcançado por essas operações no triênio 1978/80, resultado importante não pela sua expressão em valor, mas pelo que significa como mudança de uma tendência deficitária para o País. Além disso, o fato denota um amadurecimento do setor, que poderá alcançar patamares ainda mais elevados em termos de aplicações e rentabilidade, na medida em que aprofunde seu conhecimento e intimidade com os mercados externos.



3 — DESEMPENHO DAS POLÍTICAS SOCIAIS



3.1 - SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

3.1.1 — *Salário*

A política salarial vigente até outubro de 1979, antes da aprovação da Lei de reajustes semestrais, caracterizava-se pelos seguintes aspectos:

- I — as decisões eram tomadas exclusivamente na esfera governamental, que divulgava mensalmente o fator de reajuste salarial;
- II — a atualização do poder aquisitivo dos salários era feita pela média dos salários reais correspondentes aos últimos 12 meses, acrescido da metade da inflação prevista pelo Governo para os 12 meses seguintes e de uma taxa de variação da produtividade global da economia, calculada anualmente com base no crescimento da renda «per capita».

Tal sistemática, além de não facultar a participação de empregados e empregadores na definição dos reajustes e aumentos reais de salários, ensejava inquietação social em períodos de aceleração da inflação.

Ao estabelecer que os aumentos de salários médios reais, ao longo do tempo, se dariam proporcionalmente ao crescimento da produtividade média nacional, a política anterior não contemplava a ocorrência de ganhos diferenciados de produtividade, quando se reconhece que tais acréscimos não ocorrem com igual intensidade em todas as atividades econômicas.

Por outro lado, o agravamento da inflação estava exigindo um sistema mais ágil de reajustes salariais, que também cumprisse o objetivo de redistribuição de renda e permitisse aos salários reais crescer de forma compatível com o nível do aumento da produtividade. Ademais, com vistas ao fortalecimento do jogo democrático, deveria a no-

va sistemática estabelecer maior flexibilidade nas negociações com relação aos ganhos de produtividade, que passariam, conseqüentemente, a se diferenciar setorialmente.

Para atender a essas finalidades foi proposta e aprovada a Lei nº 6.708 que, com vigência a partir de 1/11/79, orientou a política salarial em 1980.

A nova Lei Salarial visa basicamente a três objetivos:

- I - recompor automática e semestralmente o poder aquisitivo dos assalariados, erodido pela inflação;
- II - conceder ganhos reais de salários a partir de aumentos de produtividade, negociáveis entre empregados e empregadores;
- III - conceder aos trabalhadores de salários mais baixos reajustes superiores aos dos trabalhadores de salários mais altos.

A Lei nº 6.708/79 passou a conceder reajustes automáticos de salários, diferenciados por faixas salariais. Estabeleceram-se as correções com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de acordo com a seguinte sistemática: para as faixas salariais de até 3 salários mínimos, a taxa de reajustes é 10% superior ao INPC; para os assalariados que ganham entre 3 e 10 salários mínimos o reajuste salarial é de 110% do INPC para a parcela até 3 salários mínimos, e 100% do INPC para o que exceder esse limite; para os assalariados que ganham mais de 10 salários mínimos, a parcela salarial até 10 salários mínimos é corrigida de acordo com a sistemática citada e, para a que ultrapassar 10 salários mínimos, a correção é 80% do INPC.

Além disso, a Lei nº 6.708/79 instituiu ganhos reais de salários de acordo com o acréscimo verificado na produtividade da categoria profissional, negociáveis entre as partes e concedidos anualmente.

Dessa forma, a nova política salarial protegeu o trabalhador contra a inflação, além de ensejar um caráter nitidamente redistributivo em favor das classes sociais menos favorecidas, proporcionando reajustes salariais acima da variação do INPC para todos os trabalhadores que ganham até 11,5 salários mínimos (mais de 90% da força de trabalho abrangida pela CLT), independentemente do acréscimo por aumento de produtividade.

Ela possibilitou, ademais, a elevação do salário médio na indústria (pessoal ocupado na produção). No período compreendido entre novembro de 1979 e setembro de 1980, a variação do salário médio na indústria foi de 80,2%, enquanto nesse mesmo período o INPC aumentou 78,8%, o ICV-RJ cresceu 77,6%, o ICV-SP 73,1% e 75,5%.

segundo a FIPE e o DIEESE, respectivamente. A variação do salário médio situou-se ainda acima da variação anual da média ponderada dos ICVs, elaborados por órgãos locais de pesquisa para as dez capitais de maior população do País, e que foi de 79%. Tal comparação é relevante, visto que esses salários são os efetivamente pagos, já tendo sido realizados os reajustes devidos à rotatividade, admissão de novos empregados, aumentos por conta de acréscimos de produtividade, etc.

O salário-mínimo também vem sendo corrigido dentro do espírito da Lei nº 6.708/79, ou seja, na base de 110% do INPC, semestralmente. Além disso, o Governo vem procedendo, gradualmente, à redução das regiões em que se divide o território nacional para efeito de fixação do salário-mínimo.

Através do Decreto nº 84.674, de 30/4/80, o Governo diminuiu de quatro para três as faixas de salário-mínimo. Essa política de equiparação e conseqüente aumento do nível real da região realizou-se com a elevação do valor vigente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo ao maior nível de salário-mínimo. Nesses Estados, a taxa de reajuste no semestre compreendido entre novembro de 1979 e maio de 1980 foi de 50,3%, contra 41,5% para o salário-mínimo de maior valor e 46,9% para o de menor valor.

Ademais, a negociação dos ganhos de produtividade entre empregados e empregadores contribuiu para introduzir no processo a prática da democracia, garantindo o equilíbrio nos interesses de empregados e empregadores e eliminando o papel preponderante do Governo como árbitro de questões salariais. Em 1980, primeiro ano de vigência da Lei nº 6.708/79, foram homologados cerca de 1.500 acordos salariais.

As modificações nas relações trabalhistas introduzidas por essa política tiveram como resultado imediato a diminuição do número de greves, que passou de mais de 400 em 1979 para apenas 32 em 1980.

No entanto, ao longo do seu primeiro ano de vigência, mostrou-se a nova lei carente de alguns aperfeiçoamentos com vistas, basicamente, a permitir maior flexibilidade ao mecanismo de correção salarial, prevenir eventuais desajustes nos segmentos de maior qualificação da mão-de-obra e propiciar às empresas condições de melhor administração de cargos e salários.

Em mensagem aprovada pelo Congresso, o Governo introduziu alterações na sistemática da Lei nº 6.708/79 a partir de dezembro de 1980. À parcela que exceder dez salários-mínimos, mas apenas até a faixa de 15 salários-mínimos, será aplicado o fator correspondente a 0,8 da variação do INPC, enquanto nas faixas de 15 a 20 salários-mínimos aplicar-se-á fator 0,5. Sobre a parcela do salário que exceder vinte salários-mínimos não mais incidirá a correção automática, cabendo às partes estabelecer livremente os possíveis reajustes. Contudo, foram preservados os reajustes na base: até dez salários-mínimos continuam a ser aplicados os mesmos critérios anteriores.

No âmbito das empresas estatais, o assunto já havia sido em parte equacionado com a expedição do Decreto-lei nº 1.798, de 24/7/80 (regulamentado pelo Decreto nº 85.232, de 6/10/80, que, ao estabelecer limite máximo de remuneração mensal para os servidores federais, veio a reduzir a distância dos salários elevados em relação àqueles das faixas inferiores.

A introdução dessas modificações, que afetaram menos de 2% dos assalariados, permitiu aperfeiçoar a política de emprego e salário, tornando-a socialmente mais justa e economicamente mais exequível.

3.1.2 - *Emprego*

Em 1980 o crescimento do nível de emprego foi satisfatório.

Na indústria de transformação registrou-se aumento da força de trabalho empregada superior a 3,7% até outubro de 1980, em relação a igual período do ano anterior. Entre os gêneros industriais, destacou-se a indústria mecânica, que aumentou seu efetivo em 12%, a indústria de material de transporte, em 5,8%, e a indústria de papel e papelão, que gerou mais de 5,6% de emprego. Em apenas três entre dezesseis gêneros industriais (fumo, bebida e farmacêutico) verificou-se decréscimo do pessoal ocupado na produção.

Nas cidades do interior, houve elevação da mão-de-obra ocupada em praticamente todos os Estados, a taxas sempre superiores às de crescimento da população econômica ativa dessas regiões. Essa tendência indica descentralização da atividade econômica, em direção a cidades médias e pequenas, bem como, e principalmente, a dinamização da atividade agropecuária. O menor índice de crescimento observado foi o referente ao Estado do Ceará (2,2%), certamente influenciado pelas consequências da seca que assolou a região.

Nas regiões metropolitanas os índices acusaram crescimento de 1,2% da força de trabalho ocupada. Esse índice relativamente mais baixo refletiu basicamente o menor ritmo de atividade na indústria de construção civil no primeiro semestre, que se inverteu plenamente ao longo dos meses seguintes. Por outro lado, o crescimento do emprego nos setores comercial e de serviços, além do industrial, apresentaram sempre crescimento satisfatório.

3.1.3 - *Políticas Trabalhistas*

A prioridade conferida à área do trabalho, na estratégia do desenvolvimento social, fundamenta-se no princípio de que as ações no campo do emprego, treinamento e proteção ao trabalhador, entre outras, são essenciais para melhorar sua qualidade de vida e elevar o nível da renda e da riqueza nacional.

Nesse sentido, a política de proteção ao trabalhador objetiva assegurar-lhe maior estabilidade no emprego, condições de trabalho seguras, proteção e assistência social à sua família e regulamentação profissional para garantir os benefícios da legislação trabalhista e previdenciária às várias categorias.

A política de participação social inclui o aperfeiçoamento de formas tradicionais de organização e participação dos trabalhadores (sindicatos, cooperativas) e a promoção de outras formas legítimas de associativismo e aprimoramento do sistema de relação entre empregados e empregadores, dos processos de negociações e das formas de participação dos trabalhadores nas atividades da empresa.

3.1.3.1 — Política de Formação de Mão-de-Obra

Como parte integrante da política nacional de desenvolvimento, a da formação de mão-de-obra a nível nacional procura estimular os trabalhadores, através dos respectivos órgãos de classe, a participar na sua definição para torná-los co-responsáveis pela execução dessa política; correlacionar-se com a de emprego e salário em função da produtividade do fator trabalho; dar prioridade às áreas de concentração de produção e de maior incidência da população economicamente ativa; assegurar autonomia aos órgãos de formação profissional; atender às características regionais no que se refere às atividades desenvolvidas e à clientela-alvo, e tornar a formação profissional complemento da educação formal e aprimoramento da mão-de-obra.

Essa política é executada pelo SENAI, SENAC, PIPMO, SENAR e pelas próprias empresas através da Lei nº 6.297, de 15/12/75, que permite deduzir do lucro tributável das pessoas jurídicas o dobro das despesas realizadas com projetos de formação profissional (até junho de 1980 foram inscritos 2.229 mil trabalhadores para novos treinamentos).

I — Mão-de-Obra Agrícola

Com o objetivo de organizar e administrar programas de formação profissional rural, a atuação do Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR), no período compreendido entre março de 1979 e julho de 1980, promoveu a capacitação de cerca de 340 mil trabalhadores rurais, sendo as Regiões Norte e Nordeste as mais beneficiadas, com 41,7% do total, e a implantação de 30 Unidades Móveis de Treinamento, com aquisição programada de mais 182 unidades; por intermédio do Programa de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (PRODEMO).

II — Programa de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (PRODEMO)

Com recursos Federais e do BIRD, da ordem de US\$ 92.511.800, o Governo está fortalecendo esse Programa mediante construção e equipamento de 13 Centros de Formação Profissional do SENAI, de três hotéis-escola e da sede da Fundação Centro de Medicina e Segurança do Trabalho (FUNDACENTRO), e aquisição de 180 Unidades Móveis de Treinamento Rural para o SENAR.

3.1.3.2 — Políticas Sociais de Apoio

I — Programa de Alimentação do Trabalhador

Visa esse Programa a proporcionar alimentação adequada e a baixo custo, principalmente ao trabalhador de baixa renda, cabendo 56% do custo dessa alimentação ao Governo, 20% ao trabalhador e 24% às empresas, que por sua vez se beneficiam de incentivos fiscais.

II — Programa de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado de Baixa Renda (PROSINDI)

Mediante convênio entre os Ministérios do Trabalho, do Interior e da Fazenda, com participação do Banco Nacional da Habitação e da Caixa Econômica Federal, objetiva-se proporcionar aos trabalhadores sindicalizados, com renda familiar de até 6 salários mínimos, a construção e aquisição de habitação a preço de custo.

III — Capacitação de Recursos Humanos Sindicais

O propósito básico é propiciar aos trabalhadores e dirigentes sindicais meios e técnicas mais eficientes no desenvolvimento de suas atividades administrativas, técnicas, políticas e sociais, visando, principalmente, a preparar os sindicatos para o efetivo exercício da negociação.

IV — Assistência Técnica e Financeira aos Sindicatos

O Programa foi concebido para propiciar aos sindicatos suporte técnico e financeiro, visando ao aperfeiçoamento de sua estrutura administrativa e à aquisição de equipamentos médico e odontológico, para a promoção do serviço de saúde destinado ao trabalhador.

V — *Segurança e Medicina do Trabalho*

Através de cursos para uma clientela de 8 mil profissionais e reciclagem de outros 7.113 de nível médio e superior, reduziu-se o percentual de acidentes do trabalho de 18,2% em 1972 para 7,1% em 1980.

3.1.3.3 — *Política de Imigração*

Com a promulgação recente da lei dos estrangeiros, o Governo assumiu papel importante no disciplinamento da imigração no País, realizando pesquisa para identificar as áreas rurais carentes e o tipo da mão-de-obra exigida, além do estabelecimento de critérios de seleção para atender ao perfil de demanda de mão-de-obra no País, do cadastramento das empresas nacionais, importadoras de tecnologias renováveis, do tombamento do cadastro de estrangeiros, por Estado da Federação, e de trabalhos de seleção, adaptação e integração do estrangeiro admitido no País.

3.1.3.4 — *Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA)*

Em face da tendência criativa do homem brasileiro no trabalho com materiais regionais os mais diversos (madeira, cerâmica, fio; couro, pedras, etc.) e ainda da crescente demanda nacional e internacional por peças de artesanato, o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo programa específico que já abrange mais de 3 milhões de pessoas. Seus objetivos básicos são (1) proporcionar emprego estável ao artesão e sua família e (2) elevar o nível da renda familiar.

Através de feiras nacionais e internacionais realizadas em 1980, o PNDA promoveu vendas superiores a 50 milhões de dólares como primeiro passo no sentido de transformar a atividade artesanal de meramente folclórica em econômica.

Em 1981, conforme decisão de dezembro de 1980, o CDS aplicará, por intermédio do MTB, mais Cr\$ 50 milhões, além das dotações orçamentárias vinculadas ao Programa.

3.2 — *Educação, Saúde e Previdência Social*

3.2.1 — *Educação e Cultura*

Na área da Educação e Cultura, deu-se ênfase aos seguintes aspectos:

- 1 — educação básica e promoção cultural, com prioridade para a educação no meio rural, buscando adequá-la melhor às necessidades da população do campo;

- II — educação nas periferias urbanas, à procura de condições mais efetivas de democratização das oportunidades;
- III — desenvolvimento cultural, com estímulo às manifestações da criatividade comunitária;
- IV — valorização dos recursos humanos, com vistas à reestruturação da carreira do magistério;
- V — captação e alocação de recursos financeiros, voltados para o aumento de dotações e a criação de novas fontes de arrecadação.

Além disso, a política adotada para o setor é vista e administrada como atividade comprometida com a cultura brasileira, instrumento de democratização de oportunidades e melhoria futura da distribuição de renda, com ênfase nos objetivos da universalidade do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento. Nesse sentido, a programação das atividades e projetos e o uso dos recursos disponíveis estarão orientados para o ensino do primeiro grau e profissionalizante, a alfabetização e o ajustamento e dimensionamento das universidades ao mercado de trabalho. Tudo isso sem alterar as funções e características tradicionais de atuação do Governo Federal no Setor, como o apoio às atividades culturais e artísticas, ao desenvolvimento científico e tecnológico e às demais ações ligadas ao desenvolvimento da educação e da cultura do País.

3.2.1.1 — *Atividades do Setor*

Ao conferir prioridade à educação no meio rural, nas periferias urbanas, e ao desenvolvimento cultural, comprometeu-se o Governo com a superação dos grandes desequilíbrios sócio-econômicos, em especial aqueles derivados da chamada pobreza absoluta. Já o compromisso com o processo de abertura e de redemocratização da sociedade brasileira manifesta-se nas prioridades de valorização de recursos humanos e aperfeiçoamento do sistema de captação e alocação de recursos.

Nessa perspectiva, as ações na área da educação, cultura e desporto, em 1980, tanto ao nível do planejamento como da execução, perseguiram a regionalização num trabalho de cooperação dirigido prioritariamente para as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Através de mecanismos especiais de ação para o meio rural e para as populações carentes urbanas, criados em 1980, foram aplicados Cr\$ 1.425 milhões. O Programa de Desenvolvimento Cultural contou com recursos da ordem de Cr\$ 1.150 milhões.

3.2.1.1.1 — Educação no Meio Rural

A partir da evidência de que os problemas da educação no meio rural em áreas carentes atingem diferentes níveis, manifestos tanto no sistema formal de ensino, quanto nas dificuldades de sobrevivência das populações locais, foi criado o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC/RURAL), definidor de alguns pressupostos de ação básicos para a fixação das linhas que vêm orientando o desenvolvimento dos projetos pelas Secretarias Estaduais de Educação, em convênio com o Programa, em nove Estados da Região Nordeste.

A primeira linha, Educação-Integração, compreende ações que atingem a educação básica de 1º grau, no sentido de estabelecer efetiva vinculação entre escola rural e cultura local, e a valorização de recursos humanos diretamente engajados no ensino municipal.

Nessa linha, o Programa, por intermédio dos governos estaduais do Nordeste, além da contrapartida dos municípios, está elevando os níveis de remuneração de 44.549 professores municipais, pretendendo alcançar, progressivamente, remuneração média em torno do salário-mínimo regional. Ao lado disso, é proporcionada a regularização funcional desses professores.

A segunda linha, Educação-Produção, soma esforços com organismos vinculados ao MEC e a outros Ministros (MA-SUDEPE) e às Secretarias Estaduais de Educação e de Agricultura. As ações partem do pressuposto de que não basta proporcionar instrumentos teóricos e formação prática ao aluno e à comunidade produtora (colégios agrícolas, escolas hortigranjeiras e aldeias pesqueiras). Faz-se necessário, sobretudo, buscar meios de auto-sustentação das unidades educacionais, do aluno e das famílias envolvidas, através de pequenos investimentos, com aproveitamento de tecnologias de baixo custo e financiamento do aluno-produtor, dando-lhe instrumentos que o capacitem a produzir e controlar a comercialização dos bens produzidos.

Em 1980, as ações constaram basicamente de implantação, fortalecimento ou desenvolvimento de Colégios Agrícolas Estaduais, Escolas Hortigranjeiras de Produção, Escolas de Educação-Produção de Pesca e Escolas-Fazenda.

A terceira linha, Educação-Cultura, envolve projetos de apoio ao desenvolvimento de tecnologias alternativas locais ou de criação de meios de sobrevivência e auto-sustento das comunidades; ações de natureza educativa integradas a órgãos do setor saúde, habitação e trabalho, e projetos de vinculação escola-comunidade, inclusive novas alternativas curriculares que se integrem ao mundo do trabalho e ao universo de valores do meio rural. Nessa linha desenvolve-se a implantação de Centros de Atuação Permanentes, do Projeto RONDON-MINTER, com vistas ao desenvolvimento comunitário de 10 municípios

do Baixo São Francisco, sediados nos Estados de Alagoas e Sergipe e, ainda, 14 centros de difusão cultural em diferentes regiões do Estado da Paraíba.

Os recursos aplicados em 1980 foram de Cr\$ 925 milhões, sendo Cr\$ 516 milhões do salário-educação, Cr\$ 297 milhões do saldo do salário-educação e Cr\$ 112 milhões de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação.

3.2.1.1.2 — Educação na Periferia Urbana

Foi criado, em janeiro de 1980, o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas (PRODASEC/URBANO), nas Regiões Metropolitanas e cidades de porte médio do País.

O PRODASEC/URBANO assenta-se no princípio de que a atividade educacional deve associar-se a ações outras que supram carências básicas da população, tais como saúde, nutrição, emprego e renda, atendendo de forma integrada a família, e não só alguns dos seus membros.

Para efeito de programação, o PRODASEC/URBANO definiu três linhas básicas de atuação: Educacional, Sócio-Cultural e Econômica.

Na primeira linha, a ação preponderante se constitui na ampliação e melhoria dos serviços educacionais do 1º grau e de Pré-Escolar. Procurar-se-á implantar um serviço educacional que ofereça, nas áreas de saúde e alimentação, compensações às carências básicas que dificultam o processo de ensino-aprendizagem das populações pobres, e conseguir integração entre estudo e trabalho para colocar à disposição da comunidade equipamentos, instalações e recursos humanos voltados para o desenvolvimento comunitário.

Nessa linha estão em desenvolvimento 44 projetos, envolvendo aproximadamente 65 bairros carentes nos Estados do Pará, Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal, com uma população diretamente beneficiada de 270 mil alunos.

A segunda linha refere-se ao apoio a projetos sócio-educativos e culturais em execução, especialmente os de "desenvolvimento comunitário" referentes à educação não formal.

Estão sendo apoiados nas 6 Unidades Federadas aproximadamente 25 projetos, que abrangem uma população direta de aproximadamente 154 mil pessoas.

Quanto à terceira linha de ação, caracterizada pelo desenvolvimento de projetos na base da relação educação-renda, oferece-se como área de atividade a unidade educacional, de que seriam exemplo as escolas de produção e a unidade produtiva, no caso a empresa, quando se trate de treinamento ou aprendizado profissional.

Aproximadamente 13 projetos, com uma clientela de 75 mil pessoas entre adolescentes e adultos, encontram-se em desenvolvimento.

É oportuno ainda destacar certos aspectos operacionais que distinguem este programa dos demais no setor de Educação.

Há, desde o início, uma ação intersetorial que envolve órgãos não apenas do setor de Educação, mas também dos de Saúde, Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Urbano, quer a nível central, quer a nível de Unidade Federada, de modo a garantir o atendimento integrado à família.

O planejamento e a execução do Programa se caracterizam pela descentralização, pois a seleção de áreas para a implantação e a aprovação de projetos procede do Estado.

O planejamento é definido a partir de uma base territorial ou geográfica, para onde são dirigidos os diferentes projetos sócio-educativos e culturais.

Por fim, há a participação comunitária institucionalizada, que consiste em fazer a comunidade participar do processo educacional, inclusive por intermédio de representação institucionalizada, de que é exemplo a "Comissão de Bairro".

Em, 1980 foram aplicados no PRODASEC/URBANO aproximadamente Cr\$ 500 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sendo Cr\$ 270 milhões em ações educacionais de 1º grau e Pré-Escolar, Cr\$ 145 milhões em desenvolvimento comunitário e Cr\$ 76 milhões na linha de educação-emprego-renda.

A integração de diferentes setores a nível estadual permitiu iniciar ações em todas as linhas, assegurando as diretrizes básicas e beneficiando uma parcela de aproximadamente 400 mil pessoas em 75 bairros periféricos urbanos de 6 Estados.

3.2.1.1.3 — Valorização de Recursos Humanos

Nas Unidades Federadas, destacaram-se os Programas e projetos de aperfeiçoamento e atualização técnica com vistas ao estabelecimento de níveis salariais compatíveis com a habilitação dos docentes e especialistas de educação, cultura e desportos, e iniciaram-se estudos para os planos de carreira no ensino de 1º e 2º grau, tanto a nível Federal como Estadual.

Merece destaque, em 1980, a reestruturação da carreira de magistério superior, com base em reinvidicações e sugestões da própria comunidade.

3.2.1.2 — *Aspectos Específicos da Atuação do Governo na Área de Educação e Cultura.*

3.2.1.2.1 — *Educação Pré-Escolar*

A ação pressupõe uma integração das áreas de educação, saúde e nutrição e constitui-se num instrumento significativo para a superação de um dos nossos grandes desequilíbrios sócio-econômicos.

3.2.1.2.2 — *Ensino de 1º Grau*

O atendimento à faixa de 7 a 14 anos se deu através de projetos específicos de educação geral e formação especial, concentrando-se nas periferias urbanas e áreas rurais. As ações voltadas para a alfabetização e para o ensino de redação e de literatura, como incentivo às manifestações populares de cultura brasileira, receberam ênfase especial.

A atuação no campo da alimentação escolar esteve voltada para a adoção de cardápios compatíveis com os hábitos alimentares locais e capazes de proporcionar um padrão nutricional mais adequado. Procurou-se estender o fornecimento para 180 dias no mínimo, além de motivar a maior participação da comunidade. Foram atendidos 13,7 milhões de alunos de 109.584 escolas em 3.513 municípios, e realizaram-se cursos especiais para equipes de programas alimentares num total de 19.045 pessoas, mediante aplicação de recursos federais da ordem de Cr\$ 3,2 bilhões. Nesse campo, merece destaque o plano de emergência para o Nordeste, que, com aplicação adicional de Cr\$ 450 milhões, beneficiou 2,5 milhões de escolares.

3.2.1.2.3 — *Ensino Superior*

Na área de educação superior, houve a preocupação dominante de conhecer as dificuldades e problemas que interferem na normalidade de funcionamento do sistema de universidades e escolas e de buscar meios e formas de consolidá-los.

Nesse sentido, o Conselho de Desenvolvimento Social autorizou recursos superiores a Cr\$ 2.300 milhões para conclusão dos "campi" e hospitais universitários. Paralelamente, começou a ser implementado o convênio Educação-Saúde, possibilitando o atendimento de beneficiários da previdência social por 138 hospitais universitários, além de gerar recursos adicionais para custeio dessas entidades.

As instituições de ensino particular obtiveram financiamento do FAS para ampliação de sua base física e instalações, além de apoio técnico nos planos administrativo e pedagógico, e assistência financeira por critério de desempenho.

Da maior relevância para as autarquias universitárias federais foi a já referida reestruturação da carreira do magistério superior, grande passo no sentido da dignificação salarial e de profissionalização do docente universitário.

3.2.1.2.4 — *Erradicação do Analfabetismo (MOBRAL)*

Nessa área os projetos mais significativos foram a alfabetização funcional de 600 mil alunos em 3.974 Municípios; o Programa de Educação Integrada (matrícula de 227.675 alunos em 848 Municípios); as "MOBRALTECAS" (visita a 407 Municípios), o Programa de Educação Comunitária para Saúde (treinamento de 94.936 pessoas) e o de Educação Comunitária para a Saúde (47.717 participantes). Na área de profissionalização foram treinadas 6.988 pessoas, registrados 82.988 e colocados 45.218 candidatos.

3.2.2 -Saúde

Em consonância com a orientação descrita no III PND, a política para o setor de saúde objetiva:

- I - a descentralização das atividades, transferindo-se as atribuições de planejamento e prestação dos serviços aos Estados e Municípios, na medida em que possam ser aparelhados para assumi-las;
- II - o ajustamento às condições nosológicas e sócio-econômicas das várias regiões do País,

Para tanto, definem-se como principais linhas de procedimento:

- I - prioridade para as ações nas regiões e áreas de maior densidade de pobreza, especialmente as destinadas à superação das deficiências alimentares, ao combate às endemias e aos esforços de prevenção de enfermidades de maior significação sócio-sanitária;
- II - reorientação e redimensionamento dos serviços de saúde através da cooperação interinstitucional e inter-setorial;

Atividades do Setor

A ação prioritária do Setor Saúde voltou-se para:

- I - áreas e grupos sociais mais desprotegidos, destacando-se, especialmente, as populações das periferias urbanas e das zonas rurais;

- II - grupos biologicamente expostos a maiores riscos, em especial crianças e mulheres em estado de gestação e de pós-parto;
- III - doenças transmissíveis e outros problemas básicos, de ampla prevalência e de solução simples;

Entre as ações que contribuem significativamente para a condução dos objetivos da ação no setor de saúde destacam-se:

- I - Redefinição dos instrumentos de articulação, da ação conjunta entre o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde das Unidades Federadas, com a participação do Ministério da Previdência e Assistência Social.. Busca-se, mediante integração das ações de saúde a nível local, o estabelecimento de condições para implantar e manter em funcionamento, em todo o País, a rede de serviços básicos de saúde, de natureza pública, de cobertura universal e de caráter permanente, e a substituição gradual da onerosa atuação federal direta, fortalecendo-se os Estados e Municípios mais próximos do problema a atender e, portanto, potencialmente mais indicados para desenvolver ações continuadas e adequadas às necessidades comunitárias.
- II - Redefinição dos instrumentos de ação coordenada entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, buscando-se a racionalização de esforços, o desenvolvimento tecnológico de fármacos e imunobiológicos, e a assistência farmacêutica e hospital especializada através do sistema de co-gestão na rede hospitalar própria do Ministério da Saúde.
- III - Elaboração do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREVSAÚDE), ordenador principal das ações governamentais na área de saúde, objetivando a extensão e o funcionamento dos serviços de saúde com prioridade para as populações rurais, de pequenos centros e de periferias de grandes cidades.
- IV - Redefinição da estratégia de controle de doenças evitáveis por imunizantes, que prevê a mobilização das unidades de rede básica para apoio às eventuais campanhas de vacinação em massa e de bloqueio de surtos. Sob esse enfoque, realizou-se a Campanha Nacional de Vacinação Contra a Poliomielite, com ampla participação das organizações existentes nos Estados.
- V - Definição de programas especiais para as áreas de sangue e hemoderivados (PRO-SANGUE), desenvolvimento de fármacos essenciais (PRO-FÁMACO), con-

trole de qualidade de drogas, medicamentos e alimentos (PRO-CONTROLE) e de informações tóxico-farmacológicas.

- VI - Ampliação da capacidade instalada do Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor (SARAH), para exercer a função de centro de pesquisa voltado para o desenvolvimento de protótipos de equipamentos médico-hospitalares, visando à padronização necessária aos serviços básicos de saúde e conseqüente autonomia nacional nesse setor, com estímulo à produção desses equipamentos no País,
- VII - Intensificação das ações de controle e combate à malária e à febre amarela.

Com aplicação global de recursos do Tesouro orçada em Cr\$ 11,5 bilhões, a ação prioritária setorial desenvolveu-se em quatro campos básicos:

- I - atenção à saúde;
- II - desenvolvimento dos serviços de saúde;
- III - ciência e desenvolvimento tecnológico;
- IV - recursos humanos.

I — Atenção à Saúde

Nesse campo, promoveram-se ações nas regiões e áreas de maior densidade de pobreza, especialmente orientadas para a expansão de atividades básicas de saúde e saneamento, com a superação de deficiências alimentares, o combate às grandes endemias e a prevenção das enfermidades de maior significação sócio-sanitária, através da seguinte programação;

a) Programa de Extensão das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS)

Procurou-se desenvolver a rede de serviços básicos através da implantação de novas unidades de saúde, em áreas desassistidas, e da consolidação da rede já implantada. Intensificou-se a implantação de Postos de Saúde, Centros de Saúde, Unidades Mistas e Núcleos Regionais com vistas a estruturar uma rede de serviços integrados, hierarquizados e regionalizados. Ao mesmo tempo, procurou-se desenvolver a capacitação de recursos humanos necessários à operação desses serviços e à sua infra-estrutura de apoio.

Ações de saneamento básico foram incrementadas em todo o País, tendo como alvo as localidades com menos de 20 mil habitantes.

Até dezembro de 1979, a rede de serviços básicos de saúde, nas regiões mais carentes (Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Minas Gerais e Espírito Santo) era constituída de 212 unidades mistas, 1.272 centros de saúde e 1.959 postos de saúde, num total de 3.443 unidades sanitárias. Ao final de dezembro de 1980, havia 5.571 unidades sanitárias em funcionamento, com um incremento de 62% do total da rede (1.688 centros de saúde, 3.609 postos de saúde e 274 unidades mistas).

Esses Postos e Centros de Saúde proporcionaram cobertura potencial a cerca de 17 milhões de pessoas.

As Unidades Mistas, em número de 274, em outubro de 1980, somavam 4.494 leitos.

Na área de saneamento básico foram programados 230 sistemas de abastecimento d'água, dos quais 203 já implantados em outubro. Outros 319 foram programados nas Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Perto de 60 mil privadas higiênicas estão sendo construídas em todo o País.

b) Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)

Estabelece o PRONAN uma política de consumo e produção de alimentos essenciais, cuja programação básica compreende a Suplementação Alimentar e a Racionalização do Sistema de Produção e Comercialização de Alimentos Básicos.

i. Suplementação Alimentar

Como Forma de suplementar a dieta das populações social e biologicamente mais vulneráveis à desnutrição, desenvolveram-se os seguintes programas;

— Programa de Nutrição em Saúde

Implantado em todas as Unidades da Federação, o Programa é dirigido às gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 7 anos de idade, pertencentes às camadas sociais de renda familiar até 2 salários mínimos. Sua atuação concentra-se em áreas onde os problemas sócio-econômicos são mais acentuados, com prioridade para o Nordeste, que absorve 65% das disponibilidades de vagas.

A distribuição de alimentos básicos é programada para atender de 40% a 50% das necessidades energético-protéicas «per capita» / dia do grupo de beneficiários.

Em 1980 foram atendidos cerca de 2,5 milhões de beneficiários com distribuição de 117 mil t. de alimentos, no valor aproximado de Cr\$ 2,8 bilhões.

Pela freqüência do público aos postos de saúde, o Programa possibilita ainda o desenvolvimento das demais ações de proteção materno-infantil e propicia mercado para a colocação de alimentos oriundos de pequenos produtores rurais.

— Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda.

Implantado em Recife, nos bairros de Jiquiá — Remédios e Brasília, Teimosa, atende à população da área, mediante a comercialização de onze alimentos básicos, pela rede de pequenos varejistas integrada ao sistema de vendas por atacado da COBAL.

Em 1980 o projeto atendeu a uma população estimada em 100 mil habitantes através de 121 varejistas que comercializaram alimentos correspondentes a cerca de Cr\$ 383 milhões.

ii. Racionalização do Sistema de Produção e Comercialização de Alimentos Básicos.

Como forma de propiciar o desenvolvimento de programas especiais de fortalecimento do pequeno produtor, através do estímulo financeiro e de mercado, desenvolveu-se o Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda.

Elaborado e implantado na Região Nordeste, o Projeto visa a garantir mercado para os produtores de alimentos básicos pelos programas do PRONAN e complementarmente pelos mercados próprios da COBAL e CFP.

O PRONAN garantiu mercado para a colocação de 84.760 t. de arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, e de 1.040 t. de leite em pó da Cooperativa de Major Izidoro-AL, bem como da produção de peixe seco-salgado de colônias de pescadores do Ceará.

Em 1980 o projeto operou 89 postos fixos e móveis, atendendo a 225 municípios do Nordeste em região que abrange cerca de 441 mil estabelecimentos agrícolas (com área inferior a 50 ha).

Além da garantia de mercado e da manutenção de fundo rotativo para aquisição ao produtor, o PRONAN destinou recursos para a implantação de infra-estruturas oficiais básicas de comercialização, a partir de dotações específicas do PIN/PROTERRA.

c) Programa Nacional de Imunizações (PNI)

As ações nessa área estão concentradas no combate e controle da poliomielite, sarampo, difteria, coqueluche, tétano, tuberculose, meningite e raiva (humana e canina). As ações do PNI envolvem medidas voltadas para a expansão da produção nacional de agentes imunizantes e outros insumos necessários ao diagnóstico e combate de doenças evitáveis por vacinas, a ampliação e racionalização gradativa da capacidade e estrutura de sua aquisição e conservação, e a adoção de estratégias operacionais de vacinação que possibilitem as coberturas recomendadas de acordo com as características locais e com a participação das comunidades.

Em 1980, o programa fixou como prioridade, a nível nacional, a aplicação de 74,2 milhões de doses de vacina antipoliomielítica, 24 milhões de doses de vacina tríplice, 10,5 milhões de doses de vacina anti-tetânica, 16 milhões de dose de BCG, 2 milhões de vacina anti-rábica humana e 7 milhões de doses de vacina anti-rábica canina.

Com relação à poliomielite, executou-se plano especial de vacinação em duas etapas, com o objetivo de controlar efetivamente essa doença que persistia como importante problema de saúde pública no País. A campanha possibilitou a vacinação de 21,7 milhões de crianças na primeira etapa e 22,9 milhões na segunda, tendo os totais vacinados, apenas dentro da faixa etária de menores de 5 anos, atingido respectivamente 18,1 e 19 milhões de crianças, com percentuais médios de cobertura da ordem de 87% na primeira etapa e 92% na segunda, de acordo com a estimativa máxima populacional fornecida pelo IBGE.

d) Programa de Controle de Endemias

As prioridades estabelecidas nessa área contemplam as ações de controle da malária, doença de Chagas, esquistossomose e febre amarela. Outras endemias de menor abrangência geográfica, como filariose, peste, tracoma e leishmanioses, por outro lado, também receberam, em 1980, atenção proporcional à sua importância médico-social.

A programação básica desenvolvida foi a seguinte:

i. Controle da malária

Os objetivos do Programa são a erradicação da malária a curto prazo na região situada fora da Amazônia Legal e a redução da incidência a níveis que não prejudiquem o desenvolvimento sócio-econômico da região da Amazônia Legal.

A estratégia clássica do Programa está sendo revista, com pesquisa de métodos alternativos ou complementares.

ii. Controle da doença de Chagas

A estratégia atual da campanha é a aplicação periódica de inseticida (BHC) nos domicílios e anexos, associada à melhoria da habitação rural.

iii. Controle da febre amarela

O objetivo é reduzir a incidência da doença na sua forma silvestre, existente endemicamente na Região Amazônica e Centro-Oeste, erradicar o transmissor da forma urbana e manter incidência nula da febre amarela urbana.

A estratégia da campanha está baseada na vacinação em regiões endêmicas, e na vigilância para detectar e destruir novos focos.

iv. Controle da esquistossomose

As atividades de controle visam a evitar a expansão geográfica da doença, através da erradicação de focos, mantendo-a sob controle nas áreas endêmicas.

II — *Desenvolvimento dos Serviços de Saúde*

Nesse campo, conduziu-se o esforço principal para a reorientação e redimensionamento dos serviços de saúde, no âmbito da cooperação interinstitucional e intersetorial, e para a adequação das práticas adotadas aos problemas que afetam maior número de pessoas e para cujo combate as técnicas disponíveis são mais eficazes e de custos menores, enfatizando-se a extensão e funcionamento da rede básica de serviços de saúde, através do PLASS.

a) Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica atuou através da seguinte programação:

- i. operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, com o objetivo de expandir e fortalecer a rede nacional de laboratórios de saúde pública, em apoio às atividades de vigilância e ao desenvolvimento dos serviços básicos de saúde;
- ii. operacionalização do Sistema de Vigilância Epidemiológica, a fim de promover o reforço desse Sistema mediante a gradativa incorporação dos serviços de saúde às atividades de vigilância e o exercício da coordenação do Programa Nacional de Imunizações.

b) Programa Nacional de Vigilância Sanitária

A ação do Programa compreendeu, entre outras atividades de desenvolvimento e aumento de sua eficácia:

- i. a descentralização gradativa das atividades de fiscalização para a Rede Básica de Saúde, com participação dos órgãos estaduais e municipais respectivos;
- ii. a montagem e aparelhamento do órgão central do sistema de controle, que compreende o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA), e a rede de unidades de referências;
- iii. o controle do emprego abusivo de drogas e medicamentos e a colaboração com outros órgãos públicos e privados na luta antitóxica.

A ação específica nessa área foi desenvolvida através da seguinte programação:

- i. fiscalização de Drogas, Medicamentos e Produtos correlatos, mediante controle da industrialização, promoção e distribuição de drogas e medicamentos e produtos correlatos, de uso humano e domiciliar, que apresentem nocividade ou falsa interpretação sobre identidade, qualidade, origem e registro de alimentos, produtos de higiene, cosméticos, perfume e similares, drogas, saneantes e domissanitários;
- ii. ações de Controle de Qualidade de Drogas, Medicamentos, Alimentos e Produtos Correlatos (PRO-CONTROLE), com o objetivo de garantir a proteção da saúde e segurança do consumidor e da comunidade, visando a determinar suas condições de confiabilidade em função da eficácia;
- iii. implementação do Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas.

c) Programa de Suprimento de Sangue e Hemoderivados (PRO-SANGUE)

Constitui-se esse Programa em instrumento básico de implementação da política governamental para o setor, tendo por objetivo:

- i. adotar, sistematicamente, a prática da doação voluntária de sangue, não remunerada,
- ii. organizar e sistematizar a rede de instituições responsáveis pelo suprimento e distribuição do sangue e hemoderivados;
- iii. normalizar a distribuição e a utilização do sangue e hemoderivados;
- iv. disciplinar a industrialização e a comercialização de hemoderivados;

- v. promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico relacionados com o sangue e seus derivados, de par com a formação de pessoal especializado para a atividade, em todos os níveis;
- vi. exercer, de forma global e rigorosa, o controle de qualidade dos produtos hemoderivados e a fiscalização da atividade.

III — *Ciência e Desenvolvimento Tecnológico*

A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no tocante à Saúde orientaram-se, prioritariamente, para a busca de crescente autonomia nacional nas áreas de equipamento médico-hospitalar e insumos essenciais, fármacos e imunobiológicos; para o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde; e para a identificação de soluções aplicáveis aos problemas de saúde tipicamente nacionais, destacando-se entre eles as grandes endemias, através da seguinte programação:

- a) Programa de Pesquisa em Doenças Infecciosas e Parasitárias.

A pesquisa científica está sendo conduzida de forma a combater essas doenças, eficaz e economicamente, com as conseqüentes vantagens sociais e econômicas decorrentes de seu controle.

Procedeu-se à continuidade das pesquisas relativas à esquistossomose (27 projetos em execução, abrangendo o hospedeiro, o vetor e o agente da esquistossomose mansônica), doença de Chagas (40 projetos em andamento), doenças vírus (15 projetos específicos), doenças bacterianas (20 projetos, nas áreas de hanseníase, antero-infecções e peste), ciclo materno-infantil (19 projetos em desenvolvimento) e estudos clínicos e epidemiológicos (4 projetos básicos).

- b) Programa de Desenvolvimento de Imunobiológicos, Reagentes e Insumos (PRO-IMUNO).

Teve ele por objetivo assegurar, a nível nacional, a disponibilidade plena de produtos imunobiológicos necessários à proteção adequada da população, compreendendo os seguintes projetos:

- i. Desenvolvimento de tecnologia para produção da vacina contra o sarampo.

O Programa tem sua sistemática operacional constituída de duas fases distintas. A primeira, de produção de vacina, possibilitou entre-

gar à Central de Medicamentos 11 milhões de doses. A segunda, que se dedica à produção doméstica da suspensão viral, encontra-se em desenvolvimento.

- ii. Desenvolvimento de tecnologia para a produção de vacina contra a poliomielite.
- iii. Produção da vacina contra a febre amarela (8,9 milhões de doses em 1980).
- iv. Produção da vacina contra a meningite meningocócica (foi alcançada, em 1980, quantidade de polissacarídeos e soros «A» e «C» suficiente para 3 milhões de doses).
- v. Produção e desenvolvimento de reativos padronizados para Diagnóstico Laboratorial.

Deu-se prosseguimento a um programa de produção de reativos para diagnóstico laboratorial de entidades nosológicas de interesse para a saúde pública.

Estão em fase de desenvolvimento os seguintes reativos:

- i. antígeno para diagnóstico de Hepatite B;
- ii. reativos para diagnóstico da Leptospirose;
- iii. reativos para diagnóstico de Enterobacteriáceas,
- iv. antígeno hemaglutinante para diagnóstico de Rubéola;
- v. reativos para diagnóstico da doença de Chagas;
- vi. antígeno para diagnóstico de Toxoplasmose.

Produziram-se, em 1980, cerca de 200 «Kits» para diagnóstico laboratorial de Hepatite «B», em escala experimental.

c) Programa de Desenvolvimento de Fármacos, Defensivos e Insumos (PRO-FÁRMACO)

Visa esse Programa a desenvolver matérias-primas farmacêuticas e produtos defensivos, a fim de fornecer às empresas nacionais o necessário «know how» para implantação no País de indústrias químicas geradoras de matérias-primas substitutivas das importadas, para a produção local de medicamentos e outros produtos profiláticos indispensáveis à área de saúde, abrangendo não só produtos de síntese química mas, também, os de origem natural, bem como os correspondentes estudos de viabilidade dos processos desenvolvidos.

Na área de defensivos, prossegue o desenvolvimento do moluscicida «FIOCRUZ 01», à base de resinato de cobre, o qual se tem mostrado promissor no combate ao caramujo hospedeiro intermediário da esquistossomose.

IV — Recursos Humanos

No campo de recursos humanos, a ênfase foi no sentido de promover a formação de pessoal de acordo com o perfil exigido pelos serviços básicos de saúde, através das seguintes ações prioritárias:

- a) cursos regionalizados de Saúde Pública ministrados pela Escola Nacional de Saúde Pública em 16 unidades da Federação, para profissionais já ligados à rede de prestação de serviços de saúde,
- b) cursos de mestrado e doutorado em Saúde Pública;
- c) cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, ministrados pela Escola de Enfermagem de Manaus, com a finalidade de formar pessoal nessa área, para a Amazônia;
- d) cursos de Planejamento e Administração de Programas e Projetos de Alimentação e Nutrição, objetivando preparar equipes técnicas interdisciplinares para atuação no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, especialmente no Nordeste;
- e) programas interministeriais de preparação de pessoal estratégico para a saúde, a nível nacional, através da integração docente-assistencial, com a participação de Universidades e das Secretarias Estaduais de Saúde.

A ação em recursos humanos objetiva a expansão e intensificação de esforços de articulação entre as instituições nos setores de Educação e Saúde, a nível nacional, como estratégia básica para a adequada formação de recursos humanos e estímulo ao aperfeiçoamento de serviços, apoio à preparação de pessoal de nível médio e elementar, inclusive de agentes de saúde, e ampliação das atividades de pós-graduação em saúde pública *lato sensu*, compatibilizando-se, assim, os cursos e programas de ensino-aprendizagem.

Realizaram-se, também, esforços significativos de capacitação de recursos humanos para as áreas de alimentação e nutrição, doenças do aparelho locomotor e desenvolvimento de protótipos e equipamentos médico-hospitalares e de controle de endemias.

3.2.3 — Previdência e Assistência Social

De acordo com as diretrizes contidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento, na área previdenciária desenvolveu-se intenso esforço de desburocratização e racionalização do sistema de arrecadação, objetivando possibilitar a universalização da proteção social e a melhoria dos planos de benefícios.

Para atingir esse objetivo, definiram-se as seguintes linhas de ação:

- I — progressiva equiparação dos benefícios a serem prestados aos trabalhadores urbanos e rurais, contribuindo, entre outros efeitos, para o assentamento do rurícola no seu ambiente natural de trabalho;
- II — incorporação ao regime geral de Previdência Social de categorias laborais ainda não integradas;
- III — racionalização dos recursos postos à disposição do setor de saúde e de assistência médica, através da implantação de um sistema regionalizado, hierarquizado e integrado, contando com o apoio do Ministério da Saúde e dos Estados e Municípios;
- IV — fortalecimento do programa de apoio à execução da política nacional do bem-estar do menor.

3.2.3.1 — *Atividades do Setor*

Em 1980, a seguridade social brasileira abrangeu 23 milhões de segurados contribuintes, cabendo afirmar que praticamente toda a população brasileira está ao abrigo do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Resta como grande meta a equiparação do tratamento dispensado aos beneficiários, visto que cerca de 65% dos benefícios de prestação continuada, pagos na Previdência Social Urbana, são de valor inferior ao maior salário mínimo vigente no País. Na faixa de três salários mínimos concentram-se cerca de 88% desses benefícios. No que se refere à Previdência Rural, impõe-se também melhorar o patamar das retribuições pecuniárias, tornando-as, em princípio, iguais às praticadas no setor urbano.

3.2.3.1.1 — *Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)*

Foram concedidos, no decorrer de 1980, 3.832.500 benefícios da Previdência Social Rural e Urbana, sendo 2.087.000 benefícios de prestação continuada e 1.745.500 benefícios de prestação única. Os benefícios de prestação continuada, também chamados benefícios em manutenção, que se caracterizam pela prestação mensal e consecutiva, favoreceram 8 milhões de beneficiários.

No plano financeiro, o INPS dispendeu Cr\$ 437 bilhões com benefícios.

3.2.3.1.2 — *Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)*

O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) é a autarquia a que incumbe a prestação de assistência médico-hospitalar, de acordo com programas destinados aos trabalha-

dores urbanos e rurais e aos servidores do Estado, abrangendo serviços de natureza clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica, bem como programas destinados ao atendimento da população carente, beneficiária ou não da Previdência Social.

O INAMPS administrou um orçamento de Cr\$ 138.080.996.000,00 no decorrer de 1980.

3.2.3.1.3 — Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)

Durante o ano de 1980, a LBA administrou os seguintes programas:

- I — Programa de Complementação Alimentar (PCA) — Atuando através da distribuição de suplementos alimentares, objetiva o combate à desnutrição das populações urbanas. Com recursos da ordem de Cr\$ 1.600 milhões, foram atendidas 310 mil gestantes, nutrizes e crianças até 3 anos, circunscrita a área de atuação do Programa à Baixada Fluminense, Grande Belo Horizonte, Cidades-Satélites de Brasília e Município de Serrinha, na Bahia. Prevê-se, para 1981, a extensão dessa modalidade assistencial às Regiões Metropolitanas do Norte e do Nordeste.
- II — Programa de Creches Casulo — Direcionado para o atendimento de menores na faixa de 2 a 6 anos, através do fornecimento de alimentação, assistência médico-odontológica, cuidados pedagógicos e lazer, atendeu a uma população de 250 mil pré-escolares, correspondendo a um dispêndio de Cr\$ 470 milhões. Prevê-se, para 1981, o atendimento de um milhão de pré-escolares, com ênfase na faixa etária de 3 meses a 2 anos.
- III — Programa de Assistência ao Excepcional e ao Idoso — A prevenção e a reabilitação dos excepcionais beneficiou uma clientela de mais de 120 mil pessoas carentes, mediante recursos de Cr\$ 1.200 milhões. A reintegração do idoso, através de atividades recreativas e ocupacionais, por meio de internação e atividades grupais, teve clientela superior a 40 mil pessoas, alocando-se-lhe recursos da ordem de Cr\$ 206,5 milhões.

- IV — Programa de Legalização do Homem Brasileiro — O fornecimento de registro civil e de legalização durante 1980 excedeu a casa dos 3 milhões de registros, no território nacional.
- V — Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV) — Através do engajamento e esforço voluntário das comunidades brasileiras na promoção social dos carentes, o Programa conta atualmente com 518 núcleos em todo o território nacional, prevendo-se até 1985 a implantação de núcleos nos 4 mil municípios brasileiros.

3.2.3.1.4 — *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)*

Em 1980, a FUNABEM administrou um orçamento de Cr\$ 2.734 milhões, destinando Cr\$ 1.640 milhões a programas de atendimento a menores através de 1.200 instituições públicas e privadas que, mediante as modalidades assistenciais em vigor (administração própria e convênios com entidades estaduais e particulares), atendeu a 800 mil menores.

3.2.3.1.5 — *Revisão e atualização da Lei Orgânica da Previdência Social*

A esse respeito, merecem destaque as seguintes leis:

- I — Lei nº 6.864, de 1º-12-80 — que estende aos servidores estaduais e municipais, nas condições mencionadas, a contagem recíproca de tempo de serviço para fins de aposentadoria.
- II — Lei nº 6.887, de 10-12-80, que altera a legislação da Previdência Social Urbana, nos seguintes aspectos:
 - a) disciplina a situação dos servidores estaduais e municipais, dos Territórios e das respectivas autarquias, sujeitos a regime previdenciário próprio, ainda que apenas parcial;
 - b) propõe enquadramento dos empregados de representações estrangeiras e de organismos oficiais estrangeiros ou

internacionais que funcionem no Brasil, até então equiparados aos autônomos, na situação de segurados-empregados, com o conseqüente encargo patronal cometido à Missão Diplomática e ao membro dessa Missão, medida que tem seu substrato jurídico nas normas da Convenção de Viena de 1961, promulgada pelo Decreto nº 56.435, de 6-6-65;

- c) inclui como segurados-empregados da Previdência Social os brasileiros que trabalham para organismos oficiais brasileiros no exterior, ainda que lá domiciliados e contratados;
- d) fixa o início de todas as aposentadorias na data de entrada do respectivo requerimento, obedecida a legislação vigente, sem que se exija do segurado o afastamento da atividade e, em se tratando de empregador, sem a necessidade de alterar seu contrato social ou desvinculá-lo dos órgãos superiores ou controladores fiscais da atividade profissional;
- e) estabelece que os trabalhos exercidos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, quando não implementados os prazos previstos para aposentadorias especiais, sejam computados a maior que os períodos de atividades comuns, mediante fórmulas especiais a serem estabelecidas pelo MPAS;
- f) possibilita que a contribuição previdenciária do empregado doméstico tenha como teto o equivalente a três salários mínimos.

3.2.3.1.6 — Central de Medicamentos (CEME)

As atividades da CEME em 1980 foram orientadas com vistas ao barateamento dos remédios e sua distribuição em massa, com eliminação da sofisticação da embalagem e de despesas de comercialização e propaganda. Procurou-se, ainda, a regionalização gradativa da produção de medicamentos, com economia nos custos de transportes.

A rede oficial da CEME, com produção no valor de Cr\$ 2.787,3 milhões, apresenta incremento de 91% e é responsável pela produção de 70% dos medicamentos do sistema. O suprimento de medicamentos e vacinas alcançou o valor global de Cr\$ 4.435,9 milhões, provindo a diferença de laboratórios particulares (Cr\$ 1.627,8 milhões) e de fontes externas (Cr\$ 20,8 milhões)

ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DO SINPAS

— 1980 —

Cr\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	INPS	INAMPS	IAPAS	LBA	FUNABEM	TOTAL
EMPRESAS DE CAPITAL	784.200.000	2.665.079.000	319.271.000	109.025.000	467.150.000	4.344.725.000
Investimentos	765.200.000	1.848.873.000	250.717.000	90.525.000	27.150.000	2.982.465.000
Amortizações (Empréstimos/ Financiamentos)	—	—	—	—	—	—
Principal — Operações Internas	—	—	—	—	—	—
Principal — Operações Externas	19.000.000	816.206.000	68.554.000	18.500.000	440.000.000	1.362.260.000
Outras Despesas de Capital	19.000.000	414.638.619	68.554.000	4.500.000	—	533.692.619
Inversões Financeiras	—	374.567.381	—	14.000.000	440.000.000	828.567.381
Outras	—	—	—	—	—	—
Aplicações (aprovadas pelo CMN)	—	—	—	—	—	—
DESPESAS CORRENTES	410.659.600.000	185.415.917.000	20.229.833.000	8.428.175.000	2.267.750.000	627.001.275.000
Pessoal e Encargos Sociais	7.365.200.000	29.102.900.000	9.269.900.000	2.477.200.000	780.000.000	48.995.200.000
Encargos Financeiros	—	—	4.700.000.000	—	—	4.700.000.000
Encargos — Operações Internas	—	—	4.700.000.000	—	—	4.700.000.000
Encargos — Operações Externas	—	—	—	—	—	—
Outros Custeios	403.294.400.000	156.313.017.000	6.259.933.000	5.950.975.000	1.487.750.000	573.306.075.000
Serviços de terceiros	6.631.468.000	137.391.659.900	4.682.326.000	3.763.667.000	252.820.000	152.721.940.900
Benefícios da Previdência Social	370.061.246.000	—	—	—	—	370.061.246.000
Benefícios custeados pela União	12.585.000.000	—	—	—	—	12.585.000.000
Outros	14.016.686.000	18.921.357.100	1.577.607.000	2.187.308.000	1.234.930.000	37.937.888.100
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	411.443.800.000	188.080.996.000	20.549.104.000	8.537.200.000	2.734.900.000	631.346.000.000

3.3 — TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICA SOCIAL

3.3.1 — *Habitação e Saneamento Básico*

Durante o ano de 1980, o Banco Nacional da Habitação (BNH), conseguiu superar a meta de 450 mil habitações contratadas, a que se havia inicialmente proposto.

O número total de financiamentos concedidos no exercício eleva-se a cerca de 500 mil, dos quais 353 mil para áreas de interesse social, beneficiando populações de baixa renda; 20 mil de financiamentos de materiais de construção e 126 mil referentes a operações com recursos próprios das entidades do sistema de poupança e empréstimo.

De acordo com a política conduzida durante 1980, os novos conjuntos habitacionais dispõem de infra-estrutura completa (água, luz saneamento básico, vias de acesso), além de equipamentos comunitários como escolas, áreas de lazer, centros sociais e postos de saúde. Recente resolução do BNH tornou também obrigatória, para conjuntos de maior porte, a construção de creches.

Cerca de 80% dos financiamentos concedidos pelo BNH estão na faixa do PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), que é executado através das COHABs estaduais, em favor das famílias com renda até cinco salários mínimos. Os conjuntos habitacionais estão sendo construídos mediante articulação entre o BNH e os Governos dos Estados e as Prefeituras.

Outro programa de profundo alcance social é o PROMORAR, destinado à substituição de favelas (barracos, mocambos, palafitas, para famílias com renda de até três salários-mínimos. Esse programa, desenvolvido conjuntamente pelo DNOS (recuperação de áreas) e BNH (construção de casas) em 21 Estados e Territórios, irá beneficiar mais de 1 milhão de favelados, abrangendo as capitais e áreas do interior, inclusive populações do Nordeste atingidas pelas secas e das regiões ribeirinhas assoladas por inundações, como nos vales dos rios São Francisco e Tocantins.

O PROMORAR utiliza áreas de terreno cedidas pela União, Estados e Municípios, reduzindo os custos de construção. As prestações mensais nunca ultrapassam um décimo do salário-mínimo regional. Os primeiros conjuntos foram inaugurados em 1980, como nas favelas China-Japão, em Natal, e Santa Terezinha, em Fortaleza, que abrigam famílias de pescadores; e em Londrina (PR).

Intenso ritmo de construção verificou-se também nas áreas de novos programas do BNH, como o PROSINDI (trabalhadores sindicalizados), PROHEMP (habitações para empresas), PROHASP (servidores públicos), Programa Institutos (entidades assistenciais), além dos programas de Lotes Urbanizados, de Complemento da Habitação e outros.

O orçamento global do BNH (setor habitacional e desenvolvimento urbano) evoluiu de 91,2 bilhões de cruzeiros em 1979 para 216,7 bilhões em 1980.

No campo do saneamento básico, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, foram integrados mais 412 municípios ao PLANASA. Ao final de 1980, havia 2.422 municípios com seus Sistemas de abastecimento de água equacionados ou resolvidos, o que representa o atendimento de aproximadamente 80% da população urbana do País. Nesse campo, o total das aplicações do BNH, em 1980, atingiu o montante de Cr\$ 33,3 bilhões, contra 15,2 bilhões em 1979.

Em 1980, elevou-se para 196 o número de municípios dotados de sistema de esgotos sanitários financiados pelo BNH, beneficiando cerca de 33% da população urbana do País.

3.3.2 — Assistência e Proteção ao Índio

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o ano de 1980, deu continuidade a seus programas de assistência à população indígena, ao mesmo tempo que procurou reestruturar-se e ampliar sua articulação com outros órgãos federais, de modo a melhorar ainda mais seu desempenho. No âmbito da demarcação e regularização de terras, foram desenvolvidas ações em 25 áreas, com 6,5 milhões de ha, principalmente na Região Norte. Foram demarcadas 19 áreas, com 1 milhão de ha, e regularizados 234 mil ha, principalmente na Região Centro-Oeste. Estabeleceu-se o uso de sensoriamento remoto, através de satélites, para acompanhar a exploração e ocupação de áreas indígenas, visando a evitar invasões e usos indevidos.

Foi dada continuidade aos programas de fomento e apoio à produção indígena. Em 105 projetos foram cultivados, para a safra 1980/81, 18.400 ha, com estimativa de uma produção de 35 mil toneladas de diversos produtos (incremento de 33% em relação à safra anterior). A produção de borracha, em 13 projetos, atingiu 182 toneladas, enquanto a produção de castanha-do-pará, em 8 projetos, alcançou 5.400 hectolitros.

Outras atividades de destaque são as referentes à saúde, mediante cursos de reciclagem para atendentes de enfermagem e vacinação de 80% da população indígena na faixa etária de 0 a 5 anos, contra a poliomielite, e da população do Parque Indígena de Araguaia, contra a meningite. No setor de educação, além de atender a 14.300 alunos em 300 salas de aula, a FUNAI concedeu bolsas de estudo a 1.300 estudantes indígenas.

3.3.3. — *Proteção do Meio Ambiente*

A Secretaria Especial do Meio Ambiente, (SEMA) prosseguiu, em 1980, seus trabalhos de controle da poluição, educação ambiental e preservação de ecossistemas.

O controle da poluição hídrica foi desenvolvido principalmente através dos Comitês Executivos de Bacias Hidrográficas, estando em operação os do Paraíba do Sul e do Paranapanema, e em implantação os referentes às bacias dos rios Iguaçú, Guaíba, e São Francisco. A SEMA vem igualmente trabalhando para controlar a poluição hídrica decorrente de águas residuárias das usinas de açúcar, destilarias de álcool e destilarias de bebidas alcóolicas, bem como a causada por derramamento de óleo e por compostos bifenilpoliclorados, ou por metais pesados. Estão em plena operação três estações ecológicas situadas em Taim (RS), Anavilhanas (AM) e Aiuaba (CE), enquanto outras 23 se encontram em diversos estágios de estudo e implantação.

No exercício de 1980, a SEMA contou com recursos totais de 154 milhões de cruzeiros, dos quais 117 milhões provenientes de recursos orçamentários ordinários da União.

3.3.4 — *Defesa Civil*

A Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC), criada em 1979, avançou significativamente durante 1980 no lançamento das bases para implantação de um sistema nacional efetivamente operacional.

As ações mais significativas da SEDEC em 1980 deram-se no atendimento às vítimas das enchentes ocorridas em diversas regiões do país, com a distribuição de 1.541 toneladas de alimentos e 140 mil m² de lonas plásticas, bem como na sua participação na operacionalização e acompanhamento do programa emergencial de combate aos efeitos da seca na região semi-árida nordestina. Já se acham inscritos nesse programa cerca de 217 mil propriedades rurais e 711 mil trabalhadores. A destinação de recursos financeiros atinge 25,8 bilhões de cruzeiros, sendo 13,2 bilhões de recursos não-reembolsáveis, destinados basicamente à remuneração de trabalhadores, obras públicas e distribuição de água, e 12,6 bilhões a título de crédito.

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

4 — DESEMPENHO SETORIAL E REGIONAL



4.1 — INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

4.1.1 — Indústria

As ações de política econômica para o setor industrial, em 1980, redirecionaram-se no sentido das prioridades estabelecidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, visando essencialmente aos programas de substituição de energia importada e às exportações. Prosseguiram, contudo, os programas de investimento que já se encontravam em andamento nos demais setores da atividade industrial.

Esse redirecionamento da capacidade produtiva, como seria normal, poderia ter-se refletido em taxas de crescimento mais reduzidas. Tal não foi o caso, contudo. O dinamismo próprio da atividade industrial brasileira logrou obter altas taxas de crescimento, em quase todos os ramos de atividade. Ao encerrar o ano com aumento de 7,9% ultrapassou mesmo a taxa verificada em 1979 (7%).

Nesse contexto, a indústria cumpre o seu papel. Adaptando-se com agilidade às novas diretrizes da política energética, tem conseguido significativos e progressivos índices de nacionalização de produtos até então importados e, em especial, aumenta ininterruptamente a participação dos produtos industrializados na pauta de exportações.

4.1.1.1 — Bens de Capital

A indústria de bens de capital evoluiu, em 1980, a uma taxa de 6,6%, superior à de 1979, com especial destaque para a indústria mecânica, cujo desempenho foi superior a 16%.

Por outro lado, pode-se constatar o grau de avanço tecnológico já alcançado pela indústria, em função da nacionalização de mais de 80% das encomendas de bens de capital previstas nos novos projetos a serem implementados no País.

Paralelamente, foram elaborados estudos com vistas à identificação de novas oportunidades de investimentos, notadamente nas áreas de componentes mecânicos para a indústria de mineração, química e

petroquímica, e à formulação de uma política de fabricação de máquinas e equipamentos para extração, beneficiamento, transporte e utilização de carvão mineral. Estuda-se, também, o setor de instrumental médico-hospitalar, cujo nível de importações atingiu, em 1980, US\$ 120 milhões e deverá abrir melhores perspectivas de atuação para empresas nacionais.

Na área de equipamentos para energia elétrica, a indústria continua atendendo à demanda crescente e prioritária de novos investimentos estatais no setor. O programa de desenvolvimento de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estimula o crescimento da indústria de material elétrico pesado, com a preocupação básica, no momento, de atingir maior índice de nacionalização dos produtos atualmente utilizados nas usinas e linhas de transmissão.

Na área de equipamento para informática, o Governo acelerou a definição da política do setor, de modo a estimular a produção de peças e componentes para equipamentos de processamento de dados.

A definição do II Plano de Construção Naval e a manutenção dos incentivos destinados à importação de componentes indicam perspectivas favoráveis para a indústria de construção naval do País.

Os desembolsos efetuados para o setor de bens de capital, em 1980, pelo Sistema BNDE, alcançaram o valor de Cr\$ 10 bilhões, com incremento nominal de 43% sobre os de 1979

4.1.1.2 — *Insumos Básicos*

— Siderurgia e Fundição

Conforme Previsto no Programa Siderúrgico Nacional, a produção brasileira de aço elevou-se, em 1980, a 15,3 milhões de toneladas, registrando crescimento de 10,4% em relação a 1979. Em termos de laminados, a produção foi de 13 milhões de toneladas (acréscimo de 19,8% em relação ao ano anterior).

A balança comercial de produtos siderúrgicos continuou a apresentar saldo positivo, que passou dos 53 milhões de dólares, obtidos em 1979, para cerca de 74 milhões de dólares, em 1980. O valor das exportações foi de 576 milhões de dólares, contra 467 milhões em 1979. Em termos físicos, reduziu-se o superávit de 1.138 mil toneladas, em 1979, para 1.124 mil toneladas, em 1980, em lingotes equivalentes.

Cumprir destacar, ainda, as exportações de ferro-liga, que atingiram 185 milhões de dólares, com crescimento de 10,6% em relação ao ano anterior, bem como as de ferro-gusa, que alcançaram 119 milhões de dólares, ou seja, 9,3% abaixo do obtido em 1979.

O consumo efetivo de laminados de aço atingiu 11,9 milhões de toneladas (acréscimo de 10,9% em relação a 1979).

Os esforços setoriais com vistas à melhoria da produtividade lograram êxito: ela evoluiu, em termos de t/homem/ano, de 74 em 1975 para 103 em 1979 e 108 em 1980.

Os investimentos no setor, em valores correntes, passaram de Cr\$ 83 bilhões em 1979 para cerca de Cr\$ 126 bilhões em 1980, dos quais 33% correspondem a recursos próprios, 5% a créditos do IPI e 62% a recursos de terceiros.

O setor siderúrgico estatal, que tem na SIDERBRÁS sua empresa «holding», respondeu por 62% da produção brasileira de aço. Em 1980, as obras de expansão da CSN, USIMINAS e COSIPA e as de implantação da CST, iniciadas em julho, prosseguiram em ritmo compatível com os orçamentos aprovados.

A produção de aço bruto do Sistema SIDERBRÁS acusou um aumento de 7,8%, em relação a 1979 (99% do programado). A produtividade global cresceu 11,7%.

Os investimentos realizados em 1980 na ampliação das usinas atingiram Cr\$ 108 bilhões, aproximadamente.

Para o atendimento do mercado interno e a consolidação da posição de auto-suficiência estão previstos investimentos da ordem de US\$ 14 bilhões na indústria siderúrgica brasileira, no período 1981/85, correspondendo, na sua maior parte, a projetos já aprovados e em execução. A produção de aço bruto deverá elevar-se para 25 milhões de toneladas em 1985.

No que diz respeito ao setor de fundição, a produção brasileira de peças fundidas de ferro, aço e não-ferrosos evoluiu de 1.640 mil toneladas em 1979 para 1.757 mil toneladas em 1980, com um crescimento de 7,1%.

Cumpre mencionar o esforço governamental no sentido de proporcionar ao setor, predominantemente constituído de pequenas e médias empresas, o necessário apoio técnico, gerencial e de modernização de processos e equipamentos, com vistas à sua participação, a médio e longo prazo, nas exportações brasileiras.

— Metais Não-Ferrosos

A produção brasileira de metais primários não-ferrosos comuns, em 1980, foi de 262 mil toneladas de alumínio, 8,8 mil de estanho, 78,3 mil de zinco, 2,5 mil de níquel contido e 44,5 mil de chumbo. Ocorreram, portanto, acréscimos na produção de alumínio e zinco (9,9% e 23,3%, respectivamente), registrando-se, no entanto, queda na produção de estanho (-13,2%) e chumbo (-19,2%), em relação a 1979. Com relação a metal secundário (recuperação de sucata), produziram-se 60 mil toneladas de cobre, 47,6 mil de alumínio, 17,8

mil de zinco e 50 mil de chumbo. A retração na produção de chumbo é explicada, em parte, pela adaptação dos equipamentos à política de proteção do meio ambiente.

Apesar do crescimento de 15,8% nas exportações de metais não-ferrosos comuns e suas manufaturas, que atingiram US\$ 127 milhões, em 1980 a balança comercial do setor registrou um déficit de US\$ 669 milhões, 33,6% acima do observado em 1979. Isto decorreu do crescimento de 29% nas importações desses metais, que atingiram US\$ 788 milhões em 1980, em virtude principalmente das elevações de preços no mercado internacional. As importações de cobre e alumínio representaram 88% do total despendido, e em termos físicos observou-se queda na de alumínio e elevação de 6% na de cobre. No que se refere às exportações, registra-se concentração em estanho e produtos manufaturados de alumínio e cobre.

Dessa forma, e tendo em vista a disponibilidade de insumos — particularmente em Carajás e Tucuruí — e a posição estratégica para o atendimento do mercado internacional, justifica-se um grande esforço na área de não-ferrosos, especialmente no alumínio e no cobre, itens ponderáveis na pauta de importação do País.

Cumprir destacar diversos projetos em execução no setor de alumínio, cobre, zinco, chumbo e magnésio, os quais representam investimento global de cerca de US\$ 3,7 bilhões. Em 1980, foram aplicados cerca de Cr\$ 20 bilhões, principalmente nos projetos de alumínio e cobre.

Merece destaque a conclusão, na área de zinco, do projeto de implantação de uma nova indústria, com capacidade de produção de 30 mil t/ano. Assinale-se, também o início de operação da primeira empresa brasileira a produzir níquel eletrolítico, com uma capacidade instalada inicial de 5 mil t/ano.

— Petroquímica

O Programa Nacional de Petroquímica foi cumprido, com todas as suas metas praticamente alcançadas. As estimativas demonstram um crescimento superior a 15% na produção.

O Pólo Petroquímico do Nordeste, ainda sem completar o seu segundo ano de operação contínua, já conta com uma série de projetos de ampliação de unidades instaladas.

O Pólo Petroquímico do Sul manteve o nível de investimentos necessário à complementação da central de matérias-primas e de unidades da 2ª geração, prevista para julho de 1982.

O mercado interno absorveu praticamente toda a produção nacional, contando, também, com o excelente desempenho das indústrias petroquímicas do eixo Rio-São Paulo.

— Alcoolquímica

A Comissão Interministerial de Alcoolquímica foi criada, em 1980, com o objetivo de instituir um programa para o desenvolvimento da indústria alcoolquímica no País. Nessa primeira fase da implantação de uma política para o setor, serão desenvolvidos estudos relacionados com a capacitação tecnológica no País, avaliação econômica dos produtos derivados e repercussão de aspectos conjunturais relacionados às alternativas de uso químico ou combustível do álcool produzido por destilarias autônomas ou anexas.

— Fertilizantes

A indústria de fertilizantes continuará a ser intensamente estimulada, em razão de sua importância na atividade agrícola e da atual dependência de importação de alguns produtos do setor. Com efeito, de um consumo de 1 milhão de toneladas de nutrientes em 1970, o consumo nacional passou a 3,6 milhões no final da década.

Considerando a prioridade agrícola, a modernização do seu processo produtivo e o desenvolvimento acelerado do PROÁLCOOL, prevê-se maior demanda por esses insumos, o que levou o Governo, em 1980, a iniciar a elaboração de um novo Programa Nacional de Fertilizantes, a fim de eliminar os obstáculos enfrentados pelo Programa original e, conseqüentemente, possibilitar o atendimento das necessidades nacionais.

Os resultados obtidos em 1980, em termos de nutrientes, em relação às metas programadas, foram os seguintes:

- nitrogenados: produção de 490 mil toneladas, contra 1.400 mil toneladas previstas;
- fosfatados: produção de 1.700 mil toneladas, contra 1.600 mil toneladas previstas;
- potássicos: produção programada de 1 milhão de toneladas, mas o mercado doméstico foi inteiramente suprido por importações.

Esses resultados levaram à reformulação do Programa Nacional de Fertilizantes, estando o Governo confiante em que a indústria nacional, salvo quanto a alguns produtos altamente sofisticados, está capacitada tecnologicamente para atender à crescente demanda doméstica.

— Defensivos agrícolas

A produção de defensivos agrícolas, em 1980, foi de 62.548 toneladas, o que representou aumento de 253,8% sobre a produção de 1975, ano-base do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas.

Embora a produção de inseticidas tenha crescido pouco no período (24,4%), os outros dois segmentos, herbicidas e fungicidas, apresentaram desempenhos elevados, notadamente estes últimos, com o crescimento de 332,3%.

Em consequência da ampliação da capacidade do setor, as importações desses produtos foram reduzidas, em 1980, a 18,9% das 21.906 toneladas efetivadas em 1975.

O consumo de defensivos, que se expandiu a uma taxa média de 6% ao ano, alcançou 66.668 toneladas em 1980.

— Química-Farmacêutica

As diretrizes traçadas para o setor químico-farmacêutico, que visaram à promoção do desenvolvimento integrado, ao fortalecimento econômico e tecnológico das empresas de capital nacional e à substituição das importações de matérias-primas básicas, produziram resultados iniciais satisfatórios.

Importantes projetos entraram em operação ou estão sendo implantados a partir de 1980, com vistas, sobretudo, às áreas de antibióticos, enzimas, insulinas, glicose, vitamina C, hormônioesteróides e vacinas.

— Carbonato de Sódio

Com base nas previsões de demanda e oferta de carbonato de sódio no País, estima-se que dentro de seis anos a produção nacional deverá representar cerca de 85% das necessidades internas. Assim, objetivando atingir a auto-suficiência, encontra-se em fase de estudos a implantação de uma nova unidade, que poderá ser localizada no Estado de Sergipe, onde existe grande disponibilidade de matéria-prima.

Paralelamente, através da Alcalis do Rio Grande do Norte S/A (ALCANORTE), subsidiária da CNA, prossegue em ritmo acelerado a implantação da primeira etapa da unidade de fabricação de barrilha, em Macau (RN), com capacidade de 200 mil toneladas anuais e previsão de início de operação em 1982. A segunda etapa do projeto deverá entrar em funcionamento no final de 1984, quando essa empresa atingirá uma capacidade de produção de 400 mil toneladas anuais.

No exercício de 1980, a produção nacional de barrilha atingiu 176 mil toneladas, representando 48% de acréscimo em relação à produção obtida no ano anterior e superando, em 16 mil toneladas, a meta inicialmente prevista. Além desse aumento de produção, ocorreram sensíveis melhorias no rendimento industrial da CNA, cujos índices de consumo de matérias-primas por tonelada de barrilha, em média, decresceram cerca de 30%.

Para permitir o abastecimento estável do mercado, bem como a formação de estoque regulador, foi necessária a importação de 208 mil toneladas de barrilha, um acréscimo de 4,9% em relação ao ano anterior, e um decréscimo de 10% quanto à meta programada. Destaca-se a mudança da política de compras no mercado "spot", substituída por compras de grandes lotes por contrato, o que possibilitou a redução do dispêndio global de divisas de 30 para 24,4 milhões de dólares.

— Cimento

A indústria cimenteira vem mantendo bom desempenho, com crescimento de sua produção a taxas compatíveis com a demanda interna. O crescimento global situou-se acima de 9% para o ano de 1980, com a produção de cerca de 27 milhões de toneladas.

Vários projetos foram ativados em função da perspectiva de déficits no abastecimento e da maior flexibilidade no exame de novos empreendimentos. Dessa forma, já se encontram em análise 6 projetos, dos quais 3 são expansões, que prevêem nova oferta de 18 mil toneladas/mês. Em 1980, foram aprovados 4 projetos que aumentarão em mais de 2,8 milhões de toneladas a capacidade de produção do setor, com investimentos superiores a Cr\$ 5,8 bilhões.

— Papel e Celulose

O bom desempenho da indústria de celulose pode ser confirmado pelo crescimento acima de 17% da sua produção física global, que atingiu um total de 2.872 mil toneladas, aliado ao significativo aumento de 38% do volume exportado, de 800 mil toneladas. O nível médio de preço praticado no mercado internacional proporcionou o ingresso de divisas da ordem de US\$ 400 milhões.

A indústria de papel cresceu acima de 16%, tendo a sua produção atingido 3.469 mil toneladas e o volume das suas exportações físicas 192.448 toneladas (incremento superior a 36%). Em 1980, foram aprovados 2 projetos, um para fabricação de pasta termomecânica e outro de papel e celulose, com investimentos de cerca de Cr\$ 1,2 bilhão.

4.1.1.3 — Bens de Consumo

A indústria de bens de consumo teve bom desempenho em 1980, notadamente a de consumo durável, cuja taxa de expansão foi de 10,7%.

A Produção alcançada na indústria de aparelhos elétricos e eletrônicos de uso doméstico foi significativa, tendo as vendas aumentado em nível acima de 30%.

O desempenho da indústria de produtos alimentícios alcançou a taxa de 7,1%, enquanto o setor de bebidas cresceu apenas 2,7% e o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 6,2%. Por outro lado, a indústria têxtil cresceu 6,8%, enquanto suas exportações se mantiveram em bom nível, com variação superior a 24%.

Cumpra mencionar o apoio do BNDE ao setor no sentido de elevar a oferta de bens de consumo essenciais, destinados principalmente às faixas de população de baixo poder aquisitivo. Os investimentos realizados atingiram Cr\$ 7 bilhões, com um incremento de 21% em relação ao ano anterior.

4.1.1.4 — Indústria Automotiva

A indústria automotiva aumentou em pouco mais de 3% o volume de sua produção. A crise energética, com a conseqüente elevação do custo do combustível, e as paralisações grevistas, aliadas à contenção do volume de crédito e à redução dos prazos de financiamentos ao consumidor, explicam a queda de ritmo observada nos últimos anos.

A produção de carros a álcool e as vendas de quase US\$ 2 bilhões para o mercado externo foram alternativas utilizadas pela indústria automobilística, em 1980, para suprir a queda do mercado interno, e deverão constituir novos fatores dinâmicos para a retomada do seu crescimento nos próximos anos.

4.1.1.5 — Indústria de Material Ferroviário

As três novas fábricas de locomotivas que entraram em operação em 1979 já começaram a receber encomendas, enquanto o Programa de Modernização dos Trens de Subúrbios do Rio começa a ser efetivado.

Espera-se, portanto, que a indústria de material ferroviário atinja um nível de plena utilização, em futuro breve, principalmente em função do uso mais intensivo do transporte ferroviário provocado pela crise energética.

4.1.1.6 — Máquinas Agrícolas

A produção de máquinas agrícolas alcançou taxas expressivas de crescimento, com a produção de tratores, cultivadoras motorizadas e colheitadeiras automotrizes, apresentando incrementos de produção acima de 14,6%.

O bom desempenho dessa indústria deve-se à soma de recursos e incentivos governamentais carreados para a produção agrícola, a partir de 1979.

4.1.2 — Tecnologia

4.1.2.1 — Tecnologia Básica

— Marcas, patentes e transferência de tecnologia.

Em 1980, foram liberados cerca de 30 mil exames de pedidos de patentes, o que significa a aprovação de processos com quatro anos de atraso. Deverão ser publicados mais 30 mil pedidos, atualizando-se todo o acervo existente, com redução do prazo de análise dos pedidos de patentes para dois anos.

Na área de marcas, foram processados cerca de 50 mil processos com registro de 30 mil marcas. Na área de transferência de tecnologia, foi possível examinar cerca de 2.500 processos pendentes, com redução do tempo de tramitação para 45 dias.

4.1.2.2 — Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico

Foram integradas, em 1980, cerca de 30 entidades nacionais para a execução de 120 projetos novos de desenvolvimento tecnológico orçados em dois bilhões de cruzeiros. Destes, 80 projetos foram contratados na área de energia; os demais, no valor global de 700 milhões de cruzeiros, dizem respeito ao desenvolvimento de tecnologia industrial nas áreas de bens de capital, intermediários e de consumo, com vistas à melhoria da qualidade e redução de custos do produto industrial, e à diminuição da dependência externa de tecnologia.

4.1.3 — Mineração

O valor da Produção Mineral Brasileira em 1980, que registrou crescimento expressivo em termos nominais, atingiu a cifra de Cr\$ 180 bilhões.

As pesquisas geológicas e tecnológicas — a cargo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) — possibilitaram em 1980 a identificação de potencial ferrífero adicional de 1,6 bilhão de toneladas em Minas Gerais e a intensificação de pesquisa de cobre em Carajás e ouro na Bahia, aumentando no primeiro caso o potencial para 1 bilhão de toneladas e, no segundo, ampliando as atuais 30 toneladas de reserva para mais de 200 toneladas, além da participação no controle do garimpo de ouro de Serra Pelada, cuja produção foi da ordem de 8 toneladas.

Em pesquisas próprias, como Empresa de Mineração que suplementa a ação das empresas privadas, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) implantou ou executou 51 projetos de pesquisa mineral, tendo investido recursos da ordem de Cr\$ 995 milhões, notadamente na região Nordeste.

Merece destaque a instituição do regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do «Programa Grande Carajás» de que trata o Decreto-lei nº 1.813, de 24.11.80. Estima-se que os investimentos diretos para implantação do Programa atinjam US\$ 30,6 bilhões, gerando, em contrapartida, receitas anuais com exportações da ordem de US\$ 10,7 bilhões, dos quais aproximadamente US\$ 9,2 bilhões provenientes do segmento Minerio-Metalúrgico, US\$ 1,1 bilhão do Agropecuário e US\$ 0,4 bilhão de Exploração Florestal.

No campo da tecnologia mineral deve ser ressaltada a consolidação da implantação do Centro de Tecnologia Mineral — CETEM, através da conclusão e montagem de seus laboratórios, usina-piloto, usina-semipiloto e demais equipamentos necessários ao seu adequado funcionamento.

Por sua vez, o desenvolvimento pelo CETEM, em 1980, de 37 projetos de tecnologia mineral, dos quais 18 contratados com empresas particulares, demonstra o interesse da iniciativa privada no desenvolvimento de uma tecnologia própria para o aproveitamento dos recursos minerais disponíveis no território nacional.

Entre os projetos conduzidos diretamente para o DNPM, ênfase maior foi dada àqueles destinados ao melhor aproveitamento do carvão e outros combustíveis fósseis nacionais, merecendo menção os seguintes:

- I — Projeto de Tecnologia do Carvão Brasileiro, que visa a obter redução nos teores de cinzas e de enxofre dos carvões metalúrgicos de Santa Catarina, através de floculação. Os ensaios com carvão prelavado da Mina «A» da Carbonífera Próspera permitiram recuperação da ordem de 61%, com teor de cinzas de 17%.
- II — Aproveitamento dos finos de carvão para usos diversos, objetivando a recuperação dos finos naturais na prelavagem da boca da mina em Santa Catarina, os finos de britagem gerados no beneficiamento do carvão vapor e o beneficiamento dos finos da Mina do Leão, no Rio Grande do Sul.
- III — Estudo Tecnológico do Aproveitamento Integral e Racional do Carvão de Candiota, visando à aplicação de processos de flotação aglomerante ao carvão dessa mina, bem como à definição sobre a possibilidade de beneficiamento gravimétrico.
- IV — Estudo de caracterização dos carvões do Sul do Brasil, com o objetivo, através de estudos de curvas de lavabilidade, de determinar as diversas aplicações dos carvões e, como consequência, o melhor aproveitamento das reservas nacionais.
- V — Estudos de caracterização das turfas brasileiras, dando prioridade à sua aplicação em termelétricas, em corretivos de solo na agricultura e como combustível nacional.

— Projeto RADAMBRASIL

A par do extraordinário acervo de recursos naturais da Amazônia já diagnosticado pelo Projeto RADAMBRASIL, as suas atividades no restante do Brasil têm contribuído decisivamente para o zoneamento ecológico-econômico do Território Nacional.

No decorrer desta primeira fase do III PND podem-se indicar, entre outras, as seguintes realizações do Projeto RADAMBRASIL:

- I — No campo da geologia, descobriram-se áreas no Centro-Oeste com possibilidades de conter ouro, cobre, chumbo, zinco, estanho, nióbio e tântalo. No Leste do país, foi identificada extensa faixa geologicamente favorável à existência de metais não-ferrosos. Novas estruturas mapeadas na Bahia podem estar relacionadas a jazimentos uraníferos. Outras informações obtidas na região de fluorita no Sul apresentam novas áreas a ser prospectadas. Estruturas identificadas na bacia sedimentar do Paraná merecem atenção especial, em busca não só de hidrocarbonetos, mas também de fosfatos e terras raras.
- II — No campo da vegetação, houve a definição de áreas para reflorestamento, com vistas à produção de recursos lenhosos para fins energéticos em áreas do Nordeste e Centro-Oeste, à elaboração do documento «Fitogeografia Brasileira», que serve de base para programas de monitoramento da cobertura florestal e reflorestamento, e ao levantamento das possibilidades econômicas das florestas e savanas, para definir potencial madeireiro e de biomassa.
- III — No campo de uso dos solos identificaram-se no Centro-Oeste mais de 50 milhões de hectares com possibilidade de aproveitamento para a agricultura: em regiões nordestinas selecionaram-se 800 mil hectares para produção de cana-de-açúcar e 3 milhões de hectares para mandioca.
- IV — Foi elaborada a primeira carta-imagem de radar, inédita no mundo, em convênio com a DSG — Ministério do Exército, e que cria no campo da cartografia mais um importante elemento de orientação, achando-se já publicadas ou em fase de publicação 100 destas cartas.
- V — Foram enviados para publicação 4 volumes da série «Levantamento de Recursos Naturais». Outros encontram-se em fase de conclusão acompanhados de cerca de 30 mapas, todos abrangendo as regiões Nordeste e do Centro-Oeste, com indicações específicas para os problemas regionais.
- VI — Para a região do Nordeste está sendo elaborado um mapa de recursos hídricos com definições da potencialidade em superfície e subsuperfície, com apresentação de subsídios importantes para a solução do problema da seca naquela região.

— Garimpos

Foram desencadeadas «Operações Garimpo» nas áreas de Serra Pelada, rio Madeira, Tapajós e Alta Floresta, resultando num acréscimo da produção garimpeira oficial de ouro de 1.236 Kg para 11.300 Kg, em 1980, o que elevou a produção aurífera brasileira de 4.460 Kg para cerca de 15.300 Kg. Esses valores foram alcançados não obstante o primitivismo da metodologia e os aspectos adversos, principalmente de cunho meteorológico.

4.1.4 — Comércio

O Conselho de Desenvolvimento Comercial foi reaparelhado para atender às atuais diretrizes governamentais de tratar o comércio interno prioritariamente, uma vez que o incremento da produção agrícola e de bens de consumo de massa exige aprimoramento de formas tradicionais de comercialização.

Com o objetivo de aperfeiçoar o processo de distribuição de produtos manufaturados e elevar o nível de desempenho das empresas comerciais, foi instituído o Programa Integrado de Desenvolvimento Comercial. Sua execução conta com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, prevendo-se, ainda, o apoio do Banco do Brasil, Bancos Estaduais, Federações do Comércio, Associações Comerciais e Clubes de Diretores Lojistas.

Como medida de grande alcance para o setor comercial, foram instituídas pela Lei nº 6.840, de 3.11.80, Cédulas e Notas de Crédito Comercial, que estendem ao comércio os estímulos creditícios já proporcionados aos setores rural e industrial, reduzindo os custos para os empréstimos tomados junto à rede bancária pelas empresas comerciais e de prestação de serviços.

4.1.5 — Turismo

A ação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) na área de turismo internacional esteve voltada para a implementação, em 1980, do Programa «Novos Portões de Entrada do Norte e Nordeste», que tem por objetivo a desconcentração do desenvolvimento turístico e a geração de divisas. O Programa pretende trazer para essas regiões turistas dos Estados Unidos e da Europa, mediante adoção de um sistema de vôos fretados que proporciona redução de 57% no preço das passagens áreas. Assim, a EMBRATUR realiza campanhas promocionais nos Estados Unidos, Alemanha e Suíça, dirigidas tanto aos turistas potenciais, como também aos profissionais do setor naqueles países.

Estima-se que em 1981 aquelas regiões receberão cerca de 30 mil turistas estrangeiros, gerando divisas da ordem de US\$ 25 milhões, e em 1982, com a maturidade do programa, pretende-se atrair 150 mil turistas, que propiciarão US\$ 58 milhões de divisas.

Atualmente o Brasil recebe cerca de 1.300 mil turistas, que geram divisas da ordem de US\$ 1.400 milhões.

Com relação à promoção do turismo interno, a EMBRATUR dá prioridade aos programas «Brasil Turístico» e «Pró-Estância», que objetivam induzir o transporte turístico coletivo, em detrimento do individual, incrementar os fluxos turísticos para estâncias serranas, litorâneas e hidrominerais, e preservar economicamente determinados centros que dependem essencialmente do turismo.

No que se relaciona ao turismo social e de massa, foi criado o Programa de Implementação de Terminais de «Turismo Popular», cujo objetivo é oferecer melhores condições de recreação e lazer às camadas da população de renda mais baixa e próxima aos grandes aglomerados urbanos.

Na tentativa de aliviar a rigidez da política de tarifas aéreas internas, que não permite tratamento diferenciado, de acordo com o tipo de viajante, o período do deslocamento e as regiões de destino, o Ministério da Aeronáutica aprovou o Programa «Vôos Econômicos Noturnos», com 30% de desconto aos usuários.

Os novos programas de ampliação da indústria turística demandarão o desenvolvimento da oferta de serviços, equipamentos e instalações nos principais centros brasileiros, a fim de atender aos requisitos dos mercados externo e interno. Estima-se que, em 1985, as perspectivas de expansão da hotelaria nacional serão da ordem de 64 mil novas unidades, representando uma expansão setorial de 43%.

Cabe ainda ressaltar o efeito do turismo na geração de empregos. Em 1980, o setor gerou 480 mil empregos diretos e indiretos.

4.2 — TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

4.2.1 — Transportes

De acordo com as diretrizes contidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento, a ação setorial far-se-á visando aos seguintes objetivos:

- máxima integração do sistema nacional de transportes;
- diversificação e ampliação de fontes de energia;
- poupança e racionalização do uso de combustíveis, especialmente derivados do petróleo.

Para atingir esses objetivos, definiram-se as seguintes linhas de ação:

- aproveitamento das vias naturais de circulação, preferencialmente como corredores de transporte;
- prioridade para os meios de menor consumo relativo de energia propulsora;
- racionalização dos transportes e de seu uso, com vistas à economia de combustível.

Dessa forma, a programação de investimentos dará preferência:

- aos projetos de manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura existente, principalmente da rede viária e das instalações terminais, mas com ênfase na rede ferroviária, geral e de subúrbio, e no sistema portuário e seus equipamentos;
- aos investimentos indispensáveis à ampliação da capacidade de vias ou terminais saturados ou próximos da saturação, com destaque para os já decididos ou em execução;
- aos projetos do Programa de Corredores de Exportação e Abastecimento, compreendendo a integração das diversas modalidades de transporte e a implantação de estradas vicinais pelos Estados e Municípios;
- aos projetos que beneficiem substancialmente os transportes urbanos, especialmente nas áreas metropolitanas e cidades de porte médio, merecendo registro especial a prioridade aos que mais beneficiem as populações de menor renda, favoreçam o uso adequado do solo e contribuam para a redução do consumo de derivados de petróleo.

O Governo deverá proceder à criação do Fundo Nacional de Transporte, com vistas ao financiamento adequado dos projetos especiais do setor.

4.2.1.1 — Atividades do Setor

Durante o ano de 1980, a ação do Setor de Transporte buscou:

- I — dar contribuição à superação do problema energético;
- II — apoiar o esforço de exportação, pela maior oferta de transporte, principalmente de produtos agrícolas;
- III — contribuir para a prioridade social de distribuição interpessoal da renda, com a oferta de transporte subsidiado de passageiros nos aglomerados urbanos.

Tal esforço do Setor Transporte teve de ser desenvolvido num quadro de restrição de recursos financeiros, derivado da necessidade

de redução do déficit consolidado do Setor Público, exigindo que os investimentos do Setor se realizassem sob critérios rígidos de racionalização.

Com relação ao uso da energia em transporte, merece destaque a atuação do Setor na definição de programas básicos que estimulem a racionalização do consumo de combustíveis e a procura de fontes energéticas nacionais, fundamentados, principalmente, nas seguintes diretrizes:

- preferência pelos meios de transporte que requeiram menor quantidade de energia propulsora por unidade transportada;
- adoção de formas de energia decorrentes de fontes renováveis;
- racionalização operacional, com vistas ao consumo mínimo de combustível.

A primeira diretriz realça a participação das hidrovias e das ferrovias. Trata-se de induzir a preferência dos usuários no sentido das modalidades de transporte e dos meios de circulação de menor consumo energético. Pretende-se obter essa preferência através de uma adequada política tarifária e da reunião da carga a ser transportada em centrais adequadamente localizadas, entre outras medidas.

A orientação básica no sentido da utilização, sempre que possível, da hidreletricidade e da bioenergia, em substituição ao consumo de derivados de petróleo, consubstancia-se nas seguintes diretrizes:

- transporte ferroviário: envidar esforços na eletrificação de trechos de maior movimentação de cargas, na implantação de pré-metrôs e na melhoria dos trens de subúrbios;
- transporte rodoviário: em conjugação com o MIC, estimular a indústria automobilística a orientar a sua produção para a fabricação de veículos de menor consumo; a realizar pesquisas visando ao uso de motores elétricos; a elevar gradualmente a proporção da mistura de álcool anidro na gasolina e chegar à substituição total dos derivados de petróleo por álcool hidratado em determinados tipos de veículos;
- estimular o transporte dutoviário.

A terceira diretriz compreende um elenco de medidas permanentes para a racionalização da operação do Sistema de Transportes, com vistas a diminuir o consumo de combustível de cada modalidade, sem prejudicar seus padrões de serviço.

Observadas essas três diretrizes básicas, a política preconizada fundamenta-se no *Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis* — PTAEC, com os objetivos a seguir:

I — Transporte de Passageiros:

- Ferrovias Metropolitanas — elevar o volume transportado de 1,5 milhão de passageiros/dia em 1977 para, aproximadamente, 8,2 milhões em 1985, nas ferrovias urbanas (sistemas de subúrbios e metrô), mediante a execução de serviços e obras de ampliação de capacidade e modernização das redes ferroviárias.
- Metrô — conclusão e posterior ampliação dos sistemas metroviários do Rio de Janeiro e de São Paulo.
- Ônibus — o transporte coletivo por ônibus continuará sendo a principal modalidade de transporte nas regiões metropolitanas, mesmo realizando-se os programas ferroviários anteriormente enunciados. Pretende-se renovar a frota de ônibus com vida econômica ultrapassada. Adicionalmente, objetiva-se assegurar a expansão da frota, de forma a manter sua participação a nível de, pelo menos, 60% do total da demanda futura de transporte urbano.
- Trolebus — em face dos elevados investimentos iniciais requeridos para a implantação de novas redes, decidiu-se apoiar a expansão das existentes nas cidades de São Paulo, Santos, Araraquara e Recife, e instalar nova rede em Ribeirão Preto.
- Transporte Hidroviário Urbano — nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Salvador e Belém e nas cidades de Vitória e Santos será estimulada essa modalidade de transporte.

II — Transporte de Cargas:

O objetivo principal é a transferência de cargas, hoje transportadas por rodovias, para as ferrovias e a navegação de cabotagem.

Identifica-se a viabilidade de transferência de 50 milhões de toneladas/ano, hoje transportadas por caminhões, para outras modalidades. Para permitir essa transferência, estão em execução na área ferroviária: a Ferrovia do Aço, a Ferrovia da Soja e a modernização da malha ferroviária básica.

Do mesmo modo, desenvolve-se um programa de estímulo à navegação interior e à navegação de cabotagem.

Visando a dar apoio ao programa do carvão, desenvolvem-se projetos de ligações e ramais ferroviários nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de adequação dos Portos para expedição e recebimento do carvão.

III — *Objetivos Gerais do PTAEC:*

A ação visa a somar os esforços nas áreas federal, estaduais e municipais, financiados, principalmente, com o adicional da Taxa Rodoviária Única e do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos, suportes financeiros do Programa de Mobilização Energética (PME), que define um conjunto de objetivos para 1980, buscando, primordialmente, antecipar benefícios sociais, a saber:

- Transporte urbano de passageiros — a programação concentrou-se prioritariamente nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, com atuação sobre a demanda de transporte e a expansão urgente da oferta de transporte público;
- Transporte de carga — foram definidas medidas para melhorar os efeitos no consumo de diesel e no retorno de caminhões vazios, em rotas de fluxos desequilibrados, e definir medidas capazes de reduzir o dispêndio energético por tonelada.

Nesse particular, o Programa objetivou estabelecer uma política de preços reais para os derivados do petróleo e desestimular a expansão de frotas de veículos leves a diesel, através das seguintes recomendações:

- formação de «pool» de empresas e cooperativas de carreteiros, para operação conjunta no transporte intermunicipal, como instrumento de melhoria do fator de carga no transporte rodoviário;
- uso de caminhões pesados, onde possam operar com fluxos razoavelmente equilibrados, nos dois sentidos;
- redução do tráfego de veículos vazios e do correspondente dispêndio energético;
- instalação de uma rede de centrais de fretes;
- construção de terminais rodoviários de carga;
- aperfeiçoamento da mão-de-obra.

4.2.1.2 — *Programa de Corredores de Exportação e Abastecimento*

O Programa de Corredores de Exportação, objetivando o estímulo à agricultura e à criação de novas fontes de receita cambial, definiu uma série de investimentos prioritários tanto no setor de silagem como no de transporte propriamente dito. Procurou-se dotar os meios de escoamento e os terminais portuários de infra-estrutura básica capaz de atender, a contento, à nova demanda.

Com o agravamento da crise energética, o Programa de Corredores ganhou mais importância.

Assim é que o Ministério dos Transportes, na área de transporte de cargas, busca o ponto de equilíbrio entre o aumento das exportações e a redução do consumo de derivados de petróleo. Para tanto, faz-se necessária a otimização do uso de modalidades de transporte e de maior eficiência energético-ferroviária e aquaviária, juntamente com a racionalização do transporte rodoviário de cargas que, no caso brasileiro, é imprescindível, devido não só à existência de áreas de expansão de fronteira agrícola, que tornam economicamente inviáveis outras modalidades, mas também à necessidade de operações de ponta.

Esse novo enfoque, aliado à política econômica do Governo Federal, que estabeleceu a meta de 40 bilhões de dólares para as exportações brasileiras em 1984, e às restrições aos investimentos em novas obras, evidenciou a necessidade de alterações na estrutura do Programa. Um conhecimento prévio dos fluxos e conseqüentemente da demanda por transportes determina a adoção de medidas de caráter essencialmente operacional, passíveis de implantação no ano em foco e capazes de produzir resultados no período, a fim de que o escoamento de mercadorias se processe com um mínimo de inversões financeiras. Nessa linha de ações e recomendações podem ser listados:

- remanejamento e ampliação do equipamento de transporte (ferroviário, rodoviário e portuário);
- remanejamento das instalações de armazenamento e estocagem, visando ao melhor aproveitamento dos equipamentos de transporte e ao bom desempenho operacional de programação;
- gestões permanentes junto aos principais usuários do transporte, tendo em vista a adequação dos lotes de despacho à capacidade de transporte do sistema;
- gestões interministeriais (Transporte, Agricultura e Planejamento), com vistas ao bom equacionamento das interfaces do problema;
- vigilância permanente, através do acompanhamento de movimentação das cargas mais significativas, possibilitando a adoção de medidas alternativas de emergência para a remoção de eventuais obstáculos à fluidez do escoamento da produção.

A quantificação desses numerosos investimentos ascenderia à casa dos 12 bilhões de cruzeiros em 1980.

Entretanto, para atingir os níveis de fluxos adicionais de exportação de produtos agrícolas e, a médio prazo, de fluxos internos bastante significativos de carvão mineral e álcool para substituição de combustíveis derivados de petróleo, essa infra-estrutura deverá estar reforçada e capacitada a absorver tais cargas.

No período 1980/82 estão previstos investimentos da ordem de Cr\$ 154,1 bilhões em obras principais da infra-estrutura de transportes de cinco corredores básicos, com uma estimativa adicional de Cr\$ 54,8 bilhões para após 1982, além dos Cr\$ 17 bilhões (270 milhões de dólares) já aplicados em 1979.

Além dos investimentos programados para a consolidação da infra-estrutura dos principais Corredores, o Ministério dos Transportes aplicará mais de Cr\$ 21 bilhões para apoio ao escoamento de carvão, destacando-se:

- acessos ferroviários às usinas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- construção de Terminais para Carvão em Rio Grande, Santos, Tubarão, Sepetiba e ampliação da capacidade do Terminal de Imbituba e Antonina;
- ampliação da Frota de Vagões e Locomotivas;
- adequação e modernização de linhas ferroviárias.

Rodovias Vicinais

A implantação de rodovias vicinais é indispensável ao fluxo de produtos do setor primário da economia, particularmente os agrícolas, gerados nas áreas rurais, e que se destinam à exportação ou aos mercados internos.

A Rede Municipal é responsável por cerca de 28% do trabalho mecânico de movimentação de cargas, de 18% do consumo de gasolina e de 32% do consumo de diesel do total consumido na Rede Nacional (Federal, Estadual e Municipal). Daí a sua importância para a economia de transportes do País.

Em 1980 foram implantados 567 Km e executado Revestimento Primário em 361 Km de rodovias, tendo o DNER desembolsado o total de Cr\$ 190,8 milhões.

4.2.1.3 — Principais Resultados Alcançados em 1980

I — Transportes Ferroviários

O ano de 1980, para a Rede Ferroviária Federal S/A, foi caracterizado por uma expressiva melhora no seu desempenho operacional. Atingiu-se a cifra de 70,3 milhões de toneladas-úteis de carga geral transportada, correspondente a um trabalho de 33 bilhões de toneladas-quilômetro úteis; e houve o transporte de 352,8 milhões de passageiros de subúrbio e de 13,3 milhões de passageiros de interior.

Esses resultados, comparados com os de 1979, revelam aumentos de 15,4% na tonelage útil transportada, de 19,1% no trabalho realizado (toneladas-quilômetro úteis) e de 9,6% no transporte de passageiros de subúrbio. O transporte de passageiros de interior apresentou queda de cerca de 4,6%.

Do ponto de vista da produtividade do pessoal, o índice alcançado em 1980, de cerca de 355 mil toneladas-quilômetro úteis por empregado, foi superior ao de 1979 em 21,2%, resultado conseguido pela associação do aumento da produção de transporte com a redução do efetivo de pessoal da empresa.

Durante 1980 as tarifas de transporte de mercadorias foram elevadas somente em cerca de 75%, excetuando-se dessa elevação alguns tipos de mercadorias, cujas tarifas foram contidas abaixo dessa média.

O dispêndio total da RFFSA totalizou aproximadamente Cr\$ 99,7 bilhões, ou seja, 97% a mais que em 1979 (Cr\$ 50,8 bilhões); desse total, Cr\$ 47,5 bilhões se destinaram a investimentos, num aumento de 93% em comparação com 1979 (Cr\$ 24,6 bilhões).

Além do expressivo aumento do transporte de passageiros de subúrbios, merece realce o crescimento verificado no transporte de derivados de petróleo e no de produtos siderúrgicos acabados. Os dados a seguir mostram esse crescimento:

Derivados do Petróleo

	1979	1980	Crescimento
Toneladas-úteis, em 10 ³	6.308	6.608	4,8%
Toneladas-quilômetro úteis, em 10 ⁶	3.018	3.590	19%

Produtos Siderúrgicos

	1979	1980	Crescimento
Toneladas-úteis, em 10 ³	6.155	6.168	0,2%
Toneladas-quilômetro úteis, em 10 ⁶	1.992	2.284	14,6%

No que se refere à recuperação, modernização e expansão do sistema ferroviário, devem ser ressaltadas as seguintes realizações principais:

a) Corredores Industriais e de Transportes

— Ferrovia do Aço

O andamento da obra de construção da Ferrovia do Aço no seu trecho prioritário Jaceaba—Volta Redonda está expresso na forma abaixo:

TRECHO	EM	ATÉ	TOTAL	%**
JECEABA — VOLTA REDONDA	1980	1979		
Terraplenagem — 10 ³ m ³	41.900	79.287	121.187	96
Túneis — metros	18.450	13.514	31.964	67
Obras de Arte Especiais — metros*	12.800	5.105	17.905	69

* Comprimento virtual

** Percentual do realizado em relação aos totais a realizar.

- Linha do Centro (Japeri — Belo Horizonte) — Concluída em 1980 a remodelação de 100 Km de linha do Centro para 45 milhões de toneladas/ano. Foram construídos diversos pátios intermediários de cruzamento e ampliados alguns dos já existentes.
- Acesso ao Porto de Itaquí (MA) — Extensão — 16 Km.
- Ligação Celso Bueno—Araguari (MG) — Extensão de 121 km.
- Ligação Uvaranas — Rio Verde (PR) — Extensão de 2,5 Km.
- Duplicação do Km 248 ao 252 na linha Uvaranas — Desvio Ribas (PR) — Extensão de 4 Km. Atenderá ao parque moageiro de soja de Ponta Grossa.

- Ramal Industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) — Extensão de 18 Km. Permitirá isolar as linhas de carga das futuras linhas de subúrbio ora em construção.

Acham-se ainda em fase de elaboração os seguintes projetos:

- Ferrovia da Soja (PR) — Extensão de 601 Km. Encontram-se em estudo os trechos Guarapuava — Cascavel (240 Km), Guarapuava — Eng.º Gutierrez (108 Km), Eng.º Gutierrez — Eng.º Bley (100Km), Eng.º Bley — Curitiba (45 Km) e Curitiba — Paranaguá (108 Km).
- Ferrovia do Carvão — (SC e RS) — Extensão de 198 Km. Encontram-se em estudo as ligações Leão—Conde (RS) com 40 Km, Conde — Charqueada (RS) com 40 Km, Iruí — Leão (RS) com 80 Km e os Ramais de Cândiota (RS) com 20 Km e de Treviso (SC) com 18 Km.

b) Equipamentos — Aquisição e Recebimento

Em 1980, foram recebidas 62 locomotivas, sendo 33 de bitola larga e 29 de bitola métrica; 1.299 vagões e 10 carros de passageiros, todos de fabricação nacional; 18 trens-unidade elétricos e diversos outros equipamentos, no valor de aproximadamente Cr\$ 3.500 milhões. Inclui-se nesse quadro a modernização de 154 trens-unidade elétricos, dos quais um já foi recebido.

Entraram em vigor os contratos referentes à aquisição de 112 locomotivas diesel-elétricas, com um valor aproximado de US\$ 170 milhões.

II — Transportes Rodoviários

Dispondo o País de uma malha rodoviária básica pavimentada, a atuação do DNER deu ênfase à conservação e à restauração da rede, mediante aplicação de Cr\$ 18,9 bilhões (contra Cr\$ 9,4 bilhões em 1979).

Em implantação e pavimentação, o desembolso realizado foi de 17,7 bilhões, destinados à implantação de 635 Km de rodovias, pavimentação de 763 Km, melhoramento e restauração de 1.439 Km, sinalização horizontal em 6.960 Km e vertical em 28.061 Km.

Na área de transportes coletivos de passageiros, foi mantido o esforço de promoção do uso dessa modalidade. Nas linhas interestaduais houve um crescimento de 5,2% no número de passageiros (de 76,8 milhões em 1979 para 80,8 milhões em 1980) e de 4,9% no de passageiros-quilômetro (de 22,5 bilhões em 1979 para 23,6 bilhões em 1980).

III — Transportes Hidroviários

Marinha Mercante

O transporte de carga pela modalidade hidroviária registrou significativo crescimento em 1980.

Na navegação de cabotagem, transportaram-se 24,4 milhões de toneladas e 24,2 bilhões de toneladas-milha; num aumento de 10,4% em relação a 1979.

A navegação interior transportou 4,9 milhões de toneladas — 11,3% a mais que em 1979. No longo curso, o crescimento do transporte em embarcações de bandeira brasileira (próprias + afretadas) foi de 7,7%, passando de 81,3 milhões de toneladas em 1979 para 87,6 milhões de toneladas em 1980.

No que se refere ao balanço de fretes, a bandeira brasileira gerou aproximadamente US\$ 1,8 bilhão em 1980, contra US\$ 1,435 bilhão em 1979, num crescimento de 25,4%.

As despesas com afretamento de embarcações estrangeiras aumentaram em 23%, passando de US\$ 789,1 milhões em 1979, para US\$ 970,9 milhões em 1980.

A frota mercante nacional compreendia, ao final de 1980, 1.165 embarcações, num total de 8.069.279 tpb.

Durante 1980, foram lançados 66 navios, com 1.101.040 tpb (crescimento de 34%, expresso em tpb); e entregues 73 embarcações, com 1.203.764 tpb.

No mesmo ano, a indústria de construção naval exportou 11 embarcações, com 151.614 tpb.

IV — Portos e Vias Navegáveis

A Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRÁS) deu prosseguimento à tarefa de consolidação institucional e de melhoramento operacional do sistema portuário nacional.

Em 1980 houve movimentação de 256,9 milhões de toneladas nos portos brasileiros, com crescimento de 10,1% em relação a 1979. No que se refere a carga containerizada, foram movimentadas 1.364,6 mil toneladas, com aumento de 30,6% em comparação com 1979 (1.044,6 mil toneladas).

Os investimentos da Portobrás totalizaram em 1980, Cr\$ 14,4 bilhões, dos quais Cr\$ 4,5 bilhões oriundos da Taxa de Melhoramento dos Portos (TMP).

Além desses investimentos, a alocação de recursos federais com objetivo de desenvolver a região amazônica, elevando as condições sócio-econômicas de seus habitantes, permitiu a construção de uma rede portuária fluvial nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e nos Territórios Federais de Roraima e Amapá. Finalmente, com recursos do FND, a PORTOBRÁS está construindo no porto de Luis Correia — PI molhes de acesso, de abrigo, de contenção e defletor, a fim de dar condições de abrigo e segurança ao futuro porto que ali se desenvolve.

V — Transportes Urbanos

O programa de investimentos da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), compatibilizado com o de transportes alternativos para economia de combustíveis, elevou-se a Cr\$ 53.077,3 milhões, gerando benefícios econômicos e sociais especialmente para as camadas de menor renda, usuárias necessárias dos sistemas de transporte coletivo implantados ou aperfeiçoados.

Os programas concentraram-se nos transportes ferroviários e aquaviários, além da racionalização e modernização dos serviços de ônibus. Foi ainda projetada e iniciada a construção de pistas de cicloviás em várias cidades, com apoio da Caixa Econômica Federal.

VI — Planejamento de Transportes

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) deu continuidade às suas atividades de elaboração de estudos, planos, pesquisas e projetos no tocante a diversas modalidades de transportes, merecendo destaque, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Estudo sobre Transporte e Energia — Análise dos impactos da crise energética sobre o setor de transportes do País. Serão concebidos e testados vários métodos e técnicas de avaliação de impactos sobre o consumo de combustíveis decorrentes de diversas proposições de políticas (econômicas, operacionais e tecnológicas).
- Plano de Rodovias Vicinais do Nordeste — O estudo tem por objetivo a análise das redes de rodovias vicinais do Nordeste, com vistas à determinação de melhoramento e implantação a serem recomendados, bem como à prioridade a ser observada na realização dos investimentos correspondentes.

4.2.2 — Comunicações

O setor de comunicações orienta suas prioridades, em consonância com a Estratégia do III PND, em favor da melhoria dos serviços nas áreas rurais e comunidades de baixa renda, procurando concomi-

tantemente seguir uma política tarifária adequada às necessidades de financiamento da expansão do setor.

Especificamente, cada subsetor se caracterizará pelos seguintes aspectos:

I — Telecomunicações

Foi conferida prioridade ao atendimento de demandas específicas de caráter social: usuários residenciais de baixo tráfego, áreas urbanas periféricas e comunidades rurais; política tarifária compatível com as necessidades de expansão do setor, com aumento de sua eficiência operacional; e preferência para a implantação de infra-estrutura de comunicações nos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Em 1980 foram instalados aproximadamente 1.028.000 telefones, alcançando-se o total de 7.535.000 telefones em operação. A densidade telefônica no País atingiu 6,3 telefones por 100 habitantes, índice ainda insatisfatório, mas o número de municípios atendidos por telefonia cresceu de 2.848 em 1979 para 3.155 em 1980. No mesmo período, o número de municípios servidos por DDD passou de 1.016 para 1.177.

O tráfego telefônico evoluiu satisfatoriamente, sem sinais de congestionamento. O tráfego local cresceu 19%, o interurbano 23% e o internacional 27%.

A qualidade dos serviços prestados pelas empresas operadoras do Sistema Telebrás vem melhorando continuamente. Ressalte-se o índice de aproveitamento das chamadas DDD, que já se aproxima dos valores internacionalmente aceitos.

A produtividade decorrente de efetiva ação no campo dos recursos humanos levou ao índice de 75 telefones por empregado, relação que no período anterior era de 66 por empregado.

Entrou em operação o cabo submarino BRUS, ligando Fortaleza às Ilhas Virgens, e ao mesmo tempo foram instaladas 3 estações terrestres de comunicações por satélite na Região Amazônica, integradas ao Sistema INTELSAT.

Foram homologados 187 equipamentos de fabricação nacional em 1980, com 93 patentes depositadas.

II — Serviços Postais e de Telegramas

O objetivo é atender ao crescimento da demanda, conforme padrões de qualidade aceitáveis, dando-se preferência à expansão da base física das redes postal e telegráfica nas áreas rurais, bem como ao treinamento e reciclagem dos recursos humanos, em busca de menores custos e maior eficiência.

III — Radiodifusão

A diretriz fundamental é estimular a formação e consolidação de redes nacionais privadas para apoiar a integração nacional, inclusive no tocante à interiorização da televisão, observada a diretriz de preservação e valorização das tradições e manifestações culturais das regiões no País.

4.2.2.1 — Atividades do Setor

No ano de 1980, coube ao setor de comunicações intensificar o apoio aos programas identificados com as metas governamentais prioritárias, em conformidade com a estratégia de desenvolvimento estabelecida para o período de 1980/85.

Especial atenção foi conferida aos programas que, em conformidade com as aspirações sociais da população, estimulassem a ampliação nacional a baixo nível de investimentos adicionais e contribuíssem para a redução de importações particularmente de petróleo.

Entretanto, a contenção tarifária e as limitações nos investimentos do setor público, decorrentes de medidas que vêm sendo adotadas para redução do dispêndio governamental, têm gerado repercussões nas telecomunicações públicas, com efeitos maiores sobre a expansão do sistema.

A fim de minimizar esses efeitos, orientaram-se esforços para o prosseguimento dos projetos em andamento, procurando-se também, no campo operacional, reduzir custos e manter a qualidade dos serviços.

Ao mesmo tempo, buscou-se conferir apoio especial às pequenas e médias indústrias nacionais de telecomunicações, particularmente no que concerne ao poder de competição no mercado interno e na exportação.

A necessidade de reduzir importações e propiciar emancipação tecnológica tem constituído motivação básica no campo do desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, em 1980 o setor dotou o Centro de pesquisas e Desenvolvimento (CPqD) de meios mais adequados à condução de sua atividade fundamental, intensificando a integração universidade-indústria pela participação conjunta nos projetos em andamento.

Como resultado da mobilização com vistas ao atendimento das prioridades nacionais, caberia destacar os estímulos à otimização do uso de meios de transporte, à agropecuária e ao atendimento social da população.

Nesse sentido, além da realização de programas que contemplem regiões mais carentes no interior do País e populações menos privilegiadas nas periferias dos grandes centros urbanos, ações setoriais de

particular importância vêm sendo desenvolvidas com base no caráter complementar natural das comunicações em relação aos meios de transporte.

O serviço de correios buscou efetivar sua missão social intrínseca, através de projetos com o objetivo de oferecer apoio às regiões menos favorecidas.

4.2.2.2 — Ações voltadas para a Agropecuária

Buscando atender às diretrizes governamentais que conferem prioridade ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, estudos conjuntos realizados pelos setores das comunicações e da agricultura resultaram em proposta de implementação de dois programas básicos.

O primeiro, destinado à instalação, de dois mil postos de serviço telefônico para atendimento imediato das comunidades rurais, contemplou a distribuição dos postos segundo definição dos produtos agrícolas prioritários a serem beneficiados.

O segundo programa consiste num Plano Nacional de Telecomunicações Rurais (PNTR), a ser executado no atual período governamental.

No entanto, as atividades correspondentes não puderam ser conduzidas em 1980, em consequência de limitações várias. Somente algumas instalações telefônicas foram instaladas em áreas rurais de maior prioridade.

De outro lado, com o objetivo de intensificar o uso dos meios de comunicações, desenvolveu-se em caráter pioneiro um sistema de informações de mercado agrícola por telefone, disponível hoje no Estado de Mato Grosso do Sul.

Com vistas ao melhor aproveitamento dos produtos alimentares, foi também instalada experimentalmente em São Paulo uma central de serviços que fornece informações referentes a preços médios desses produtos (varejo e atacado), bem como orientação alimentar aos interessados.

4.2.2.3 — Ações voltadas para os Setores de Energia e Transporte

Dada a complementaridade das comunicações em relação aos meios de transporte, contribuições efetivas do setor à redução do consumo de combustíveis puderam ser promovidas.

Projetos-piloto de centrais de informações que se multiplicarão em todo o território nacional foram desenvolvidos em conjunto com diversos setores de atividade econômica. Tiveram sua instalação realizada em 1980, entre outros:

- Centrais de Fretes Rodoviários, implantadas experimentalmente em Curitiba e Maringá, que informam quanto a locais em que há carga disponível para transporte, contribuindo para que as viagens de retorno dos caminhões sejam realizadas com aproveitamento da capacidade disponível.
- Central de reservas de passagens rodoviárias e despacho de encomendas, implantada em Belo Horizonte.
- Central de Informações do Detran, em Brasília, que permite seja prestado melhor atendimento em balcão, evitando-se afluxo de pessoas àquele Departamento.
- Central de Informações Bancárias, com a cooperação do Banco do Estado de Santa Catarina.

Cabe ainda destacar o papel das radiocomunicações para a otimização de percursos mediante emprego do rádio das frotas de transporte rodoviário e para as comunicações com locais ainda não atendidos pelas telecomunicações públicas. Assim, foi também significativo, em 1980, o início de operação das primeiras estações da Rede Nacional de Radiomonitoragem.

Relativamente às necessidades energéticas para operação dos serviços postais e de telecomunicações públicas, várias medidas, como a substituição gradativa das frotas por unidades movidas a álcool, foram intensificadas em 1980.

Na área de telecomunicações públicas, vem sendo implementada a utilização de energia elétrica comercial nas estações, substituindo-se geradores a diesel que serviam como fonte de energia primária.

Além disso, caberia citar a aquisição de veículos movidos a eletricidade destinados a experiências operacionais dos modelos em desenvolvimento no País. Com o mesmo objetivo estão sendo instalados geradores eólicos e solares em estações repetidoras de microondas onde tecnicamente factível.

Deve ainda ser mencionada a criação de «minicentros de manutenção» das redes telefônicas por parte das empresas operadoras nas grandes cidades, com descentralização de atividades e estoques.

4.2.2.4 — *Ações voltadas para o Desenvolvimento Social*

Por entender que o desenvolvimento econômico e social depende, em larga escala, da disponibilidade de infra-estrutura de serviços, o setor de comunicações buscou promover, no atendimento às pequenas localidades no interior do País, a utilização de sistemas simples e menos onerosos à população, adaptados às condições de cada localidade. Assim, a interligação desses locais ao Sistema Nacional de Telecomunicações vem sendo realizada não somente pela utilização de recursos

próprios do setor mas também, subsidiariamente, com o apoio de entidades estaduais e municipais e de associações de classe, e principalmente pela utilização de postos de serviço telefônico ou pela implementação de centrais telefônicas simplificadas naquelas localidades.

A interiorização da televisão está em vias de realização em quase todos os Estados brasileiros, complementando as transmissões de longo alcance do rádio.

Em 1980, a interiorização da TV recebeu grande impulso, particularmente nos Estados do Ceará, Bahia, Goiás e Mato Grosso. No Paraná, plano de expansão propiciou o atingimento de todas as suas localidades com, pelos menos, dois canais simultâneos, e nos demais Estados os respectivos planos de retransmissão vêm sendo organizados e implementados.

Benefícios substanciais estão sendo obtidos no plano social pela utilização desses meios na disseminação de programas educativos e culturais. Nesse sentido, um passo importante foi a regulamentação dos procedimentos e dos tempos de utilização do rádio e da TV na veiculação de programas educativos, resultado de esforço conjunto desenvolvido pelos setores da educação e das comunicações.

Ao nível urbano merece destaque a implementação de telefones comunitários próximos a núcleos habitacionais e nas regiões periféricas dos grandes centros, bem como a adoção de linhas telefônicas partilhadas, buscando-se atender às necessidades de comunicações em áreas carentes de infra-estrutura e a populações de baixo poder aquisitivo. O sistema de linhas partilhadas encontra-se implantado no Rio de Janeiro, em fase de experimentação comportamental para posterior implementação nos outros Estados.

Merece ainda destaque especial o estabelecimento das centrais de informações telefônicas do INAMPS, resultado da atuação conjunta dos setores de previdência social e das comunicações, e que vem permitindo proporcionar à população informações sobre benefícios e orientação sobre o serviço médico-hospitalar.

4.2.2.5 — *Ações voltadas para Apoio às Exportações*

Além das medidas adotadas em apoio aos setores energético e de transportes e da política de substituição de importações, caberia mencionar:

- o desenvolvimento de atividades conjuntas com órgãos vinculados ao comércio exterior, visando a integrar esforços para exportação dos produtos brasileiros;
- oferecimento de informações diretas às empresas industriais e prestadoras de serviços sobre concorrências internacionais;

- apoio efetivo na abertura de novos mercados, principalmente em países da América Latina e África;
- programas de cooperação técnica internacional, desde a realização de cursos técnicos nas áreas de serviços postais e de telecomunicações públicas até estágios nas empresas do setor, como por exemplo, acordos firmados com a Bolívia e com Honduras;
- desenvolvimento de programa de cooperação bilateral com a Argentina, com ênfase nas áreas de tecnologia, de sistemas via satélite e de complementação industrial.

EVOLUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

NATUREZA	ANO		VARIÇÃO %
	Até 1979	Até 1980	
Telefones Instalados	6.246.000	7.535.000	20
Terminais	38.320	44.180	15,3
Localidades	946	1.160	22,6

EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS

NATUREZA	1979		1980	
	QUANT.	VALOR Cr\$ 1.000	QUANT.	VALOR Cr\$ 1.000
Malotes e Encomendas	25.039.000	—	26.947.000 (+7,6%)	—
Vales Emitidos	3.136.732	2.816.913	3.337.083 (+6,4%)	5.435.311 (+93%)
Reembolsos Postados	6.296.498	2.552.491	7.178.142 (+14%)	6.817.865 (+167,1%)
Serviço Especial de Entrega a Domicílio	188.353.000	—	201.473.000 (+7%)	—

4.3 — *Desenvolvimento Regional*

4.3.1 — *Desenvolvimento da Amazônia*

A principal preocupação com referência ao desenvolvimento da Amazônia centrou-se na formulação e execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural e que, ao mesmo tempo, permitam a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral e florestal.

A partir do relatório final do Grupo de Trabalhos Interministerial criado em maio de 1979 para estudar e propor medidas com vistas à formulação de uma política florestal para a região, foi elaborado Anteprojeto de Lei que se propõe definir os objetivos da Política Florestal para a Amazônia brasileira, instituindo para sua exploração econômica normas que não prejudiquem a conservação e a preservação de seus ecossistemas. A efetiva implantação dessa política pressupõe programa de zoneamento ecológico-econômico e a revisão e reformulação da legislação florestal.

Ao longo de 1980, prosseguiram os trabalhos de fomento ao desenvolvimento regional. Um dos grandes fatores de apoio ao desenvolvimento da região é representado pelos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, para os quais foram destinados 3 bilhões de cruzeiros, exclusive operações de crédito, em 1980.

O mais importante desses instrumentos é o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), para cujos segmentos foram alocados 2,5 bilhões de cruzeiros.

Esses recursos foram distribuídos aos 11 pólos, sob sua jurisdição, dos 16 que compõem o Programa, permitindo a realização de obras e ações nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, educação, energia, indústria, serviços, saúde, saneamento, recursos humanos, transportes e ciência e tecnologia.

Os outros Programas Especiais na região são o Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR) e o Programa Especial de Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, cujos objetivos vêm sendo cumpridos nas áreas de sua atuação.

Em 1980 a SUDAM desenvolveu vários trabalhos na construção e consolidação de Nova Marabá, principalmente no sistema de abastecimento de água, no preparo do sistema viário secundário e nas obras de drenagem pluvial.

A SUDAM aprovou, no exercício de 1980, 36 novos projetos, correspondendo a um investimento total de 7,2 bilhões de cruzeiros, dos quais 3,8 bilhões de incentivos fiscais do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Quando implantados, esses projetos represen-

tarão a criação de mais de 7 mil empregos diretos. Incluídas as atualizações, o número de projetos atendidos é de 101, com um investimento total de 17 bilhões de cruzeiros (8,5 bilhões do FINAM).

A previsão orçamentária do FINAM para 1980, de 5,2 bilhões de cruzeiros, foi superada, em face da realização pelo Fundo de uma receita de 5,9 bilhões.

Entre outras ações do Governo Federal na Amazônia, destacam-se ainda:

- I — Estudos e pesquisas de recursos naturais, principalmente na área de silvicultura tropical e exploração florestal, com a ampliação e funcionamento do Centro de Tecnologia Madeireira, em Santarém, e na área de pesquisa mineral. Estão em andamento diversos outros subprojetos de pesquisa, entre os quais estudos de recursos pesqueiros, estudos bioecológicos de estuários, monitoramento de recursos naturais, pesquisas farmacológicas de plantas amazônicas, estudos sobre fauna silvestre e mapeamento cartográfico.
- II — Ações de desenvolvimento local, principalmente o estudo e o planejamento de núcleos urbanos em áreas preferenciais. Nesse campo foram concluídos os planos estruturais de Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC), bem como o estudo de hierarquia urbana para a Amazônia. Foram realizados trabalhos de treinamento de recursos humanos para a administração municipal e desenvolvidas ações de apoio a obras de saneamento básico, principalmente de abastecimento de água.
- III — Apoio a projetos específicos, no setor agrícola, como o de implantação da cultura do açaí, e ao Serviço de Informação de Mercado Agrícola, além da realização de trabalhos de defesa sanitária animal e de pesquisas agropecuárias.

O Banco da Amazônia S.A. (BASA) cumpriu, no exercício de 1980, sua missão de apoio ao desenvolvimento da região, atingindo o saldo de suas aplicações globais no final do ano 35,2 bilhões de cruzeiros, dos quais 28,9 bilhões em operações de crédito, com destaque para o financiamento à produção de borracha.

A SUFRAMA, apesar das limitações impostas às suas importações, prosseguiu seu esforço de consolidação industrial de Manaus, e de apoio ao desenvolvimento de outras áreas da Amazônia Ocidental. Foram aprovados, em 1980, 26 projetos industriais, dos quais 16 de implantação e 10 de ampliação de unidades produtivas existentes, com a geração, quando em operação plena, de 15 mil novos empregos diretos.

Paralelamente à ação dos organismos regionais o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) executou obras de saneamento ambiental em Rio Branco, Manaus, Cametá e Belém; obras de controle de enchentes e recuperação de vales em Rio Branco, Manaus e Belém; implantação de sistemas urbanos em Boa Vista, Macapá, Jiparaná e Porto Velho, e instalação e melhoria do sistema de esgotos de Rio Branco. O DNOS participou também das obras de saneamento vinculadas aos programas de erradicação de favelas, principalmente em Belém e, em menor escala, em Macapá. Com recursos dos Programas Especiais, realizou obras em 17 Municípios da região.

O Ministério do Interior levou avante a execução do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas. Na região do norte do país foram implantados, em 1980, 24 postos de coleta do Serviço de Informações sobre Migrações Internas (SIMI). O Serviço de Apoio ao Migrante (SAMI) atendeu mais de 12 mil pessoas em seu posto de Tucuruí (PA).

4.3.2 — *Desenvolvimento do Nordeste*

As preocupações do Governo Federal com relação ao Nordeste, sempre voltadas para a criação de condições econômicas, sociais e políticas que permitam a redução significativa das disparidades entre os níveis de desenvolvimento da Região e os do restante do País e dos bolsões de pobreza rural e urbana, estiveram, em 1980, concentradas nos múltiplos aspectos de um problema típico da Região: o da captação e uso da água.

A persistência e o agravamento, em 1980, da estiagem que já atingira a Região no ano anterior, exigiram, de um lado, a realização de um grande esforço emergencial para reduzir ao mínimo os sofrimentos provocados pela escassez de alimentos e empregos e, do outro, um trabalho de reflexão e estudo com vistas a impedir a repetição futura do avassalador impacto social e econômico provocado pelas secas.

Em consequência desse trabalho, foram realizados diversos estudos, que se consubstanciaram em propostas em exame pelo Governo, e que compreendem a concepção de uma ação coordenada de todos os órgãos governamentais na região semi-árida visando à adoção, implantação e generalização de métodos de captação, conservação e uso da água condizentes com a realidade social e as disponibilidades econômicas da Região, acompanhada da disseminação de cultivos e criações mais adequados às condições climáticas imperantes. Paralelamente a isso, e como condição para o êxito de ações dessa natureza, adotaram-se medidas de reformulação da estrutura fundiária, quer ao nível da superação de obstáculos específicos ao seu desenvolvimento, quer como correção de uma situação que, por si só, agrava as condições sociais da Região, independentemente da ocorrência de secas. Ao

mesmo tempo, e ainda nessa linha de preocupações, foi proposto um plano diretor para o Vale do São Francisco, que prevê o aproveitamento integrado de suas potencialidades econômicas, a partir do uso adequado de seus rios, para a geração de energia, a irrigação e a navegação, permitindo, simultaneamente, o controle das cheias periódicas e a proteção do meio ambiente.

Um dos grandes instrumentos com que o governo conta para a promoção do desenvolvimento regional é o conjunto de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, quais sejam: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste e o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

Em 1980, foram destinados 9,7 bilhões de cruzeiros para esses Programas Especiais, exclusive crédito. Os segmentos de crédito foram contemplados com 12 bilhões de cruzeiros.

No que se refere ao POLONORDESTE, durante a execução do Programa até 1980, destacam-se as metas alcançadas:

- I — Em atividades diretamente produtivas: prestação de assistência técnico-agronômica a cerca de 140 mil produtores, sendo 9 mil associados a 110 cooperativas beneficiárias; assistência creditícia a 70 mil produtores, com valor médio por contrato da ordem de Cr\$ 40 mil; instalação de 350 novos escritórios de assistência técnica; emissão de 4.500 títulos de posse de terra, abrangendo cerca de 100 mil ha; aquisição de 47 mil ha de terras para redistribuição a agricultores não proprietários.
- II — Em infra-estrutura social: construção, reforma ou equipamento de 1.500 unidades escolares, proporcionando oferta de 210 mil vagas; reciclagem de 5 mil professores rurais; construção, reforma ou equipamento de cerca de 350 unidades de saúde; construção de 110 sistemas de abastecimento d'água simplificado para atendimento de pequenas comunidades.
- III — Em infra-estrutura econômica: construção ou melhoria de 4.300 km de estradas vicinais, de modo a melhorar o sistema de escoamento da produção, e lançamento de 2.700 km de linhas de distribuição rural, propiciando beneficiamento direto a 3 mil imóveis rurais e eletrificação de pequenas comunidades.

No que se refere ao Projeto Sertanejo, destaca-se a capacitação de pessoal para atuação nos núcleos, onde foram treinados cerca de 1.500 técnicos (800 de nível superior). Foi prestada também assistência técnica a cerca de 10 mil produtores, no campo de tecnologia agropecuária, desenvolvendo-se atividades complementares de assistência social em 31 campos de demonstração, com treinamento de mão-de-obra rural. Foram aplicados, no exercício de 1980, 2,1 bilhões de cruzeiros de recursos de crédito rural, na contratação de 3:551 projetos de investimento, cujo valor médio por unidade é de 572 mil cruzeiros, e de 3.861 planos de custeio.

Através do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste foram aprovados 23 projetos, que deverão carrear para a Região investimentos no montante de 2,4 bilhões de cruzeiros (440 milhões correspondentes à participação do Programa).

No que se refere ao Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste, procedeu-se à aquisição de 20 perfuratrizes, das quais 14 foram entregues aos órgãos executores. Quanto à linha de crédito do Programa, cumpre destacar que foram recebidas para análise, pelos agentes financeiros, 4.768 propostas de financiamento destinadas à construção de açudes e obras complementares respectivas no valor global de 1,8 bilhão de cruzeiros. Por outro lado, encontram-se ainda em análise 2.518 propostas de financiamento de poços públicos, com estimativa de aplicação de 1,4 bilhão de cruzeiros.

O esforço de promoção do desenvolvimento das atividades produtivas no Nordeste continuou centrado na realização de investimentos privados, através do sistema de incentivos fiscais e financeiros que se consubstancia no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A previsão orçamentária desse fundo, no exercício de 1980, foi de 16 bilhões de cruzeiros, dos quais 2,3 bilhões de subscrição da União.

Da análise de viabilidade técnica, econômica e financeira dos pleitos apresentados à SUDENE, concluiu-se pela aprovação, no exercício de 1980, de 114 projetos, com previsão de investimentos totais da ordem de 86,7 bilhões de cruzeiros, exigindo do FINOR uma contrapartida equivalente a 19 bilhões. Após sua implantação, esses projetos deverão propiciar a criação de cerca de 20 mil novos empregos diretos.

A SUDENE prosseguiu, em 1980, seus outros trabalhos de promoção do desenvolvimento regional. No amplo leque de suas ações destacaram-se:

- 1 — O Convênio com o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), a fim de dar continuidade ao programa de modificação artificial da precipitação pluviométrica do Nordeste.

- II — O projeto de implantação da Alumínio do Nordeste S/A (ALUNE), de grande importância para a integração do setor industrial da Região, que em 1980 ultrapassou dois importantes estágios: a conclusão dos estudos de viabilidade e a constituição da empresa, havendo a manutenção de contatos com grupos internacionais no tocante à aquisição de tecnologia e à mudança do controle acionário.
- III — O apoio à pequena e média empresas, que se traduziu no atendimento de 13 subprojetos de pequenos negócios não-agrícolas, relativos aos Pólos de Desenvolvimento Regional Integrados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Paraíba, com a concessão de créditos às microempresas no montante de 148 milhões de cruzeiros.
- IV — As pesquisas e experimentações no aproveitamento da energia solar, com a implantação de 150 m² de coletores solares planos de baixa temperatura, distribuídos em sistemas instalados em prédios dos Ministérios do Exército e do Interior, e da energia da biomassa, que objetiva a substituição dos derivados de petróleo e o atendimento das propriedades localizadas em áreas ainda não atingidas pelos sistemas de energia convencional. Foram adquiridos 8 conjuntos motogaseificadores de carvão vegetal, de potência equivalente a 30 Kw, instalados em núcleos do Projeto Sertanejo com atuação diversificada no meio rural e em pequenas comunidades, objetivando principalmente o atendimento de pequenas irrigações. Ademais, houve a instalação de 30 unidades de digestores anaeróbicos para a produção de gás metano destinado a cozinhas de residências localizadas em núcleos do Projeto Sertanejo.

Atuando como principal agente financeiro da política de desenvolvimento da Região, o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) prosseguiu, em 1980, na sua tríplice função de Banco industrial e rural (crédito especializado a médio e longo prazos), banco comercial (crédito geral a curto prazo) e instituto de fomento (atividades supletivas de pesquisa e promoção).

O saldo das aplicações globais do BNB atingiu, no final do exercício de 1980, 105 bilhões de cruzeiros. Seus recursos próprios passaram de 8 bilhões de cruzeiros, em fins de 1979, para 12 bilhões no final de 1980. De outra parte, os recursos de repasse e refinanciamentos, no mesmo período, cresceram de 33,2 bilhões para 64,7 bilhões.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), levou avante, ao longo de 1980, os trabalhos voltados para o desenvolvimento de sua área de atuação, centrada principalmente no estudo, implantação e operação de projetos de irrigação. Essas atividades absorveram recursos da ordem de 3 bilhões de cruzeiros. Durante o exercício, foram realizadas obras de implantação em projetos que representam 10,6 mil ha de área irrigável, principalmente nos projetos Gorutuba (MG), Tourão (BA), Massangano (PE) e Cotinguiba (SE). Foram postos em operação 5,4 mil ha de áreas irrigadas, principalmente nas várzeas inundáveis do Baixo São Francisco.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desenvolveu diversos projetos nas áreas de irrigação, açudagem, recursos hídricos, engenharia rural e piscicultura, além do atendimento de emergência, decorrente da seca. Durante o exercício, foram postos em operação sistemas de irrigação com 2 mil ha e área de sequeiro com 2,4 mil ha. Foram concluídos açudes com capacidade total de 52 milhões de m³, perfurados 640 poços, distribuídos 2,5 bilhões de alevinos e obtida uma produção pesqueira de 17 mil toneladas.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, o esforço maior concentrou-se nas regiões metropolitanas, capitais e cidades de porte médio. Foram elaborados os planos de desenvolvimento organizacional do espaço urbano de Santana do Ipanema e Penedo, em Alagoas, e acelerados os estudos das 47 cidades incluídas no Programa de Investimentos Urbanos para as Capitais e Cidades de Porte Médio, bem como os trabalhos de elaboração de sistemas cartográficos para o planejamento urbano, onde foram concluídas as cartas preliminares de 11 cidades.

Durante o exercício, e em articulação com os órgãos de desenvolvimento regional e sub-regional, o DNOCS realizou obras de saneamento ambiental em áreas urbanas de 9 cidades, obras de saneamento ambiental em áreas rurais de diversas bacias fluviais em 5 Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia), obras de controle de enchentes e recuperação de vales, destacando-se o sistema de barragens Pacoti-Riachão, no Ceará, além de obras de saneamento associadas à erradicação de favelas em São Luís, Fortaleza e Maceió. Merecem destaque especial as obras destinadas a impedir a inundação de áreas urbanas pelas cheias do São Francisco. Essas obras representaram, no exercício, um investimento total de 1,8 bilhão de cruzeiros e distribuíram-se entre Petrolina (PE), Propriá (SE), Penedo (AL), Bom Jesus da Lapa, Xique Xique, Barra do Rio Grande e Juazeiro, na Bahia, e ainda em Pirapora, São Francisco e Januária, em Minas Gerais.

4.3.3 — *Desenvolvimento do Centro-Oeste*

A execução da política de desenvolvimento do Centro-Oeste orientou-se no sentido da exploração das potencialidades agrícolas e pecuárias que lhe são próprias. Estimulando e disciplinando sua ocupação e colonização, procurou-se simultaneamente ampliar o conhecimento da Região e impedir que a ocupação acelerada do território venha a prejudicar condições ecológicas variadas e específicas.

Dentro dessa linha, o Governo Federal prosseguiu, em 1980, seus trabalhos de fomento ao desenvolvimento regional, visando principalmente ao reforço da infra-estrutura de transportes, energia e armazenagens, ao aproveitamento do Pantanal Matogrossense e ao estímulo da atividade agropecuária. Foi mantida ênfase especial às medidas de apoio ao Estado de Mato Grosso do Sul, objeto de Programas Especiais. Da mesma forma, deu-se relevo às ações de desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, pelo fortalecimento das áreas periféricas do Distrito Federal.

O esforço de aproveitamento das grandes potencialidades regionais lastreia-se, em grande parte, na execução dos programas especiais de desenvolvimento regional: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o POLAMAZÔNIA, o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso (PROMAT), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul (PROSUL) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. Em 1980, foram alocados a esses programas recursos no montante de 5,4 bilhões de cruzeiros, exclusive crédito. A este último segmento foram alocados 2,3 bilhões de cruzeiros.

O POLOCENTRO, com recursos da ordem de 714 milhões, exclusive crédito, realizou cerca de 255 km de implantação de estradas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de vários projetos voltados para a infra-estrutura econômica, tais como ampliação da capacidade de armazenamento, principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul e projetos na área de energia, pesquisa e assistência técnica.

O POLAMAZÔNIA, no Centro-Oeste, cuja área de atuação abrange 5 Pólos distribuídos nos Estados de Mato Grosso e Goiás, e no Território Federal de Rondônia, alocou recursos da ordem de Cr\$ 882 milhões para 127 projetos, voltados para infra-estrutura de transportes, desenvolvimento urbano e desenvolvimento social. Entre as realizações no exercício de 1980, destacam-se cerca de 349 km de novas estradas incorporadas à malha de transporte regional, além da assistência técnica de 1.810 proprietários rurais de Rondônia e Goiás.

Na área de influência da Capital Federal, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 342 milhões, nos Estados de Goiás e Minas Ge-

rais, em projetos destinados ao saneamento básico de 18 municípios, melhorias urbanas em 10 municípios, assistência técnica aos produtores rurais, implantação de uma usina de beneficiamento de sementes em Ceres, bem como no Projeto de Irrigação do Vale do Paranã. Foram também aplicados recursos em projetos de transportes, de energia e na conclusão de 4 unidades de serviço aos migrantes, onde já foram atendidas 10.000 pessoas.

No que se refere ao PROMAT, foram aplicados em transportes, energia, desenvolvimento urbano, rural e social e apoio ao Estado de Mato Grosso recursos no montante de Cr\$ 2.750 milhões. Dos projetos de infra-estrutura econômica, destaca-se a implantação de 100 km de estradas e 1.443 m de pontes de concreto, bem como estudos e projetos que visam à viabilização de 600 km de traçados de estradas. No setor energético, ênfase especial foi dada à distribuição de energia que beneficiou cerca de 28 centros urbanos. Os projetos de construções e melhorias nas áreas de saúde e educação receberam cerca de Cr\$ 136 milhões, 80% dos quais destinados à construção de prédios escolares.

No que se refere ao PROSUL, para consolidar o Estado de Mato Grosso do Sul, foram aplicados, no exercício de 1980, Cr\$ 370 milhões em projetos de transporte, energia elétrica, implantação dos distritos industriais de Corumbá/Ladário e Três Lagos, além de projetos de saneamento básico e assistência técnica aos produtos rurais.

Concluíram-se, em 1980, os estudos visando à implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), destinado a promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da região que compreende a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, com superfície total de 41 mil km², dos quais mais da metade de boa ou regular aptidão agrícola, e onde já se localiza uma das frentes de expansão mais dinâmicas da fronteira agrícola brasileira. A estimativa dos recursos necessários para a região, no período 1980-1985, é da ordem de 43,3 bilhões de cruzeiros, principalmente nos campos de colonização, assentamento dirigido e regularização fundiária, com esquema de financiamento já definido.

Em 1980, foram praticamente concluídos os trabalhos de elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Alto Paraguai, cujo diagnóstico se completara no ano anterior.

Paralelamente, o DNOS realizou trabalhos de saneamento ambiental em 4 cidades, bem como diversos trabalhos de saneamento em rios e córregos da Região. O DNOS participou ainda de obras de implantação de sistemas de saneamento em Porto Velho em Ji-Paraná, em Rondônia.

Através da SUDECO, o Ministério do Interior prosseguiu na execução do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, quer na coleta de informações, quer na assistência aos migrantes. Na Região,

esse trabalho reveste-se de grande importância devido ao número de famílias que a ela chegam à procura de terras, destacando-se o posto do SIMI em Vilhena (RO), por onde passaram cerca de 60.000 migrantes em 1980.

4.3.4 — *Ação Regional do Governo no Sul e Sudeste*

A execução da política de desenvolvimento conduzida na Região Sul centrou-se em ações voltadas para situações especiais enfrentadas por algumas sub-regiões específicas, quer para superar condições de atraso relativo, quer para facilitar sua adequação à expansão ou surgimento de setores dinâmicos.

Durante 1980, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), deu prosseguimento aos trabalhos de administração de seus Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, para os quais foram alocados recursos da ordem de 400 milhões de cruzeiros. Entre esses programas destaca-se o da Lagoa Mirim, programa binacional em que a SUDESUL implementa vários projetos, compreendendo o controle e a operação, juntamente com o DNOS, da Barragem do Canal São Gonçalo, que impede a intrusão de águas oceânicas na lagoa Mirim, assegura a irrigação de 120 mil ha e abastece de água a cidade e o porto de Rio Grande. Outro programa especial é o Controle de Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. Neste último foram realizadas obras de controle da erosão em 8 cidades. O Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODOPAR), destinado a propiciar condições à implantação da hidroelétrica de Itaipu, aplicou recursos na melhoria das condições de infra-estrutura de 20 municípios.

Paralelamente a esses trabalhos prosseguiu em 1980 o programa para o Litoral Sul de Santa Catarina, que objetiva desenvolver essa região através de um complexo industrial com base nos seus recursos minerais, principalmente o carvão, a fluorita e a bauxita. Além das gestões para a implantação de unidades industriais do complexo carboquímico e siderúrgico de Imbituba, foram desenvolvidos estudos e projetos nas áreas de transportes, equipamentos comunitários, irrigação e drenagem.

A ação do DNOS na Região Sul, em 1980, incluiu o prosseguimento do projeto Camaquã, que visa a ampliar as áreas irrigadas para a produção de arroz no Rio Grande do Sul. Em termos de saneamento ambiental em áreas urbanas, o DNOS atendeu a 30 cidades. Em vários rios e córregos da Região, foi dado prosseguimento a obras de saneamento ambiental rural. Mas a maior presença do órgão nacional de saneamento na Região ocorreu na área do controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente nos vales do Itajuí e do Tubarão, em Santa Catarina, e do Sinos e do Camaquã, no Rio Grande do Sul, além das obras de defesa de Porto Alegre e Canoas.

A Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE) foi criada em agosto de 1979 e desempenha algumas funções semelhantes às das Superintendências de Desenvolvimento Regional das demais Regiões. As atribuições mais importantes da SERSE abrangem os campos de fomento ao desenvolvimento de áreas que não acompanharam o processo de desenvolvimento da Região como um todo, tais como o Norte Fluminense, o vale do Jequitinhonha, o norte do Espírito Santo, o vale do Ribeira e a Ponta do Paranapanema, e de participação no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos surgidos em decorrência desse mesmo processo de desenvolvimento.

A SERSE administra a execução do Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR), para o qual, em 1980, foram alocados recursos da ordem de 300 milhões de cruzeiros, destinados principalmente a obras de saneamento e aproveitamento hidroagrícola.

A SERSE supervisiona também o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais, que abrange a região economicamente mais deprimida do Estado, incluindo os vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus. Para esse Programa foram alocados 200 milhões de cruzeiros de recursos federais, principalmente para obras viárias e para ações de caráter social. Administra ela também a execução do POLOCENTRO no Estado de Minas Gerais, e participa dos trabalhos do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEEIVAP), que concluiu, em 1980, relatório com proposições de obras destinadas à recuperação do rio, visando principalmente ao controle da poluição urbana e industrial de suas águas.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, os trabalhos da SERSE, em 1980, centraram-se principalmente no acompanhamento da execução do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, que atendeu a 13 cidades em três dos Estados da Região.

A ação na Região Sudeste do DNOS, em 1980, abrangeu obras de saneamento ambiental em áreas urbanas de 14 cidades e em áreas rurais de diversas bacias de todos os Estados da Região, bem como obras de controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente no rio Paraíba, em Minas Gerais. Incluiu ainda o prosseguimento da barragem do Juturnaíba, no Rio de Janeiro, cuja conclusão, prevista para 1981, permitirá resolver os problemas de abastecimento de água da chamada Região dos Lagos, que compreende Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia e outras cidades turísticas. Mas a grande obra do DNOS na Região é o Projeto Rio, parte do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), realizado em articulação com o BNH, que visa à recuperação das áreas costeiras da baía da Guanabara, atual-

mente ocupadas por habitações sobre palafitas. Em 1980, foram realizadas obras de vulto na área que vai da Ponta do Caju à foz do Meriti, no Rio de Janeiro.

O Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, executado na Região sob acompanhamento da SERSE, já atinge 41 municípios, tendo sido atendidos mais de 26 mil migrantes.

5 -- TÓPICOS ESPECIAIS



5.1 — ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

5.1.1 — INTRODUÇÃO

Em permanente processo de atualização e aprimoramento, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) transformou em realidade, em 1980, grande parte das metas estabelecidas no seu Programa de Trabalho, com vistas à valorização do servidor e, conseqüentemente, à dignificação da função pública.

5.1.2 — *Medidas Vinculadas ao Pessoal Ativo*

5.1.2.1 — *Progressão Funcional*

O Decreto nº 84.669/80 deu nova regulamentação à progressão funcional: O novo sistema afastou o subjetivismo imperante na avaliação do servidor mediante introdução de critérios objetivos.

5.1.2.2 — *Enquadramento de Disponíveis e em Disponibilidade*

A Lei nº 6.781/80 corrigiu distorções, aplicando o Plano de Classificação de Cargos aos servidores de quadros e tabelas suplementares, nas mesmas condições em que foram enquadrados os servidores de igual categoria dos quadros e tabelas permanentes.

Estendeu-se o benefício aos servidores em disponibilidade por extinção do cargo ou declaração de sua desnecessidade, assim como aos redistribuídos como excedentes de lotação.

5.1.2.3 — *Revisão Salarial dos Tesoureiros e Fiéis de Tesouro (Lei nº 6.823/80)*

5.1.2.4 — *Criação e Retribuição da Categoria de Agente de vigilância (Decreto nº 85.354/80 e Lei nº 6.849/80)*

5.1.2.5 — *Retribuição de Grupos na Sistemática de Classificação de Cargos e Empregos do Serviço Civil dos Territórios (Lei nº 6.861/80)*

- 5.1.2.6 — *Contribuição Previdenciária sobre a Representação Mensal (Decreto-lei nº 1.773/80)*
 - 5.1.2.7 — *Criação e Retribuição do Grupo Atividades Específicas de Controle Interno (Decreto nº 85.233/80 e Lei nº 6.856/80)*
 - 5.1.2.8 — *Tabelas de Pessoal Regido Pela CLT*
 - 5.1.2.9 — *Cancelamento de Penas Disciplinares (Lei nº 6.879/80)*
 - 5.1.2.10 — *Criação de Quadro Especial na Carreira de Diplomata (Lei nº 6.859/80)*
 - 5.1.2.11 — *Contagem do Tempo de Serviço de Pessoal Retribuído à Conta de Dotação Global, extranumerário, Diarista ou Tarefeiro (Lei nº 6.890/80)*
 - 5.1.2.12 — *Revisão do Plano de Classificação de Cargos (estudo em curso em convênio com a Fundação Getúlio Vargas)*
- 5.1.3 — *Medidas Relativas a Inativos e Pensionistas*
- 5.1.3.1 — *Pensão Especial (Lei nº 6.782/80)*
 - 5.1.3.2 — *Incorporação da Gratificação de Raio X (Lei nº 6.786/80)*
 - 5.1.3.3 — *Proventos Mínimos*

A legislação previdenciária garante aos aposentados pelo INPS proventos não inferiores a 90% do salário mínimo, pelo que o Tribunal de Contas da União vem admitindo a aplicação desse percentual aos aposentados pelo Tesouro Nacional.

5.1.4 — *Recursos Humanos*

- 5.1.4.1 — *Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP (Lei nº 6.871/80)*

No contexto do desenvolvimento nacional, reveste-se de singular importância a figura do servidor público, como instrumento necessário à realização da política e dos objetivos do Governo.

5.1.4.2 — *Censo dos Servidores*

O censo sobre o funcionalismo civil, que vem sendo realizado com vistas a conduzir melhor a política de pessoal, já se encontra com sua primeira fase, concernente à coleta de dados, concluída.

5.1.5 — *Novo Estatuto do Servidor Público*

Processo deflagrado desde 1979, já se encontra em fase bem adiantada a elaboração de um novo Estatuto para os servidores públicos civis, com a colaboração e participação eficiente dos órgãos integrantes do SIPEC e das entidades representativas da classe, e com o suporte técnico da Fundação Getúlio Vargas.

Embora inspirado na Lei 1.711/52 e na CLT, o novo Estatuto não será uma simples combinação dos dois regimes conquanto deles venha a se aproximar. As regras gerais compendiadas definirão os direitos e vantagens, os deveres e obrigações dos servidores e regularão as suas relações jurídicas com o Estado.

5.1.6 — *Medidas Desburocratizantes*

5.1.6.1 — *Vedação da Exigência de Requerimentos*
(Decreto nº 84.404/80)

5.1.6.2 — *Supressão da Certidão do Tempo de Serviço*
(Decreto nº 84.440/80)

5.1.7 — *Plano de Aquisição de Casa Própria (PROHASP)*

Foi aprovado pelo Presidente da República, o Programa Habitacional para os Servidores Públicos Civis da União (PROHASP), proposto pelo Ministério do Interior e DASP.

5.1.8 — *Construção e Administração de Imóveis*

A Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (SUCAD) do DASP, elevada à condição de Órgão Autônomo em 1979 e dotada da necessária flexibilidade administrativa, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas por toda a Administração, desenvolveu suas atividades de forma satisfatória.

Entre as atividades mais significativas desenvolvidas no ano de 1980, na área de engenharia, podem-se destacar:

I — *Obras Públicas Concluídas* (5 Anexos do Tribunal Federal de Recursos, de 4 Ministérios e do Palácio do Planalto, além da construção de um armazém do SGM-Norte), no valor de Cr\$ 339 milhões.

II — *Obras em Andamento, orçadas em Cr\$ 3,9 bilhões*

a) *Públicas* (Anexos de 6 Ministérios, Auditório do MPAS, Centro de Formação do Servidor Público, Urbanização dos Anexos de 3 Ministérios, Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Geral da República e do Palácio do Planalto, Reforço da Fundação do Anexo do Ministério da Justiça e Almoxarifado do Tribunal Superior do Trabalho;

b) *Habitacionais* (13 Blocos e 17 Projeções em Superquadras).

No que diz respeito às áreas de administração imobiliária, destaca-se a movimentação objeto dos quadros abaixo:

IMÓVEIS ADMINISTRADOS

Localização	Número de Quartos				Total
	01	02	03	04	
Asa Sul	0016	0289	1551	0806	2.662
Asa Norte	—	0449	3661	0492	4.602
Cruzeiro	—	—	1613	—	1.613
Guará	—	0029	0097	0023	149
Taguatinga	—	—	0044	0006	050
Lago	—	—	—	—	043
TOTAL	0016	0767	6966	1327	9.119

RECUPERAÇÃO E REPAROS
SERVIÇOS CONCLUÍDOS

ANO	UNIDADES PRODUZIDAS	MÉDIA MENSAL
1976	1050	88
1977	2121	177
1978	2701	225
1979	7056	588
1980	7708	964

Recuperação: Restauração do imóvel devolvido, com vistas a nova ocupação.

Reparo: Eliminação dos problemas surgidos no imóvel ocupado.

5.1.9 — Serviços Gerais

A Secretaria de Serviços Gerais (SESG), durante o ano de 1980, prosseguiu nas tarefas que lhe foram cometidas pelo Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1977, no sentido da adoção de soluções abrangentes e de medidas que reflitam o consenso dos representantes das Unidades interessadas.

Dentro das atividades específicas da área de Serviços Gerais, merecem destaque as seguintes medidas:

I — Edifícios Públicos

Houve a realização de estudos, cadastramentos, simplificação de processos e uniformização de medições no setor de engenharia, relativamente a próprios da União.

Também em convênio com o Ministério da Fazenda vêm sendo conduzidos estudos sobre o Decreto-lei nº 185/67, que dispõe sobre reajustamentos dos preços contratados para obras e serviços.

II — Material

Acelerou-se a solução dos processos de alienação de material inservível, com a dispensa de uma série de procedimentos, até então exigidos pela Instrução Normativa nº 99/79, ora revogada.

Por outro lado, houve cadastramento, licitação e contratação de consultoria especializada para proceder a uma diagnose da situação atual e elaboração de projeto para a implantação do Subsistema de Material da área específica.

III — Transporte Oficial

Proseguindo no apoio ao Programa Nacional do Alcool, foi implantada, em colaboração com a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, sistemática que visa a um melhor acompanhamento do desempenho de veículos fabricados ou convertidos para o uso do etanol hidratado.

A fim de agilizar procedimentos, foram dispensadas da anuência do DASP as aquisições e alienações de veículos.

Com vistas à minimização do consumo de combustível, foram mantidos o controle e avaliação de custos operacionais de cerca de 28.000 veículos cadastrados no CONTRAN.

5.2 — DESBUROCRATIZAÇÃO

O Programa Nacional de Desburocratização tomou grande impulso durante o ano de 1980.

Instituído em julho de 1979, o Programa tem como objetivos principais simplificar e dinamizar o funcionamento da Administração Federal, reduzir a interferência do Governo na atividade privada e facilitar o atendimento aos usuários do serviço público. Na execução desses objetivos, adotou-se uma estratégia seletiva e gradual, conferindo-se prioridade à simplificação ou eliminação das exigências que afetam o maior número de pessoas.

5.2.1 — Principais Medidas

Entre as numerosas medidas adotadas durante o ano, merecem especial referência as seguintes:

- I — Isenção do imposto de renda à pessoa jurídica ou empresa individual cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a três mil ORTNs (Decreto-lei nº 1780, de 14.4.80). Tais empresas ficaram dispensadas de escrituração fiscal e contábil relativa ao imposto de renda. Foram beneficiadas cerca de 60% das empresas que declaram imposto de renda com base no lucro real. A medida buscou assegurar a sobrevivência das organizações de pequeno porte, geralmente de natureza familiar, que constituem entre nós a matriz do regime de livre-empresa. Registre-se, ainda, que a perda de receita decorrente não chegou a 1% da arrecadação federal, inferior, por certo, à economia administrativa obtida.
- II — Redução a zero da alíquota do IPI incidente sobre produtos típicos de empresas de pequeno porte (Decreto nº 84.634, de 14.4.80), com objetivos semelhantes aos do Decreto-lei nº 1780.
- III — Simplificação da obtenção de passaporte, aumento do prazo de sua validade, de 4 para 6 anos, e eliminação do visto de saída (Decreto nº 84.541, de 11.3.80).
- IV — Radical simplificação e agilização da transferência de recursos tributários arrecadados pela União e destinados aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios (Decreto-lei nº 1805, de 1.10.80). As parcelas ou quotas-partes passarão a ser *automaticamente* entregues aos destinatários pelo Banco do Brasil, observados os percentuais de distribuição ou índices de rateio definidos pelos órgãos federais competentes.
- V — Instituição do Certificado de Regularidade Jurídico-Fiscal (Decreto nº 84.701, de 13.5.80). O CRJF, com validade de doze meses, foi adotado para substituir a apresentação sistemática de cerca de trinta documentos exigidos em cada licitação pública.
- VI — Simplificação da prova de quitação de tributos, anuidades e obrigações (Decreto nº 84.702, de 13.5.80). A prova poderá ser feita por certidão ou simples recibo, admitida a cópia autenticada e vedada a exigência de certidão com destinação limitada e específica.
- VII — Ampliação dos prazos de validade dos exames médicos para habilitação e renovação de carteiras de motoristas (Resolução nº 563/80 do CONTRAN). O primeiro exame será válido até os 40 anos de idade, sendo exigida, daí em diante, a renovação de 10 em 10 anos, até os 60 anos de idade, e a partir daí, de 5 em 5 anos.

- VIII — Autorização legal para que o Poder Executivo determine o não-ajuizamento, pela União, suas autarquias e empresas públicas de ações de valor igual ou inferior a 20 ORTNs (Decreto-lei nº 1973, de 23.6.80). A medida permitirá substancial descongestionamento da Justiça Federal, sem prejuízo para a União.
- IX — Expedição do Decreto-lei nº. 84.585, de 24.3.80, que veio garantir a fiscalização do cumprimento do programa por parte dos órgãos federais, ao permitir que, em face de reclamação do usuário, o Ministro possa dirigir-se diretamente ao órgão reclamado, que dará atendimento urgente e prioritário às suas solicitações de informações. Segundo o decreto, sempre que se tratar de inobservância de leis ou decretos auto-executáveis, o órgão reclamado deverá ajustar seus procedimentos imediatamente, sem necessidade de prévia comunicação ao órgão a que estiver subordinado.

Muitas das medidas a serem adotadas no âmbito do Programa dependem da alteração de leis federais. Um paciente exame dessas leis tem sido realizado e, já durante o ano de 1980, 7 projetos de lei foram encaminhados ao Congresso Nacional. Desses, 5 já foram aprovados e sancionados, merecendo especial citação, por seu profundo significado social, a Lei nº 6.858, de 24.11.80, que veio dispensar a realização de inventário ou arrolamento para recebimento de pequenas heranças de origem salarial, alimentar ou assemelhável, tais como saldos de salários, FGTS, PIS-PASEP, restituições de imposto de renda e, até o limite de 500 ORTNs, os saldos de contas bancárias, cadernetas de poupança e fundos de investimentos. A lei, que não abrange os bens imóveis, beneficiará sensivelmente as famílias mais humildes, além de descongestionar o Judiciário.

5.2.2 — Desburocratização do Judiciário

A elaboração de projetos de lei especificamente voltados para a desburocratização da Justiça vem constituindo, aliás, importante tarefa a que se tem dedicado o Ministro para a Desburocratização e sua equipe, em articulação com o Ministro da Justiça. O Judiciário vem manifestando interesse por esse esforço, que conta com a cooperação de magistrados e advogados.

5.2.3 — Programas Estaduais e Municipais

O processo de desburocratização impõe a eliminação de exigências e formalidades de origem estadual e municipal, fora, portanto, da competência do Ministro. Grande esforço vem sendo feito no sentido de induzir os Governos Estaduais e Municipais a criar Programas idênticos ao Federal. Como conseqüência, em 18 Estados, nas principais

capitais e nos municípios mais populosos já foram instituídos Programas de Desburocratização e adotadas medidas simplificadoras inspiradas nas federais.

5.2.4 — *Divulgação e Participação*

Durante o ano, o Ministro e os membros de sua reduzida equipe realizaram mais de 200 palestras, em órgãos da Administração, Universidades e Associações de classe, levando a todo o País a mensagem do Programa, num trabalho de esclarecimento e conscientização de amplo efeito multiplicador. Com o mesmo objetivo tem sido distribuído material de divulgação, inclusive programas audiovisuais destinados ao treinamento de servidores nos diversos níveis da Administração Federal.

Com a colaboração do Projeto Rondon foi possível levar a mensagem do Programa aos municípios mais distantes do País, num total de 500, e foram realizadas pesquisas-piloto sobre a qualidade do atendimento ao público em repartições de cinco capitais de Estados e do Distrito Federal.

5.2.5 — *Alguns Números*

Ao final do ano, era possível estimar em mais de 400 milhões por ano o número de exigências e documentos abolidos pelo Programa, atingindo mais de 3 mil o número de delegações de competência já baixadas no âmbito da Administração Federal, a partir da instituição do Programa Nacional de Desburocratização.

5.3 — POLÍTICA EXTERNA

5.3.1 — *América Latina*

Através de múltiplas visitas de altas autoridades e contactos vários, intensificaram-se durante o ano atividades com vistas a estreitar os laços de bom entendimento e crescente cooperação com os diversos países irmãos da América Latina.

As relações entre o Brasil e a Argentina alcançaram intensidade expressiva no decorrer de 1980, com o fortalecimento da atmosfera de franqueza e confiança recíprocas e o desenvolvimento de um diálogo profícuo. A visita oficial que o Presidente da República realizou a Buenos Aires, retribuída pela viagem que fez ao Brasil o Presidente Jorge Rafael Videla, constituíram-se em marcos significativos do entendimento que prevalece no relacionamento bilateral e das perspectivas concretas de cooperação brasileiro-argentina.

Nessas ocasiões, foram celebrados acordos em diversos campos, entre os quais cumpre salientar o acordo para o desenvolvimento e a aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear; o tratado para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do rio Uruguai e de seu afluente o rio Pepiri-Guaçu; o acordo que cria grupo técnico misto para estudar as possibilidades de fornecimento de gás argentino ao Brasil; o acordo relativo à ponte sobre o rio Iguazu; e o acordo de cooperação científico-tecnológica nas áreas de telecomunicações, pesquisa científica, pesquisa agropecuária e reflorestamento.

Atendendo a convite dos Comandantes-em-Chefe da Armada e da Força Aérea da Argentina, respectivamente, visitaram oficialmente aquele país os Senhores Ministros da Marinha e da Aeronáutica. O Ministro da Economia da Argentina esteve em Brasília, onde manteve conversações com o Presidente da República e com o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento.

Durante a visita realizada pelo Presidente da República ao Paraguai, foi celebrado o Tratado de Interconexão Ferroviária entre os dois países, o qual permitirá a ligação do Paraguai a instalações portuárias do Brasil no Oceano Atlântico. Foram também assinados dois contratos de interligações elétricas. O Presidente Stroessner empreendeu visita a Goiânia, por ocasião da Exposição Agropecuária de Goiás, e, posteriormente, o Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai visitou o Brasil. Em Foz do Iguazu, o Ministro da Saúde do Brasil, Doutor Waldyr Arcoverde, encontrou-se com seu colega paraguaio, Doutor Adan Godoy Jimenez, e considerou novas medidas no contexto da implementação do Acordo de Cooperação Sanitária entre o Brasil e o Paraguai.

As relações com o Chile foram significativamente marcadas por visitas de alto nível. Durante a viagem que o Presidente da República fez a esse país, além da Declaração Conjunta, foram assinados acordos bilaterais em matéria de previdência social, transporte marítimo, turismo e cooperação técnica e científica, bem como um Memorando de Entendimento sobre cooperação no campo da utilização da energia nuclear para fins pacíficos e um acordo de intenção para evitar a dupla tributação. Simultaneamente à visita presidencial, efetuou-se o Encontro Empresarial Brasileiro-Chileno, do qual participaram mais de centena e meia de empresários brasileiros. Anteriormente, o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro também visitara oficialmente o Chile.

O Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro de Estado da Marinha, visitou o Chile, bem como o Ministro do Exército, General Walter Pires, na qualidade de Chefe da Delegação que representou o Brasil nas festividades comemorativas do aniversário da Independência daquele país.

As relações entre o Brasil e o Uruguai prosseguiram em clima de entendimento e cooperação. Visitou oficialmente a cidade de Brasília o

Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Embaixador Adolfo Folle Martínez. Esteve em Montevideú, representando o Governo brasileiro nas comemorações do sesquicentenário da Constituição uruguaia de 1830, o General Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado-Maior do Exército. Atendendo a convite do Ministro da Aeronáutica, visitou o Brasil o Comandante-em-Chefe da Força Aérea Uruguaia. O Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, a convite do Comandante-em-Chefe da Armada uruguaia visitou o Uruguai.

Ao mesmo tempo que se reforçavam os laços bilaterais, procedeu-se, em 1980, à dinamização dos contatos no campo da cooperação regional com os países que compõem, com o Brasil, a área amazônica: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Logo no início do ano, o Chanceler Saraiva Guerreiro participou, em Lima, de reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Grupo Andino (Conselho Andino), atendendo a convite de que fora portador o Presidente Francisco Morales Bermúdez, do Peru. Foi essa a primeira reunião do Conselho com um Chanceler de país não-andino. A fim de institucionalizar os vínculos que unem o Brasil ao Grupo Andino, assinou-se um Memorando de Entendimento, que estabeleceu mecanismo permanente de troca de informações, consulta e coordenação entre o Brasil e os países andinos em nível de Chanceleres e em outros níveis.

Em 2 de agosto, entrou em vigor o Tratado de Cooperação Amazônica e, no mesmo mês, o Governo brasileiro, depositário do Tratado, expediu convites aos demais Governos co-sinatários para a realização da I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual viria a ocorrer em Belém do Pará. Na sessão solene de encerramento, foram assinadas a Declaração de Belém e a Ata Final da reunião, com as diretrizes que nortearão as atividades a se desenvolverem sob a égide do Tratado, nas áreas de investigação conjunta em ciência e tecnologia, de cooperação em matéria de desenvolvimento regional, com estudo para a criação de um Fundo de Pré-Investimento, de estudo sistemático e completo do potencial dos rios amazônicos, e de coordenação dos planejamentos nacionais para a implantação de uma infra-estrutura física adequada de transportes e telecomunicações.

O Ministro de Relações Exteriores da Nicarágua visitou o Brasil, ocasião em que expôs a situação de seu país, e agradeceu a ajuda e cooperação recebidas para projetos de reconstrução da economia nacional. O Governo brasileiro recebeu, também, o Chanceler de El Salvador, que apresentou retrospecto histórico da situação política de seu país e indicou os objetivos principais de seu Governo. Visitou igualmente o Brasil o Vice-Presidente da Guatemala. Na cidade do Pana-

má, realizou-se a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Panamá, ocasião em que se estabeleceram parâmetros adequados para uma cooperação mais intensa entre ambos os países. Visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Trinidad e Tobago. Esteve igualmente no Brasil missão trinitária em nível ministerial.

Prosseguindo no seu esforço de aproximação com os países caribenhos que recentemente alcançaram sua independência, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Ajuda humanitária, na forma de doação de remédios, foi prestada à Jamaica, Haiti e Santa Lúcia.

A convite do Governo brasileiro, visitou oficialmente o Brasil o Presidente mexicano José Lopes Portillo. No campo político, onde foram identificadas numerosas áreas de convergência entre os dois países, decidiu-se dar novo impulso às relações bilaterais, ficando acordada a realização periódica de reuniões em nível diplomático, a fim de passar em revista temas internacionais. No terreno econômico, a visita do Mandatário mexicano possibilitou entendimentos e decisões que conferem decidido apoio governamental ao esquema de cooperação econômica e industrial, ora em fase de implementação. Acordou-se ainda o fornecimento de quantidades adicionais de petróleo mexicano ao Brasil.

5.3.2 — África

O ano de 1980 caracterizou-se por intensa e variada atividade diplomática com vistas ao desenvolvimento e consolidação das relações do Brasil com os países da África Subsariana, em decorrência da importância atribuída ao nosso relacionamento com o continente africano nos mais diversos setores.

No âmbito das iniciativas políticas, sobressai a viagem empreendida pelo Chanceler Saraiva Guerreiro à Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Angola. O Ministro da Agricultura do Brasil e Força-Tarefa da Marinha visitaram a Costa do Marfim. O Brasil participou, como observador, dos trabalhos da Reunião de Chefes de Estado da Comissão do Rio Níger. Destacam-se, ainda, missão brasileira a Salisbúria, por ocasião das solenidades de independência do Zimbábue, bem como a missão de cooperação técnica à República de São Tomé e Príncipe.

Atendendo a convite dos países da "linha de frente", o Brasil fez-se representar na segunda Conferência de Cooperação do desenvolvimento do Sul da África, realizada em Maputo, e convocada com o objetivo de coordenar projetos e medidas que visam a desvincular esses países das estruturas herdadas do período colonial.

Quanto às Missões recebidas, registrem-se a visita realizada pelo Presidente da República Popular Revolucionária da Guiné, acompanhado de sete Ministros de Estado; a do Presidente da Guiné-Bissau; a

do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde; e a dos Comissários de Estado do Comércio e Indústria e Artesanato, e dos Transportes da Guiné-Bissau. De alto nível foram ainda as missões chefiadas pelo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo e a do Governador do Banco Central de Moçambique, ambos com hierarquia de Ministro de Estado.

Estiveram no Brasil dezesseis Missões de alto nível da Nigéria, país que, em 1980, se tornou o primeiro parceiro comercial brasileiro na África.

Visitaram também o Brasil o Chefe do Estado Maior Adjunto da Força Aérea do Gabão, à frente de missão militar, o Ministro da Indústria e do Turismo e o Ministro das Relações Exteriores da República Popular do Congo. Realizaram-se, em Brasília, reuniões das Comissões Mistas Brasil-Senegal e Brasil-Zaire, tendo sido as delegações daqueles países chefiadas, respectivamente, pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Secretário de Estado para Cooperação Internacional. Do Mali, foi recebido o Ministro do Desenvolvimento Industrial, e do Benin, o Ministro do Planeamento. Da Tanzânia, recebeu-se visita do Secretário Geral do Ministério de Construção da Nova Capital.

Durante o ano de 1980, foi criada a Embaixada em Salisbúria, cumulativa com Maputo, e instalada a Embaixada em Dar-Es-Salaam com a consequente designação de Embaixador residente na capital tanzaniana. O leque da presença diplomática brasileira no continente foi ainda ampliado com o estabelecimento de relações diplomáticas com Burundi, República Popular do Congo e Ruanda.

5.3.3 *Oriente Próximo*

Intensificaram-se as relações com os países da África Setentrional e do Oriente Próximo. O Brasil recebeu delegações da Argélia, Arábia Saudita, Coveite, Egito, Emirados Árabes Unidos e Iraque, e as visitas oficiais do Primeiro Ministro do Marrocos, do Ministro do Comércio da Arábia Saudita, do Ministro do Petróleo e Recursos Minerais dos Emirados Árabes Unidos, do Ministro das Finanças do Coveite e do Ministro da Irrigação do Iraque, enviado especial do Presidente da República desse país. Em Brasília, reuniu-se pela segunda vez a Comissão Mista Brasil-Líbia. Chefiaram as respectivas delegações o Ministro de Estado interino das Relações Exteriores e o Secretário do Comitê Geral Popular da Habitação da Líbia. O Ministro da Indústria e do Comércio visitou o Coveite, quando presidiu à assinatura de empréstimo ao BNDE, e o Iraque, ocasião em que entregou mensagem do Presidente da República ao Chefe de Estado daquele país. Nos foros internacionais o Brasil manteve sua posição de apoio aos princípios da não intervenção e autodeterminação, ao direito do povo palestino a uma pátria e ao direito de todos os povos da região a existir dentro de

fronteiras internacionalmente reconhecidas. O conflito entre Iraque e Irã foi acompanhado com especial atenção pelo Brasil, que expressou a esperança de que pudessem chegar a uma fórmula passível de conciliar seus interesses e de conduzir ao fim as atividades bélicas.

5.3.4 - *Estados Unidos e Canadá*

Realizou-se, em Brasília, a VII Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-EUA, no contexto do Memorando de Entendimento de 1976. Ainda no âmbito do referido Memorando, realizou-se em Washington reunião das equipes de planejamento político dos dois países.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou oficialmente o Canadá. Realizou-se, em Brasília, a II Reunião do Subgrupo Brasil-Canadá sobre Agricultura. Também em Brasília se realizou a I Reunião do Subgrupo de Cooperação Industrial. Em Ottawa, realizou-se a Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá sobre Relações Comerciais e Econômicas, organismo a cujo âmbito pertencem os dois subgrupos acima mencionados.

5.3.5 *Europa Ocidental*

Experimentaram impulso as relações do Brasil com os países da Europa Ocidental, em seu conjunto. Registrou-se considerável aumento dos contatos em todos os níveis e setores de atividades.

Destacou-se a visita do Papa João Paulo II ao Brasil.

Tiveram particular importância as visitas do Ministro das Relações Exteriores a Bonn e Bruxelas. Também relevantes foram as visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria; do Vice-Primeiro Ministro, Ministro das Relações Exteriores, da Economia e da Justiça do Grão-Ducado do Luxemburgo; do Secretário de Estado do Comércio Exterior do Reino Unido; do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido; do Secretário de Estado junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da França; do Secretário de Estado do Ministério do Comércio Exterior da Suécia; e do Chefe das Forças Armadas da Dinamarca. Registraram-se ainda as visitas do ex-Primeiro Ministro Britânico, Edward Heath; dos alunos do Royal College of Defense Staff, do Reino Unido; além de três missões parlamentares do RFA e de parlamentares suecos.

Realizaram-se as seguintes reuniões de Comissões Mistas: Brasil-Dinamarca; Brasil-Noruega; e Brasil-RFA.

Foram assinados os seguintes atos internacionais:

- I — Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil-Espanha;
- II — Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Brasil e os Países Baixos, que cria Comissão Mista.

5.3.6 - Europa Oriental

O relacionamento do Brasil com os países socialistas da Europa ampliou-se e diversificou-se de forma significativa, embora sua tônica principal continue a ser o incremento do intercâmbio comercial. Visou-se a incentivar as exportações para a área, diversificá-las, através da inclusão gradativa de produtos manufaturados e semimanufaturados, e desenvolver novos mecanismos de comércio, mais adaptados à forma de operar daqueles países no comércio exterior. Paralelamente, começou a ser executada uma gradual e seletiva reorientação de importações da área do Leste Europeu.

Visitaram o Brasil o Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Hungria; o Vice-Secretário Federal dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia; o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS; e o Ministro da Cooperação com os Países em Desenvolvimento da Iugoslávia. Esteve no Brasil em visita oficial, a convite da Câmara dos Deputados, delegação parlamentar da URSS. Em retribuição, o Presidente da Câmara dos Deputados Flávio Marcflio, acompanhado de comitiva, visitou a URSS.

Vale ainda ressaltar visitas de personalidades tais como o Ministro do Comércio Exterior da Tchechoslováquia; o Secretário de Estado e Membro do Conselho de Ministros da RDA; e o Vice-Ministro da Marinha Mercante da URSS; o Vice-Ministro do Ferro e do Aço da URSS; o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia; o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Bulgária; o Ministro-Secretário de Estado do Comércio Exterior da Romênia; o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Romênia; o Diretor-Geral do Comércio Exterior da RDA; e o Diretor-Geral do Comércio Exterior da Tchechoslováquia.

Por ocasião do falecimento do Marechal Josip Broz Tito, em maio, foi enviada missão especial às exéquias do Presidente iugoslavo, chefiada pelo General-de-Exército José Ferraz da Rocha, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Devem ainda ser registradas as visitas do Ministro das Minas e Energia à Polônia e à Tchechoslováquia, e do Secretário-Geral da Fazenda à Polônia. Visitaram também o Leste Europeu missões comerciais de companhias estatais e de firmas privadas, que exploraram perspectivas concretas de cooperação bilateral, inclusive no setor energético. Foram assinados acordos de cooperação, em nível empresarial, entre a Confederação Nacional da Indústria e as Câmaras de Comércio e Indústria da Bulgária e da Romênia, bem como com a Câmara de Comércio Exterior da RDA.

Realizaram-se reuniões de Comissões Mistas com a Polônia, a Bulgária, a Romênia, a RDA, a Hungria e a Iugoslávia e sobre Transportes Marítimos com a URSS.

No tocante à promoção comercial no Leste Europeu, foi sensivelmente ampliada a participação do Brasil nas feiras internacionais da região (Salima, Leipsig, Brno, Poznan, Bucareste, Zagreb, Budapeste, Plovdiv e Moscou), além de ser melhor estruturado o apoio aos empresários nacionais, através da criação de setores comerciais em todos os postos da Europa Oriental. Começaram a operar no Leste Europeu, em apoio ao Setor Comercial externo, uma representação do Banco do Brasil, em Varsóvia, e escritórios da Interbrás, em Berlim, e da CO-BEC, em Praga. Finalmente, foram regulamentados os Escritórios Comerciais da Polônia, da Bulgária e da Hungria no Brasil.

5.3.7 - Ásia e Oceania

Visitou o Brasil missão de importadores japoneses organizada pelo Ministério do Comércio Internacional e Indústria do Japão e composta de cerca 120 membros, entre empresários e altos funcionários governamentais. Visitou o Japão o Ministro-Chefe da SEPLAN. Na oportunidade foram concluídos os entendimentos finais para a execução dos projetos ALBRÁS/ALUNORTE e ficou praticamente definido o contrato de compra, por siderúrgicas japonesas, de 13 milhões de toneladas de minérios de ferro de Carajás. Foram ainda mantidos entendimentos sobre a participação japonesa em outros empreendimentos brasileiros.

Realizou-se em Pequim a Primeira Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China. Na oportunidade, foi assinado acordo referente à oferta feita pelo Banco do Brasil ao Banco da China de linha de crédito de 100 milhões de dólares. Visitou a China missão do BRASILINVEST. Ressalte-se, igualmente, a vinda ao Brasil de várias delegações chinesas. Foi ainda inaugurada uma agência do Banco do Brasil em Macau.

Com relação aos países da Associação das Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN), Indonésia, Filipinas, Malásia, Tailândia e Cingapura, cabe mencionar a vinda ao Brasil, no corrente ano, de quatro missões indonésias de alto nível, interessadas em conhecer os programas brasileiros nos setores relacionados à agricultura, à previdência social, à energia e ao programa de colonização na região amazônica. O primeiro Embaixador do Brasil residente em Cingapura apresentou credenciais ao Governo daquele país.

Visitou a Índia e o Sri Lanka missão comercial brasileira, chefiada pelo Secretário-Executivo da Confederação Nacional do Comércio, a qual procurou identificar as possibilidades de incremento das relações comerciais e de cooperação entre aqueles países e o Brasil. Missão cingalesa esteve no Brasil para conhecer as atividades brasileiras no âmbito do Programa Nacional do Alcool. Esteve no Brasil o Ministro das Finanças e do Planejamento de Sri Lanka.

Delegação parlamentar australiana visitou o Brasil, tendo mostrado especial interesse quanto à fabricação de veículos movidos a álcool. Delegação chefiada pelo Presidente da CVRD visitou a Austrália.

5.3.8 — *Organismos Internacionais*

5.3.8.1 — *Organização das Nações Unidas — ONU*

De acordo com a tradição, o Chefe da Delegação do Brasil, Chanceler Saraiva Guerreiro, abriu o debate geral na XXXV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. A Delegação, a exemplo dos anos anteriores, contou com observadores parlamentares. Um indicativo da atuação brasileira e do equilíbrio de nossas posições é o fato de o Brasil, que já integra diversos outros órgãos internacionais, ter sido eleito ou reeleito, em 1980, para os seguintes órgãos: Comissão de Direitos Humanos, Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Comitê de Recursos Naturais, Comissão de Estatística, Comitê de Programa e Coordenação, Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP), Comitê de Contribuições e Junta de Desenvolvimento Industrial da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

A declaração da década de 80 como Década do Desarmamento coincide com a atividade do Brasil nesse campo, principalmente através da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e do Comitê sobre Desarmamento. Atribuiu-se especial atenção à proibição de armas químicas, à segurança dos países não-nuclearmente armados, ao programa geral de desarmamento e à proibição de novas armas de destruição em massa. Também contribuiu o Brasil para que se chegasse, em reunião especializada, a uma convenção sobre proibições ou restrições de certas armas convencionais que possam ter efeito indiscriminado ou provocar ferimentos desnecessários. Foi enviado observador à 2ª Conferência de avaliação do Tratado sobre não-proliferação de armas nucleares, do qual o Brasil não é signatário. A reunião deixou de apresentar resultados, dada a reticência das potências nucleares em facilitar a transferência de tecnologia para fins pacíficos aos demais países e tomar os passos para desarmamento nuclear a que estavam comprometidas pelo Tratado.

A III Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar reuniu-se em sua IX Sessão, tendo-se verificado progressos na elaboração do anteprojeto, ainda informal, da convenção que poderá vir a regular todos os usos em toda a extensão dos oceanos. A Delegação do Brasil contou com a colaboração de observadores parlamentares. O Chanceler Saraiva Guerreiro compareceu à Câmara dos Deputados, onde prestou esclarecimentos sobre as posições defendidas pelo Brasil.

O Brasil participou ainda da Conferência Mundial que marcou a metade da Década das Nações Unidas para a Mulher — Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Na área dos direitos humanos, o Brasil tomou parte na XXXVI Sessão da Comissão de Direitos Humanos e enviou observador à Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias. A Sexta Sessão Especial da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas e a segunda Conferência das Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos foram os eventos principais a que compareceu o Brasil no domínio do combate aos tóxicos. Registrou-se ainda a presença do Brasil no Sexto Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes. Em matéria de meio-ambiente, prosseguiu a ação do Brasil, na VIII Reunião do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e em encontros especializados, no sentido de melhor conjugar a preservação da natureza com o direito soberano de cada Estado a conduzir o processo de desenvolvimento.

O Brasil participou da Sessão de Emergência da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao problema palestino. Nessa como em outras oportunidades, no quadro de suas relações bilaterais e multilaterais, o Brasil reiterou seu apoio aos esforços no sentido de uma solução justa e abrangente para a questão do Oriente Médio baseada, *inter alia*, no direito de todos os povos e países da região de viverem dentro de fronteiras reconhecidas e no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino à autodeterminação e independência.

Na Sessão de Emergência da Assembléia Geral, convocada para examinar a questão do Afeganistão, o Brasil baseou sua atuação na defesa dos princípios de autodeterminação, não-intervenção e não-uso da força. Apoiou resolução que pede a retirada de todas as tropas estrangeiras do território afegão.

Na Assembléia Geral e em vários outros foros, o Brasil continuou a prestar decidido apoio às resoluções que condenam a África do Sul pela prática do «apartheid», pelas agressões aos países vizinhos e pela ocupação da Namíbia, que consideramos ilegal, em conjunto com a comunidade internacional.

O Brasil se fez representar, na XXXIII Assembléia Mundial de Saúde, na LXVI Conferência Internacional do Trabalho, na XVI Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na 35ª Sessão do Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior e na Conferência Mundial do Turismo.

O Brasil integra atualmente os órgãos deliberativos do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Conselho da FAO, do Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial (OMM), tendo participado das sessões anuais regulares desses órgãos.

Em 1980, o Brasil foi reeleito para mais dois órgãos deliberativos de organismos internacionais especializados: o Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

5.3.6.2 — *Organização dos Estados Americanos OEA*

Durante o ano de 1980, os principais fatos políticos, sobre os quais se manifestou a Organização dos Estados Americanos, foram a invasão da Embaixada da República Dominicana em Bogotá e o movimento militar ocorrido na Bolívia. No primeiro caso, a OEA realizou sessão, na qual se aprovou, por consenso, resolução que repudiou o referido ato de terrorismo e expressou a confiança dos Estados-membros em que o Governo colombiano saberia preservar a integridade, bem como lograr a libertação, dos agentes diplomáticos seqüestrados e mantidos como reféns. Quanto ao segundo episódio, foi convocada sessão extraordinária do Conselho Permanente, para considerar a situação dos Direitos Humanos na Bolívia. Nesta reunião, foi aprovada resolução que expressa preocupação da maioria dos Estados membros da OEA com relação à situação dos direitos humanos naquele País.

Por ocasião do X Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, voltou a ser dominante nos debates o tema referente à situação dos direitos humanos na América Latina e no Caribe. Tratou-se também das condições financeiras da Organização e deu-se seguimento aos trabalhos preparatórios da Assembléia Geral Extraordinária sobre Cooperação para o Desenvolvimento, prevista para 1981, em Montevideú.

5.3.8.3 — *Associação Latino-Americana de Livre Comércio* — *ALALC/Associação Latino-Americana de Integração* — *ALADI*

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o ano de 1980 foi marcado pela realização de uma série de reuniões cujo cronograma foi estabelecido para atender: 1º) à proximidade do prazo (31 de dezembro de 1980) estipulado pelo Protocolo de Caracas, de 1969, para o aperfeiçoamento da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideú — 1960; e 2º) à necessidade imperiosa de reestruturar a Associação em bases mais realistas e flexíveis.

Realizaram-se duas reuniões preparatórias; uma Conferência Extraordinária, na qual foram adotadas resoluções que aprovaram, como recomendação aos Governos, o texto do projeto do Tratado Constitutivo da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o embasamento jurídico da nova Associação; e uma reunião do Conselho de Ministros da ALALC, na qual o referido projeto foi sancionado pe-

los Chanceleres de todos os países-membros, seguida de Reunião Intergovernamental, onde o Tratado de Montevideu-1980 foi subscrito. O referido ato internacional já foi submetido ao Congresso, para efeitos de ratificação.

Em síntese, o novo diploma legal visa a promover a integração das economias latino-americanas através de acordos: a) de alcance parcial — que tendam progressivamente à multilateralização — e b) de alcance regional. No novo esquema, a criação de uma área de preferências econômicas constituirá a primeira etapa para o estabelecimento gradual de um Mercado Comum Latino-americano.

A renegociação do "Patrimônio Histórico" (concessões negociadas ao amparo dos instrumentos jurídicos vigentes até aqui) teve início em outubro. Atribuiu-se prioridade às reuniões com os membros do Pacto Andino que defendiam a posição de que as concessões reciprocamente outorgadas expirariam com o Tratado de Montevideu. Posteriormente, realizou-se a XX Conferência Extraordinária das partes Contratantes da ALALC para a avaliação e possível convergência dos acordos parciais alcançados. O prazo para a renegociação entre os países não-andinos foi prorrogado até 31 de dezembro de 1981.

5.3.9 *Temas econômicos*

Realizou-se a XI Assembléia Geral Especial das Nações Unidas com o objetivo de lançar as "Negociações Globais", nova forma do "Diálogo Norte-Sul", e discutir a Estratégia Internacional para o Desenvolvimento. O Brasil participou ativamente dessas negociações. Com referência às "Negociações Globais", não se chegou a um acordo. Prevaleceu a divergência entre países em desenvolvimento e desenvolvidos sobre a agenda e sobre procedimentos de negociação. Até a interrupção em dezembro da XXXV Assembléia Geral da ONU, foro ao qual o assunto foi remetido, tampouco verificou-se o desejado acordo. O Presidente da XXXV Assembléia Geral foi encarregado de realizar sondagens sobre o assunto e de reconvocar a XXXV Sessão para discutir mais uma vez o tema.

Com relação à Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, houve consenso em torno de um texto adotado pela XXXV Assembléia Geral da ONU.

Concluiu-se a Conferência das Nações Unidas sobre Práticas Comerciais Restritivas e aprovou-se, por consenso, um conjunto de regras e princípios, ou códigos, sobre práticas comerciais restritivas, completando, assim, um processo negociador que se iniciou em 1968, na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O Brasil foi um dos principais porta-vozes do «Grupo dos 77» nesta negociação. O documento recolhe as preocupa-

ções centrais dos países em desenvolvimento na matéria e condena certas práticas de subsidiárias de empresas transacionais que afetam adversamente o desenvolvimento econômico desses países.

O Brasil participou da Conferência Diplomática sobre a Revisão da Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), onde se procurou estimular a capacidade dos países em desenvolvimento de absorverem tecnologia patenteada. Frustraram-se, entretanto, as expectativas dos países receptores de tecnologia em vista do impasse processual, que logo se formou entre os grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, sobre o sistema de votação do ato final de revisão. Em consequência, a OMPI, por intermédio de seu órgão competente (União de Paris), proporá, oportunamente, as datas para uma nova sessão da Conferência Diplomática, que deverá realizar-se em 1981.

O Brasil participou da Terceira Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (III UNIDO).

Participou o Brasil, na Venezuela, da VI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, órgão principal do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Procurou-se, nessa reunião, definir uma posição conjunta latino-americana em relação aos grandes temas ora em debate nos principais foros internacionais, a saber: Negociações Globais, Nova Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, código de conduta para empresas transacionais e para a transferência de tecnologia. Realizou-se, em setembro, a I Reunião do Comitê de Ação do SELA para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, em sua sede, no Rio de Janeiro.

A nível bilateral, foi realizada em 1980 uma série de negociações com vistas a atenuar as pressões protecionistas sobre as exportações brasileiras. Assim, foi formalizada a conclusão do Acordo Bilateral sobre as Exportações de Certos Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia, com vigência de dois anos, a partir de 1º de setembro de 1980. Com os Estados Unidos da América, entre outras matérias, foi resolvida a questão da imposição de direitos compensatórios sobre nossos produtos têxteis. Prevaleceu a tese brasileira de que, com as medidas econômicas do Governo brasileiro de 7 de dezembro de 1979, os subsídios que agora incidem sobre as exportações são apenas residuais. Foi assinado um Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e Comunidade Econômica Européia, ora em apreciação pelo Congresso Nacional, e que, tão logo entre em vigor, deverá substituir o atual Acordo Comercial. No plano das relações comerciais com a Argentina, foram mantidos contatos no intuito de assegurar a continuidade de correntes de exportações brasileiras que foram ou poderão ser afetadas pela imposição de direitos compensatórios naquele país, como decorrência de investigações sobre a incidência de subsídios.

Como Parte Contratante do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio — GATT, o Brasil deu início à implementação de alguns acordos multilaterais negociados durante as Negociações Comerciais Multilaterais (Rodada de Tóquio), concluídas em 1979. É o caso do Acordo sobre subsídios e sobre Medidas Compensatórias, do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, do Acordo Anti-Dumping e do Acordo sobre o Comércio de Carnes. Foram enviados à consideração do Congresso Nacional dois outros resultados das referidas negociações, a saber, o Acordo sobre Valoração Aduaneira e uma relação de concessões tarifárias brasileiras. O conjunto desses instrumentos internacionais representa vantagens para o Brasil em termos de maior normalização dos procedimentos das Partes Contratantes do GATT em matéria de comércio internacional. As obrigações brasileiras neste contexto estão, em grande número de casos, qualificadas por dispositivos de tratamento mais favorável a países em desenvolvimento, negociados por ocasião da Rodada de Tóquio.

Foram acionadas, pela primeira vez, as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café de 1976, mediante a aprovação, pelo Conselho da Organização Internacional do Café, de medidas relativas às quotas de exportação, à faixa de preços e ao sistema de controles. Constituiu-se, no âmbito do GATT, um painel encarregado do exame da controvérsia entre o Brasil e a Espanha a respeito de novo regime tarifário espanhol para importações de café. Sobre o mesmo tema, foi criada, por decisão do Conselho da Organização Internacional do Café, uma Comissão Consultiva.

Tiveram prosseguimento as negociações do novo Acordo Internacional do Trigo, com o exame de texto alternativo, elaborado pelo Secretariado do Conselho Internacional do Trigo, que busca apresentar soluções sobre os pontos a respeito dos quais não foi possível obter um entendimento ao longo destes cinco anos de negociações.

No setor de saúde animal, concluíram-se as negociações entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e alguns países latino-americanos exportadores de carne, entre os quais o Brasil, com a aprovação de um programa de cooperação para a erradicação da febre aftosa na América Latina.

No âmbito da FAO prosseguiram as negociações para fomento da cooperação internacional no comércio dos produtos oleaginosos, com a realização da 14.^a Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras. A reunião adotou diretrizes destinadas a evitar a imposição de novas barreiras tarifárias ou não tarifárias à entrada das oleaginosas nos mercados consumidores e a reduzir ou eliminar os entraves já existentes.

O Brasil assinou e apresentou declaração de que aplicaria provisoriamente, dentro dos limites dos procedimentos constitucionais brasileiros, o Acordo Internacional da Borracha Natural de 1979.

Tiveram prosseguimento os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa Integrado de Produtos de Base, com vistas à negociação de um Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais. Encerraram-se, com êxito, as negociações do Convênio Constitutivo do Fundo Comum do Programa Integrado de Produtos de Base, que financiará os estoques reguladores constituídos pelos acordos de produtos de base associados ao Fundo e outras medidas, também previstas em acordos, relativos à pesquisa e desenvolvimento de produtos, aumento da produtividade, comercialização, promoção comercial e diversificação de usos.

A Conferência do Cacau das Nações Unidas de 1980 concluiu, entre países produtores e consumidores, as negociações sobre o Terceiro Acordo Internacional do Cacau, que deverá entrar em vigor até 31 de dezembro de 1981. O novo Acordo Internacional do Cacau terá uma duração de três anos e contará com um estoque regulador de 250 mil toneladas, que se constituirá no mecanismo estabilizador de preços no mercado internacional do cacau.

O Acordo Internacional do Açúcar, de 1977, passou a vigorar para o Brasil em 5 de fevereiro, data do depósito, junto à Secretaria-Geral das Nações Unidas, do instrumento brasileiro de ratificação. O painel constituído pelo Conselho do GATT para o exame de reclamação apresentada pelo Brasil contra a política de subsídios à exportação do açúcar praticada pela CEE apresentou seu relatório, em novembro, às Partes Contratantes, devendo ser alcançada decisão a respeito no primeiro semestre de 1981.

O Brasil participou, ativamente, das XXXV Reuniões Anuais, conjuntas, das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, da XX Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da VII Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, e da III Reunião, no âmbito do Banco Mundial, do Grupo do Caribe para Cooperação no Desenvolvimento Econômico. Ainda no quadro de esforços que visam ao aperfeiçoamento do sistema monetário internacional, o Brasil participou de encontros de Peritos Intergovernamentais de Alto Nível, realizados, respectivamente, em Abu-Dhabi, por iniciativa dos países árabes, e, em Genebra, por convocatória da UNCTAD.

Em relação a Acordos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal, registraram-se as assinaturas de instrumentos do gênero com a Argentina e a Noruega; a troca de instrumentos de ratificação com o Grão-Ducado de Luxemburgo e a formalização de entendimentos para o início de negociações específicas com o Chile.

Estreitou-se a cooperação financeira com os países árabes, tendo-se explorado com o Iraque e o Coveite o estabelecimento de empreendimentos conjuntos nos campos de bancos e seguros.

A II Conferência Especial de Transporte Aéreo da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) foi presidida pelo Brasil. Na ocasião, com a participação de 102 Estados e de 9 organismos internacionais, foram discutidos temas ligados à regulamentação do transporte aéreo internacional e às tarifas de passageiros e carga. O Brasil participou, ainda, de XXIII Assembléia-Geral da OACI e da IV Assembléia-Geral da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil. Foram realizadas reuniões bilaterais de consulta aeronáutica com Uruguai, Marrocos, Bolívia, Iraque, Venezuela, Estados Unidos da América, Colômbia, Espanha, Japão e Argentina, e concluiu-se Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre o Brasil e a Bélgica.

Foram introduzidas modificações no Convênio sobre Transportes Marítimos Brasil — México, de 1974. A mais importante modificação procura restringir ao máximo de 10% a participação da bandeira estrangeira no tráfego entre os dois países. Foi concluído em Santiago Acordo entre o Brasil e o Chile, que modifica algumas disposições do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente desde 1975. As alterações visam a explicitar e definir com maior clareza os objetivos e limites do referido Convênio. Foi assinado, ainda, o Protocolo Adicional ao Acordo Marítimo Brasil — França, que entrará em vigor após troca de notas. Com os Estados Unidos, foi prorrogado até 31 de dezembro de 1983 o Acordo de «Equal Access», nome pelo qual é conhecido o memorando de consulta de 1970 que prevê a igualdade de acesso às cargas sob controle governamental dos navios de bandeira brasileira e norte-americana. Realizou-se a III Comissão Mista de Transportes Marítimos Brasil — URSS, tendo sido examinada a situação geral do intercâmbio dos dois países no setor.

No domínio dos transportes terrestres, o Brasil foi sede da X Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, na qual foram aprovados diversos acordos, dos quais ressalta o Anexo IV — sobre seguros — do Convênio de Transporte Internacional Terrestre de 1977.

O Brasil fez-se representar na Conferência que negociou a Convenção de Transporte Multimodal Internacional, cujo objetivo é regulamentar o transporte de mercadorias realizado por diversas modalidades (aéreo, marítimo, rodoviário e ferroviário) do local de concentração das mercadorias até o local de destino, em outro país.

Realizou-se a XI Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Brasileiro — Argentina de Coordenação (CEBAC). Na ocasião, foram examinados diversos aspectos do transporte terrestre e multimodal, entre os quais ressalta a fixação da capacidade nominal de carga transportada por cada parte.

No campo das comunicações, foi firmado com a Argentina um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. Uma Subcomissão de Comunicações, no âmbito da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, terá a incumbência de analisar as possibilidades de cooperação bilateral nas áreas da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, da complementação industrial quanto a equipamentos de comunicações, e do uso de satélites para fins de comunicações nacionais.

Foram assinados, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, o Acordo que coordena a Distribuição de Canais para o Serviço Móvel Marítimo na Faixa de 2.065 a 2.107 KHz, e o Acordo para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 Mhz), os quais se destinam a evitar mútuas interferências prejudiciais ao funcionamento dos respectivos serviços.

5.3.10 — Energia

Foram concluídos, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), os trabalhos de Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear (INFCE), que contaram com a participação de cerca de 60 países, entre os quais o Brasil. Também sob a égide da AIEA, realizaram-se reuniões do Grupo de Peritos sobre Administração Internacional do Combustível Irrradiado, do Comitê sobre Garantia de Suprimento de Materiais, Serviços e Equipamentos e Tecnologia Nucleares e do Grupo de Peritos para o Estabelecimento de um Regime Internacional de Armazenamento de Plutônio, este último presidido pelo Brasil.

Por ocasião da visita do Presidente da República a Buenos Aires, foram assinados um Acordo-Quadro e vários instrumentos para promover a cooperação nuclear entre o Brasil e a Argentina, e, por ocasião da visita do Presidente Videla ao Brasil, foram assinados dois contratos e dois protocolos de execução referentes à aludida cooperação nuclear entre os dois países.

A convite do Ministro de Energia e Minas da Venezuela, realizou-se em Caracas uma Reunião Informal de Ministros de Energia da América Latina, com o objetivo de estudar proposta venezuelana para o estabelecimento de um Programa Interamericano de Cooperação e Coordenação Energética. Como resultado dos trabalhos da Reunião Informal, foram submetidas à apreciação da XI Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) propostas com vistas ao fortalecimento da organização, formulação de diretrizes de política e definição de um programa de ação para a OLADE, elaboração de um Programa de Cooperação Energética Continental, bem co-

mo o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento dos trabalhos da Organização. Na XI Reunião, foi aprovado, por unanimidade, o «Compromisso de Bogotá», documento que contém as linhas de um comprometimento dos países-membros com vistas à racionalização da produção e do consumo de energia, bem como ao aumento gradual do abastecimento energético por parte dos países exportadores da OLADE para aqueles países importadores da região. Prevê-se, outrossim, a convocação de uma reunião de peritos da Organização para que se estabeleçam as bases de um plano emergencial, na eventualidade da superveniência de grave crise que afete negativamente o abastecimento energético na região.

Continuaram a verificar-se dificuldades para os países importadores de petróleo, com elevação dos preços do produto. O conflito entre o Iraque e o Irã contribuiu para tornar o mercado petrolífero ainda mais favorável para os produtores. O Brasil, pela ação integrada dos setores diplomático e energético, conseguiu resolver satisfatoriamente os problemas de suprimento surgidos da interrupção do fornecimento iraquiano. Registre-se o aumento dos suprimentos provenientes da Venezuela e do México.

Diversos países enviaram Missões para conhecer o Programa Nacional do Alcool.

5.3.11 — *Promoção Comercial*

As atividades de promoção comercial desenvolvidas pelo Itamaraty e consubstanciadas no Programa de Promoção Comercial no Exterior tiveram como objetivo apoiar as iniciativas comerciais das empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias, enfatizando as prioridades estabelecidas para a nossa política externa. Atuou-se, especialmente, nas áreas de Informação Comercial, Mostras e Turismo, Organização e Modernização, Operações Comerciais e Estudos e Pesquisas de Mercado, e procurou-se constante aperfeiçoamento do Sistema com vistas a aumentar a produtividade dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis.

Na área de Informação Comercial, a introdução de técnicas de teleprocessamento de dados permitiu agilizar a divulgação de oportunidades de exportação junto ao empresariado brasileiro. A Revista «Comércio Exterior» e o «Boletim da Revista Comércio Exterior» constituíram-se em importante fonte de consulta e de apoio para o exportador brasileiro; divulgando informações conjunturais e tópicas sobre intercâmbio comercial. A Revista «Brasil — Comércio e Indústria», em cinco idiomas (português, inglês, francês, espanhol e alemão), tem-se revelado poderoso instrumento para divulgação de produtos brasileiros em 89 países em todos os Continentes.

No âmbito das Mostras e Turismo, promoveu-se a participação brasileira em 80 eventos no exterior, entre mostras gerais e especializadas. Durante 1980, a atuação do Itamaraty, neste campo, ganhou novo dinamismo com a realização de grandes feiras/exposições de irradiação regional. Ressaltou-se, ainda, a coordenação com vários órgãos representativos de setores da economia brasileira com vistas à sistematização deste tipo de atividade promocional, de modo a repartir-se o custeio da participação em feiras e exposições.

No campo da Organização e Modernização, foi desenvolvido um esquema de atendimento a necessidades de postos situados em regiões prioritárias para a política externa brasileira. Tendo em vista que os setores brasileiros ligados à exportação ainda se ressentem da falta de profissionais de nível superior especializados em comércio exterior, continuou-se a promover o Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE). Os participantes da quinta versão deste Ciclo concluíram seu estágio no Brasil durante 1980 e, em seguida, partiram para o exterior onde estão recebendo treinamento em serviço nos Setores de Promoção Comercial de Embaixadas e Consulados brasileiros. Uma vez terminado o estágio, os técnicos serão reintegrados no mercado nacional de trabalho.

A iniciativa brasileira de estabelecer um relacionamento mais denso com países em desenvolvimento contou, sobretudo, com o apoio das atividades desenvolvidas no âmbito das Operações Comerciais, através da organização de missões de exportadores, especialmente dirigidas a esses países, e do acompanhamento de missões de importadores que visitaram o Brasil. Não foram poucas, ainda, as vezes em que as atividades de Operações Comerciais proporcionaram base de apoio sólido a interesses comerciais brasileiros específicos.

No quadro dos Estudos e Pesquisas de Mercado, deu-se continuidade à publicação da série «Como Exportar», chegando-se a um total de 22 títulos. Foram também elaborados diversos estudos do tipo «Perfil econômico-comercial», como subsídios para visitas de missões oficiais brasileiras ou estrangeiras, e que abrangem um total de 24 países.

5.3.12 — *Cooperação cultural, científica e tecnológica*

No decorrer do ano de 1980, ampliou-se a área de atuação nos campos da cooperação técnica, da ciência e tecnologia, da cooperação intelectual, da difusão cultural e da divulgação. Especial ênfase foi conferida à cooperação técnica e intelectual com países da África e da América Latina, em seguimento às diretrizes gerais da política exterior brasileira.

As atividades de cooperação técnica no âmbito multilateral foram desenvolvidas, principalmente, dentro do Programa das Nações Uni-

das para o Desenvolvimento (PNUD). Realizaram-se, em 1980, dez novos projetos em benefício de outros países em desenvolvimento, com os recursos da contribuição voluntária especial do Governo brasileiro ao PNUD. Iniciou-se a execução do VII Programa Nacional de Cooperação Técnica, com a Organização dos Estados Americanos, através de projetos nas áreas de Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia e Educação e Cultura.

Quanto à cooperação técnica a nível bilateral, mantiveram-se as perspectivas de negociação do programa integrado de cooperação com o Japão, orientado para grandes projetos. Negociou-se com a França o II Programa de Cooperação Técnica que contempla importante gama de projetos nos mais variados setores. Com o Canadá, estão em exame novas formas de cooperação técnica. Prosseguiu a execução dos projetos examinados e negociados com a República Federal da Alemanha, dentro de um vasto e crescente quadro.

Iniciaram-se e fortaleceram-se programas de cooperação técnica com os países da América Latina e África nos setores da formação profissional, administração municipal, agricultura, agroindústria, pesca, navegação, pecuária, indústria, engenharia de produção e saúde, envio e recepção de missões técnicas, e fornecimento de equipamentos. A cooperação técnica encaminha-se, gradativamente, para a formulação de projetos específicos em áreas e setores indicados como prioritários pelos países a que se destinam.

Consolidaram-se as atividades do Sistema de Informação Científica e Tecnológica no Exterior (SICTEX), cujo objetivo básico é estabelecer um mecanismo de captação ordenada e sistemática de informação na área de ciência e tecnologia no exterior e disseminá-la entre inúmeras entidades públicas e privadas.

No campo da cooperação bilateral em ciência e tecnologia, merecem registro os Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica em fase de negociação com a Austrália, Bélgica, Índia, França, Portugal, Itália e Suriname, bem como os Ajustes Complementares já assinados com Chile e Espanha. Por ocasião da visita do Presidente da República à Argentina, celebrou-se um Acordo Básico em Ciência e Tecnologia com aquele país.

Realizaram-se a IX Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica e o II Simpósio Nipo-Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Visitou o Brasil missão do Conselho de Ciências da República Popular da China.

No setor do intercâmbio de estudantes, a cooperação intelectual se efetuou através do Programa de Estudantes — Convênio. Cabe citar as 2.700 vagas oferecidas este ano a latino-americanos e africanos em cursos de graduação em universidades brasileiras e a distribuição de 70 bolsas de pós-graduação a estrangeiros.

Com vistas a promover o ensino do Português e a divulgação da cultura brasileira, foram dinamizados os 16 Centros de Estudos Brasileiros no exterior e os 37 Leitorados em Universidades da Europa, África e América.

Realizaram-se reuniões de Comissões Mistas Culturais com a Argentina, Chile, Grã-Bretanha, Guiana, México, Panamá e Senegal. No setor de cooperação multilateral, buscou-se a coordenação das atividades brasileiras com as da UNESCO, nas suas áreas de competência.

A difusão cultural nos diversos países foi realizada com base nas características peculiares de cada região. Paralelamente às visitas presidenciais ao Paraguai, Argentina e Chile, organizaram-se atividades culturais que constaram de exposições, concertos e espetáculos de música popular. Foi dado prosseguimento ao programa de co-edição de autores nacionais. No setor de artes plásticas, foram organizadas exposições itinerantes que percorreram, principalmente, a América Latina, e implementou-se a campanha de doação de obras de Arte ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. No campo da música, destacaram-se as programações realizadas em vários países. Finalmente, foram lançadas as bases para a implementação de intenso programa no setor de esportes e da música popular na África, particularmente nos países de língua comum.

Consolidou-se a atuação nas áreas do rádio, da televisão, do cinema e da informação audiovisual e escrita. Estabeleceu-se o núcleo da filмотeca básica do Itamaraty, composta de curtas-metragens sobre temas brasileiros, para divulgação no exterior. Prosseguiu e foi incrementado o programa de mostras rotativas de filmes brasileiros, em outros países, organizadas em coordenação com a EMBRAFILME. Nessa área, prestou-se cooperação direta no campo externo para a realização, em Brasília, da I Feira Internacional do Cinema Brasileiro (I CINEX), da qual participaram mais de 50 compradores internacionais de 19 países, com substanciais resultados no que tange a exportações de filmes brasileiros. Foi finalizada a edição de audiovisuais sobre as raízes culturais, o perfil econômico e a potencialidade turística do Brasil para exibição a públicos estrangeiros. Estabeleceram-se esquemas de cooperação com emissoras brasileiras de rádio para a difusão, no exterior, de programas musicais e informativos. Coordenou-se a negociação de convênio entre a Rádio e Televisão Cultura de São Paulo e a Universidade da Pensilvânia, dos Estados Unidos, para a realização de uma série de programas de televisão sobre o país. Prestou-se apoio à realização de projetos, no Brasil, por cerca de 50 equipes estrangeiras de cinema, rádio e televisão. Estreitaram-se laços de colaboração com a UNESCO e outros organismos internacionais para a concretização, no decorrer do próximo triênio, de projetos de cooperação técnica com outros países em desenvolvimento no domínio do rádio e da televisão educativos.

5.3.13 — *Assuntos Consulares e Jurídicos*

Ocorreram transformações de grande alcance, seja em relação à assistência aos nacionais, seja em relação ao tratamento de estrangeiros. Através do Programa de Desburocratização, o Itamaraty promoveu a simplificação de todos os procedimentos, registros e legalizações consulares e foi atribuída fé pública, em território nacional, aos atos de tabelionato dos Cônsules do Brasil, dispensados de outras formalidades. Um novo Regulamento do Serviço Consular Honorário, aprovado pela Portaria nº 491, de 13.03.80, veio atualizar o Regulamento de 1947, com o objetivo de tornar os Cônsules Honorários do Brasil um instrumento mais efetivo de apoio às novas dimensões de nossos interesses no exterior. O Estatuto do Estrangeiro consubstanciou diversos critérios necessários e que já vinham norteando a ação consular, em relação ao ingresso de estrangeiros no Brasil, como a reciprocidade de tratamento e a qualificação do imigrante como profissionalmente útil ao esforço brasileiro para o desenvolvimento econômico.

No quadro de intensificação das nossas relações com a Argentina e a Venezuela, foram criados o Consulado em Mendoza e o Vice-Consulado em Bernardo Irigoyen, no primeiro, e os Vice-Consulados em Santa Elena do Vairém, Milagro e Puerto Ordaz, no segundo país.

Nos EUA e nas capitais européias, verificou-se uma expansão da demanda de assistência consular, em todos os seus segmentos. Através de toda a rede consular, houve mais incidência de solicitações de documentação, tendo sido atendidos todos os pedidos de passaportes e documentos de viagem, tarefa particularmente beneficiada pela adoção de um novo Regulamento de Passaportes.

5.4 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

5.4.1 — *Política Interna: A Coordenação Política*

Numerosas realizações, já concluídas, assinalaram as atividades do Ministério da Justiça no ano de 1980.

A Lei de Anistia revelou-se «amppla, geral e irrestrita», exatamente como a desejavam os mais intransigentes críticos do projeto. À sombra de suas disposições, foram satisfatoriamente resolvidos os casos de readmissão ou aposentadoria de servidores públicos alcançados pelos diplomas excepcionais, sendo irrelevante o número de processos pendentes de decisão.

Convém assinalar, no ensejo da apreciação feita à Lei da Anistia, que a amplitude do seu alcance, somada à atenuação, anteriormente feita, de disposições da Lei de Segurança Nacional, resultou na inexistência de qualquer preso político no país.

A formação do bloco de sustentação parlamentar do governo, no Senado e na Câmara, constituiu preocupação dominante no Ministério.

Seus integrantes, sob a atuação sintonizadora de nossas lideranças parlamentares no Senado e na Câmara, facilitaram as atividades de coordenação política do Ministério da Justiça, principalmente ao sustentarem, com lealdade e firmeza, os atos de constante aperfeiçoamento democrático assumidos pelo Governo.

Essas atividades de coordenação política foram também desenvolvidas como contribuição aos esforços de implantação dos novos partidos.

O processo de aperfeiçoamento democrático foi singularmente vitalizado pela Mensagem nº 63/80, submetida pelo Governo ao Congresso Nacional.

A proposta, transformada na Emenda Constitucional nº 15, restaurou na vida política nacional a tradição republicana do sufrágio universal e do voto direto e secreto nas eleições para Governador de Estado e Senador da República.

Ao definir-se por essa solução, encontrou o Governo, em tramitação no Congresso Nacional, emenda de iniciativa parlamentar alusiva à matéria. Restringia-se, porém, a emenda em causa à eleição direta de Governador de Estado. Achava o Governo, contudo, que a norma restauradora da eleição direta devia estender-se à composição total do Senado da República, o que se constituiria em ato de extrema importância no processo de aperfeiçoamento democrático do país.

Esta foi a razão motivadora dos esforços, então desenvolvidos pelo Ministério da Justiça, para a rejeição da emenda em curso. Obtido esse resultado, pode enfim o Governo propor ao Congresso Nacional a Emenda nº 15, de sua autoria, mais abrangente que a anterior.

A organização dos novos partidos, subordinada, como é evidente, às exigências legais em vigor, não se concluiu no tempo necessário à prática dos atos indispensáveis à realização das eleições municipais marcadas para 15 de novembro de 1980.

Inviabilizadas as eleições municipais, pela inexistência de partidos políticos capazes de realizá-las validamente, abriu-se aos municípios brasileiros a perspectiva da vacância do cargo de Prefeito e a do recesso das Câmaras Municipais.

Se a primeira das hipóteses podia ser obviada pela solução, indesejável, mas contingente, da nomeação de administradores pelo Poder Executivo dos Estados, a segunda delas — a do recesso das Câmaras Municipais — se impunha como decorrência inevitável da inexistência do pleito.

O Ministério da Justiça enfrentou o problema com a objetividade necessária. Entre o desfecho acima apontado, resultante da inércia, e a

opção pela prorrogação dos mandatos municipais por dois anos, segundo projeto de iniciativa parlamentar em curso no Congresso Nacional, não hesitou em adotar este último. Evitavam-se através dele a vacância das Câmaras Municipais e, igualmente, o provimento do cargo de Prefeito Municipal pela via imprópria da nomeação.

As acusações endereçadas à fórmula enfim adotada olvidavam, no acesso dos debates, dois aspectos que o Ministério da Justiça considera hoje universalmente reconhecidos, dada a pacífica aceitação deles: a de que se cedia, então, ao império das circunstâncias e a de que os mandatos, embora prorrogados por decisão do Congresso Nacional, têm indiscutível origem democrática, porque derivados de eleições livres.

Registrou-se no ano de 1980 surpreendente ascensão dos níveis de violência e criminalidade nos grandes centros urbanos. Para reduzi-los a limites toleráveis, o Ministério da Justiça fez reunir em Brasília os Secretários de Segurança Pública e Comandantes de Polícias Militares dos Estados, com o propósito de adotar procedimento comum, possibilitar o intercâmbio de experiências, e, definir, finalmente, a estratégia conveniente, de âmbito nacional, para o combate à violência e à criminalidade.

5.4.2 — *Ordem Jurídica, Nacionalidade, Cidadania, Direitos Políticos e Garantias Constitucionais*

A política de nacionalidade, cidadania, direitos políticos e garantias constitucionais sofreu alterações, a partir da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho, a quem caberá orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração.

A Lei visa precipuamente a ordenar a convivência entre nacionais e estrangeiros, pondo-os a serviço dos ideais comuns, assegurando a indispensável atenção aos aspectos da organização institucional da ordem interna e de proteção à mão-de-obra nacional. Por essa via, relevantes razões sócio-econômicas serão atendidas em benefício de todos.

O debate que se verificou a propósito no âmbito do Congresso Nacional ensejou contribuições mais amplas originárias de todos os setores do país. Mediante a Portaria nº 1.152, de 23 de dezembro de 1980, que instituiu Comissão para este fim específico, o Ministério da Justiça diligencia a apresentação de proposta regulamentadora da Lei em questão.

Por decisão ministerial, tomada com fundamento em parecer originário da Consultoria Jurídica, foi dada solução justa aos processos em tramitação, que receberam tratamento prioritário, respeitando-se a Lei vigente à época dos requerimentos. Desse modo foram evitadas procrastinações de todo lesivas aos interesses de tantos.

Por outro lado, a consolidação legislativa é insistente reclamo da área jurídica.

De longa data os setores interessados solicitam sua realização.

Por Decreto de 11 de agosto de 1980, o Presidente da República instituiu Comissão Especial no âmbito do Ministério da Justiça, incumbida «de promover a edição de compilações atualizadas da legislação em vigor e seu subsequente aprimoramento e consolidação».

Para isso, foi ele motivado pelo entendimento de que a multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, freqüentemente superpostos e paralelos, é obstáculo ao conhecimento e à aplicação eficaz da legislação em vigor e que, para garantia dos direitos do cidadão e para que se possa exigir deste o cumprimento de suas obrigações, se faz imperativa a ordenação dos textos legais vigentes.

Preferiu-se sob exame cauteloso cuidar, como primeiro passo, da edição de compilações, cinco delas já elaboradas e em fase final de impressão: «Títulos de Crédito», «Locação e Arrendamento de Imóveis», «Desapropriação», «Entorpecentes» e «Sucessões».

* Ainda no campo da ordem jurídica, alguns estudos e projetos desenvolvidos durante o exercício de 1980 foram transformados nas seguintes leis:

- I — Dec.Lei nº 1.784, de 28-4-80, que fixa vencimento para cargos de magistratura da União, do Distrito Federal e dos Territórios. Corrigiram-se, principalmente, distorções relacionadas com a magistratura do trabalho.
- II — Lei nº 6.768, de 28-5-80, que dispõe sobre a reestruturação das Carreiras do Ministério Público da União junto à Justiça Comum do Trabalho e Militar.
- III — Lei nº 6.824, de 22-9-80, que cria a seção judiciária da Justiça Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.
- IV — Lei nº 6.831, de 23-9-80, que dispõe sobre a criação de cargos em órgão dos Serviços Auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Complementaram-se, dessa forma, os trabalhos que resultaram na edição da Lei de organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.
- V — Lei nº 6.853, de 17-11-80, que cria a Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.
- VI — Lei nº 6.878, de 9-12-80, que amplia o quadro da Carreira do Ministério Público junto à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Além disso, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional projetos-de-lei destinados à criação da 10ª Região da Justiça do Trabalho e do respectivo Tribunal, com sede em Brasília, da 11ª Região, com sede em Manaus, e da 12ª Região, com sede em Florianópolis.

Manteve-se regular o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, tal como previsto em lei.

Foram realizadas várias reuniões, com vistas a examinar providências, averiguações e atos administrativos incluídos na competência desse órgão colegiado. Seu funcionamento vem possibilitando o exercício de salutar convivência com significativos setores da Sociedade Civil, postos em interação com os setores governamentais, mais diretamente relacionados à proteção dos Direitos da Pessoa Humana.

A atuação harmônica desse Conselho com o Conselho Nacional de Política Penitenciária prestará contribuição decisiva ao estudo da violência e criminalidade, o que constitui meta prioritária do Ministério da Justiça.

Através do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Ministério da Justiça, como manda a lei, continuou a dar execução ao objetivo institucional daquele órgão, consubstanciado na contenção dos abusos do poder econômico, em matéria de domínio do mercado, eliminação da concorrência e aumento arbitrário de lucros.

Nesse período, da atuação do aludido órgão resultou para os cofres públicos arrecadação mais de 10 vezes superior ao seu orçamento anual.

Vários foram os processos instaurados, as averiguações preliminares abertas e os julgamentos proferidos.

Finalmente, conheceram regular desenvolvimento as atividades jurídicas de apoio e as atividades técnicas especializadas inerentes à natureza do órgão.

Foi criada e encontra-se em processo de instalação a Fundação Petrônio Portella. Trata-se de meritória conquista de mecanismo institucional destinado a prestar relevantes serviços ao aperfeiçoamento da ordem jurídica do país. A sua eficiente gestão permitirá que, em futuro próximo, ela se transforme em poderoso veículo de criação e difusão cultural, e em largo estuário para o qual hão de fluir valiosas contribuições dos órgãos próprios da sociedade civil, tempestiva e adequadamente convocados.

A Fundação permite maior flexibilidade administrativa e, sobretudo, torna possível a cooperação com a iniciativa privada e com organizações de ensino e pesquisa no país e no Exterior. Pretende-se, assim, que a Fundação Petrônio Portella seja um centro de altos estudos no campo do Direito. Seus objetivos voltam-se para a organização jurídica nacional, a consolidação da legislação brasileira, o programa editorial na área do Direito e, ainda, a preservação da memória jurídica nacional.

O Poder Executivo passará a contar, dessa forma, com o concurso de um centro de alto nível para organizar, divulgar e estudar não só a Lei, mas também a jurisprudência e a doutrina, em harmonia com os demais Poderes da República.

5.4.3 — *Segurança Interna*

Atento à sua competência específica de velar pela ordem interna do país, o Ministério da Justiça manteve ativos os contatos com as unidades federadas a esse propósito. Esteve presente às preocupações múltiplas que, nesse ponto, atualmente inquietam a sociedade brasileira: violência e criminalidade nos grandes centros urbanos; ações e atentados perturbadores da convivência pacífica das diferentes correntes do pensamento nacional e questões fundiárias perfeitamente localizadas. Além disso, permaneceu fiel ao cumprimento dos seus deveres no que concerne à preservação da moral e dos bons costumes, tal como constitucionalmente determinado. Pela contínua recomendação no sentido da atuação de um policiamento ostensivo e fardado, exortou a prática de uma ação preventiva de todo recomendável e inadiável. Não calou o seu apelo visando a que os policiais fossem às ruas, de modo a eficazmente proteger o cidadão, no exercício de um dos seus mais fundamentais e elementares direitos.

Outrossim, durante o ano de 1980, o Departamento de Polícia Federal, para melhor desempenhar suas atribuições, implantou Núcleos em Cruzeiro do Sul (AC), e Ji-Paraná (RO), criou e ativou Delegacias nas cidades de São José do Rio Preto e Presidente Prudente (SP), bem como Divisões em Campos e Nova Iguaçu (RJ), e a Delegacia de Marabá (PA). Concluiu-se ainda, a construção e ocupação das sedes e residências funcionais da Delegacia de Polícia Federal de Tabatinga (AM), e dos Núcleos de Marco — BV — 8 e Bonfim (PR).

Vale ressaltar a colaboração direta ao Projeto «SERRA PELADA», mediante a presença permanente, na área, de policiais federais, dedicados aos trabalhos de prevenção e repressão ao contrabando e outros ilícitos.

Intensa atuação foi exercida na área de Polícia Fazendária, com a colaboração da Secretaria da Receita Federal, do Instituto Brasileiro do Café e do Instituto de Açúcar e do Alcool, obtendo-se excelentes resultados, notadamente no que tange ao contrabando de café e açúcar, do que decorreu o recolhimento aos cofres públicos, por parte dos infratores, de elevadas somas.

Redobrada e coordenada atuação foi desenvolvida com apreciáveis resultados, no campo dos tóxicos, objetivando a localização e anulação das fontes e agentes do tráfico, a qual contou com a colaboração efetiva dos órgãos de segurança das unidades da federação.

A Academia Nacional de Polícia, com a construção de dois pavilhões reservados à administração do ensino e de mais um destinado aos serviços gerais, está com suas obras em fase de conclusão. Isso lhe propiciará melhores condições na formação e desenvolvimento dos recursos humanos de que necessita o DPF para o desempenho de suas missões.

5.4.4 — *Área Social*

O III Plano Nacional de Desenvolvimento incluiu a Segurança Pública no capítulo «Setores Sociais». Desse modo, esta área de problemas foi definida no contexto da política social do Governo.

Em decorrência, o Ministério da Justiça passou a integrar o Conselho de Desenvolvimento Social.

Estão em desenvolvimento projetos visando à realização de um amplo esforço de melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços de segurança, do sistema penitenciário, trânsito, prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes e drogas nas zonas urbanas e metropolitanas, inclusive para facilitar a aceleração das atividades a cargo do Poder Judiciário.

À vista do disposto no artigo 3º da Lei nº 6.368, de 21-10-76, instituiu-se, pelo Decreto nº 85.110, de 2-9-80, o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, que tem o Conselho Federal de Entorpecentes, no Ministério da Justiça, como órgão central.

Referido Sistema integra as atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como as atividades de recuperação de dependentes.

Antigas e justas aspirações haviam determinado, de há muito, a criação do Conselho Nacional de Política Penitenciária, previsto na estrutura básica do Ministério da Justiça, mas que não estava ainda instalado. Múltiplas razões, sobretudo aquelas vinculadas à problemática do preocupante aumento dos índices de violência e criminalidade, aconselharam a imediata consecução da aludida providência administrativa. Já não se podia prescindir do concurso de um órgão colegiado de tão alta relevância e especificamente destinado à elaboração de projetos objetivando aperfeiçoar a execução penal e o regime penitenciário.

Procedeu-se, portanto, à instalação do mencionado Conselho, para o qual foram convocados especialistas nacionais da maior categoria pessoal e científica.

No âmbito dessas mesmas preocupações e desse mesmo Conselho, foram constituídas Comissões Especiais, integradas por profissionais

de notável saber, objetivando a conveniência de compatibilizar o texto em estudo do Código de Processo Penal com o Anteprojeto de Código de Execuções Penais. Será elaborado, também, o Anteprojeto de reforma parcial do Código Penal no que diz respeito à introdução no mesmo diploma de penas que substituam a pena privativa da liberdade.

Encontra-se em fase de aprovação ambicioso programa de treinamento e de aperfeiçoamento de pessoal penitenciário. Tal programa prevê a realização dos seguintes cursos: I) *Cursos de Formação* (nível técnico), destinados a agentes de segurança, monitores e profissionais de atividades correlatas; II) *Cursos de Treinamento* (nível técnico científico), destinados a treinar profissionais liberais e outros de atividades correlatas no exercício de sua função penitenciária; III) *Cursos de Aperfeiçoamento* (nível diretivo), destinados a aperfeiçoar dirigentes de instituições ou órgãos penitenciários, incluindo, como convidados especiais, juizes de execução penais em uníssono com a política penitenciária nacional.

No aguardo da prevista criação de uma instituição especializada, os aludidos cursos, a partir do ano de 1981, funcionarão em dependências para esse fim cedidas pela Academia Nacional de Polícia. O conjunto dessas providências caracteriza medida de aperfeiçoamento do regime penitenciário intimamente vinculada, pela sua própria natureza, ao problema da ordem interna e ao combate ao surto de violência e criminalidade.

Finalmente, encontra-se em via de aprovação proposta originária do aludido Conselho e que se destina à atualização e consolidação das normas disciplinadoras e fixadoras de prioridades no que concerne aos altos objetivos que constituem a explicação existencial do Sistema Penitenciário.

Por outro lado, foi possível ao Ministério da Justiça, através de seu Departamento de Assuntos Penitenciários, estabelecer convênios de ajuda financeira com as Unidades da Federação, destinados a dar prosseguimento à implantação de moderno sistema penitenciário.

Na área do trânsito, várias medidas foram tomadas, objetivando inclusive a segurança do público e o descongestionamento dos grandes centros urbanos do país.

Em decorrência das alterações introduzidas no Código Nacional de Trânsito e no seu Regulamento pela Lei nº 6.731/79 e Decreto nº 84.513/80, criou-se um modelo para a Carteira Nacional de Habilitação, alterando-se também normas e rotinas de procedimento para sua expedição, renovação e controle, observados os princípios de simplificação propostos pelo Programa Nacional de Desburocratização. O novo modelo da C.N.H. passou a vigorar a partir de 2 de janeiro de 1981, conforme aprovação do CONTRAN, contida na Resolução nº 565/80.

Cumprindo dispositivos legais, o DENATRAN elaborou projeto para implantação, também em 2 de janeiro de 1981, do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação. Sua implantação foi parcialmente viabilizada pela colaboração dos Departamentos Estaduais de Trânsito.

Encontra-se, ainda, em execução, em todo o país, sob a coordenação do DENATRAN, o Projeto de Fiscalização de Rodovias Federais e Estaduais pavimentadas. As 460 patrulhas equipadas, fornecidas pelo DENATRAN às Polícias Militares dos Estados e à polícia Rodoviária Federal, cumprem sua tarefa de manter a fiscalização das rodovias do país, controlando os limites de velocidades e proporcionando substancial redução do número e da gravidade dos acidentes de trânsito, além de contribuir para o esforço nacional de redução do consumo de combustível.

No plano da assistência a seus servidores, interessados em adquirir casa própria, o Ministério da Justiça, mediante convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, vem desenvolvendo significativa atuação social.

Foi constituída Comissão encarregada de receber inscrições e estabelecer critérios para a seleção respectiva. As inscrições já foram encerradas, com elevado número de inscritos.

5.4.5 — *Arquivo, Documentação e Publicação de Atos Oficiais*

No exercício de 1980, conferiu-se prioridade absoluta às medidas tendentes à preservação do Patrimônio Histórico Cultural do País.

O Ministério da Justiça, no exercício de 1980, conferiu especial atenção à implementação do Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Foram incluídos na Proposta Orçamentária para 1981 recursos destinados ao estabelecimento de contratos com entidades especializadas e de consultores de comprovada experiência. Medidas Administrativas foram tomadas visando à preservação de documentos históricos que constituem peças relevantes da memória nacional e, como tal, indispensáveis à exata compreensão da nacionalidade.

Com a implantação do SINAR, será viabilizada uma efetiva política nacional de arquivos que, em última análise, se configura como diretiva legal ou normativa no sentido de assegurar o recolhimento, a preservação e a organização dos documentos produzidos pelo Poder Público, instituições privadas ou pessoas físicas. Serão ainda beneficiados todos os estudiosos e pesquisadores que terão acesso aos documentos de valor histórico e cultural, indispensáveis ao desenvolvimento científico do país.

Nesse tempo, através de Projeto de Lei em elaboração, busca-se garantir autoridade legal para que o Arquivo possa exercer sua função de coletor do Acervo Nacional do País.

Além disso, estuda-se a possibilidade de implantação de uma estrutura administrativa descentralizada sensível à dimensão continental do país e que implique a existência de Órgãos regionais para tanto apropriados.

O Departamento de Imprensa Nacional reformulou graficamente o *Diário Oficial da União*, que a partir do mês de agosto passou a ser editado com índice diário e cumulativo, mensal e trimestral.

Trata-se de índice temático e por origem, que permitirá, a partir de 1981, nos termos do que prescreve o Dec. nº 84.555/80, a edição periódica dos atos administrativos dos diferentes Ministérios, à semelhança do que já é feito com leis e decretos, desde 1808.

É um sistema montado através de computadores e alimentado diretamente do DIN, através de terminais de vídeo, para a entrada de dados no PRODASEN. Faz parte do projeto Teixeira de Freitas e decorre da cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo, devendo abranger, futuramente, o Judiciário.

Participam todos os Ministérios e órgãos integrantes da Presidência da República, que indexam os atos na origem, e o Senado Federal, através do PRODASEN, que fornece os seus computadores para a elaboração diária do trabalho, além de ter desenvolvido todos os programas para a geração dos índices.

Este passo foi fundamental para que a Imprensa Nacional passasse a lançar diariamente, em microfichas e microfilmes, todas as suas edições, que, na mesma oportunidade, serão oferecidas ao público e assinantes em geral, inclusive repartições públicas.

5.5 — FORÇAS ARMADAS

5.5.1 — Estado-Maior das Forças Armadas

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) prosseguiu em seu trabalho de coordenação das atividades comuns às Forças Armadas e aprofundou estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina militares, e para a coordenação dos planos e programas delas decorrentes, dentro de suas atribuições.

No âmbito do Conselho de Chefes de Estado-Maior, cujas reuniões se vêm tornando cada vez mais profícuas e freqüentes, foram tratados assuntos de mais alta relevância no que concerne ao planejamento militar combinado, legislação comum às Forças Armadas, mobilização, pesquisa, tecnologia e informática de interesse militar.

Também foi marcante a participação do EMFA nos órgãos colegiados, através de seus representantes, no Conselho Nacional dos Transportes, Conselho Nacional da Borracha, Conselho Técnico do IBGE, Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, Comissão Intermistrial da Amazônia Legal, Conselho de Valorização de Parques, Comissão de Política Florestal do IBDF, Conselhos Deliberativos das Su-

perintendências do Desenvolvimento da Amazônia, Região Centro-Oeste, Nordeste e Região Sul, Conselho de Desenvolvimento Industrial, Grupo Executivo de Indústria e Mineração e outras Comissões também relevantes, onde foram tratadas matérias de alta significação para a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Entre as atividades e os trabalhos mais importantes realizados em 1980, incluem-se:

- I — estudos relativos às alterações da Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa, visando a um melhor fluxo de carreira;
- II — elaboração do Estatuto dos Militares, recentemente aprovado, que vigorará a partir de 1981;
- III — elaboração de anteprojeto de lei para reformulação da Lei de Remuneração dos Militares; aprimorando-a e tornando-a consentânea com o novo Estatuto dos Militares;
- IV — prosseguimento dos estudos para elaboração de anteprojeto da Lei de Pensões Militares;
- V — estudos para o aprimoramento do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas e constituição do Quadro de Capelães Militares de cada Força Singular;
- VI — estudo dos projetos de lei oriundos das duas Casas do Congresso, que abordaram assuntos de interesse comum a mais de uma Força Singular e projetos de lei relativos aos ex-combatentes;
- VII — conclusão dos estudos referentes ao emprego estratégico das Forças Armadas, com a aprovação da Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra;
- VIII — elaboração da Diretriz para a Defesa Aeroespacial do Território Nacional, também aprovada;
- IX — implantação da Comissão Permanente de Catalogação de Material de Uso Comum das Forças Armadas, com vistas ao estabelecimento de um sistema Unificado de Catalogação de Material e à criação de um Sistema de Catalogação Nacional, com o objetivo maior de racionalização e economia, para as Forças Armadas e para o parque industrial brasileiro, no consumo e na produção de manufaturados;
- X — estudos com vistas à criação da Comissão Assessora do EMFA para Assuntos Científicos e Tecnológicos;

- XI — realização de Viagem de Estudos ao Nordeste, que permitiu atualização das informações nos campos econômico e psicossocial de interesse comum às Forças Armadas, apresentadas pelos Governos dos Estados e Territórios, pela SUDENE e pelos Diretores de projetos mais importantes da área; no plano militar, foram arrolados e avaliados os principais problemas relacionados com os planos de segurança externa e interna, aspectos logísticos, aprestamento, moral militar, transportes, mobilização e comunicação, apresentados pelos Comandos Militares da região;
- XII — realização de Visita de Estudos à Região Sudeste, especificamente ao setor de energia nuclear, de que resultou a coleta de subsídios atualizados e oportunos para estudos e acompanhamento do campo da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear;
- XIII — desenvolvimento de um Trabalho Interforças sobre Exercícios Combinados, que está possibilitando a elaboração de documentação específica sobre o assunto, por consenso das três Forças Singulares, bem como o estabelecimento de um Sistema de Comunicações para a cúpula da Estrutura Militar de Guerra;
- XIV — aprovação de Decreto regulamentado a Atividade de Aerolevanteamento com artigos que reduzem de muito a atividade das organizações federais e estaduais neste setor, em benefício das organizações privadas, estabelecendo uma reserva total do mercado brasileiro de aerolevanteamento às empresas nacionais.

A Comissão de Alimentação das Forças Armadas elaborou e distribuiu publicação sobre o emprego de soja na alimentação militar, prosseguiu nos estudos para modernização de procedimentos pertinentes à alimentação militar, avaliou as rações operacionais em uso nas Forças Armadas e efetuou estudos econométricos sobre a evolução do custo da alimentação, voltados para a atualização dos valores de custeio da alimentação militar.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil, integrante do EMFA, estimulou, organizou e dirigiu numerosas competições de âmbito nacional e internacional e promoveu a participação de representantes do Brasil em diversos eventos no exterior.

No que tange ao Serviço Militar, o EMFA, através da Comissão do Serviço Militar (COSEMI) apresentou um bem estruturado plano de comunicação social, divulgando nova e real imagem da prestação desse serviço.

Recursos financeiros foram concedidos pelo EMFA às três Forças Singulares, no sentido de aperfeiçoar o sistema do processamento automático de dados no Serviço Militar.

Têm sido realizadas palestras e reuniões sobre Atividades do Serviço Militar, em caráter regional com a presença num mesmo local de representantes das três Forças. Outras para Prefeitos Municipais têm sido promovidas pela COSEMI, a convite da Associação Brasileira de Municípios, em Brasília, contribuindo deste modo para a conscientização importante das cédulas basilares que são as juntas do Serviço Militar, em número de 4.046, hoje superior ao de municípios.

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, desempenhou, com êxito, importante papel na formação de assessores de alto nível, civis e militares, pertencentes aos mais variados setores das atividades nacionais. Realizou também modernização e ampliação de suas instalações, com maior oferecimento de vagas a novos estagiários. Dentro da Diretriz recebida do EMFA, foi realizado o estudo e aperfeiçoamento da Doutrina de Ação Política no âmbito do Curso Superior de Guerra e incrementada a contribuição do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas para o aprimoramento da Doutrina Militar. O Curso de Atualização promoveu a reciclagem de conhecimentos dos ex-estagiários. Assinale-se ainda a profícua atividade da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que através de ciclos de estudos realizados nos diversos Estados da Federação vem difundindo os ensinamentos da ESG e proporcionando novos conhecimentos, em prol do aperfeiçoamento das classes dirigentes.

O Hospital das Forças Armadas, outro órgão subordinado, extrapolando de sua missão principal de atendimento médico-hospitalar aos militares e respectivos dependentes, atua no campo social, em apoio às organizações de saúde da capital federal, sobretudo no campo da medicina especializada, no setor cirúrgico e de terapia intensiva, e atende ainda a organizações civis mediante convênios.

No ano de 1981, o Estado-Maior das Forças Armadas, sem perder de vista as peculiaridades próprias e a autonomia dos Ministérios Militares, incrementará sua atuação na busca de soluções para os problemas comuns das Forças Singulares, com o propósito de fortalecer o entrosamento crescente entre as Forças Armadas e o destas com o EMFA.

5.5.2 — *Ministério do Exército*

5.5.2.1 — *Introdução*

As ações desenvolvidas pela alta administração do Exército buscam, fundamentalmente, dar continuidade aos programas iniciados em exercícios anteriores, ao mesmo tempo que novas medidas eram efetivadas e estudos iniciados com vistas à consecução dos grandes objetivos da Instituição.

O Exército brasileiro, dedicado aos problemas do presente, empenhou todos os seus órgãos de Direção Geral e Setorial no equacionamento e Solução dos problemas conjunturais e pôs em execução uma série de providências, com o propósito de atenuar os efeitos indesejáveis que a atual situação econômica tem feito sentir sobre a força terrestre.

Condicionado a manter inalterados os seus efetivos, com dotação orçamentária muito aquém das reais necessidades da organização, o Exército ainda assim cresceu e aumentou sua eficiência como instrumento de segurança e de garantia da política nacional de desenvolvimento, apresentando satisfatórios índices de operacionalidade.

Participou do desenvolvimento científico e tecnológico do País através do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e de seus órgãos subordinados.

Colaborando no desenvolvimento econômico, estimulou a fabricação de equipamentos e armamentos nacionais, sem despender divisas, e fortaleceu nossa economia, mediante vendas ao exterior. Sua participação foi, também, muito ativa em obras de interesse econômico e social, particularmente em cooperação com os Ministérios dos Transportes, do Interior, da Saúde e com os Governos Estaduais. Colaborou também no desenvolvimento social em todo o Território Nacional, através da educação de milhares de jovens nos quartéis, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, nos cursos de formação, mestrado e doutorado do Instituto Militar de Engenharia (IME) e, ainda, na qualificação, aperfeiçoamento e especialização profissional dos conscritos incorporados, preparando mão-de-obra para as áreas mais carentes da vida civil.

A Força Terrestre do Brasil, presente nos mais distantes rincões da Pátria, cumpriu sua nobre missão de assegurar a sobrevivência, o progresso e a tranquilidade da Nação Brasileira, apesar das imensas dificuldades que teve de enfrentar.

5.5.2.2 — *Organização e Aparelhamento*

Durante o ano de 1980, o Exército deu continuidade à execução de sua política básica, voltada para a atualização de sua doutrina militar, de forma a assegurar o pronto emprego da Força Terrestre.

Para a consecução desse objetivo, realizaram-se modificações de grande significado em sua estrutura.

Importantes mudanças se processaram na organização do Departamento de Material Bélico, surgidas das necessidades de racionalizar as atividades de manutenção em âmbito nacional e de agrupar, num mesmo Órgão de Direção Setorial, atividades que se tornaram afins, em função da evolução e sofisticação dos armamentos. Assim, foram

criados Parques Regionais de Manutenção, dos quais já se encontram em funcionamento os da 6ª e 7ª RM, prevendo-se, para o 1º trimestre de 1981, o início das atividades do Parque da 2ª RM e, em 1982, os da 1ª, 3ª e 5ª RM.

A criação da Diretoria de Material de Comunicações e Eletrônica, que foi, sem dúvida, a principal modificação, surgiu da crescente interdependência entre o armamento moderno e o equipamento eletrônico ou de comunicações que o complementa.

A reestruturação da antiga Diretoria de Comunicações, agora denominada Diretoria de Telecomunicações, permitirá melhor acompanhamento, pelo Exército brasileiro, dos assuntos hoje englobados no universo das comunicações e a participação mais efetiva da indústria civil nacional no reaparelhamento de nossas redes do Sistema de Comunicações Fixas.

A organização e o aparelhamento do CTEEx, órgão destinado à execução no campo científico-tecnológico da pesquisa e do desenvolvimento, do fomento industrial, da capacitação de recursos humanos, da informática, da normalização, da certificação de qualidade e das provas de equipamentos de interesse do Exército, constituíram-se, sem dúvida, em grande passo dado no sentido do fortalecimento do poder militar terrestre, pela sua contínua modernização e pela absorção das mais modernas tecnologias.

Em março de 1980, foi criada a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, já organizada e em pleno funcionamento, que poderá dedicar maior atenção ao aperfeiçoamento da cultura geral e profissional dos quadros, à educação física e ao desporto do Exército, com reflexos benéficos para o País. A ela incumbe, também, zelar pela memória militar e pelo estímulo às atividades literárias, através do Museu do Exército e da Biblioteca do Exército, órgãos a ela subordinados.

A Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) prosseguiu seu trabalho de estruturação, simultaneamente com o incremento das atividades industriais e mercadológicas, empenhado em promover o desenvolvimento do parque fabril de material bélico do País, com base na indústria privada. Inaugurou o Edifício Sede em Brasília, que reúne todos os seus órgãos de direção, até aquela data dispersos, tomou medidas de saneamento econômico-financeiro e realizou vasta atividade para recuperação e ampliação industrial, além de concluir e pôr em operação novas usinas destinadas à produção de explosivos e propelentes de interesse militar.

A Diretoria de patrimônio prosseguiu a regularização dos imóveis jurisdictionados ao Ministério do Exército, com base na Lei nº 5.972/73. Com a regularização de 86 em 1980 o seu número se elevou a 1.192.

Fato significativo foi a reorganização realizada na Diretoria de Serviço Geográfico, através da transformação do Centro de Operações Cartográficas em 5ª Divisão de Levantamento (5ª DL) e do processo de descentralização adotado, que tem permitido equipar as DL de forma a permitir a realização de todas as fases da atividade cartográfica.

Em 1980, a implantação e o pleno funcionamento do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército e seus dependentes e do Fundo de Saúde do Exército exigiram a criação, no Departamento Geral de Serviços e nas Regiões Militares, de um elemento específico para tratamento dos assuntos a eles referentes, dado o volume de trabalho gerado por tal atividade. O Estado-Maior do Exército buscou a solução do problema, dentro das limitações da Lei de Efetivos.

Paralelamente, com a adoção de medidas voltadas para a maior funcionalidade da Organização, providências foram tomadas para modernizar e completar os equipamentos, armamento e munição, viaturas, meios de comunicações e toda a vasta gama de materiais indispensáveis ao cumprimento da missão constitucional do Exército.

No período, foram comprados no exterior apenas equipamentos e peças de reposição de caráter indispensável, enquanto no País foi feita aquisição de blindados sobre rodas e lagartas, lançadores de pontes; de material de engenharia, variando da bússola às embarcações fluviais e ao material de Pontes Bailey e B4A2, de armamento leve e pesado, de munição para todos os tipos de armas, de viaturas, desde o pequeno «jeep» de 1/4 ton. até os pesados cavalos-mecânicos com seus reboques para transporte de carros de combate.

Proseguiu a repotencialização e modernização de carros de combate, viaturas blindadas e viaturas de transporte não especializado.

Destaque especial merecem as aquisições, realizadas à indústria nacional, de importante e indispensável material de comunicações, desde o simples telefone magnético ou a bateria, passando pelos importantes conjuntos-rádio de médio e grande alcance, até os sofisticados teleimpressores.

O objetivo de todo esse esforço, com significativo dispêndio de capital, onde a participação de recursos oriundos do Fundo do Exército é muito acentuada, foi aumentar o grau de operacionalidade das Grandes Unidades e Unidades do Exército, pelo incremento, principalmente, da mobilidade, potência de fogo e meios de coordenação e controle.

Constituiu grande preocupação da alta administração do Exército dotar suas organizações militares de equipamentos com vistas à economia de tempo, munição e combustível; por isso, aquisições têm sido realizadas e pesquisas desenvolvidas para a utilização pela tropa de

campos de tiro reduzidos, dispositivos de subcalibre 14.5mm para tiro de artilharia e tubos redutores para morteiros e canhões sem recuo e para carros de combate. A criatividade tem sido incentivada e, graças à política adotada, nossos oficiais e praças têm contribuído com projetos e realizações práticas para maior economia de recursos.

Proseguiu a Diretoria de Obras Militares em sua missão precípua. Encontram-se em construção novas instalações ambulatoriais no Hospital Central do Exército e nos Hospitais Gerais de São Paulo e Curitiba, e 7 aquartelamentos; foram concluídos 9 Estandes de Tiro e 10 outros já se encontram com as obras bem adiantadas. Em 26 aquartelamentos e 5 organizações militares de saúde, foram realizados grandes melhoramentos.

Encontra-se em fase final de construção, e com término previsto para fevereiro de 1981, o Centro de Processamento de Dados nº 2, em São Paulo, que atenderá ao II Exército.

Com a preocupação de diminuir o déficit de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) em todo o Brasil, foram concluídas 104 residências para militares e se encontram em construção 235 outras.

Visando a liberar áreas em disponibilidade e obter recursos para construção de novos PNR e obras julgadas necessárias, foram relacionados, para alienação, 79 imóveis jurisdicionados ao Ministério do Exército.

Com a preocupação voltada para a modernização e para a ampliação do Sistema de Processamento de Dados do Exército (SI-PRODEX), acham-se em fase de aquisição novas máquinas para o CPDEX (Brasília), um computador COBRA 400 II para o CPD/5 (Mauaus) e novos equipamentos para o IME, estes destinados ao apoio às áreas de ensino e pesquisa.

5.5.2.3 — *Desenvolvimento Científico e Tecnológico*

Continuaram os esforços para a consolidação do Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército (SPDCTEx).

O Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico teve prosseguimento, no ano de 1980, com grande impulso. As principais atividades desenvolvem-se nas áreas de blindados, viaturas militares, mísseis, foguetes e lançadores, armamento, munição, material de engenharia, equipamento eletrônico, transferência de tecnologia e aquisição de sistemas, e implantação de meios de pesquisa.

Especial ênfase foi dada ao desenvolvimento dos projetos de foguetes e seus lançadores, em fase final de execução, e ao aperfeiçoamento de foguete em fase de fabricação do lote-piloto.

Foi organizado o CTE_x, localizado em Guaratiba-RJ, constituído pelo IME, IPD, Campo de Provas da Marambaia e Institutos de Fo-

mento Industrial e de Normas e Informática (a serem criados), com implantação prevista para um período de cinco anos, conforme o Plano Diretor.

Os diversos órgãos de direção setorial estimularam, ao máximo, a pesquisa e o desenvolvimento, dentro dos limitados recursos que a atual conjuntura colocou à sua disposição.

O Departamento de Engenharia e Comunicações promoveu, através da TECNASA, pesquisa para desenvolvimento de um transmissor modular SSB transistorizado, que possibilitará maior confiabilidade na ligação entre os Grandes Comandos Militares.

Grandes esforços e experiências vêm sendo levados a efeito pela Diretoria do Serviço Geográfico, no sentido de possibilitar o suprimento, ao Exército, de documentos cartográficos temáticos, de interesse exclusivamente militar, além das cartas topográficas normais.

Em convênio com o Departamento Nacional da Produção Mineral, a 5ª Divisão de Levantamento conseguiu desenvolver um processo que permitiu a exequibilidade do aproveitamento de imagens radargramétricas, na produção de cartas planimétricas completas e preliminares de um projeto que abrange, especialmente, as áreas ainda não cartografadas do território nacional.

O Departamento-Geral de Serviços promoveu estudos de inúmeros projetos na área do material de intendência, entre os quais destacam-se o capacete de fibra balística, calçados especiais, barracas de náilon e lona e os pára-quedas para pessoal e carga média e pesada.

A alimentação do pessoal tem-se constituído em preocupação constante, em face da elevação dos custos dos produtos, levando a Diretoria de Subsistência a experimentar a mistura de soja à carne bovina, o feijão precozido em pó e o leite de soja.

A formação de recursos humanos, fundamento indispensável da Pesquisa e Desenvolvimento, prossegue com a graduação de engenheiros de diversas especialidades e também com os estágios de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, a cargo do IME, o que tem valorizado este estabelecimento de ensino como fator muito importante para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, não só de interesse militar, mas, também, de interesse geral.

Em 1980, foram formados 68 civis e 36 militares em nove cursos de engenharia. Em mestrado, as matrículas atingiram 56 civis e 13 militares e, em doutorado, 7 civis e um militar.

Engenheiros militares foram enviados ao exterior para realizar cursos destinados a habilitá-los ao aprimoramento de tecnologias autóctones.

Importantes pesquisas vêm sendo desenvolvidas pelo Departamento de Ensino e Pesquisa, no campo da administração de pessoal, a car-

go do CEP. Estão em andamento os projetos referentes à requalificação de sargentos, avaliação do desenvolvimento profissional de subtenentes e sargentos, sistema de orientação vocacional/informação profissional, catálogo de cargos e atribuições e comunicação social, além de outros projetos a cargo do Centro de Instrução de Guerra na Selva e da Escola de Saúde do Exército.

O Ministério do Exército celebrou em 1980, na área de pesquisas, quatro importantes convênios, com a aplicação de substanciais recursos financeiros para o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- I — implantação do Centro de Controle Tecnológico para Motores a Álcool;
- II — aquisição de Tecnologia em Teledireção e em Materiais de Mísseis;
- III — complementação do Sistema de Rastreamento de Mísseis do Campo de Provas da Marambaia;
- IV — implantação do Centro de Informações Científico-Tecnológico (CICIT) 2ª fase.

A IMBEL, grandemente interessada no desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolveu vários projetos, dos quais merece destaque o aprimoramento das munições de artilharia de maior uso no Exército.

O Exército Brasileiro contribuiu, através do Fundo do Exército, para a capacitação de recursos humanos, em particular no IME e na DPD, com a importância de Cr\$ 9.910.304,00 e investiu em equipamentos científicos Cr\$ 13.304.304,00, realizando um grande esforço para o desenvolvimento tecnológico, tanto do Exército como do País.

5.5.2.4 — *Colaboração no Desenvolvimento Econômico do País*

O Exército sempre esteve presente, desde os tempos do Império e, principalmente, na República, em atividades destinadas a impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em 1980, manteve-se fiel às suas tradições. Deu sua contribuição nos mais diversos setores: ensino, pesquisa e desenvolvimento, indústria, construção de rodovias e ferrovias, mapeamento, comunicações e outras obras de interesse econômico.

A Diretoria de Obras e Cooperação enpenhou-se na consolidação de mais de 1.500 Km de rodovias de elevado interesse para a segurança e desenvolvimento do País, de acordo com a orientação e recursos do Ministério dos Transportes.

Quer na Amazônia, quer no Nordeste ou no Centro-Oeste, tiveram prosseguimento trabalhos de pavimentação asfáltica em importantes segmentos rodoviários, como Cuiabá-Porto Velho, Boa Vista-Caracarái, Brasília-Barreiras e Aquidauana-Corumbá. Esses trabalhos,

em 1980, desenvolveram-se de acordo com as disponibilidades financeiras do Ministério dos Transportes, a quem cabe a alocação dos recursos necessários.

No setor ferroviário, importantes obras foram realizadas, em convênio com a RFFSA e a ENGEFER. O ramal Corvo-Estrela permitiu a ligação da BR-491 com o terminal rodo-ferro-fluvial de Estrela. O ramal industrial Esteio-Canoas encontra-se em fase de conclusão. O segmento Araguari-Goiandira, já concluído, permitiu a continuidade de acesso a Brasília, através de ferrovia moderna, de características técnicas aprimoradas, bem como do aproveitamento hidroelétrico de Itumbiara. A restauração do Tronco Sul, no trecho Mafra-Lages-Gen. Luz, corresponde a volumosos trabalhos que devolverão àquele segmento ferroviário a capacidade indispensável ao escoamento de carvão, em coerência com o Plano de Mobilização Energética. A variante Celso Bueno-Araguari, em ritmo acelerado, permitirá a concretização da hidroelétrica de Emborcação.

No Nordeste, ressaltam-se os convênios com a SUDENE, DNOCS e Governos Estaduais, objetivando o aproveitamento dos recursos hídricos.

Entre os Açudes em construção, destacam-se o Broco, no município de Tauá-CE, e o Tiririca, no município de Jaicós-PI, ambos destinados a resolver o problema do abastecimento de água daquelas cidades.

A Diretoria do Serviço Geográfico divide com o IBGE, principalmente, a execução do programa de Dinamização de Cartografia (PDC). Tal projeto objetiva cobrir, nesta década, o grande vazio cartográfico brasileiro, representado em grande parte pela região amazônica, carente, pois, de base para o planejamento racional do seu desenvolvimento econômico, excluídos outros aspectos também importantes.

A DSG, em convênio com a SUDENE, prossegue na produção de cartas topográficas de áreas consideradas prioritárias por aquela Superintendência. De igual forma, ainda que em menor vulto, manteve convênio com a SUDAM, para acelerar a obtenção de cartas da área de atuação e de interesse prioritário daquele órgão.

Através do convênio mantido com o DNPM, foram produzidas cartas planimétricas de escala 1:250.000, com base nas imagens-Radar, de área superior a 1.000.000 Km², sendo a maioria de regiões ainda não cartografadas. Como resultado de sua atuação no PDC, em 1980 foram impressas 136 novas cartas na escala 1:100.000, enquanto através de convênios foram impressas 12 outras na mesma escala, além de 40 na escala 1:25.000.

O Departamento Geral de Serviços desempenhou importante papel no desenvolvimento econômico, ao aplicar, nos diversos projetos e

atividades a seu cargo, a elevada importância de Cr\$ 7.587.255.000,00, quase integralmente na aquisição de bens ou de serviços no mercado interno, especialmente no parque industrial no País, no comércio de alimentos e no transporte de cargas.

O estímulo que deu à indústria nacional para a fabricação de material de saúde de campanha provocou interesse de vários países que poderão se constituir em futuros compradores desse material.

Em atendimento à política estabelecida para o desenvolvimento da indústria de material bélico, a maior parcela de recursos orçamentários ou extra-orçamentários foi aplicada junto à indústria nacional de material de emprego militar, com reflexos altamente positivos para o fortalecimento dessas empresas, algumas das quais já participam significativamente da nossa pauta de exportação.

A colaboração da IMBEL no desenvolvimento econômico do País pôde ser comprovada pelo seu faturamento de Cr\$ 2.410.600.000,00, que revelou grande incremento nos resultados financeiros da empresa; mas essa colaboração ficou melhor caracterizada pela obtenção de divisas através das exportações efetuadas, que somaram, em moeda nacional, Cr\$ 931.472.000,00, enquanto a empresa despendeu, em importações, o correspondente a apenas Cr\$ 100.877.000,00, o que lhe proporcionou um saldo bastante favorável.

As normas para exploração econômica dos bens móveis e imóveis sob a jurisdição do Ministério do Exército possibilitaram o arrendamento de terras e benfeitorias, bem como a prestação de serviços, sem prejuízo das atividades-fim do Exército. A utilização deste patrimônio tem contribuído para gerar recursos na área privada e para a própria força.

5.5.2.5 — Colaboração no Desenvolvimento Social do País

O Exército, que se articula em toda a extensão de nosso imenso território, convive nas capitais e nos pólos urbanos, faz-se presente nos mais distantes recantos do País e participa intimamente da vida das populações, integra tendências, difunde conhecimentos, contribui para a cultura e muito colabora, em suma, no desenvolvimento social do Brasil.

A presença do Exército no campo psicossocial é histórica. O quartel é fator de segurança e tranqüilidade, centro irradiador do progresso social, pólo de difusão da educação física e desportos, verdadeira sede de aprimoramento dos costumes.

Em 1980, o Exército restituiu à vida civil milhares de jovens instruídos e preparados militar, física, cívica e moralmente para a vida na comunidade, diplomou elevado contingente de militares e civis nos estabelecimentos de ensino, nos mais diversos ramos dos conhecimentos humanos e prestou ajuda a grande número de pessoas, em todo o País. Através de intensa ação cívico-social, assistiu populações caren-

tes no que diz respeito a serviços médico-odontológicos, à educação sanitária, ao fornecimento de documentos essenciais para a vida comunitária e ao socorro às populações atingidas por calamidades públicas.

O Exército celebrou convênios com órgãos públicos, visando à utilização de instalações ociosas, entre as quais se destacam as escolas e hospitais. Ademais, o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, através de convênios, vem integrando o programa da CEME, relativo à produção de medicamentos de baixo custo.

É de destacar a expressiva contribuição das Unidades de Engenharia de Construção, tanto na ampliação do mercado de trabalho, quanto na eficiente assistência social por elas prestadas aos habitantes das áreas em que atuam. É significativa a colaboração dada à formação de quadros técnicos para a vida militar e civil nos setores de comunicações, cartografia e engenharia de construção.

Através do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, a Diretoria de Obras de Cooperação, durante o ano de 1980, participou ativamente do Plano de Emergência, em execução no Nordeste, em atendimento às populações atingidas pela seca. Milhares de rurícolas, além do emprego, receberam assistência alimentar e médico-hospitalar. Vários trabalhos de açudagem foram executados e realizadas obras sociais, particularmente no setor educacional, em muitas comunidades.

Mediante convênio assinado com o GETAT, o 1º Gpt Eng Cnst passou a exercer atividades na região do Araguaia-Tocantins, onde se torna indispensável a implantação de uma infra-estrutura, a fim de amortecer tensões sociais decorrentes de questões fundiárias, e proporcionar o desenvolvimento e a segurança da área.

O 2º Gpt Eng Cnst prossegue na sua importante missão de cooperar com o desenvolvimento social da Amazônia, por intermédio da atuação de seus Batalhões de Construção, sediados em São Gabriel da Cachoeira-AM, Boa Vista-RR, Santarém-PA, Cruzeiro do Sul-AC, Porto Velho-RO e Cuiabá-MT.

De grande significado é a participação do Exército na educação, oferecendo, em 9 Colégios Militares, na Escola Preparatória de Cadetes, na Escola de Educação Física do Exército, no Centro de Estudos de Pessoal e no Instituto Militar de Engenharia, cursos e estágios para jovens de todas as origens que disputam o privilégio de frequentá-los, dada a excelência do ensino neles ministrado. Por outro lado, o auxílio que o Exército presta à Fundação Osório colabora com a manutenção dessa exemplar Instituição de Ensino, de 1º e 2º graus, que proporciona, por preço reduzido, assistência educacional às filhas de militares.

A realização de Colônias de Férias em Estabelecimentos de Ensino propicia anualmente, a milhares de crianças, um convívio salutar, organizado e educativo, durante o período de férias escolares.

A seleção pela inspeção médica de jovens conscritos, relacionados para a prestação de serviço militar, com o acompanhamento da higiene e correspondentes medidas profiláticas e sanitárias, atinge mais de um milhão de homens com idade de 18 anos e mantém sob controle e assistência mais de 420 mil pessoas, incluindo militares e seus dependentes.

A assistência médico-hospitalar aos militares e seus dependentes, no ano de 1980, encontrou o maior destaque no prosseguimento da implantação do SAMMED, que, utilizando os recursos do FUSEX, viveu o seu primeiro período de implementação, esclarecendo aos usuários os benefícios que o sistema oferece. A diminuição dos auxílios financeiros concedidos a militares para cobrir despesas médico-hospitalares comprova que a assistência do SAMMED já se mostra bastante eficaz, apesar do pouco tempo decorrido desde sua implantação.

Merece destaque especial o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional propondo a criação da Fundação Habitacional do Exército. Foi ele transformado na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. A Fundação Habitacional do Exército integra o Sistema Financeiro da Habitação e tem por objetivo gerir a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX), ficando extinta, em consequência, a Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEX). A criação da Fundação Habitacional do Exército veio concretizar antiga aspiração da família militar, pois irá permitir, mediante financiamentos através da POUPEX, que os militares possam adquirir casa própria, em condições bastante favoráveis. Muito em breve, o alcance social desse empreendimento se fará sentir de modo efetivo.

5.5.2.6 — Conclusão

O Exército brasileiro encerrou mais um período de trabalho e de realizações em todos os setores de atividades de nossa Força. O êxito e as vitórias alcançados foram fruto do esforço, capacidade pessoal e entrosamento coletivo.

Prossegue, com determinação e senso de realidade, a política já consagrada de nacionalização do material bélico e de outros materiais de interesse do Exército, que somente recorrerá a fontes estrangeiras em casos excepcionais. Para ampliar o alcance desse objetivo, estimula o acompanhamento do processo tecnológico, visando à sua ampliação para fins militares, sua transferência e implantação no País, e a criação de tecnologia própria.

As medidas de valorização do pessoal, postas em prática, a distribuição de novos e modernos materiais e o aperfeiçoamento do ensino e da instrução influíram favoravelmente no ânimo dos quadros e da tropa, contribuindo para um alto nível de operacionalidade e elevado moral.

A atual conjuntura econômico-financeira exigiu do governo medidas que se refletiram acentuadamente no orçamento do Ministério do

Exército, cujas dotações ficaram muito aquém das reais necessidades da Força Terrestre. Assim, recursos extra-orçamentários no total de Cr\$ 711.712.699,00 provenientes do Fundo do Exército, de capacidade bastante limitada, foram injetados com a finalidade de atenuar os efeitos produzidos pelos cortes no orçamento.

As medidas adotadas em 1980 mantiveram no nível mínimo compatível com a política de segurança estabelecida pelo Governo a capacidade do Exército para o cumprimento de suas missões constitucionais.

As ações previstas para 1981 darão continuidade à execução do planejamento, com ênfase no reaparelhamento das Unidades.

5.5.3. — *Ministério da Marinha*

5.5.3.1. — *Introdução*

As restrições impostas pela situação econômico-financeira do País, em conseqüência, principalmente, da crise do petróleo, tem exigido um grande esforço da Marinha no sentido de manter as Forças Navais em um nível de prontificação satisfatório. Assim, no planejamento e na execução de suas atividades, foi dada prioridade à aplicação de recursos nos setores que dizem respeito à missão eminentemente oceânica da Marinha, reduzindo ao mínimo os gastos, tanto em áreas fluviais, onde a atuação da Marinha deve ficar restrita ao cumprimento de suas obrigações inalienáveis, como em atividades subsidiárias, de caráter não militar, nas quais a Marinha atua por determinação legal, tradição ou carência de quem a substitua.

Entre as operações realizadas, podem-se destacar:

- I — UNITAS XXI — realizada entre os portos do Rio de Janeiro e Recife, com a participação da Marinha Norte-Americana e de aeronaves da Força Aérea Brasileira;
- II — DRAGÃO XVI — operação anfíbia realizada na costa brasileira;
- III — FRATERNOS — realizada entre os portos de Puerto Belgrano e do Rio de Janeiro, com a participação da Marinha Argentina;
- IV — JAPONESSES — realizada entre os portos de Recife e Fortaleza, com a participação de unidades do Esquadrão de Treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão;
- V — READEX-II — operação anfíbia de grande envergadura, realizada no Caribe, com a participação de tropas e navios de várias nações. O Navio de Desembar-

que de Carros de Combate «DUQUE DE CAXIAS» e o batalhão «RIACHUELO» tomaram parte nessa Operação;

VI — NINFA-VIII — realizada na região do Pantanal Mato-Grossense, com a participação da Força de Defesa Fluvial do Paraguai, constando de exercícios de contraguerrilhas e patrulha fluvial.

Nas mencionadas operações e em muitas outras de menor vulto, as Unidades Operativas realizaram exercícios diversos, destinados a mantê-las adestradas em guerra anti-submarino; guerra anti-aérea, guerra submarina, ação de superfície, operações anfíbias, guerra de minas, defesa de porto, guerra eletrônica, guerra NBQ, operações de apoio, emprego de mísseis, emprego de aviação, ações de comando, informações, comunicações, segurança das instalações, operações contraguerrilhas e operações fluviais e ribeirinhas.

Objetivando a economia de combustível, procurou-se utilizar, intensivamente, as facilidades de adestramento em equipamentos sintéticos dos centros de adestramento, bem como tirar o máximo proveito dos recursos de simulação dos equipamentos de bordo. Ainda dentro desse enfoque, foram intensificados os jogos de guerra na carta, cabendo raiz especial para o exercício OPERATLAN-80.

Foram realizados exercícios específicos de Controle do Tráfego Marítimo, entre eles o COAMAS-80, do qual também participaram Orgãos da Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Navio-Escola «CUSTÓDIO DE MELLO» fez a 22ª Viagem de Instrução de Guardas-Marinhas, visitando, inclusive, portos da América do Norte, Europa e África.

5.5.3.2. — Organização e Aparelhamento

No setor operativo, foi incorporada ao Serviço da Armada a Fragata «UNIÃO» e foram adquiridos 2 Rebocadores de Alto-Mar e 6 carros de combate leve; sobre rodas, tipo «CASCAVEL».

O Programa de Reparelhamento da Marinha, com o propósito de planejar a obtenção de meios flutuantes, aéreos e anfíbios, a ampliação e o reequipamento das instalações de apoio e as baixas do material obsoleto, tem como diretriz básica a construção de navios de guerra no País, com projetos nacionais, sempre que possível, ainda que se haja de comprometer a sua sofisticação, em proveito da nacionalização do material.

Dentro das prioridades estabelecidas no referido Programa, merece destaque a planejada construção no Brasil de: corvetas modernas que deverão substituir os atuais Contratorpedeiros (o projeto está em desenvolvimento), três Submarinos (em andamento os estudos técnicos

e os entendimentos relativos ao financiamento) e um Navio-Escola compatível com as exigências requeridas para a conveniente formação dos futuros Oficiais (a Norma Preliminar de construção está em fase de conclusão).

Acha-se em estudo a reorganização do Copro de Fuzileiros Navais, que incluirá a criação de um Órgão de Direção Setorial.

No setor de apoio tiveram prosseguimento várias obras, visando à adequação das instalações dos diversos órgãos às tarefas que lhes cabe executar. Entre essas, destacam-se as de ampliação e modernização das Bases e Estações Navais, as de implantação do Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, as de construção da Estação de Medidas Magnéticas de Navios e as de prontificação do Hospital Naval Marcellio Dias. Deve ser ressaltada, ainda, a ativação da Raia de Tiro da Ilha de Alcatrazes, que permitirá a realização de exercícios de Apoio de Fogo Naval no País, dentro das mesmas técnicas dos exercícios efetuadas nas raias de Vieques e Culebra (EUA), proporcionando, assim, expressiva economia de combustível, além de se constituir em fator de prestígio para o Brasil, com a sua utilização por navios de outras marinhas.

Estão em andamento providências para a transferência da sede do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis (SC) para Rio Grande (RS), e da Diretoria de Administração da Marinha para Brasília, e em estudo a da Diretoria de Finanças da Marinha e do Serviço de Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro para Brasília.

5.5.3.3. — *Desenvolvimento Científico e Tecnológico*

O Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha estabelece a política a ser observada para essa área, organiza a estrutura do Sistema Setorial de Ciência e Tecnologia da Marinha e orienta as ações de pesquisa e desenvolvimento a serem empreendidas. Em cumprimento ao referido Plano, as Diretorias e Órgãos Especializados da Marinha vêm desenvolvendo inúmeras pesquisas nas áreas de Construção Naval, Eletrônica, Telecomunicações, Engenharia Mecânica, Análise de Sistemas, Acústica Submarina, Biologia Marinha, Oceanografia, Química, Bioquímica, Tecnologia dos Alimentos, Energia e Atividades Espaciais.

O Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), além de coordenar várias pesquisas desenvolvidas por outros Órgãos da Marinha, executou, diretamente, projetos em quase todas as áreas supracitadas. Entre esses, podemos ressaltar, como de interesse militar, a implantação e operação de uma estação de acústica submarina e o desenvolvimento de armamento, de alvos teledirigidos, de engenhos pirotécnicos e propulsores, de receptor OMEGA de navegação por satélite. Na área de interesse civil, além dos dois últimos projetos citados, destaca-se o Projeto-Cabo Frio, que visa à criação de uma infra-estrutura capaz de

apoiar o estudo do mar e de seus recursos, do ponto de vista da oceanográfica, da química e da biologia marinha. Nesse projeto, adquiriram maior realce as pesquisas relacionadas com a biologia e cultura de produtos do mar, com o fenômeno da ressurgência e com o desenvolvimento de um sistema de geração de energia por gradiente térmico na costa do Brasil. Devem-se ressaltar, ainda, outras pesquisas, não relacionadas com o Projeto Cabo Frio, mas de grande significado para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do País, como: o projeto de síntese de medicamentos a partir de produtos do mar; a produção de concentrado protéico de pescado; e os estudos referentes ao aproveitamento de energia eólica, solar e proveniente de bioconversão (Projeto Baronesa). Este último visa não só à geração do metano, a partir da digestão anaeróbica da planta Baronesa ou Aguapé, mas também à utilização de suas potencialidades no combate à poluição e na produção de fertilizantes e alimentos para gado e peixes. Como fato concreto que bem representa o sucesso alcançado por esse projeto, poderíamos mencionar que o Instituto de Pesquisas da Marinha já forneceu cerca de 80 protótipos de digestores para instalação em diversos Estados. Esses dispositivos utilizam a planta acima citada, ou dejetos de gado e outras substâncias orgânicas como matéria-prima para a produção de gás metano, que poderá ser utilizado em fogões, geladeiras, motores estacionários e, inclusive, na geração de energia elétrica, constituindo-se pois, numa fonte alternativa barata, sem sofisticação e sem exigência de profundos conhecimentos, o que, certamente, contribuirá para a fixação do homem ao campo, pois permitirá sensível melhora do nível de vida nas zonas rurais.

A Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha executou pesquisas referentes ao desenvolvimento experimental e industrial de munição, bem como as relacionadas com o desenvolvimento de equipamentos de comunicações, simuladores para adestramento e equipamentos eletrônicos de auxílio à navegação.

A Diretoria de Engenharia Naval, com o apoio de entidades civis, está desenvolvendo projetos de navios de concepção nacional, entre esses os da Corveta, do Rebocador de Alto-Mar, do Navio-Escola e do Navio de Apoio Fluvial. Efetuou, ainda, estudos relativos às técnicas estruturais de submersíveis e à tecnologia de projeto de construção e operação de veículos oceânicos.

O Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV) vem executando a avaliação operacional dos sistemas das Fragatas e o desenvolvimento e a avaliação de procedimentos táticos e de sistemas de apoio aos navios e aeronaves. Desenvolveu, também, pesquisas sobre áreas de propagação e interferência de ondas eletromagnéticas e avaliação do desempenho operativo e da confiabilidade dos sistemas de radiocomunicações e de máquinas de bordo.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) realizou diversas pesquisas, destacando-se, no campo da oceanografia física e química, as Operações «Rio de Janeiro II», «Leste V» e «Cabo Frio V», executadas pelo Navio Oceanográfico «Almirante Saldanha», e, no campo da geologia e geofísica, as Operações «Geomar XIV XV e XVI», realizadas pelo Navio Oceanográfico «Almirante Câmara», na plataforma continental sul e sudeste. Pesquisadores e estudantes de diversas entidades federais, estaduais e particulares embarcaram nesses navios para a realização das citadas operações. Participou ainda a DHN do Programa de Sensoriamento Remoto dos Recursos do Mar, a cargo do Instituto de Pesquisas Espaciais, bem como dos estudos que visam a avaliar o potencial energético das marés na costa norte do País e realizou intensivo intercâmbio de dados oceanográficos e meteorológicos, eletronicamente arquivados, com instituições congêneres nacionais e internacionais.

A Marinha proporcionou estágios a estudantes de diversos níveis, em seus Órgãos Especializados, principalmente no Instituto de Pesquisas da Marinha, que também ministrou vários cursos práticos relativos aos assuntos abrangidos pelo Projeto Cabo Frio.

5.5.3.4 *Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País*

Visto que os investimentos no setor de segurança devem representar, sempre que possível, estímulo para o desenvolvimento, a Marinha vem incentivando as empresas brasileiras que se propõem a participar do seu Programa de Reaparelhamento, a desenvolver sistemas e equipamentos de uso naval ou prover a manutenção destes. Dentro dessa linha de ação, no ano de 1980, podem citar-se, entre outros, os seguintes fatos: contrato firmado com o Estaleiro São João para a construção de três Navios Balizadores; início da construção, pela EBRASA, de dois Avisos de Instrução para a Escola Naval; aquisição, à ENGESA, de seis carros de combate leve, sobre rodas, do tipo «Casavel»; e encomenda e aquisição, no mercado nacional, de diversos equipamentos eletrônicos, máquinas, motores, material elétrico, munição e outros itens de uso naval.

Merecem destaque as atividades de construção e reparo naval desenvolvidas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com o apoio de vários setores da indústria nacional, cabendo ressaltar a recente prontificação da Fragata «União», com emprego de mão-de-obra nacional contratada, que a Marinha teve de aperfeiçoar para adaptá-la à complexidade tecnológica do projeto.

No que se refere ao apoio prestado à Marinha Mercante, às embarcações pesqueiras e às atividades marítimas da PETROBRÁS, cabe ressaltar: execução, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), de obras de acabamento de dois navios graneleiros para a CCN; diversos reparos e docagens de navios mercantes e embarcações

de pesca e de apoio às plataformas da PETROBRÁS, executados pelo AMRJ, Bases Navais e outros estabelecimentos de reparos; implantação e manutenção de sinais náuticos efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Capitánias dos Portos e organizações militares subordinadas; levantamentos hidrográficos realizados pelos navios da DHN, e a conseqüente confecção ou atualização de cartas náuticas; elaboração e divulgação pela DHN, de avisos aos navegantes, boletins meteorológicos, tábuas de marés e publicações diversas do interesse dos navegantes; e participação do Serviço de Busca e Salvamento da Marinha em mais de 100 missões de busca, salvamento, reboque e orientação médica no mar.

Colaborando na proteção aos recursos do mar territorial e da plataforma continental e no combate à poluição, ao contrabando e ao descaminho, as Forças Distritais realizaram mais de 60 missões de patrulha costeira e 12 de patrulha fluvial, enquanto as Capitánias dos Portos executaram várias ações de Polícia Naval. Merece destaque, como resultado dessas missões, o apresamento de 9 embarcações estrangeiras engajadas em atividades ilegais de pesca.

5.5.3.5 *Colaboração ao Desenvolvimento Social do País*

No setor de educação, além da formação militar e técnico-profissional de seu pessoal proporcionada pelos seus estabelecimentos de ensino, a Marinha ministrou mais de 200 cursos relativos ao Ensino Profissional Marítimo, nos quais se inscreveram cerca de 9.500 alunos, entre marítimos, fluviais, pescadores e portuários, e formou mais de 300 profissionais na Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a maioria absorvida pela indústria civil.

A Marinha prestou assistência medico-odontológica a uma clientela superior a 220.000 pessoas, entre militares da ativa, inativos, pensionistas, civis e seus dependentes. Está em andamento a reorganização e modernização da rede hospitalar no Rio de Janeiro (onde se concentra cerca de 70% da população naval), que objetiva aumentar a eficiência da assistência prestada e facilitar o acesso da clientela aos órgãos de saúde. Assim, em 1980, foi ativado o Hospital Naval Marcílio Dias, que servirá de último elemento da cadeia de evacuação médica da Marinha, proporcionando assistência de alto nível de especialização. Foram, ainda, iniciadas reformas nos demais hospitais e ambulatórios e tomadas as primeiras providências para dotar a Odontoclínica Central da Marinha de instalações mais adequadas e para a implantação de ambulatórios periféricos nas áreas de maior concentração de clientela.

Através dos Núcleos de Assistência Social dos Distritos Navais, do Comando Naval de Brasília e dos Comandos de áreas, foram prestados serviços ao pessoal militar e civil da Marinha, sob a forma de doações, empréstimos, bolsas de estudo e orientação, além de assistên-

cia jurídico-judiciária, recreativa, desportiva, religiosa e previdenciária. Ainda na área da Assistência Social, a Marinha, preocupada em dar amparo aos seus servidores na velhice, está construindo, nas instalações do Sanatório Naval de Nova Friburgo, a «Casa do Velho Marinheiro».

Com o objetivo de motivar ainda mais o seu pessoal e como demonstração de reconhecimento pelo bom desempenho profissional, a Marinha criou a medalha «Mérito Marinheiro», para premiar os militares da ativa que, em operações no mar, se distinguirem pela exemplar dedicação à sua profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo. Da mesma forma, foram instituídos os prêmios «Mérito Funcional» e «Mestre Antonio da Silva», com a finalidade de recompensar seus servidores civis que se destaquem pela conduta e dedicação exemplares, bem como pela eficiência e entusiasmo no exercício de suas atribuições funcionais.

A implementação do Corpo Feminino da Marinha, criado em 1980, apresenta expectativas de ordem social favoráveis, pois permitirá que as mulheres de nosso País, grande contingente de profissionais qualificados ainda não aproveitado pelas Forças Armadas, dêem sua contribuição voluntária à Marinha, prestando serviços em diversos órgãos de apoio em terra.

No que se refere ao problema da moradia, além de estar executando um programa de obtenção e construção de moradias funcionais em diversos Estados, inclusive na área do Rio de Janeiro, a Marinha, através da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha como agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, vem implementando planos de aquisição de casas próprias, visando a atender às áreas de maior concentração de pessoal. Em 1980, esse Órgão, vinculado ao Ministério da Marinha, executou 16 empreendimentos, no total de 6.433 unidades correspondentes a 8.760.611 UPC.

Como vem fazendo há mais de 100 anos, a Marinha continuou, em 1980, a prestar serviços de atendimento médico-odontológico e social às populações menos assistidas do litoral, da região amazônica e das margens do rio Paraguai e de outros rios. A presença da Marinha reveste-se de valor inestimável, principalmente em locais distantes e praticamente inacessíveis por outro caminho que não o da aquavia. Afora sua ação sanitária, assume importância especial a regularização da situação profissional dos pescadores e de tráfego de suas embarcações, nos próprios locais onde residem, e a atuação de integração realizada pela Marinha na Amazônia, ao incutir nas populações dessa região nobres sentimentos de civismo. Para se ter idéia da dimensão dos serviços assistenciais prestados, é conveniente registrar que, somente na Amazônia, mais de 15.000 pessoas foram atendidas. Essa assistência poderá tornar-se ainda mais eficiente, quando entrarem em operação naquela área os dois navios de assistência hospitalar, cuja constru-

ção vem sendo negociada com a SEPLAN e os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e dos Transportes.

Finalmente, cabe ressaltar o apoio prestado pela Marinha ao «Projeto RONDON», bem como a realização de Colônias de Férias em vários Órgãos, proporcionando às crianças sadio lazer e amplo relacionamento intergrupo, além de despertar nelas sentimentos de patriotismo e o interesse pelas atividades ligadas ao mar.

5.5.4: *Ministério da Aeronáutica*

5.5.4.1 *Introdução*

A atual conjuntura do país e a modesta aplicação dos recursos disponíveis tem exigido da Aeronáutica esforço crescente na gerência de seus negócios. As medidas adotadas, diante da necessidade de obter maior operacionalidade em todas as áreas e minimizar ainda mais os custos operacionais e administrativos, foram coroadas de êxito.

Dentro desse quadro, o Ministério da Aeronáutica entrosou-se com a política governamental, ao adotar uma administração austera e segura, condizente com as dificuldades apresentadas.

Essa ação administrativa foi mais atuante nos setores de organização e aparelhamento, pessoal, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e infra-estrutura Aeronáutica.

5.5.4.2. *Organização e Aparelhamento*

Após a vigência do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967, o Ministério da Aeronáutica vem reformulando sua estrutura organizacional a fim de poder acompanhar o desenvolvimento do País. Essa transição implica melhor utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros. Resultado desse estudo é a nova estruturação que permitirá a separação nítida dos recursos aplicados em atividades militares daqueles aplicados em atividades notadamente voltadas para a área civil.

Outra modificação introduzida na atual estrutura é a criação do Centro de Instrução Especializada, órgão onde estão reunidos os diversos cursos de especialização.

Considerando as necessidades de economia de divisas, o desenvolvimento de tecnologia nacional e a luta pela menor dependência do mercado exterior, já há alguns anos vem-se dando prioridade de compra à indústria aeronáutica brasileira, da qual foram adquiridas as seguintes aeronaves: 120 aviões Bandeirante, fabricados pela EMBRAER, sendo 60 unidades de versão para passageiros, 40 para carga, 12 de esclarecimento marítimo, 6 de reconhecimento fotográfico e 2 de versão laboratório; 172 aviões Xavante, também da EMBRAER, para treinamento militar, ataque e reconhecimento fotográfico; 20 aviões

(com opção de compra para mais 10) Seneca (EMBRAER), versão transporte executivo militar, 6 aviões Xingu (EMBRAER) também para transporte executivo militar e Ipanema (EMBRAER) para reboque de planadores; 150 Universal, fabricados pela Neiva, versão treinamento básico militar; 100 Uirapuru, da Aerotec, para treinamento primário militar e civil; 80 Regente, da Neiva, para ligação e observação; e 20 planadores Quero-Quero — perfazendo 678 unidades, todas recebidas ou encomendadas de fábricas brasileiras.

5.5.4.3 — *Colaboração ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País.*

Colaborando para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, o Ministério da Aeronáutica lançou vários programas, dos quais são apresentados, a seguir, os de maior importância.

I — *Programas de Desenvolvimento de Aeronaves*

a) Projeto de avião militar turboélice para treinamento avançado (o primeiro protótipo voou pela primeira vez em 19.8.80 e a FAB já encomendou 118 aeronaves, com opção de compra para mais 50).

b) Projeto de avião planador Urubu, destinado à intensificação da mentalidade aeronáutica e considerado como instrumento dos mais econômicos para a formação de pilotos (o protótipo voou, com sucesso, em 24.10.79). Atualmente, está em fase de homologação, após o que será transferido para a indústria. O Departamento de Aviação Civil (DAC) está negociando a compra de uma pré-série.

c) Projeto e desenvolvimento de aeronave de emprego múltiplo nas seguintes versões: transporte de carga ou passageiros (30 a 40), aeronave de patrulha e guerra anti-submarino e aeronave de busca e salvamento, tendo a FAB feito opção de compra para uma série de aeronaves.

d) Projeto e desenvolvimento de aeronave a jato de combate, com capacidade para realizar missões de ataque, superioridade aérea e reconhecimento tático.

e) Projeto de desenvolvimento de uma aeronave de treinamento primário com capacidade para realizar vôos acrobáticos, destinada a equipar a Academia da Força Aérea, estando o vôo do protótipo previsto para março de 1981.

II — *Programa Produção de Ligas Leves*

Aproveitamento de resíduo de salinas no Rio Grande do Norte para garantir todo o suprimento de magnésio metálico necessário ao País. Um grupo de empresários está negociando a implantação de um

projeto destinado a aproveitar o concentrado de minério de óxido de titânio para emprego como pigmento de tintura e como titânio metálico.

III — Programa Radar

a) Projeto, desenvolvimento e industrialização de radar meteorológico, já em fase de transferência para indústria.

b) Projeto, desenvolvimento e construção de protótipo de radar de terminal, em fase final de desenvolvimento.

IV — Programa Combustíveis Renováveis

a) Ensaio e homologação de motores convertidos para uso de álcool etílico.

b) Projeto de motor específico para uso de etanol, com futura e ampla possibilidade de aplicação em transporte coletivo e de carga.

c) O Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio, realiza levantamento de dados sobre óleos vegetais, objetivando a obtenção de combustível alternativo para uso aeronáutico, e em substituição ao diesel.

V — Programa Especial Brasileiro

O Programa de Pesquisas e Desenvolvimento de Veículos Espaciais, cujo executor dentro do Ministério da Aeronáutica é o Instituto de Atividades Espaciais (IAE), órgão do CTA, já passou por várias fases distintas e atingiu, em 1980, a sua maturidade.

Em 27 de agosto de 1980 voou o oitavo foguete da série SONDA III transportando uma carga inteligente, desenvolvida e fabricada no Brasil, independente de tecnologia externa.

O experimento constava de um sistema automático de controle de posição, tomando como referência a linha sol-terra e o campo magnético terrestre. O comportamento do sistema de pilotagem foi perfeito, obtendo-se uma precisão de apontamento solar da ordem de um minuto de arco durante sete minutos de vôo. Isso não apenas confirmou os dados obtidos em agosto de 1979, como revelou significativa evolução e aperfeiçoamento do sistema de pilotagem.

O SONDA IV, que será o primeiro foguete pilotado da série dos foguetes SONDA, realizou seu primeiro ensaio em ponto fixo (banco de ensaio no solo) no dia 28.10.80, tendo queimado mais de uma tonelada de propelente, durante quase um minuto.

O ensaio, revestido de pleno êxito, representa marco de grande relevo, pois é a primeira vez que se queima um bloco de propelente dessas dimensões no Brasil e durante tanto tempo.

O SONDA IV, foguete que deverá voar em fins de 1982, constitui fator importantíssimo dentro da Missão Espacial Completa, compondo o Veículo Lançador de Satélites.

Durante o ano de 1980 foram cumpridas três etapas do programa que visa ao desenvolvimento de um Veículo Lançador de Satélites, a saber:

- a) domínio do controle de atitude de uma carga no espaço;
- b) passo inicial do desenvolvimento dos propulsores, através do ensaio em banco de um motor de um metro de diâmetro;
- c) projeto e fabricação da eletrônica de controle de um foguete nacional.

O CTA contou durante 1980 com a cooperação da República Federal da Alemanha nas áreas de aerodinâmica, sistemas e energia não convencional, ficando estabelecidas nesse período as bases de um projeto conjunto para a energização da Ilha de Fernando de Noronha, mediante o uso de dispositivos não convencionais de geração de energia (aerogeradores-cataventos, geradores solares e biomassa).

Com os Estados Unidos, as pesquisas conjuntas no campo de propagação de ondas ionosféricas foram intensificadas, mediante o estabelecimento das bases para dois lançamentos conjuntos no Centro de Lançamento de Foguetes de Barreira do Inferno (CLFBI) no ano de 1982, onde os cientistas da Air Force Geophysical Laboratories (AFGL) utilizarão pela primeira vez veículos SONDA III.

Concluídas as discussões sobre a Missão Espacial Completa, a cooperação entre os organismos franceses de espaço e o CTA se restringiu mais ao apoio francês para formação de pessoal através de convênios e oferecimento de cursos.

Dentro do acordo COBAE/CNES, o CLFBI executou o rastreamento de dois lançamentos do foguete europeu Ariane, veículo capaz de colocar em órbita geoestacionária satélites de 1,5 tonelada.

Além da participação no Projeto Ariane, realizou o CLFBI, em 1980, dois lançamentos de foguetes nacionais (SONDA III).

A aproximação política Brasil/Argentina vem facilitando discussões específicas sobre desenvolvimentos espaciais conjuntos.

Durante a operação São Paulo ocorrida em dezembro de 1979 (de 2 a 12), por ocasião do lançamento do 1º experimento científico brasileiro (Projeto Eletron), contou-se com a presença de especialistas argentinos.

A seca do Nordeste provocou em 1980 debates acalorados em todo o Brasil. O Ministério da Aeronáutica mantém uma equipe no CTA dedicada a esses estudos. Assim, foram pronunciadas conferências em todo o país com o objetivo precípuo de esclarecer e reafirmar os estudos realizados sobre o prognóstico da tendência do tempo para o polígono das secas até o ano de 1985.

Em novembro de 1980 foi iniciado também o 5º e último período de nucleação de nuvens quentes visando à sua aplicação em todo o Nordeste, a fim de combater a seca que ali ocorre.

Foi apresentado também à SUDENE outro plano, em caráter de urgência, voltado para a geração de nuvens em alto mar a ser trazidas para o continente pelos ventos alísios, que sopram constantemente nessa região. Caso as nuvens não desaguassem sozinhas, seriam então nucleadas.

- Todos esses trabalhos vêm fornecendo ao Governo valiosas informações para um melhor equacionamento das medidas de combate ao flagelo das secas.

5.5.4.4 — *Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País.*

O Ministério da Aeronáutica, empenhado na análise da atual conjuntura do País, vem se aparelhando dos meios aéreos e seus equipamentos dentro de uma filosofia de economia de divisas, visando ao crescimento tecnológico do País e à diminuição da dependência externa. Com a substituição de importação do material aéreo e seus equipamentos, haverá maior benefício do mercado interno, incentivando a indústria brasileira e permitindo a nacionalização de material aeronáutico e desenvolvimento de projetos com recursos humanos e materiais nacionais.

Essa política vem sendo usada na aquisição de aeronaves e seus equipamentos com as indústrias EMBRAER, Neiva e Aerotec.

Com a utilização de modernos aparelhos no vectoramento do tráfego aéreo, surgiram novos procedimentos em relação ao tempo de espera nas áreas terminais de São Paulo e Rio de Janeiro, com significativa economia de combustível.

Desde 1978 vem sendo dado apoio ao IBGE e DSG para execução de aerolevanteamento de áreas do território nacional através de aviões, helicópteros e pessoal especializado.

No ano de 1980, recursos foram alocados para dinamização terrestre, náutica e aeronáutica, num total de 3.550 horas de voo em proveito do DSO e IBGE; (área de aproximadamente 500.000 Km²).

A Cartografia Aeronáutica continuou expandindo a Cartografia de apoio à infra-estrutura aeroportuária, locação e posicionamento de auxílios à navegação aérea, com nove aeroportos levantados e oito em vias de conclusão. Dezenove cartas de navegação acham-se em elaboração, tendo-se atingido plena operacionalidade dos equipamentos de aerotriangulação, posicionamento geodésico por satélites e traçado automático de cartas.

O transporte aéreo civil brasileiro atendeu satisfatoriamente às necessidades econômicas e sociais do País, apresentando expansão de

serviços, com aumento de produtividade das frotas. A oferta de assentos/quilômetros registrou aumento com elevado aproveitamento médio de ocupação dos assentos. O setor doméstico apresentou boa lucratividade. No setor internacional manteve-se elevada a participação das empresas brasileiras, ao acusar ganhos significativos em produtividade e lucratividade.

5.5.4.5 — *Colaboração ao desenvolvimento social do País*

Tradicionalmente, o Ministério da Aeronáutica tem entre seus objetivos a contribuição ao desenvolvimento social do País, além das áreas de interesse nacional a que está mais voltado. Essa contribuição se verifica principalmente nos setores de Aviação Civil, Infra-Estrutura Aeronáutica, Correio Aéreo Nacional, Ensino, Programa Habitacional e Plano de Assistência Médio-Hospitalar.

5.5.4.6 — *Aviação Civil*

O Transporte aéreo regular é muito sensível a crises econômico-financeiras, pois as tarifas geralmente não são reajustadas rapidamente e na mesma proporção da elevação dos custos operacionais e administrativos. A rentabilidade do capital investido é menos atraente do que em outros campos de atividade menos complexos e de lucros mais compensadores. Mesmo assim, a política adotada pelo Ministério da Aeronáutica tem sido contrária às subvenções, o que exige reformulações no sentido de conservar o transporte aéreo em seu papel de bem servir à população brasileira. Criou-se o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional, para cobrir a grande lacuna que passou a existir em decorrência da entrada em serviço dos grandes jatos.

O sucesso foi grande, inclusive por ter a iniciativa constituído novo mercado para a indústria aeronáutica brasileira, além de tornar possível o atendimento a inúmeras cidades do território brasileiro.

5.5.4.7 — *Infra-Estrutura Aeronáutica*

Com a expansão do tráfego aéreo e as inovações tecnológicas das modernas aeronaves, o Ministério da Aeronáutica viu-se na contingência de melhorar e ampliar a infra-estrutura aeronáutica, tanto através de melhoramentos da rede aeroportuária, quanto através da modernização da rede de proteção ao voo. A maior parte dos recursos financeiros é aplicada na construção de instalações vitais para a aviação comercial.

A criação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), vinculada ao Ministério da Aeronáutica, foi a solução encontrada para gerir, racional e economicamente, diretamente ou através de subsidiárias, os aeroportos brasileiros. Competem-lhe, como grande tarefa, as atividades de implantação, administração, exploração comercial e industrial da infra-estrutura aeroportuária do País.

Atualmente a maioria dos aeroportos brasileiros são administrados pela INFRAERO. Entretanto, há um grande número de aeroportos cuja rentabilidade não permite que sejam explorados comercialmente; esses aeródromos continuam sob jurisdição e administração do Ministério da Aeronáutica.

Na região Amazônica, interesses da segurança e da integração nacional ditaram a necessidade da criação de um organismo destinado a planejar e executar um programa de construção de aeródromos. Esse organismo vem funcionando há vários anos na região, tendo sido iniciado com um convênio entre o Ministério da Aeronáutica e a antiga Superintendência do Projeto de Valorização da Amazônia (SPVEA).

No sistema aeroportuário, o Ministério da Aeronáutica criou em 30/05/79 a Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo, considerando:

- I — A necessidade de dotar a área terminal de São Paulo de Aeroportos capazes de atender ao crescimento do tráfego aéreo naquela área;
- II — O vulto do empreendimento, recomendando a busca da solução mais econômica.

Em 12 de setembro de 1979, foi criada a Comissão Coordenadora do Projeto Aeroporto de Belo Horizonte através da Portaria nº 1105/GM4, sendo razões determinantes da construção do referido aeroporto o fato de que o atual não apresenta condições para receber melhoramentos, além de estar localizado em área residencial densamente povoada, não podendo, por conseguinte, responder ao aumento do fluxo de carga e passageiros que se verifica no Estado.

As duas comissões estabeleceram diretrizes fundamentais para fixação de dois critérios básicos para execução dos projetos:

- I — Economia e simplicidade, sem prejuízo da funcionalidade;
- II — Obrigatoriedade de utilização de empregos, materiais e serviços estabelecidos e produzidos no Brasil.

Sem dúvida, os projetos, durante a execução ou após a implantação, trarão efeitos multiplicadores altamente favoráveis do ponto de vista social, ao ampliar o mercado de trabalho pela geração de novos empregos em todos os níveis de qualificação profissional.

5.5.4.8 — Operação do Correio Aéreo Nacional

O Correio Aéreo Nacional (CAN), com suas linhas-tronco, serve às localidades em melhores condições de apoio e de infra-estrutura aeroportuária, enquanto suas linhas regionais garantem fluxo rápido e econômico em atendimento às áreas geoeconomicamente menos favorecidas.

O CAN, em missões de apoio à região Amazônica, traz benefícios de grande relevância à população dos Estados e Territórios e às missões religiosas.

O Ministério da Aeronáutica, através do Correio Aéreo Nacional reafirma a consciência do seu papel no processo de desenvolvimento do País. O apoio às áreas geoeconomicamente menos favorecidas o sentido de participação nas iniciativas dos organismos regionais e a assistência permanente às guarnições de fronteiras já justificariam o grande papel do CAN no contexto do País. Criando condições de fixação do homem ao solo em regiões inóspitas, também propicia o despertar econômico e social das regiões por ele assistidas e marca fortemente sua participação na Integração Nacional.

5.5.4.9 — *Ensino*

No Ministério da Aeronáutica, a capacitação dos recursos humanos, quer no setor militar quer no civil, é uma necessidade constante justificada pela enorme especialização em várias áreas do conhecimento, envolvendo quase sempre tecnologia avançada, donde a grande necessidade de treinar e desenvolver qualitativamente esses efetivos. O Ministério encarrega-se de formar seus próprios técnicos especializados, contando, para isso, com os seguintes estabelecimentos:

— Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Localizada em Barbacena (MG), recruta alunos do meio civil e colégio militar, que após permanência de 3 anos na Escola, recebendo instrução militar e de 2º grau, são diplomados e aptos a ingressar no curso seguinte, preparatório para o oficialato.

— Academia da Força Aérea. Com sede em Pirassununga (SP), vem ministrando curso a nível universitário, nas áreas científica, humana e técnico-especializado, a fim de que o Cadete do Ar possa adquirir e aplicar os conhecimentos amplos nos diversos campos, além de aprimorar suas qualidades pessoais de liderança, sempre necessárias a um oficial completo.

— Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Além de manter cursos de graduação em engenharia aeronáutica, eletrônica, mecânica aeronáutica e infra-estrutura aeronáutica, é responsável pela execução de vários programas de pós-graduação a nível de Mestrado e Doutorado. O ITA contribui diretamente com uma respeitável força de trabalho colocada não só à disposição da indústria aeronáutica, mas também em vários outros setores do sistema produtivo nacional.

Muitas organizações da Aeronáutica são afastadas dos centros urbanos, e esse fator age como força locacional para que o Ministério da Aeronáutica dê sua contribuição social, construindo escolas e organizando programas de ensino de 1º e 2º graus em conexão com as Secretarias de Educação Estaduais. Atualmente a Aeronáutica mantém

seis escolas de 2º grau, ministrando ensino gratuito a cerca de 10 mil alunos.

Por último, o Ministério da Aeronáutica, em convênio com o SENAI, recebe alunos estagiários em seus estabelecimentos industriais — os parques de material.

5.5.4.10 — Programa Habitacional

O Ministério da Aeronáutica, sensível ao problema social de moradia para o seu pessoal, elaborou um plano habitacional calcado em dois programas distintos.

O primeiro tem por objetivo precípua a redução do déficit atual de próprios nacionais.

O segundo plano, igualmente de grande alcance social, visa à construção de unidades habitacionais para venda a seus beneficiários ou à obtenção dos recursos necessários à compra de terrenos e simultânea construção de unidades habitacionais.

5.5.4.11 — Plano de Assistência Médico-Hospitalar

O Plano desdobra-se em três programas básicos:

- I — programa de investimento nos hospitais existentes;
- II — programa de construção de novos hospitais;
- III — programa de fortalecimento da assistência médico-odontológica.

Os estabelecimentos hospitalares, que vêm sendo objeto do programa de investimentos, são os seguintes:

- Hospital da Força Aérea do Galeão;
- Hospital Central;
- Hospital dos Afonsos;
- Hospital do Recife;
- Hospital de São Paulo;
- Hospital do Galeão.

No que se refere ao programa de construção de novos hospitais está em fase de elaboração o projeto para construção do Hospital de Aeronáutica de Manaus.

Quanto ao programa de fortalecimento da assistência médico-odontológica, merecem destaque:

a) as medidas tomadas visando a reforçar o apoio médico aos militares com a utilização da rede médica particular em complemento a essa assistência, através do credenciamento médico e do estabelecimento de convênio;

b) a criação da odontoclínica de Brasília, com quinze equipes dentárias, em fase de implantação.